



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Florianópolis/SC, 2014.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n. 63/2010, da DN TCU n. 127/2013, da Portaria TCU n. 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

Direção-Geral do TRES
Florianópolis/SC, 2014.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	12
2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa	12
2.2.1 Competências dos Tribunais Regionais Eleitorais (de acordo com o Código Eleitoral - Lei n. 4.737/1965).....	12
2.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, segundo o seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847/2011).....	13
2.3 Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas, departamentos, seções, etc. que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional da unidade, assim como a identificação dos macroprocessos pelos quais cada uma dessas subdivisões são responsáveis e os principais produtos deles decorrentes	15
2.4 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes.....	16
2.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada	17
2.6 Principais parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados aos macroprocessos finalísticos da unidade.....	17
3. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	18
3.1 Planejamento da unidade contemplando:.....	18
3.1.1 Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade.....	18
3.1.2 Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA.....	18
3.1.3 Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos	18
3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	19
3.2.1 2004 – Assistência Médica e Odontológica	22
3.2.2 2010 – Auxílio Pré-Escolar	23
3.2.3 2011 – Auxílio Transporte	23
3.2.4 2012 – Auxílio Alimentação	24
3.2.5 0081 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	25
3.2.6 14HP – Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinhalzinho/SC.....	26
3.2.7 Análise Situacional.....	26
3.3 Informações sobre outros resultados da gestão	27
3.3.1 Área Judiciária.....	27
3.3.2 Área de Administração e Orçamento.....	28
3.3.3 Área de Gestão de Pessoas	29
3.3.4 Área de Tecnologia da Informação	30
3.3.5 Metas Nacionais do Poder Judiciário - 2013	31
3.3.5.1 Situação das metas no TRESC	31
3.3.5.2 Informações adicionais	31



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO..... 33

4.1 Informações sobre a Estrutura Orgânica de Controle da Unidade Jurisdicionada ou do órgão a que se vincula33

4.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno36

4.3 Sistema de Correição – Informações sobre a estrutura e atividades do sistema de correição da unidade.....37

4.4 Informações sobre os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da unidade no que se refere à governança e controles internos.....37

4.4.1 Secretaria de Administração e Orçamento38

4.4.2 Secretaria de Gestão de Pessoas40

4.4.3 Secretaria de Tecnologia da Informação40

4.4.4 Secretaria Judiciária45

4.4.5 Corregedoria Regional Eleitoral.....46

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 48

5.1 Execução das despesas48

5.1.1 Programação.....48

5.1.1.1 Análise crítica48

5.1.2 Movimentação49

5.1.3 Realização50

5.1.3.1 Análise crítica da realização da despesa56

5.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos57

5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores57

5.3.1 Exercício financeiro de 2012.....57

5.3.1.1 Restos a Pagar Não Processados:57

5.3.1.2 Restos a Pagar Processados:58

5.3.2 Análise crítica da realização da despesa.....58

5.4 Transferências de Recursos.....59

5.5 Suprimento de fundos, contas bancárias Tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal.....60

5.5.1 Análise crítica.....62

5.6 Gestão de Precatórios62

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 63

6.1 Estrutura de Pessoal63

6.1.1 Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela63

6.1.2 Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade64

6.1.3 Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada66

6.1.3.1 Quadro de custos de pessoal na Unidade Jurisdicionada66

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas68

6.1.4.1 Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico68

6.1.5 Demonstração do cadastramento no Sisac.....68

6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....69

6.1.7 Ações adotadas para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos69

6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos70



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.2 Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários.....	78
6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	78
6.2.2 Autorizações Expedidas Pelo Ministério Do Planejamento, Orçamento E Gestão Para Realização De Concursos Públicos Para Substituição De Terceirizados	78
6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	78
6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	79
6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4	81
6.2.6 Contratação de Estagiários	81
 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	82
7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros.....	82
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	83
7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial.....	83
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	84
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	86
7.2.4 Análise crítica	88
 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	89
8.1 Gestão da tecnologia da informação.....	89
8.1.1 Planejamento da área.....	91
8.1.2 Perfil dos recursos humanos envolvidos	92
8.1.3 Segurança da Informação	92
8.1.4 Desenvolvimento e produção de sistemas	92
 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	94
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	94
9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água	96
9.3 Considerações gerais.....	96
 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	97
10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	97
10.2 Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno.....	101
10.2.1 Secretaria de Administração e Orçamento	101
10.2.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	101
10.2.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	105
10.2.2 Secretaria de Gestão de Pessoas	108
10.2.2.1 Recomendações expedidas à Secretaria de Gestão de Pessoas pela Coordenadoria de Controle Interno durante o exercício de 2013.....	108
10.2.2.2 Deliberações expedidas em auditorias realizadas nos exercícios anteriores	111
10.2.3 Secretaria de Tecnologia da Informação	113
10.2.3.1 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	113
10.2.3.2 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	121
10.2.4 Secretaria Judiciária	122
10.3 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna	122



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

10.4 Obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	126
10.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário	128
10.6 Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	129
11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	131
11.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas	131
11.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade	131
11.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.....	131
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	132
12.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	132
12.1.1 Método de depreciação utilizado	132
12.2 Declaração do contador responsável que tenha executado sua contabilidade no SIAFI	133
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	134
13.1 Informações sobre o fundo partidário a serem prestadas pelo TRESC	134
13.1.1 Diretórios de Partidos Políticos registrados no TRESC	134
13.1.2 Informações sobre a distribuição dos recursos do Fundo Partidário	137
13.1.3 Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais	137
13.1.4 Não prestação de Contas pelos Diretórios Estaduais.....	138
13.1.5 Situação das Contas Prestadas pelos Diretórios Estaduais	139
13.2 Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União	140
13.3 Resultado da Tomada de Contas do Almoarifado.....	140
13.4 Resultado do Inventário Geral dos Bens Móveis Integrantes do Patrimônio	140
13.5 Demonstrativo sintético das licitações realizadas	140
13.6 Demonstrativo sintético dos atos relativos a dispensas e inexigibilidades de licitação.....	140
13.7 Demonstrativo sintético dos contratos em vigência durante o exercício de 2013	141
14. RESULTADOS E CONCLUSÕES	142



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.2.A – Ações – OFSS - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral	19
Quadro 3.2.B – Ações – OFSS - Pagamento de Pessoal Ativo da União	19
Quadro 3.2.C – Ações – OFSS - Pagamento de Pessoal Ativo da União	20
Quadro 3.2.D – Ações – OFSS - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	20
Quadro 3.2.E – Ações – OFSS - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	21
Quadro 3.2.1 – Ações – OFSS - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	22
Quadro 3.2.2 – Ações – OFSS - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	23
Quadro 3.2.3 – Ações – OFSS - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	23
Quadro 3.2.4 – Ações – OFSS - Comunicação de Divulgação Institucional	24
Quadro 3.2.5.A – Ações – OFSS - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	25
Quadro 3.2.5.B – Ação/Subtítulos – OFSS	25
Quadro 3.2.6 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS	26
Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	36
Quadro 4.4.1.A – Indicador de Desempenho Pactuado - Índice de Agilidade de Procedimentos Licitatórios, de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	38
Quadro 4.4.1.B – Indicador de Desempenho Pactuado - Índice de Conclusão de Procedimentos Licitatórios	38
Quadro 4.4.1.C – Indicador de Desempenho Pactuado - Índice de Abertura de Pregões no Período de Recesso do TRESC - 20 a 31 de Dezembro	39
Quadro 4.4.3.A – Número de Processos de Gestão de TIC Estabelecidos	40
Quadro 4.4.3.B – Número de Parcerias Realizadas Anualmente pela Área de TIC do TRESC.....	41
Quadro 4.4.3.C – Índice de Qualidade dos Serviços e Soluções de TIC	41
Quadro 4.4.3.D – Índice de Capacitação de TIC	42
Quadro 4.4.3.E – Percentual de Acurácia no Planejamento Orçamentário de TIC	42
Quadro 4.4.3.F – Número de Áreas de Conhecimento Abrangidas no Projeto Eleições - Seguindo as Orientações do Guia PMBOK.....	43
Quadro 4.4.3.G – Percentual de Urnas Submetidas a Reparo Técnico Durante as 5 Novas Eleições de 2013	43
Quadro 4.4.3.H – Número de Eventos Realizados nas Eleições da Comunidade.....	44
Quadro 4.4.3.I – Número de Processos de Negócio Automatizados	44
Quadro 4.4.3.J – Número de Projetos Concluídos	45
Quadro 4.4.5.A – Índice de Atendimento às Solicitações de Correção de Registros no Cadastro Nacional de Eleitores e na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (CRECAD).....	46
Quadro 4.4.5.B – Medição da Produtividade em Primeiro Grau	46
Quadro 4.4.5.C – Quantidade de Correções/Inspeções Realizadas <i>in loco</i> e Extraordinárias em Relação ao Número de Zonas Eleitorais	47
Quadro 5.1.1 – Programação de Despesas	48
Quadro 5.1.2 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	49
Quadro 5.1.3.A – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	50
Quadro 5.1.3.B – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	51



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 5.1.3.C – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	Valores em R\$ 1,00	53
Quadro 5.1.3.D – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação		54
Quadro 5.3 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores		57
Quadro 5.5.A – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)		60
Quadro 5.5.B - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)		61
Quadro 6.1.1.A – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12		63
Quadro 6.1.1.B – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ		63
Quadro 6.1.2.A – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12		64
Quadro 6.1.2.B – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação em 31/12		64
Quadro 6.1.2.C – Quantidade de Servidores Da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12		64
Quadro 6.1.3.1 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores		66
Quadro 6.1.4.A – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12		68
Quadro 6.1.4.B – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12		68
Quadro 6.1.5.A – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)		68
Quadro 6.1.5.B – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)		69
Quadro 6.1.5.C – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC		69
Quadro 6.1.8.A – Índice de Absenteísmo Motivado por Doença dos Servidores		70
Quadro 6.1.8.B – Montante dos Atendimentos Clínicos Efetuados nos Consultórios Médico e Odontológico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina		71
Quadro 6.1.8.C – Gerenciamento da Verba Orçamentária Destinada ao Programa de Assistência à Saúde – PAS do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina		72
Quadro 6.1.8.D – Requisição de Servidores ao TRESC		73
Quadro 6.1.8.E – Serviço Extraordinário		74
Quadro 6.1.8.F – Número Total de Servidores Capacitados		75
Quadro 6.1.8.G – Média dos Investimentos Efetuados por Hora de Aprendizado		75
Quadro 6.1.8.H – Média de Horas de Aprendizado Destinadas a Cada Servidor		75
Quadro 6.1.8.I – Índice de Aderência ao PACD		76
Quadro 6.1.8.J – Índice de Execução do PACD		77
Quadro 6.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva		78
Quadro 6.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra		79
Quadro 6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários		81
Quadro 7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União		83
Quadro 7.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros		84
Quadro 7.2.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ		86
Quadro 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada		89
Quadro 8.1.4 – Áreas de Conhecimento Definidas		92
Quadro 9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis		94
Quadro 9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água		96
Quadro 10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício		97
Quadro 10.2.1.1.A - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça		101
Quadro 10.2.1.1.B - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça		101



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 10.2.1.1.C - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	102
Quadro 10.2.1.1.D - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	102
Quadro 10.2.1.1.E - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Sustentabilidade Ambiental	103
Quadro 10.2.1.1.F - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Sustentabilidade Ambiental	104
Quadro 10.2.1.1.G - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Sustentabilidade Ambiental	104
Quadro 10.2.1.1.H - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Obras Públicas e Aquisições, Contratações e Convênios	104
Quadro 10.2.1.1.I - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Controles Internos em Nível de Processos	105
Quadro 10.2.1.2.A – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Aquisições, Contratações de Serviços e Convênios - Exercício 2012-1	106
Quadro 10.2.1.2.B – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	107
Quadro 10.2.1.2.C – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Controles Internos em Nível de Processos	108
Quadro 10.2.2.1.A - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Relatório de Auditoria de Folha e Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012	108
Quadro 10.2.2.1.B - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Auditoria de Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012	109
Quadro 10.2.2.1.C - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	110
Quadro 10.2.2.2.A – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Auditoria em Procedimentos de Requisição de Servidores, Exercício de 2009	111
Quadro 10.2.2.2.B – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Auditoria em Procedimento de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição (exercício 2011)	113
Quadro 10.2.3.1.A – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	114
Quadro 10.2.3.1.B – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	114
Quadro 10.2.3.1.C – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	115
Quadro 10.2.3.1.D – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	115
Quadro 10.2.3.1.E – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	116
Quadro 10.2.3.1.F – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	117
Quadro 10.2.3.1.G – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	117
Quadro 10.2.3.1.H – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	118
Quadro 10.2.3.1.I – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	118
Quadro 10.2.3.1.J – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	119
Quadro 10.2.3.1.K – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	120
Quadro 10.2.3.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	121
Quadro 10.4 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	127



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 10.5.A – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares	
Instaurados e/ou Concluídos	128
Quadro 10.5.B – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares	
Instaurados e/ou Concluídos	128
Quadro 10.5.C – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares	
Instaurados e/ou Concluídos	128
Quadro 10.5.D – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares	
Instaurados e/ou Concluídos	129
Quadro 13.1.1 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado	134
Quadro 13.1.2 – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos.....	137
Quadro 13.1.3 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.....	137
Quadro 13.1.4 – Diretórios Estaduais que Não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2012	138
Quadro 13.1.5 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos	139
Quadro 13.2 – Cargos e Funções Ocupados por Servidores com Vínculo Efetivo	140



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado em cumprimento à Instrução Normativa n. 63, de 1º de setembro de 2010, à Decisão Normativa n. 127, de 15 de maio de 2013, e à Portaria n. 175, de 9 de julho de 2013, todas do Tribunal de Contas da União, e à Portaria P n. 371, de 19 de dezembro de 2013, deste Tribunal, alterada pela de n. 43, de 18 de fevereiro de 2014.

O presente relatório está estruturado nos moldes determinados pela Portaria TCU n. 175/2013.

Registra-se que os seguintes itens da mencionada Portaria não se aplicam ao TRESC: 2.2.1 e 2.2.2 (porque o TRESC não tem programa temático), 2.2.3.4 (já que em 2013 não foi consignada ação específica de investimento), 4.1.3.2 (em razão de as despesas referidas no item 4.1.3.1 serem todas executadas diretamente pela UJ, uma vez que ela constitui a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos), 4.1.3.4 (em razão de as despesas referidas no item 4.1.3.3 serem todas executadas diretamente pela UJ, uma vez que ela constitui a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos), 4.5.3 (em virtude de o TRESC não utilizar Cartão de Crédito Corporativo), 4.6 (já que o TRESC não é órgão arrecadador), 5.1.5.4 (porque todos os atos sujeitos à remessa ao TCU são encaminhados via SISAC por esta Secretaria), 5.2.1, 5.2.2 (em razão de não haver terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos do órgão) e 6.2.3 (em função de o TRESC não possuir imóveis funcionais). Consequentemente, os seguintes quadros não foram preenchidos: A.2.2.1, A.2.2.2, A.2.2.3.4, A.4.1.3.2, A.4.1.3.4, A.4.5.3, A.5.1.5.4, A.5.2.1, A.5.2.2 e A.6.2.3.

Durante a gestão financeira e orçamentária do exercício de 2013, observaram-se os princípios administrativos que norteiam a Administração Pública, em especial aqueles especificados no caput do art. 37 da Constituição Federal, no art. 3º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei que disciplina as Licitações e os Contratos Administrativos), e alterações posteriores, e no art. 69 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (norma que regulamenta o Processo Administrativo).

Foram cumpridas também as disposições contidas na legislação financeira e orçamentária vigente, tendo sido respeitados, de forma mais específica, os ditames fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual.

Foram igualmente observados os princípios da eficiência, racionalidade administrativa e economicidade.

As contratações de serviços e as aquisições de materiais realizadas por este Órgão obedeceram aos ditames das Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, tendo sido realizadas licitações nas modalidades Tomada de Preços e Pregão, nas formas eletrônica e presencial.

De igual modo, as dispensas e inexigibilidades de licitação realizadas durante o exercício de 2013 foram processadas com observância às normas regulamentadoras.

No que tange às despesas realizadas com pessoal, ao encargo da Secretaria de Gestão de Pessoas, foram observadas as normas legais vigentes, bem como as instruções remetidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

No ano de 2013, a Administração do TRESC se empenhou na realização de atos para aprimorar a gestão estratégica, melhorar o clima organizacional e ampliar a modernização da Justiça Eleitoral.

Houve a retomada do projeto de cadastramento biométrico dos eleitores por meio da implantação de nova sistemática de atendimento ordinário na Central de Atendimento ao Eleitor da Capital e de São José, além das sedes das zonas eleitorais nos municípios de Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Implantou-se novo modelo de gestão – único na Justiça Eleitoral brasileira, concretizado com a criação do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI), unidade colegiada de gestão estratégica, e das Comissões Permanentes de Gestão Operacional (CPGO) e de Comunicação e Integração (CPCI), o que ampliou a transparência e a eficiência da Administração e proporcionou a efetiva participação dos magistrados e servidores, da sede e das zonas eleitorais, na definição das diretrizes e iniciativas institucionais, assim como no seu planejamento, coordenação e avaliação dos indicadores de desempenho institucional.

Diversos projetos e ações de especial relevância foram realizados na gestão, os quais estão explicitados no subitem 3.3 deste Relatório.

Por fim, é possível asseverar que as metas fixadas pelo TRESC para o exercício de 2013, embora realizadas com dificuldade – devido à carência de pessoal –, foram executadas com êxito.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 2.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: 070020
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Denominação Abreviada: TRESC			
Código SIORG: 070020		Código LOA: 14000	Código SIAFI: 14123
Natureza Jurídica: 107-4 - Órgão Público do Poder Judiciário Federal			CNPJ: 05.858.851/0001-93
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 84.23-0-00
Telefones/Fax de contato:		(048) 3251-7406	(048) 3251-3707
			(048) 3251-3703
Endereço Eletrônico: presidencia@tre-sc.jus.br			
Página na Internet: http://www.tre-sc.jus.br			
Endereço Postal: Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, Cep.: 88015-130			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição da República Federativa do Brasil (art. 92);			
Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1969 (Código Eleitoral), recepcionada pela Carta Magna, enquanto não regulada a matéria por lei complementar, como previsto em seu art. 121;			
Decreto-Lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945 (art. 6º).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução TRESC n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);			
Resolução n. 7.545, de 17 de setembro de 2007 (Regulamento Interno de sua Estrutura Orgânica).			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
070020		Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
00001		Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão
070020			00001

2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa

2.2.1 Competências dos Tribunais Regionais Eleitorais (de acordo com o Código Eleitoral - Lei n. 4.737/1965)

São competências dos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras:

I - processar e julgar originariamente:

a) o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador e membro do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo Estado;
- c) a suspeição ou impedimentos aos seus membros, ao Procurador Regional e aos funcionários da sua Secretaria, assim como aos juízes e escrivães eleitorais;
- d) os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais;
- e) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos;

II - julgar os recursos interpostos:

- a) dos atos e das decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais;
- b) das decisões dos juízes eleitorais que concederem ou denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

São competências privativas dos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras:

- a) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição;
- b) apurar, com os resultados parciais enviados pelas juntas eleitorais, os resultados finais das eleições de governador e vice-governador, de membros do Congresso Nacional e expedir os respectivos diplomas, remetendo dentro do prazo de 10 (dez) dias após a diplomação, ao Tribunal Superior, cópia das atas de seus trabalhos;
- c) responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;
- d) dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais, submetendo esta divisão, assim como a criação de novas zonas, à aprovação do Tribunal Superior;
- e) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal;
- f) cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior;
- g) determinar, em caso de urgência, providências para a execução da lei na respectiva circunscrição.

2.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, segundo o seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847/2011)

Compete ao Tribunal, além de outras atribuições que lhe são conferidas por lei:

I - processar e julgar originariamente:

- a) os *habeas corpus* e os mandados de segurança em matéria eleitoral, contra ato de autoridade que responda perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina por crime de responsabilidade, ou, ainda, os *habeas corpus*, quando houver perigo de se consumir a violência antes que o Juiz competente possa decidir sobre a impetração;
- b) os mandados de segurança contra os seus atos e os da Presidência;
- c) os mandados de injunção e *habeas data*, em matéria eleitoral, ressalvada a competência do Tribunal Superior Eleitoral;
- d) as exceções de impedimento e de suspeição dos seus Juízes, do Procurador Regional Eleitoral e dos servidores de seu quadro de pessoal, assim como dos Juízes e Promotores Eleitorais e de quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos I a IV e nos §§ 1º e 2º do art. 283 do Código Eleitoral;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) os conflitos de competência entre os Juízes Eleitorais do Estado;
- f) os processos-crime eleitorais que envolvam Juízes Eleitorais ou outras autoridades que, pela prática de crime comum, respondam perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina ou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
- g) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos;
- h) os registros de candidatos a Governador, a Vice-Governador, a membros do Congresso Nacional e a membros da Assembléia Legislativa;
- i) as prestações de contas anuais dos órgãos regionais dos partidos políticos e, nas eleições estaduais e federais, dos comitês financeiros dos órgãos estaduais e dos candidatos mencionados na alínea "h";
- j) as ações de impugnação de mandato eletivo de Governador, de Vice-Governador, de membros do Congresso Nacional e de membros da Assembléia Legislativa;
- k) os pedidos de desaforamento dos processos não decididos pelos Juízes Eleitorais em trinta dias de sua conclusão para julgamento, formulados por partido político, candidato, Ministério Público Eleitoral ou parte interessada, sem prejuízo das sanções aplicadas pelo excesso de prazo;
- l) nas eleições estaduais e federais, as reclamações e representações a que se refere o art. 96 da Lei n. 9.504, de 30.9.1997, ainda que utilizado o rito da Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990;

II - julgar originariamente as ações de investigação judicial eleitoral previstas na Lei Complementar n. 64/1990, relativas a eleições estaduais ou federais;

III - julgar os recursos interpostos:

- a) contra atos praticados ou decisões proferidas por Juízes Eleitorais, Juntas Eleitorais ou Comissão Apuradora das Eleições;
- b) contra atos ou decisões do Corregedor Regional Eleitoral e dos Relatores;
- c) contra decisões proferidas pelos Juízes Auxiliares;

IV - responder a consultas formuladas, em tese, sobre matéria eleitoral.

Compete, ainda, privativamente ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

I - elaborar seu Regimento Interno, reformá-lo, emendá-lo e interpretá-lo, ressalvada a atribuição do Presidente do Tribunal prevista no art. 22, XIX;

II - organizar sua estrutura orgânica e encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral proposta de criação ou supressão de cargos, na forma da lei;

III - autorizar a realização de concurso público para provimento dos cargos efetivos de seu quadro de pessoal, bem como decidir sobre a prorrogação do respectivo prazo de validade;

IV - cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior Eleitoral;

V - determinar providências para o efetivo cumprimento da legislação eleitoral em sua circunscrição;

VI - consultar o Tribunal Superior Eleitoral sobre matéria eleitoral;

VII - assegurar a preferência do serviço eleitoral sobre qualquer outro no Estado;

VIII - requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral a requisição de força federal;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

IX - expedir resoluções para o cumprimento das normas eleitorais no âmbito de sua circunscrição e as necessárias à organização e à administração de sua estrutura orgânica;

X - dividir a circunscrição em zonas eleitorais, submetendo essa divisão, assim como a criação de novas zonas eleitorais, à aprovação do Tribunal Superior Eleitoral;

XI - aprovar a designação dos Juízes de Direito aos quais incumbirá o serviço eleitoral nas comarcas onde o número de varas não coincidir com o de Zonas Eleitorais;

XII - atribuir competência a outros Juízes de Direito para proverem o andamento regular dos serviços eleitorais;

XIII - designar Juízes Auxiliares, dentre os Substitutos, para apreciação de reclamações ou representações referentes a pleito eleitoral, quando e como dispuser a lei;

XIV - determinar a instauração de processo administrativo disciplinar contra Juízes do Tribunal e Juízes Eleitorais, decidir sobre a necessidade de seu afastamento preventivo do exercício das funções eleitorais e aplicar a pena disciplinar cabível, na forma da lei;

XV - solicitar ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que suspenda, entre três meses antes e dois meses após as eleições, as férias, licenças-prêmio e movimentações dos Juízes de Direito que exerçam função eleitoral;

XVI - aprovar a constituição das Juntas Eleitorais;

XVII - constituir a Comissão Apuradora das Eleições;

XVIII - aprovar o relatório geral de apuração elaborado pela Comissão Apuradora das Eleições;

XIX - divulgar o quociente eleitoral e o partidário;

XX - proclamar os eleitos para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, membros do Congresso Nacional e membros da Assembléia Legislativa e os suplentes;

XXI - diplomar os eleitos para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, membros do Congresso Nacional e membros da Assembléia Legislativa e suplentes;

XXII - fixar a data e regulamentar a realização de novas eleições determinadas por decisão judicial e nos casos e na forma prevista na legislação;

XXIII - proceder ao registro dos comitês financeiros que movimentarão os recursos destinados às campanhas eleitorais dos candidatos a Governador, a Vice-Governador, a membros do Congresso Nacional e a membros da Assembléia Legislativa;

XXIV - noticiar às autoridades competentes a existência de indício de crime de que tiver ciência, devendo, nos casos de sua competência exclusiva, disso dar conhecimento ao Procurador Regional Eleitoral;

XXV - decidir as representações e reclamações acerca de assuntos pertinentes à sua organização e atividade;

XXVI - exercer outras competências decorrentes de lei e deste Regimento.

2.3 Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas, departamentos, seções, etc. que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional da unidade, assim como a identificação dos macroprocessos pelos quais cada uma dessas subdivisões são responsáveis e os principais produtos deles decorrentes

O mapeamento de processos e de produtos é procedimento em andamento (ver resposta ao quesito 1.4).

Quanto ao organograma funcional segue breve síntese considerando apenas os níveis estratégico e tático:

1 - Presidência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.1 - Assessorias Jurídicas [13]
- 1.2 - Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial [15]
- 1.3 - Escola Judiciária Eleitoral [Resolução TRESC n. 7.376/2004]
- 1.4 - Coordenadoria de Controle Interno [17-A]

- 2 - Corregedoria Regional Eleitoral
 - 2.1 - Assessoria-Chefe [20]
 - 2.1.1 - Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correcionais [21]
 - 2.1.2 - Coordenadoria de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral [24]

- 3 - Gabinete dos Juízes
 - 3.1 Assessorias dos Juízes [27]

- 4 - Secretaria [29]
 - 4.1 - Direção-Geral [30]
 - 4.1.1 - Assessorias Jurídicas [33, 34]
 - 4.1.2 - Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão [36]
 - 4.1.3 - Comissão Permanente de Licitação [37]
 - 4.1.4 - Secretaria Judiciária [43]
 - 4.1.4.1 - Coordenadoria de Registro e Informações Processuais [45]
 - 4.1.4.2 - Coordenadoria de Sessões [52]
 - 4.1.4.3 - Coordenadoria de Gestão da Informação [56]
 - 4.1.5 - Secretaria de Administração e Orçamento [62]
 - 4.1.5.1 - Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade [64]
 - 4.1.5.2 - Coordenadoria de Contratações e Materiais [69]
 - 4.1.5.3 - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços [76]
 - 4.1.6 - Secretaria de Gestão de Pessoas [87]
 - 4.1.6.1 - Coordenadoria de Pessoal [89]
 - 4.1.6.2 - Coordenadoria de Pagamento [97]
 - 4.1.6.3 - Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento [101]
 - 4.1.7 - Secretaria de Tecnologia da Informação [105]
 - 4.1.7.1 - Coordenadoria de Eleições [107]
 - 4.1.7.2 - Coordenadoria de Soluções Corporativas [114]
 - 4.1.7.3 - Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica [121]

Quanto à descrição sucinta de competências e atribuições, trata-se de definição do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESC (Resolução TRESC n. 7.545/2007), que lista as competências de cada unidade de forma extensiva e inadequada a resumos. O artigo inicial referente à competência de cada Unidade estratégica e tática foi mencionado entre colchetes junto ao nome da mesma no organograma acima. A organização e o funcionamento da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, no TRESC, estão previstos na Resolução TRESC n. 7.376/2004 e alterações posteriores.

2.4 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O mapeamento de processos no TRESC acompanha o calendário de metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça, cuja primeira atividade de mapeamento (relacionado a 5 processos que ocorram no primeiro grau de jurisdição) iniciou em 2013.

Ainda não há mapeamento de outros processos, ao menos no sentido comumente adotado, embora haja expectativa – ainda não confirmada – registrada pelo Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI) de que este ocorra a partir de 2015.

Em paralelo e com relação à identificação de processos finalísticos para mapeamento, também atendendo a metas nacionais da mesma origem, em 2012 e 2013 foi realizada a identificação dos principais serviços prestados ao público externo no âmbito do Tribunal (para composição de Carta de Serviços).

2.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada

Ver resposta ao quesito 1.4.

2.6 Principais parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados aos macroprocessos finalísticos da unidade

Ver resposta ao quesito 1.4.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Planejamento da unidade contemplando:

3.1.1 Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade

O Planejamento Estratégico em execução no TRESC é o aprovado na Resolução TRESC n. 7.886, de 22 de julho de 2013. Adotando como missão "Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral", o plano define 6 objetivos estratégicos, nos temas Orçamento, Infraestrutura e Tecnologia, Gestão de Pessoas, Eficiência Operacional e Excelência. Dirigir seu cumprimento compete ao Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI) que acompanha, em suas reuniões ordinárias mensais, o andamento das ações e, trimestralmente, o atingimento das metas.

As demais ações de interesse estratégico e tático são acompanhadas pela Direção-Geral, a partir de dados mantidos pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (APEG), que registra seu andamento e prazos e apresenta mensalmente um relatório geral de status que é discutido em Reunião de Alinhamento pelo Diretor-Geral e os Secretários.

O principal projeto relacionado à missão do Tribunal é o Projeto Eleições, cujo planejamento, acompanhamento e avaliação competem a uma Coordenadoria própria e a uma Comissão permanente, na qual são representadas todas as macro-unidades.

3.1.2 Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

"Considerando a unicidade da Justiça Eleitoral a exigir a implantação de diretrizes nacionais, com o intuito de promover e integrar ideias e soluções voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade brasileira", e para garantia do alinhamento em toda a Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral incluiu no ato de aprovação de seu próprio Planejamento Estratégico (Resolução TSE n. 23.371/2011) a determinação de que todos os Tribunais Regionais Eleitorais adotem a mesma missão, visão e determinado conjunto de objetivos estratégicos que conduzem ao alinhamento nacional, determinação esta que foi cumprida na aprovação do Planejamento Estratégico por este TRE, na forma da Resolução TRESC n. 7.886/2013.

Por outro lado, o Plano Plurianual vigente em 2013 não contemplou nenhuma ação para este Tribunal.

3.1.3 Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

Objetivos estratégicos conforme a Resolução TSE n. 23.371/2011 e Resolução TRESC n. 7.886/2013:

- Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia
- Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais
- Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais
- Aprimorar o processo eleitoral
- Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
- Prestar serviços de excelência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A lista completa de ações estratégicas mapeadas para atingimento dos objetivos consta, juntamente com o objetivo estratégico a que cada uma delas conduz, no Anexo da Resolução TRESA n. 7.886/2013, disponível para consulta on-line no site do TRESA, em http://www.tresc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/legislacao/normas_eleitorais/Res_TRESA_7886_2013_ANEXO.pdf

O atual Planejamento Estratégico do TRESA foi aprovado em Julho de 2013, e o acompanhamento de sua execução compete ao Conselho de Gestão Estratégica e Integração (CGEI), instituído em Março de 2013, que criou uma Comissão à qual determinou medidas específicas para permitir a detecção precoce de desconformidades. Por se tratar de plano de prazo relativamente curto, e integralmente alinhado ao plano nacional que abrange à Justiça Eleitoral como um todo, o principal risco que pode prejudicar seu cumprimento no TRESA decorre da ausência de período longo para eventuais ajustes a procedimentos, e este vem sendo mitigado pelo acompanhamento contínuo e avaliação mês a mês das principais ações com impacto estratégico, conforme identificadas pelo CGEI.

3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Quadro 3.2.A – Ações – OFSS - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

Identificação da Ação						
Código		20GP Tipo: Atividade				
Título		Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral				
Programa		Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		14123				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.769.654	24.229.149	22.300.169	20.002.008	18.536.880	1.465.127	2.298.162
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Constituição de um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, que compreendem os gastos com investimentos e demais custos de manutenção e funcionamento do órgão.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada
2.199.423	1.196.852	1.002.571				

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

Quadro 3.2.B – Ações – OFSS - Pagamento de Pessoal Ativo da União	
Identificação da Ação	
Código	20TP Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Programa		Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		14123					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados		Não Processados
70.639.112	78.208.333	77.894.178	77.694.178	77.694.178			200.000
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

Quadro 3.2.C – Ações – OFSS - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código		20TP Tipo: Atividade				
Título		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Programa		Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		14123				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
70.639.112	78.208.333	77.894.178	77.694.178	77.694.178		200.000
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

Quadro 3.2.D – Ações – OFSS - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação	
Código	09HB Tipo: Atividade
Título	Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Programa		Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		14123						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
11.333.305	12.614.210	12.409.572	12.389.572	12.389.572		20.000		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado		Realizado	
Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004.								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

Quadro 3.2.E – Ações – OFSS - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação						
Código		2004 Tipo: Atividade				
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Programa		Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo:
Unidade Orçamentária		14123				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.417.184	2.454.760	2.454.240	2.454.240	2.454.240		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio		Unidade	1308	33	1341	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de ressarcimento. Produto da Ação: Pessoa Beneficiada.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

3.2.1 2004 – Assistência Médica e Odontológica

A meta física prevista para 2013, no total de 1.308, foi realizada com base no quantitativo de beneficiários no mês de março de 2012, sendo que neste mês apenas um cargo, da classe de Técnico Judiciário, estava vago. O aumento no número de beneficiários deve-se a inclusão de novos dependentes pelos servidores já inscritos no Programa de Assistência à Saúde.

Quadro 3.2.1 – Ações – OFSS - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação						
Código		2010 Tipo: Atividade				
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Programa		Gestão do Processo Eleitoral Código: 0570 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		14123				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
661.622	661.622	649.288	649.288	649.288		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. Produto da Ação: Criança Atendida.			Unidade	98		106
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2.2 2010 – Auxílio Pré-Escolar

Foi previsto o atendimento de 98 dependentes de servidores para 2013. No entanto, no mês de dezembro de 2013 o total de benefícios pagos foi de 106. Justifica-se este aumento pela inclusão de novos dependentes pelos servidores já empossados.

Quadro 3.2.2 – Ações – OFSS - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código		2011 Tipo: Atividade				
Título		Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Programa		Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		14123				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000	12.000	6.852	6.852	6.852		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Produto da Ação: Servidor Beneficiado.		Unidade	6			1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

3.2.3 2011 – Auxílio Transporte

A meta prevista constante na LOA para o exercício de 2013 foi de 6 beneficiários, No entanto, no mês de março de 2012, período de realização da proposta orçamentária para 2013, o número de benefícios pagos foi de 2. No final do exercício de 2013 alguns servidores perderam o direito ao benefício, resultando na meta física realizada de 1 benefício pago.

Quadro 3.2.3 – Ações – OFSS - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação	
Código	2012 Tipo: Atividade



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa		Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		14123					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
4.140.000	4.140.000	4.141.000	4.035.449	4.035.449		104.551	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. Produto da Ação: Servidor Beneficiado.		Unidade	486			490	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

3.2.4 2012 – Auxílio Alimentação

A meta física constante na LOA para o exercício de 2013 foi de 486 beneficiários. No entanto, no mês de março de 2012, período de realização da proposta orçamentária para 2013, o número de benefícios pagos foi de 492. No final do exercício de 2013, em função da existência de cargos vagos, a meta física realizada foi de 490 benefícios pagos.

Quadro 3.2.4 – Ações – OFSS - Comunicação de Divulgação Institucional

Identificação da Ação						
Código	2549		Tipo: Atividade			
Título	Comunicação de Divulgação Institucional					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	14123					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
256.318	256.318	256.318	256.318	240.857	15.461	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia		Unidade	2			2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

em geral. Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

3.2.5 0081 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

O quantitativo físico em 2013 encerrou com 63 (sessenta e três) servidores inativos e 24 (vinte e quatro) instituidores de pensões civis, sendo que o número de pensionistas é de 30 (trinta).

Quadro 3.2.5.A – Ações – OFSS - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Identificação da Ação							
Código		0181 Tipo: Atividade					
Título		Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Programa		Gestão do Processo Eleitoral			Código: 0570	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		14123					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
21.224.000	21.959.516	21.959.516	21.942.516	21.942.062		17.454	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou de seus pensionistas.							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

Quadro 3.2.5.B – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20GP		Tipo: Atividade				
Descrição	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	14123						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
N. do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Execução Física da Ação – Metas					
N. do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0					
0					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
N. do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
0					
0					

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

3.2.6 14HP – Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinhalzinho/SC

A meta deste projeto não foi atingida em 2012 em virtude de que a contratação da empresa para a execução da obra foi realizada em dezembro de 2012, o que inviabilizou o início das obras naquele exercício. No exercício de 2013 foram executados 47,6472% da obra, ficando sua conclusão para o exercício de 2014.

Quadro 3.2.6 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código		14HP Tipo: Projeto			
Título		Construção do imóvel do Cartório Eleitoral da 66ª ZE – No Município de Pinhalzinho/SC			
Programa		Gestão do Processo Eleitoral		Código: 0570	Tipo: Projeto
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
389.116	185.403		Construção, em terreno recebido em doação, de imóvel destinado à instalação do Cartório Eleitoral de Pinhalzinho – 66ª Zona Eleitoral. Produto da Ação: Cartório Construído.	Percentual de Execução Física	47,6472%

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

3.2.7 Análise Situacional

O orçamento do TRESA foi elaborado, em 2012, de forma a retratar com fidelidade as demandas do órgão para o exercício de 2013. Verifica-se que, na execução dos recursos programados, o TRESA atingiu os objetivos traçados, ou seja, a execução ocorreu de acordo com planejado. Reforça esta afirmação o fato de que no ano de 2013 apenas 1,8583% dos recursos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

disponibilizados foram inscritos em restos a pagar não processados e deverão ser liquidados em 2014.

Observa-se, conforme demonstrado abaixo, que não ocorreram problemas na execução física das ações:

20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

Nesta ação estão concentrados os recursos destinados à manutenção da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, ou seja, o pagamento de despesas contratuais que se repetem anualmente e a aquisição de bens (investimentos) necessários a continuidade dos trabalhos realizados.

2004 – Assistência Médica e Odontológica

A meta física prevista para 2013, no total de 1.308, foi calculada com base no quantitativo de beneficiários no mês de março de 2012. Naquele mês, apenas um cargo, da classe de Técnico Judiciário, estava vago. O aumento no número de beneficiários, para 1341, deve-se à inclusão de novos dependentes pelos servidores já inscritos no Plano de Assistência à Saúde. Para atender às despesas decorrentes do aumento no número de beneficiários, o TRESC recebeu crédito adicional de R\$ 37.576,00 (trinta e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).

2010 – Auxílio Pré-Escolar

Foi previsto o atendimento de 98 dependentes de servidores para 2013, no entanto, no mês de dezembro de 2013, o total de benefícios pagos foi de 106. Justifica-se este aumento pela inclusão de novos dependentes pelos servidores empossados.

2011 – Auxílio Transporte

A meta prevista constante na LOA para o exercício de 2013 foi de 6 beneficiários, No entanto, no mês de março de 2012, período de realização da proposta orçamentária para 2013, o número de benefícios pagos foi de 2. No final do exercício de 2013 alguns servidores perderam o direito ao benefício, resultando na meta física realizada de 1 benefício pago.

2012 - Auxílio Alimentação

A meta física constante na LOA para o exercício de 2013 foi de 486 beneficiários. No entanto, no mês de março de 2012, período de realização da proposta orçamentária para 2013, o número de benefícios pagos foi de 492. No final do exercício de 2013, em função da existência de cargos vagos, a meta física realizada foi de 490 benefícios pagos.

3.3 Informações sobre outros resultados da gestão

3.3.1 Área Judiciária

1. Programa de Gestão Documental: as normas relativas ao Programa de Gestão Documental foram aprovadas pelo CGEI, incorporando os seguintes instrumentos de gestão documental: Plano de Classificação de Documentos (PCD); Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) e Glossário.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. Implantação do Mural Eletrônico: acolhendo as diretrizes fixadas pela Presidência, o mural eletrônico foi desenvolvido e será uma realidade nos pleitos vindouros. O projeto consiste em utilizar espaço virtual disponível na internet para a publicação dos atos judiciais durante o período eleitoral, em substituição ao mural físico existente nas dependências dos Cartórios e da Secretaria Judiciária do Tribunal.

3. Sistema de Acompanhamento das Sessões Plenárias (SASP): a criação dessa nova ferramenta aprimorou a comunicação com o público externo e os principais clientes do Tribunal. Disponibilizado na página do TRESA na internet, o sistema tornou possível a divulgação de todas as informações processuais – cronogramas, composição das sessões, pautas, resultados dos julgamentos (acórdãos e resoluções) e atas – relativas às sessões plenárias.

4. Mapa estatístico de feitos: inovou-se, ainda, na elaboração dos mapas mensais dos processos julgados e em tramitação, mediante a criação de gráficos específicos para auxiliar a Presidência e os Juízes da Corte no cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça.

3.3.2 Área de Administração e Orçamento

1. Política Imobiliária do TRESA e Plano de Obras 2014-2015: a proposta elaborada pela Secretaria de Administração e Orçamento foi aprovada pelo CGEI, que instituiu a Política Imobiliária. Do mesmo modo, o Plano de Obras 2014-2015 foi proposto ao CGEI, nos termos do disposto no art. 1º, § 1º, da Resolução TSE n. 23.369/2012 e, posteriormente, aprovado pelo Pleno do Tribunal na forma da Resolução TRESA n. 7.899/2013.

2. Infraestrutura imobiliária: dentre as principais realizações cito a execução da obra destinada a abrigar o Cartório da 66ª Zona Eleitoral de Pinhalzinho; reforma dos imóveis que abrigam os Cartórios da 62ª (Imaruí), 70ª (São Carlos) e 83ª (Cunha Porã) Zonas Eleitorais; transferência da Central de Atendimento aos Eleitores da Capital para nova sede, com 800m2 de área, propiciando maior conforto a eleitores, magistrados e servidores; elaboração de projetos, contratação de serviços, aquisição de materiais e início da adequação do Anexo II deste Tribunal, que abrigará a Seção de Saúde, a Escola Judiciária Eleitoral e a Ouvidoria; e, por fim, a transferência do depósito de urnas eletrônicas para um novo espaço de 2.800m2, com instalações mais amplas e modernas.

3. Gestão Orçamentária e Financeira: o orçamento 2013 foi regularmente executado, de acordo com a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Do mesmo modo, a proposta orçamentária para o exercício 2014 restou aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral e, posteriormente, inserida na Lei 12.952/2014.

Destaco, ainda, a continuidade do desenvolvimento de sistema informatizado de gestão orçamentária que, após sua conclusão, deverá concentrar as informações relativas ao planejamento, programação e execução orçamentária, permitindo a análise detalhada da aderência entre as despesas planejadas e as efetivamente executadas pela Administração.

4. Contratação de nova conexão de dados entre o TRESA e as Zonas Eleitorais (backbone secundário): no final de 2013 foi realizado pregão para a contratação de serviço de implantação de novos serviços de rede de comunicação de dados para todos os cartórios eleitorais do Estado e prédios anexos. A proposta vencedora viabilizará considerável redução de custos (da ordem de 72%



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

do valor pago atualmente), além do expressivo aumento da qualidade e da velocidade de transmissão dos dados, com reflexos diretos na melhoria dos serviços eleitorais.

3.3.3 Área de Gestão de Pessoas

1. Programa de Capacitação e Desenvolvimento 2014: reforçando o alcance estratégico do referido Programa, o CGEI aprovou a alteração de sua estrutura com o objetivo de melhorar o índice de aderência ao Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PACD e o índice de execução. Com essa alteração, o PACD passou a ser construído a partir da definição de Eixos Temáticos, alinhados aos objetivos estratégicos do TRESC, que orientam e delimitam os treinamentos e os ciclos de capacitação dos servidores.

Também integra esse processo o mapeamento de competências, que permitirá a identificação de competências latentes e os gaps de competência dos servidores, incorporando-se ao Programa de Gestão por competências.

2. Plano de Desenvolvimento Organizacional: em 2013 o Plano foi executado nos moldes de anos anteriores. Entretanto, iniciou-se no ano transato o planejamento de novo modelo de capacitação gerencial, para que, a partir de 2014, seja inteiramente voltado para as competências necessárias às funções gerenciais.

3. Implantação do Ponto Eletrônico: por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE n. 23.368/2011), foi implantado o sistema eletrônico biométrico de controle da jornada. Para orientação dos servidores, a Direção-Geral e a Secretaria de Gestão de Pessoas realizaram estratégia de divulgação por meio de exposições presenciais e on-line (Conexão TRE), além da disponibilização de instruções específicas na intranet.

4. Programa de Assistência à Saúde: importante destacar, também, os procedimentos efetivados para a contratação de Operadores de Saúde para a modalidade indireta, forma dirigida – plano médico e plano odontológico –, conforme alterações das regras do referido Programa, nos termos da Portaria P n. 47/2013 deste Tribunal.

5. Programa Compartilhando Saberes: a instituição desse Programa permitiu que ao longo de 2013 fossem apresentados pelos próprios autores (servidores) trabalhos e projetos destinados ao aperfeiçoamento dos serviços eleitorais. As exposições foram transmitidas ao vivo e contaram com a participação on-line e presencial dos servidores das Zonas Eleitorais e da Sede do Tribunal.

6. Encontro dos Aposentados: a construção da Justiça Eleitoral Catarinense, conhecida por sua eficiência e confiabilidade, teve importante contribuição dos servidores aposentados, que deixaram o legado da constante busca pela excelência como exemplo a ser seguido pelos novos servidores. O evento promovido pelo TRESC visou a esse reconhecimento público, além de possibilitar a realização de atividades de integração e de interesse dos servidores, tais como palestras, orientação sobre questões administrativas, e confecção da Carteira Funcional, com validade em todo o território nacional.

7. Programa Gestão por Competência: iniciou-se em 2013 o planejamento para a implantação da Gestão por Competência, de acordo com cronograma submetido à apreciação do CGEI. Nesse contexto, foi alterada a forma de elaboração do Plano Anual de Capacitação e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Desenvolvimento 2014 - PACD, adotando-se Eixos Temáticos, com a participação dos gestores de todas as áreas do Tribunal.

8. Programa Recompensa por Desempenho: foram iniciados os estudos para a normatização e implantação desse Programa, com a finalidade de recompensar e reconhecer o servidor pelas contribuições individuais ou em equipe à instituição.

9. Concurso Público n. 1/2013: foi contratada empresa técnico-especializada na organização, no planejamento e na execução de concurso público para o provimento do cargo efetivo vago de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Arquivologia e para formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária; Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Análise de Sistemas; Técnico Judiciário – Área Administrativa; e de Técnico Judiciário – Área de Apoio Especializado – Programação de Sistemas do quadro de pessoal do Tribunal.

3.3.4 Área de Tecnologia da Informação

1. Planejamento das Eleições 2014: com relação ao projeto Eleições 2014, o CGEI aprovou 11 diretrizes elencadas pelo Grupo de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos das Eleições (GAPE), das quais se destaca a que visa tornar mais ágeis a apuração e a divulgação da primeira parcial, mantendo a segurança, conformidade, economicidade e transparência. O planejamento operacional das Eleições Gerais de 2014 já mapeou 1.319 atividades para o projeto integrado das unidades da Sede do TRESC e 227 atividades para o projeto das 105 Zonas Eleitorais. Os cronogramas contemplam os prazos, as relações entre as atividades e as seções responsáveis pela execução.

2. Renovação das eleições nos municípios de Balneário Rincão - 79ª Zona Eleitoral; Campo Erê - 69ª Zona Eleitoral; Criciúma - 10ª, 92ª e 98ª Zonas Eleitorais; Tangará - 47ª Zona Eleitoral; e Ponte Serrada - 63ª Zona Eleitoral. No município de Balneário Rincão implantou-se piloto de transmissão de dados diretamente dos locais de votação e, em Criciúma, a experiência inédita de envio de dados via celular (Projeto Apuração Ágil).

3. Eleições nas comunidades: destacam-se as eleições para Vereador Mirim de Imbituba, para Diretores das Unidades Educativas do município de Florianópolis e para Ceramistas, no município de Tijucas.

4. Revisão do Plano Estratégico de TI (PETI) e instituição do primeiro Plano Diretor de TI do TRESC (PDTI) para o biênio 2013-2014, de acordo com as diretrizes traçadas pelo CGEI e a aprovação da Resolução TRESC n. 7.893/2013.

5. Instituição da Política de Segurança da Informação (PSI), mediante a aprovação da Resolução TRESC n. 7.894/2013.

6. Implantação da Agenda Corporativa: adquirida e implantada a ferramenta Zimbra, com o intuito de aprimorar a colaboração entre servidores e equipes. O projeto viabilizou a integração dos serviços de e-mail, agenda corporativa e tarefa em uma única solução tecnológica, além de permitir melhor gerenciamento das atividades.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. Implantação do Processo Administrativo Eletrônico – PAE: o TRESA assumiu a gerência do projeto nacional e viabilizou, no ano de 2013, seu desenvolvimento sobre a plataforma GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos, com suporte à assinatura digital.

3.3.5 Metas Nacionais do Poder Judiciário - 2013

As metas nacionais do Poder Judiciário são definidas em caráter anual, com a coordenação do Conselho Nacional de Justiça. Couberam à Justiça Eleitoral 7 metas em 2013.

3.3.5.1 Situação das metas no TRESA

1. **Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013

1º grau: CUMPRIDA (Corregedoria)

2º grau: CUMPRIDA (Secretaria Judiciária)

2. **Meta 2:** Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2010

1º grau: CUMPRIDA (Corregedoria)

2º grau: CUMPRIDA (Secretaria Judiciária)

3. **Meta 7:** Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Eleitoral

Cumprimento parcial, de acordo com o critério de cumprimento divulgado pela gestão nacional do projeto no TSE (Corregedoria)

4. **Meta 8:** Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral
CUMPRIDA (Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão)

5. **Meta 16:** Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal

Não cumprida. A meta é composta por 17 quesitos, dos quais 15 foram atendidos. (Coordenadoria de Controle Interno)

6. **Meta 17:** Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos
CUMPRIDA (Secretaria de Administração e Orçamento)

7. **Meta 19:** Realização de parcerias para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa

Não cumprida. O convênio entre os Tribunais e o CNJ, que constitui o critério de cumprimento da meta, é objeto do Procedimento Administrativo n. 11.083/2010-TSE, em tramitação. (Direção-Geral)

Notas: (1) As unidades responsáveis pelas informações referentes a cada meta estão entre parênteses. (2) As informações deste relatório refletem as que constam em consulta análoga disponível no sistema de metas do Conselho Nacional de Justiça, operado pelo Gabinete da Direção-Geral.

3.3.5.2 Informações adicionais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O cumprimento e acompanhamento das Metas Nacionais 2012 no TRESA ocorre sob a coordenação do Dr. Fernando Vieira Luiz, nomeado Juiz Gestor de Metas pela Portaria P n. 312/2013.

A definição de todas as metas pode ser consultada no Glossário das Metas, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Informações sobre a Estrutura Orgânica de Controle da Unidade Jurisdicionada ou do órgão a que se vincula

O TRESC possui na sua estrutura orgânica a Coordenadoria de Controle Interno – COCIN vinculada diretamente à Presidência deste Sodalício.

À COCIN, no cumprimento de seus objetivos fundamentais, definidos pela Carta Constitucional, cumpre: comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Assim, o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESC, aprovado pela Resolução TRESC n. 7.545/2007¹, posteriormente alterado pela Resolução TRESC n. 7.827/2011, prevê que compete à COCIN²:

“I - o planejamento, coordenação, orientação e direção das atividades das Seções a ela subordinadas e de controle interno do Tribunal, elaborando os respectivos planos de ação e programas de trabalho, e auxiliar o órgão de controle externo no exercício de suas funções;

II - apoiar a Presidência e os titulares das demais unidades orgânicas na gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal;

III - supervisionar a execução do programa de auditoria interna; comunicar às autoridades competentes os resultados apurados nas auditorias realizadas;

IV - orientar os administradores, com vistas à racionalização da execução da despesa, à eficiência, à eficácia, à economicidade e à efetividade da atuação das unidades gestoras;

V - zelar pelo cumprimento das normas legais que regem a administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial;

VI - propor medidas a serem observadas pelas unidades gestoras, visando à sua conformidade com as normas de administração financeira, contábil e de auditoria;

VII - apresentar à Presidência, nos prazos legais, os procedimentos de tomada de contas dos responsáveis e gestores de bens e valores públicos, com os respectivos certificados e pareceres de auditoria;

VIII - sugerir as providências indispensáveis ao resguardo do interesse público e à probidade na aplicação do dinheiro ou na utilização dos bens públicos, caso sejam constatadas irregularidades;

IX - requisitar às unidades gestoras do Tribunal documentos e informações necessários ao desempenho de suas atribuições e da competência da Coordenadoria;

X - impugnar, mediante representação ao Presidente, para apuração e identificação da responsabilidade, qualquer ato relativo à realização de despesas que incida nas proibições legais, comunicando à autoridade a quem o responsável esteja subordinado, os elementos indispensáveis aos procedimentos cabíveis;

¹ Art. 3º. A Presidência é composta pelas seguintes unidades orgânicas:
[...]

V - Coordenadoria de Controle Interno: (Incluído pela Res. TRESC n. 7.802/2010)

a) Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área de Pessoal; (Redação dada pela Res. TRESC n. 7.827/2011).

b) Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área Administrativa; (Redação dada pela Res. TRESC n. 7.827/2011).

c) Seção de Exames de Contas Eleitorais e Partidárias; (Incluído pela Res. TRESC n. 7.802/2010).

d) Seção de Análise Contábil. (Incluído pela Res. TRESC n. 7.827/2011).

² Art. 17-A.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

XI - sugerir a instauração de processo administrativo disciplinar sempre que os relatórios de auditoria revelarem situações irregulares, as providências indicadas aos gestores não forem oportunamente tomadas ou a evidência de irregularidades aconselharem tal medida;

XII - dar ciência de irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas da União, bem como solicitar providências para atendimento tempestivo das diligências solicitadas por aquele;

XIII - providenciar a lavratura de atos normativos relacionados à matéria de competência da Coordenadoria;

XIV - representar o Tribunal perante os órgãos de controle interno e externo da União;

XV - supervisionar as atividades relacionadas ao exame das contas eleitorais e partidárias;

XVI - executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.”

Atualmente, para exercer sua missão institucional, a COCIN é estruturada e organizada em quatro Seções especializadas, com atribuições definidas nos termos da Resolução TRESC n. 7.545/2007, são elas: (1) Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área de Pessoal; (2) Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área Administrativa; (3) Seção de Exames de Contas Eleitorais e Partidárias e (4) Seção de Análise Contábil.

As duas Seções de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria, além de auditarem por amostragem os procedimentos concluídos, cada uma em relação à matéria em que é especializada, realizam os controles prévio e concomitante nos procedimentos em curso, selecionados por meio de parâmetros predefinidos pela Coordenadora de Controle Interno no início de cada exercício.

Desse modo, os parâmetros fixados para acompanhamento e avaliação da gestão para o exercício de 2013 foram comunicados por meio da CI n. 8, de 17-1-2013³, à Presidência desta Casa, não tendo sofrido alteração, até o presente momento, para o exercício de 2014, em razão de estar em tramitação procedimento específico para cumprimento do Parecer n. 02/2013-SCI/Presi/CNJ que versa, dentre outros aspectos, sobre as atribuições das Unidades de Controle Interno, do qual pode resultar eventual alteração nos critérios de controle prévio, os quais poderão influenciar na fixação dos sobreditos parâmetros.

Neste norte, as Seções de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria foram divididas por matéria, cada uma abrangendo, dentro de sua especialidade, tanto o controle posterior, em auditorias específicas, como o controle prévio.

À Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área de Pessoal cumpre, de forma resumida, analisar os procedimentos administrativos relacionados à área de

³ Cujos termos, em suma, foram os seguintes: “Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que esta Coordenadoria, após avaliação dos trabalhos realizados no exercício anterior, concluiu não ser necessária a alteração dos parâmetros para acompanhamento e avaliação de gestão fixados para o exercício de 2012, agora para vigorarem no exercício de 2013, em sede de controle prévio, em relação aos procedimentos concernentes às Secretarias de Gestão de Pessoas e de Administração e Orçamento, quais sejam:

ÁREA	PROCEDIMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PARA EXAME PRÉVIO
Gestão de Pessoas	• Aposentadorias • Pensões
Administração e Orçamento	• Dispensas e inexigibilidades de licitação cujos valores sejam superiores a R\$ 8.000,00, à exceção daqueles que versarem sobre contratações de treinamento e capacitação; • Licitações cujos valores sejam superiores a R\$ 50.000,00; • Pagamentos: - Serviços terceirizados - Obras - Pagamentos cujos valores sejam iguais ou superiores aos limites fixados para expedição de Nota Técnica.

Ressalto, por fim, que esta unidade estará disponível permanentemente para manifestação em sede de controle prévio a respeito de questões que lhe sejam submetidas pelos gestores para avaliação em razão da relevância ou complexidade, bem como poderá encaminhar solicitação de procedimentos desta mesma natureza que, a seu juízo, recomendem o exercício do controle prévio.”



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pessoal, assim como, propor impugnações a atos de gestão, promover auditorias operacionais diretas, supervisionar auditorias indiretas e participar de auditorias especiais, sugerir normatização, manifestar-se sobre atos de gestão denunciados como ilegais, providenciar o atendimento de diligências determinadas pelo TCU, dentre outros assuntos previstos na Resolução TRESC n. 7.545/2007⁴, todos relacionadas à área de pessoal.

Por outro lado, à Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria – Área Administrativa cumpre, sucintamente, analisar os procedimentos administrativos não relacionados à área de pessoal, assim como, emitir pareceres que visem racionalizar a execução de despesa e aumentar a eficiência, analisar procedimentos licitatórios, propor impugnações a atos de gestão, promover auditorias operacionais diretas, supervisionar auditorias indiretas e participar de auditorias especiais, sugerir normatização, dentre outros assuntos previstos na Resolução TRESC n. 7.545/2007⁵, não relacionados à área de pessoal.

À terceira Seção especializada da COCIN, Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias, cumpre, resumidamente, coordenar as atividades relativas ao exame das contas eleitorais e partidárias; acompanhar, orientar e dar suporte às atividades decorrentes da utilização de sistemas de prestação de contas eleitorais e partidárias; orientar os partidos políticos; analisar e emitir pareceres nas prestações de contas relativas às campanhas eleitorais e partidárias, de âmbito estadual; propor diligências; orientar os partidos políticos; propor a realização de auditoria nos partidos políticos; orientar os servidores dos cartórios eleitorais acerca dos exames das contas anuais dos órgãos municipais dos partidos políticos, bem como das prestações de contas de campanha eleitoral; elaborar instruções, propor normas, dentre outras atribuições previstas na Resolução TRESC n. 7.545/2007⁶.

Por fim, a quarta Seção especializada, de Análise Contábil, também realiza o controle prévio, por meio de análises de conformidade, concomitantemente aos procedimentos de pagamento em curso, assim como o controle posterior por meio de auditorias programadas para o exercício correspondente, cumprindo-a, resumidamente, exercer a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial; orientar e executar as atividades relacionadas à análise da documentação comprobatória da execução orçamentária e financeira da despesa; realizar a análise prévia dos procedimentos de pagamento de maior complexidade submetidos à sua apreciação, sob os aspectos financeiro e contábil; subsidiar as unidades orgânicas do Tribunal responsáveis pelo planejamento, orçamento e programação financeira; efetuar a conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União – SIAFI e no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIU; conferir e analisar contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis do Tribunal; validar os registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI; orientar, acompanhar e coordenar as atividades relacionadas às operações do SIAFI; efetuar a conformidade contábil, dentre outras atribuições previstas na Resolução TRESC n. 7.545/2007⁷.

⁴ Art. 17-B.

⁵ Art. 17-C.

⁶ Art. 17-D.

⁷ Art. 17-E.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,					X



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Da análise do quadro, percebe-se a necessidade de aperfeiçoar, especialmente, a área de análise de riscos, ainda fortemente baseada em fatores empíricos. A partir dessa constatação, pretende-se ampliar esforços e investimentos para sua implementação.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: DIREÇÃO-GERAL/TRESC

4.3 Sistema de Correição – Informações sobre a estrutura e atividades do sistema de correição da unidade

Quanto às informações sobre a estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, cabe apontar que:

A Corregedoria Regional Eleitoral conta com uma Seção de Inspeção e Correição, onde estão lotados 2 servidores para realização das atividades relacionadas às inspeções e correições, podendo, no caso de necessidade, haver a participação de servidores de outras Seções da Corregedoria quando da realização das correições nos Cartórios Eleitorais. A Justiça Eleitoral utiliza o Sistema de Inspeção e Correição Eleitoral (SICEL), regulamentado por meio do Provimento CGE n. 9/2010, para preenchimento dos quesitos a serem analisados durante os trabalhos correcionais. As correições realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral estão previstas e regulamentadas na Resolução TSE n. 21.538/2003 e no Provimento CRESC n. 8/2012.

No ano de 2013 foram realizadas correições por equipe desta Corregedoria em 44 das 105 Zonas Eleitorais do Estado. As demais Zonas Eleitorais tiveram a correição ordinária anual realizada pelo próprio Juiz Eleitoral.

4.4 Informações sobre os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da unidade no que se refere à governança e controles internos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.4.1 Secretaria de Administração e Orçamento

Quadro 4.4.1.A – Indicador de Desempenho Pactuado - Índice de Agilidade de Procedimentos Licitatórios, de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	Índice de agilidade de procedimentos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação	
Fórmula de cálculo	Valor percentual dos procedimentos licitatórios exitosos ¹ que foram concluídos dentro do prazo de 60 dias úteis, compreendidos entre a formalização do pedido e a emissão da Nota de Empenho ou a assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como dos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação concluídos no prazo de 15 dias úteis, compreendidos entre a formalização do pedido e a emissão da Nota de Empenho. ¹ Estão incluídos nas licitações exitosas os procedimentos cuja contratação resultou de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.	
Unidade de Medida	Dias úteis	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	75%	
Resultado do Indicador	2013	71,84
	2012	-
Análise do Indicador em 2013		
Em 2013 tivemos 177 licitações, das quais 149 foram exitosas, 3 revogadas, 3 anuladas, 1 deserta, 20 frustradas e 1 que ainda não foi concluída. Das 149 exitosas, 105 foram concluídas no prazo estipulado de 60 dias úteis entre a formalização do pedido e a emissão da Nota de Empenho ou da assinatura da Ata de Registro de Preços, isto é, 70,47%. Quanto às dispensas e inexigibilidades de licitação, tivemos 199 procedimentos em 2013, dos quais 145 foram concluídos no prazo estipulado de 15 dias úteis entre a formalização do pedido e a emissão da Nota de Empenho. Por fim, registra-se que este indicador foi adotado a partir deste ano, conforme Resoluções TSE n. 23.371/2011, TRESA n. 7.868/2012 e Portaria TSE n. 620. Portanto, não há dados coletados nos anos anteriores para apresentação dos resultados.		

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESA

Quadro 4.4.1.B – Indicador de Desempenho Pactuado - Índice de Conclusão de Procedimentos Licitatórios

Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	Índice de conclusão de procedimentos licitatórios	
Fórmula de cálculo	Para o cálculo, é considerado o número de procedimentos licitatórios em que houve empresas contratadas, incluindo, neste quantitativo, procedimentos cuja contratação resultou de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.	
Unidade de Medida	Licitações	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	95%	
Resultado do Indicador	2013	84,18%
	2012	84,91%
Análise do Indicador em 2013		



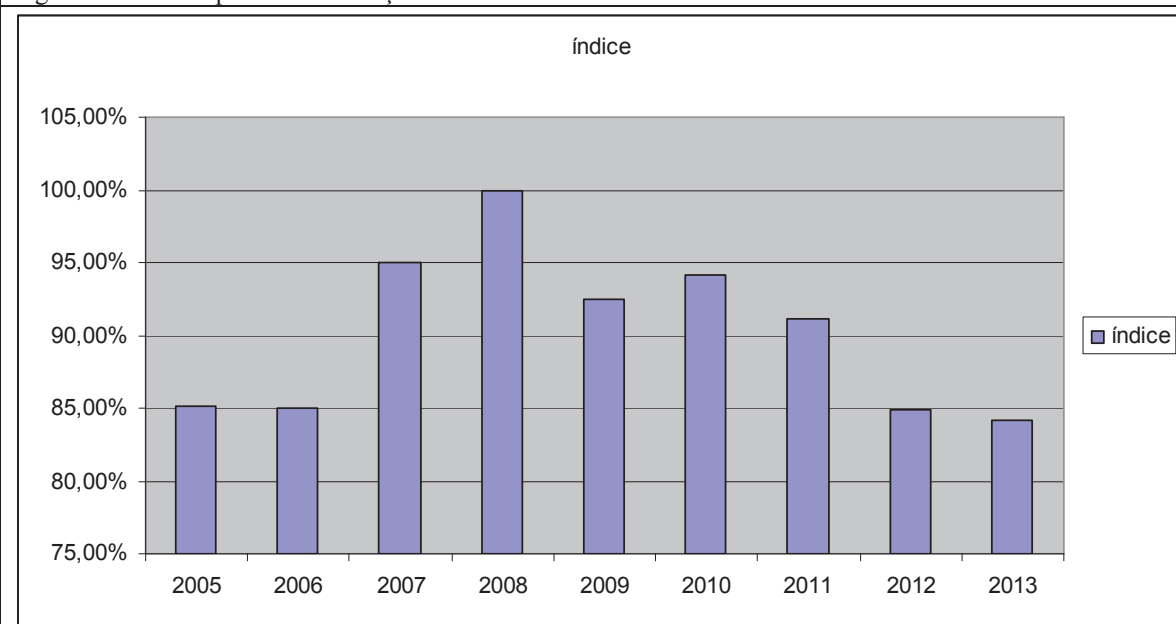
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em 2013 tivemos 177 licitações, das quais 149 foram exitosas, 3 revogadas, 3 anuladas, 1 deserta, 20 frustradas e 1 que ainda não foi concluída.

Verifica-se que o percentual de licitações concluídas com sucesso em 2013, na comparação com 2012, permaneceu praticamente o mesmo.

Entretanto, a diferença existente na comparação com 2011 é decorrente, principalmente, de terem restadas frustradas ou desertas 21 licitações (11,86% do total), tendo a Administração optado, na grande maioria dos casos, por repetir tais certames, não mais tentando contratar por dispensa de licitação, autorizada pelo art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, em razão de recentes decisões divergentes do TCU sobre o tema, fato que colaborou, ainda, para elevar o número de Pregões em 2013 em 11%.

O gráfico abaixo representa a variação deste índice nos últimos anos.



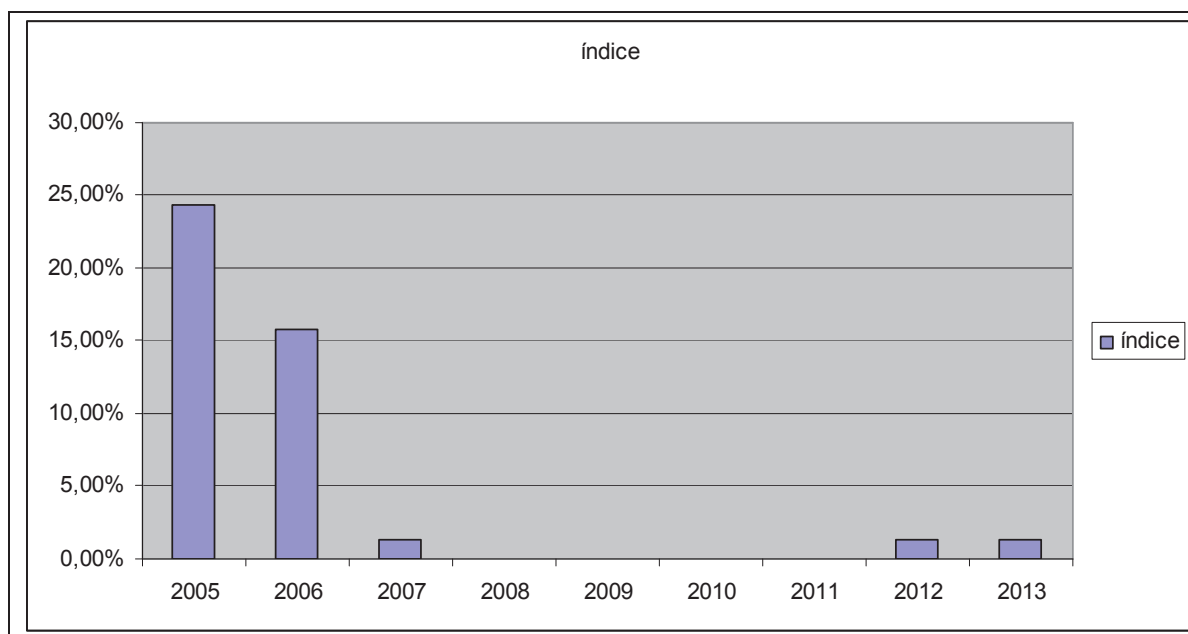
Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 4.4.1.C – Indicador de Desempenho Pactuado - Índice de Abertura de Pregões no Período de Recesso do TRESC - 20 a 31 de Dezembro

Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	Índice de abertura de Pregões no período de recesso do TRESC - 20 a 31 de dezembro	
Fórmula de cálculo	Valor percentual de Pregões cuja abertura ocorreu no período em questão em relação ao número total de Pregões abertos.	
Unidade de Medida	Licitações	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	0%	
Resultado do Indicador	2013	1,13%
	2012	1,27%
Análise do Indicador em 2013		
Em 2013, 2 pregões (1,13%), de um total de 176, foram abertos durante o período de recesso (a partir do dia 20/dez), decorrente, em especial, da reabertura de licitações frustradas ou desertas, bem como da necessidade de alterações em especificações de editais agendados para o final de novembro, impondo-se a reabertura de prazo para apresentação de proposta pelos licitantes.		
Cabe registrar, ainda, que, no decorrer do segundo semestre de 2013, foram disponibilizados recursos adicionais ao TRESC, que demandaram maior número de licitações em novembro, com reflexos para a agenda de licitações em dezembro. Mesmo diante do acréscimo do número de certames, no mês de dezembro foram abertos apenas 12 pregões.		
O gráfico abaixo representa a variação deste índice nos últimos anos.		



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

4.4.2 Secretaria de Gestão de Pessoas

Os indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos referido pela Secretaria de Gestão de Pessoas foram mencionados no subitem 6.1.8.

4.4.3 Secretaria de Tecnologia da Informação

Os indicadores a seguir foram estabelecidos no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), regulamentado pela Resolução TRESC n. 7.776/2010 e sua posterior revisão em conjunto com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) regulamentado pela Resolução TRESC n. 7.893/2013 além de indicadores de gestão e operacionais definidos nos processos de TI e eleitoral. O planejamento de TI tem suas ações voltadas para a Governança, medindo em especial o incremento da maturidade dos processos de gestão bem como a entrega efetiva de serviços de soluções de TIC.

Quadro 4.4.3.A – Número de Processos de Gestão de TIC Estabelecidos

Quadro 4.4.5.1 - Número de Processos de Gestão de TIC Estabelecidos				
Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Número de processos de gestão de TIC estabelecidos.		
Objetivo do indicador		Garantir nível de excelência na Gestão de TIC.		
Área Responsável		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de processos implantados / Número de processos previstos x 100.		
Fonte dos dados		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Custos de obtenção do indicador		Baixo. Calculado a partir dos controles instituídos na organização.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
11	9,09 (82,73%)	8 (57,14%)	3,71 (53%)	2,70 (90%)
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A complexidade da implantação de processos do framework Cobit⁸ ganha maior evidência com o amadurecimento e o autoconhecimento da organização no que tange à Governança. Assim, verificou-se que as metas estabelecidas estavam além da necessidade institucional para o momento, considerando inclusive o patamar atual da Governança Corporativa na administração pública, razão pela qual as metas foram revisadas no novo Planejamento Estratégico de TI.

Com a revisão do objetivo estratégico, que direcionou a atualização da versão para COBIT5, a implantação de alguns processos foi impactada.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 4.4.3.B – Número de Parcerias Realizadas Anualmente pela Área de TIC do TRESC

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Número de parcerias realizadas anualmente pela área de TIC do TRESC.		
Objetivo do indicador		Promover a interação e troca de experiências de TIC entre entidades públicas, proporcionando a racionalização de recursos.		
Área Responsável		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de parcerias firmadas / Número de parcerias previstas x 100.		
Fonte dos dados		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Custos de obtenção do indicador		Baixo. Calculado a partir da compilação da documentação – armazenada em local padrão - que registra as parcerias com outras organizações.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
13	13 (100%)	10 (100%)	8 (100%)	5 (100%)
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
O objetivo deste indicador está alinhado a um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral “Fomentar a interação e a troca de experiências”. Em 2013, assim como nos anos anteriores, foram alcançados os resultados esperados, o que confirma tanto a capacidade atual da equipe de TI para tal tipo de iniciativa, quanto um cenário futuro colaborativo. O TRESC estabeleceu parcerias com diversos órgãos da esfera pública, como por exemplo o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, a Universidade do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça de Rondônia.				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 4.4.3.C – Índice de Qualidade dos Serviços e Soluções de TIC

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Índice de qualidade dos serviços e soluções de TIC		
Objetivo do indicador		Conhecer a percepção do usuário quanto à qualidade dos produtos, serviços e recursos (infraestrutura) oferecidos, como forma de direcionar as ações de melhoria.		
Área Responsável		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Fórmula de cálculo e método de medição		Médias das avaliações nas pesquisas de satisfação		
Fonte dos dados		Sistema de Workflow que captou a pesquisa de satisfação via formulário eletrônico		
Custos de obtenção do indicador		Baixo. Calculado automaticamente a partir das avaliações existentes no sistema.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
88%	87.93%	-	85%	-

⁸ Do inglês Control Objectives for Information and Related Technology, o Cobit, em sua versão 5, engloba 37 processos internacionalmente reconhecidos para a Gestão de Tecnologia da Informação, e é recomendado por órgãos de auditoria como o TCU.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Análise crítica do Resultado do indicador em 2013
O índice de qualidade dos serviços e soluções de TIC ficou em 87,93%, praticamente alcançado a meta definida no plano estratégico de TI para o período.
O resultado se mostrou expressivo, considerando que a abrangência da pesquisa incluiu as diversas unidades do TRESA. Outro aspecto positivo a ser ressaltado é que o nível de satisfação dos usuários vem se mantendo num patamar elevado, levando-se em comparação a pesquisa realizada em 2011, que obteve um índice de satisfação de 85%. Esse viés demonstra que as ações de melhoria e práticas de governança de TI vêm alcançando seus objetivos, em especial o objetivo 2 do PETI - Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços e soluções de TIC.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA

Quadro 4.4.3.D – Índice de Capacitação de TIC

Quadro 4.4.5.D – Índice de Capacitação de TIC

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Índice de capacitação de TIC		
Objetivo do indicador		Assegurar o pleno desenvolvimento das competências dos servidores		
Área Responsável		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Fórmula de cálculo e método de medição		Média do (número de habilidades esperadas por (papel, Servidor) / número de habilidades existentes por (papel, Servidor)) * 100		
Fonte dos dados		Sistema de Governança de TI		
Custos de obtenção do indicador		Baixo. Calculado automaticamente a partir das habilidades dos servidores cadastradas no sistema.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
89%	87,12%	86,63%	-	-
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
Com a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, a gestão e o planejamento das capacitações em TIC terão uma melhora significativa elevando o índice de capacitação. Isso porque, a elaboração do plano de recursos humanos e capacitação, constante do PDTI, baseou-se nos gaps existentes de habilidades requeridas para o desempenho das atividades envolvidas no plano de ações de TI, parte integrante do próprio PDTI, além das atividades operacionais das unidades. Como a meta de capacitação em 2013 quase foi alcançada, espera-se que com a aprovação do PDTI o índice em 2014 ultrapasse a meta que é de 91%.				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA

Quadro 4.4.3.E – Percentual de Acurácia no Planejamento Orçamentário de TIC

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Percentual de acurácia no planejamento orçamentário de TIC		
Objetivo do indicador		Aferir eficácia ao planejamento orçamentário de TIC		
Área Responsável		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Fórmula de cálculo e método de medição		Conforme Anexo I do Relatório de Tomada de Contas do Exercício de 2012		
Fonte dos dados		Secretaria de Administração e Orçamento e STI		
Custos de obtenção do indicador		Baixo. Calculado automaticamente a partir dos dados lançados em planilha eletrônica destinada a este fim.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
75	86,99 (115%)	65,6 (93%)	36,88	-
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
Entende-se que a acurácia orçamentária deva algo a ser perseguido por qualquer ente público. As organizações deveriam comprar o que planejam e planejar o que compram. Todavia, o calendário e os mecanismos disponíveis de liberação orçamentária, o contingenciamento e descontingenciamento do orçamento, bem como a inerente variação dos preços dos ativos de TI por questões mercadológicas, tornam essa questão complexa. A evolução ao longo dos últimos exercícios, culminando com o alcance da meta em 2013, demonstra: i) a evolução no planejamento orçamentário de TI do TRESA; ii) a efetividade dos controles e dos processos estabelecidos; e iii) o amadurecimento da gestão e consolidação do comitê de TI. Espera-se, que a partir de				



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2014, o planejamento orçamentário de TIC seja ainda mais efetivo em função da aprovação do PDTI que detalha os planos de: aquisições, custeio, recursos humanos e capacitação - planos fundamentais para o planejamento orçamentário.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Além dos indicadores previstos no Plano Estratégico de TI, outros parâmetros são importantes para aferir o desempenho organizacional da área de tecnologia da informação. Considerando o papel especial da TI na Justiça Eleitoral são realizadas medições específicas relativas ao processo eleitoral, também descritas a seguir.

Quadro 4.4.3.F – Número de Áreas de Conhecimento Abrangidas no Projeto Eleições - Seguindo as Orientações do Guia PMBOK

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Número de áreas de conhecimento abrangidas no Projeto Eleições - seguindo as orientações do Guia PMBOK		
Objetivo do indicador		Permitir, entre outros benefícios: i) redução do prazo e custos na execução de atividades; ii) redução do número de alterações de escopo relacionadas com projetos; iii) melhoria nas comunicações entre as partes interessadas; iv) melhoria no acompanhamento e monitoramento do projeto.		
Área Responsável		Seção de Planejamento de Acompanhamento SPA e GAPE (Grupo de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação das Eleições)		
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de áreas de processo definidas. (dentre as disponíveis no PMBOK) Valor estabelecido na fase de planejamento de cada Eleição com batimento junto aos artefatos de projeto produzidos pela unidade gerenciadora.		
Fonte dos dados		Seção de Planejamento de Acompanhamento		
Custos de obtenção do indicador		Baixo, considerada a fórmula de cálculo supracitada.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
8	8 (100%)	7 (87,5%)	-	6 (100%)
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
Foram abrangidas 8 áreas das 9 preconizadas pelo PMBOK (Foram executados 28 dos 36 processos selecionados), conforme Anexo I. Os resultados demonstram que as boas práticas do Gerenciamento de Projeto estão sendo incorporadas pela Instituição, em especial nas atividades inerentes às Eleições. Em 2013 a meta foi atingida com a inclusão do gerenciamento da qualidade no planejamento do projeto Eleições. Os resultados esperados com a iniciativa são: garantir que as necessidades dos clientes internos e externos sejam atendidas, minimizar os desvios em relação aos requisitos e garantir que as entregas estão em conformidade com as normas e políticas envolvidas. A efetividade dos resultados da implantação dessa nova área de conhecimento só poderão ser observados após as Eleições 2014.				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 4.4.3.G – Percentual de Urnas Submetidas a Reparo Técnico Durante as 5 Novas Eleições de 2013

Dados gerais do indicador	
Nome do indicador	Percentual de urnas submetidas a reparo técnico durante as 5 Novas Eleições de 2013
Objetivo do indicador	Identificar a robustez das urnas eletrônicas, implicando na confiabilidade dos sistemas de votação no dia das eleições
Área Responsável	Seção de Voto Informatizado Seção de Administração de Urnas Eletrônicas
Fórmula de cálculo e método de medição	100 X (Número de urnas substituídas no dia das eleições /Número total de seções eleitorais), ou seja, (100 X (2 /486))



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fonte dos dados		Tabelas de correspondências efetivadas disponíveis na pagina do TRESA, link Eleições / Novas Eleições. Municípios de Balneário Rincão, Criciúma, Campo Erê e Tangará - eleições realizadas 03/03/2013 - e município de Ponte Serrada eleição realizada em 04/08/2013.		
Custos de obtenção do indicador		Baixo. Dados obtidos automaticamente.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
< 2%	2 trocas de urnas. O que corresponde a 0,41%	1º turno:234 (1,68%) 2º Turno: 51 (2,04%)	Sem eleição	1º turno:172 (1,05%) 2º Turno: 116 (0,71%)
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
O indicador demonstra a robustez das urnas eletrônicas, em especial as de modelo mais recente. Nas novas eleições foram utilizadas 486 urnas (seções) todas modelo 2010, havendo a troca de 2 urnas apenas no município de Criciúma. O uso de urnas mais novas é o motivo pelo qual em 2013 o índice de trocas foi melhor do que os índices apresentados nas eleições anteriores (modelo 2006).				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA

Quadro 4.4.3.H – Número de Eventos Realizados nas Eleições da Comunidade

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Número de eventos realizados nas Eleições da Comunidade		
Objetivo do indicador		Atender demandas das comunidades e propiciam a aproximação da Justiça Eleitoral com seu público, promovendo a cidadania.		
Área Responsável		Seção de Voto Informatizado		
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de eventos realizados, medidos anualmente		
Fonte dos dados		Relatórios com os resultados das eleições		
Custos de obtenção do indicador		Baixo, considerando que é obtido via consulta a sistema informatizado.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
(sob demanda, imprevisível)	3	-	19	5
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
O número de eleições da comunidade não pode ser previsto, uma vez que a Justiça Eleitoral atua sob demanda. Em 2013 o TRESA recebeu 10 consultas sobre a cessão de urnas eletrônicas. Entretanto, no ano de 2012 houve a atualização do hardware das urnas eletrônicas, por esse motivo o TSE determinou, por motivos técnicos, a suspensão das urnas para as eleições da comunidade em todo o Brasil até julho de 2013. Somente a partir dessa data foram realizadas eleições da comunidade, isso explica o motivo da realização de apenas 3 eventos em ano não eleitoral.				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA

Quadro 4.4.3.I – Número de Processos de Negócio Automatizados

Dados gerais do indicador	
Nome do indicador	Número de Processos de Negócio Automatizados
Objetivo do indicador	Aferir o incremento da automatização dos processos de negócio da instituição.
Área Responsável	Coordenadoria de Soluções Corporativas
Fórmula de cálculo e método de medição	Número de processos de negócio automatizados no exercício
Fonte dos dados	Sistemas de Workflow



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Custos de obtenção do indicador		Baixo, considerando que é obtido via consulta a sistema informatizado.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
65	71 (109%)	108	38	39
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
A automatização dos processos tem se consolidado na organização e é perceptível a melhoria dos processos de trabalho, uma vez que o crescente volume de processos continua sendo suportado pela mesma força de trabalho.				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 4.4.3.J – Número de Projetos Concluídos

Dados gerais do indicador				
Nome do indicador		Número de Projetos Concluídos		
Objetivo do indicador		Aferir a produtividade da equipe de desenvolvimento de software do TRESC		
Área Responsável		Secretaria de Tecnologia da Informação		
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de projetos de software concluídos		
Fonte dos dados		Sistema de Gerenciamento de Projetos		
Custos de obtenção do indicador		Baixo, considerando que é obtido via consulta a sistema informatizado.		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
7	7 (100%)	5	4	2
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
Considerando o tamanho médio dos projetos concluídos (70 ucp ⁹), o tamanho da equipe envolvida nos projetos (16 pessoas) e o incremento na maturidade dos processos (nível F-MPS.Br), o desempenho foi considerado satisfatório.				

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

4.4.4 Secretaria Judiciária

Um indicador utilizado para monitorar o desempenho da unidade é a taxa de congestionamento.

INDICADOR: Taxa de congestionamento

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

O que mede: A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento.

Para que medir: Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais.

Quem mede: Unidade responsável pela estatística processual.

Quando medir: Semestralmente.

Onde medir: SADP

No ano de 2013, foram distribuídos 1072 processos, sendo que foram baixados 1.138, ficando pendentes 520 processos.

⁹ UCP – unidade de medida de tamanho de projetos de desenvolvimento de software.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Nesse sentido, a Taxa de Congestionamento obtida em 2013 foi de 28,51%, o que equivale a uma redução de 40,7% em relação à taxa de congestionamento de 2012, superando, assim, a Meta aplicável.

4.4.5 Corregedoria Regional Eleitoral

Quadro 4.4.5.A – Índice de Atendimento às Solicitações de Correção de Registros no Cadastro Nacional de Eleitores e na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (CRECAD)

Dados gerais do indicador 1				
Nome do Indicador		Índice de atendimento às solicitações de correção de registros no cadastro nacional de eleitores e na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (CRECAD).		
Objetivo do Indicador		Verificar o cumprimento, pela Corregedoria, de atribuições operacionais previstas na Res. TSE n. 21.538/2003 e no Prov. 6/2009-CGE.		
Tipo		Eficiência (quanto ao atendimento das demandas de correção no cadastro nacional de eleitores e BPSDP).		
Área Responsável		CRE – CRECAD – SASE		
Fórmula de cálculo e método de medição		NA/NS = PERCENTUAL. Quanto maior o indicador, maior a eficiência. O indicador deve tender à 100%.		
Fonte dos Dados		Sistemas Breve e Integra		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011**	2010**
-	6997 / 7279 96,12%	5342 / 5848 91,35%	6136 / 6988 87%	5173 / 6475 79%
Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2013				
O indicador foi reformulado em 2012 para agregar os registros na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos e no Cadastro Eleitoral, tendo em vista a regra que unificou o encaminhamento dos respectivos expedientes originários das Zonas Eleitorais (Formulário Breve – Comunicação Eletrônica – Cadastro Eleitoral e BPSDP). Verificou-se em 2013 incremento de eficiência no tratamento dessas demandas submetidas pela Corregedoria, com desempenho superior ao ano anterior.				
Nota:				
** Os dados relativos aos anos de 2010 e 2011 são referentes somente à BPSDP (que todavia corresponde, em média, a 95% do volume dos documentos referidos).				

Fonte: CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Quadro 4.4.5.B – Medição da Produtividade em Primeiro Grau

Dados gerais do indicador 2				
Nome do Indicador		Medição da produtividade em primeiro grau		
Objetivo do Indicador		Apurar o número de processos sentenciados em primeiro grau com relação ao número de processos autuados.		
Tipo		Celeridade		
Área Responsável		CRE - CREJUD – SPJ		
Fórmula de cálculo e método de medição		TPJ/TPA = PERCENTAGEM (quanto maior o percentual, tendendo a um, melhor)		
Fonte dos Dados		SADP		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
Julgar, em primeiro grau, quantidade igual ou maior aos processos autuados no ano de referência (Meta 1	15.836/4.239 373%	29.949/44.276 67%	3.743/2.605 143%	746/2.537 29%



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CNJ)				
Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2013				
O indicador demonstra que em 2013 foi julgada quantidade bem maior que a dos processos autuados no período. É justificável número tão alto de julgamentos em razão dos processos do ano anterior pendentes de julgamento (ano eleitoral), pois as prestações de contas que entram após as eleições permaneceram, em sua maioria, para ser julgadas no ano seguinte, em face de seu trâmite.				

TPA – Total de processos autuados

TPJ – Total de processos julgados

Fonte: CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Quadro 4.4.5.C – Quantidade de Correções/Inspeções Realizadas *in loco* e Extraordinárias em Relação ao Número de Zonas Eleitorais

Dados gerais do indicador 3				
Nome do Indicador		Quantidade de correções/inspeções realizadas <i>in loco</i> e extraordinárias em relação ao número de zonas eleitorais.		
Objetivo do Indicador		Conseguir visitar o maior número possível de zonas eleitorais por exercício (indicadores distintos para ano eleitoral e ano não eleitoral).		
Tipo		Eficiência		
Área Responsável		CRE - CREJUD – SIC		
Fórmula de cálculo e método de medição		CR/TZ = PERCENTUAL (quanto maior o percentual, tendendo a um, melhor)		
Fonte dos Dados		SICEL		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
Dobrar o número de ZEs visitadas	44/105 41%	21/105 20%	32/105 30%	27/105 26%
Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2013				
Em 2013 houve um aumento no número de zonas eleitorais visitadas, haja vista não ser ano de eleição. O percentual não foi ainda maior pelo fato de ter sido realizada revisão de eleitorado, com coleta de dados biométricos, em alguns municípios do Estado, o que acaba tendo reflexo nos trabalhos desta Corregedoria.				

CR – Correções realizadas *in loco*

TZ – Total de zonas eleitorais

Fonte: CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Execução das despesas

5.1.1 Programação

Quadro 5.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :			Código UO: 14123		UGO: 070020	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			103.196.417	0,00	26.318.988	
CRÉDITOS	Suplementares		9.793.009	0,00	3.967.071	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		207.367	0,00	0,00	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013 (A)			112.782.059	0,00	30.286.059	
Dotação final 2012(B)			100.632.620	0,00	24.385.453	
Variação (A/B-1)*100			12,0731		24,1972	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			2.937.790	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos	979.263			
	Créditos Cancelados		2.449.263			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			1.467.790			
Dotação final 2012(B)			4.924.031			
Variação (A/B-1)*100			70,1913			

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

5.1.1.1 Análise crítica

A diferença do valor da dotação proposta pela unidade orçamentária em relação ao PLOA se dá em função dos limites concedidos à Justiça Eleitoral pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, sendo que, após os limites definidos, faz-se necessária a readequação de toda a programação orçamentária da unidade, elegendo-se prioridades de execução dos itens previstos pelo órgão.

A utilização da execução orçamentária do ano anterior como base para definição dos limites orçamentários é outro fator dificultador do planejamento do órgão. Entende-se que uma



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

análise mais criteriosa das justificativas da proposta orçamentária de cada unidade deveria ter um peso mais do que a mera execução de exercício anterior.

No que se refere às suplementações orçamentárias, compreende-se que a principal razão para serem necessárias decorre do fato de a programação ser realizada em abril do ano anterior ao exercício a que se refere, sujeitando o órgão às necessidades que possam decorrer de fatos supervenientes.

5.1.2 Movimentação

Quadro 5.1.2 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	070020	070026	02.061.0570.4269	8.982		5.643
Recebidos	070026	070020	02.061.0570.4269	230.826		216.886
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	070026	070020	02.126.0570.7832			101.500
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina recebeu, por meio de provisão do Tribunal Superior Eleitoral, recursos orçamentários para a realização de eleições suplementares em 2013 no montante líquido de R\$ 433.087,01 (quatrocentos e trinta e três mil, oitenta e sete reais e um centavo) e recursos orçamentários no valor de R\$ 101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais) para realização de revisões eleitorais e cadastramento biométrico de eleitores.

Destaca-se que estes créditos estão centralizados no Tribunal Superior Eleitoral e esse descentraliza os recursos aos Tribunais Regionais por meio de provisões, de acordo com o planejamento realizado no ano anterior.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1.3 Realização

Quadro 5.1.3.A – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			Código UO: 14123		UGO: 07002 0
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.327.097	11.352.017	13.101.261	9.059.086	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	14.327.097	11.352.017	13.101.261	9.059.086	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	4.812.639	4.314.731	4.558.579	4.128.953	
h) Dispensa	3.456.875	2.936.549	3.214.523	2.758.380	
i) Inexigibilidade	1.355.764	1.378.182	1.344.056	1.370.573	
3. Regime de Execução Especial	171.893	147.321	171.893	147.321	
j) Suprimento de Fundos	171.893	147.321	171.893	147.321	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	119.900.504	103.511.221	119.900.504	103.511.221	
k) Pagamento em Folha	119.171.641	103.099.416	119.171.641	103.099.416	
l) Diárias	728.863	411.805	728.863	411.805	
5. Outros	217.834	4.239.158	217.141	4.238.634	
6. Total (1+2+3+4+5)	139.429.967	123.564.448	137.949.378	121.085.215	

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 5.1.3.B – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:										Código UO: 14123		UGO: 070020	
DESPESAS CORRENTES													
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidadada		RP não processados			Valores Pagos				
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012		
1. Despesas de Pessoal													
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas		76.832.720	67.534.762	76.832.720	67.534.762					76.832.720	67.534.762		
01 – Aposentadorias e Reformas		16.387.582	15.824.056	16.387.582	15.824.056					16.387.582	15.824.056		
13 – Obrigações Patronais		12.385.702	10.911.492	12.385.702	10.906.029				5.464	12.385.702	10.906.029		
Demais elementos do grupo		6.657.263	6.362.310	6.419.808	5.823.122	237.454			539.187	6.419.808	5.823.122		
2. Juros e Encargos da Dívida													
1º elemento de despesa													
2º elemento de despesa													
3º elemento de despesa													
Demais elementos do grupo													
3. Outras Despesas Correntes													
39 – Outros Serv. Terceiros - PJ		17.300.493	15.709.201	15.796.748	14.589.378	1.503.745			1.119.823	14.426.572	12.181.311		
46 – Auxílio Alimentação		4.140.000	4.054.878	4.035.449	4.054.878	104.551				4.035.449	4.054.878		
93 - Indenização e Restituições		2.537.155		2.526.900		10.254				2.495.902			
30 – Material de Consumo		1.106.330	995.620	853.051	797.712	253.280			197.909	853.051	795.676		
Demais elementos do grupo		3.255.236	3.593.304	3.237.162	3.518.487	18.076			74.817	3.157.747	3.449.487		
DESPESAS DE CAPITAL													
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidadada		RP não Processados			Valores Pagos				
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012		
4. Investimentos													
52 – Equip. e Mat. e Permanente		1.134.085	2.796.405	621.277	476.945	512.807			2.319.461	621.277	476.814		
51 – Obras e Instalações PJ			1.083.541						1.083.541				
39 – Outros Serv. Terceiros - PJ		333.568	39.080	333.568	39.080					333.568	39.080		
Demais elementos do grupo													
5. Inversões Financeiras													
1º elemento de despesa													
2º elemento de despesa													
3º elemento de despesa													
Demais elementos do grupo													



Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 5.1.3.C – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.569,00	4.098.795	8.569	4.094.952
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	8.569	4.098.795	8.569	4.094.952
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	69.821	845.130	69.821	826.130
h) Dispensa	69.821	258.782	69.821	239.782
i) Inexigibilidade		586.348		586.348
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	342.024	7.552.183	342.024	7.552.183
k) Pagamento em Folha	221.843	5.910.790	221.843	5.910.790
l) Diárias	120.181	815.263	120.181	815.263
5. Outros	71.635	793.460	71.635	793.460
6. Total (1+2+3+4+5)	492.049	12.463.438	492.049	12.440.595

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 5.1.3.D – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
16 – Outras Desp. Variáveis	221.843	6.024.234	221.843	5.910.790		113.444	221.843	5.910.790	
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3. Outras Despesas Correntes									
14 – Diárias	120.181	815.262	120.181	815.262			120.181	815.262	
39 – Outros Serv. Terceiros - PJ	117.459	4.547.047	74.921	4.346.720	42.538	200.327	74.921	4.323.877	
48 - Outros Auxílios Financeiros Pessoa a Física	52.194		52.194				52.194		
93 – Indenizações e Restituições	19.442	489.329	19.442	489.329			19.442	489.329	
Demais elementos do grupo	3.468	901.337	3.468	901.337			3.468	901.337	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6. Amortização da Dívida									



Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1.3.1 Análise crítica da realização da despesa

Na execução orçamentária do exercício de 2013, não houve a ocorrência de eventos que a prejudicassem. No entanto, houve redução do valor executado dos créditos em movimentação, em razão de não terem sido realizadas eleições gerais, apenas eleições suplementares, mas em número reduzido.

Analisando o quadro 5.1.3.A, fica evidenciado que o TRESC prima por realizar as suas contratações por meio de procedimentos licitatórios, realizando contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação apenas em situações onde a concorrência é inviável.

Com relação aos créditos cancelados na categoria investimentos, no montante de R\$ 2.449.263,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e três reais), uma parte refere-se à devolução de crédito extraordinário aberto no final de 2012, no montante de R\$ 979.263,00 (novecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e três reais), disponibilizado a título de antecipação dos valores previstos na Lei Orçamentária, sendo que a devolução ocorreu após a aprovação desta. A outra parte, no valor de R\$ 1.470.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil reais) foi decorrente de sobra orçamentária. Esse montante foi oferecido como fonte orçamentária para suplementar a categoria Custeio, que, em decorrência do aumento de despesas, notadamente no contrato de comunicação de dados com as unidades da Justiça Eleitoral Catarinense, estava com o volume reduzido de recursos.

Em complemento, segue-se a análise, por meio de índices da execução orçamentária.

Índice de Utilização Orçamentária: 98,2940%

O índice de utilização orçamentária busca conhecer se o orçamento da Unidade Gestora foi elaborado de forma adequada, sem superdimensionamento de gastos. Do resultado, pode-se constatar que 98,2940% do orçamento líquido foi efetivamente utilizado, contrapondo-se a Despesa Liquidada somada com as inscrições em Restos a Pagar Não Processados, que constituíram o montante de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), com a Despesa Autorizada, que foi de R\$ 144.535.908,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e oito reais). Tal percentual reflete uma previsão orçamentária coerente com a programação dos gastos realizada durante o exercício de 2013.

Índice de Despesas Diretas com Pessoal: 79,0196%

O Índice de Despesas Diretas com Pessoal objetiva avaliar a participação das despesas realizadas com pessoal no total das despesas do exercício.

Durante o exercício, das despesas liquidadas e inscritas em Restos a pagar Não Processados classificadas com Despesas Correntes e Despesas de Capital, que constituíram o montante total de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), 79,0196% foram aplicações diretas realizadas com Pessoal e Encargos Sociais, que resultou em R\$ 112.263.266,13 (cento e doze milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e treze centavos).

Como podemos observar, a programação e a execução orçamentária deste Tribunal se concentram na despesa com pessoal e encargos sociais, enquanto os créditos orçamentários destinados a outros custeios e capital são utilizados na manutenção do órgão.

Índice de Despesa direta com Outras Despesas Correntes: 19,9473%



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O índice de Despesa Direta com a execução em Outras Despesas Correntes objetiva avaliar a participação das despesas realizadas com a manutenção do órgão e Benefícios aos servidores no total das despesas do exercício.

Durante o exercício, 19,9473% das despesas realizadas, classificadas como Despesas Correntes e Despesas de Capital, representaram gastos no valor de R\$ 28.339.214,75 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos), sobre o total de gastos realizados no montante de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos) durante o ano de 2013.

Índice de Despesas Diretas com Despesas de Capital: 1,0330%

O índice de Despesas Diretas com Imobilizações reflete a participação das imobilizações diretas no total das despesas do exercício.

Da análise, confrontando-se as aplicações diretas liquidadas com Investimentos, no montante de R\$ 1.467.653,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais), incluindo os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, com o montante de Despesas Correntes e Despesas de Capital realizadas durante o exercício, no total de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), verifica-se que apenas 1,0330% do total de despesas realizadas constituiu aplicações diretas em investimentos.

5.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Este Tribunal não tem passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 5.3 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	5.653.973,07	4.351.607,46	391.499,06	910.866,55
2011	2.199.423,28	1.196.852,38	1.002.570,87	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.502.077,30	2.420.819,15	59.865,07	21.393,08

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

5.3.1 Exercício financeiro de 2012

5.3.1.1 Restos a Pagar Não Processados:

Inscrição: R\$ 5.653.973,00

Cancelamentos: R\$ 391.499,00

A Pagar: R\$ 910.866,00



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Percentual de cancelamento em 6,92%. Os cancelamentos referem-se aos saldos pela não utilização dos valores empenhados, referentes a sobras de contratos com valores estimados.

Percentual de saldos a pagar em 16,11%. Esse saldo permaneceu considerando que a execução de restos a pagar decorre, em parte, da não apresentação ou apresentação com erros de faturas pela empresa OI S/A (telefonia fixa), bem como a contratação da substituição dos elevadores do edifício sede e a construção do imóvel da cidade de Pinhalzinho, no qual vai ser instalado o cartório eleitoral daquela cidade, não foram concluídos nos prazos estipulados. No entanto, apesar dos esforços para pagamento de todos os valores registrados em Restos a Pagar no exercício, estão pendentes as faturas relativas aos contratos de telefonia, parte do contrato da construção de cartório e parte do contrato da substituição dos elevadores, bem como às fiscalizações.

Ficaram pendentes apenas valores de restos a pagar não processados de exercícios anteriores ao ano de 2011, para pagamento e/ou cancelamento em 2013, em função de dificuldades na execução de reformas contratadas para adequação das instalações de sedes de cartórios eleitorais e a dificuldade de alguns fornecedores providenciarem o faturamento corretamente.

5.3.1.2 Restos a Pagar Processados:

Inscrição: R\$ 2.502.077,00

Cancelamentos: R\$ 59.865,00

A Pagar: R\$ 21.393,00

O saldo a pagar decorre da não apresentação do faturamento pela empresa Perez Construtora Ltda. por apresentar problemas na documentação da folha de pagamento dos funcionários colocados a disposição deste Órgão, conforme contrato firmado entre as partes.

Percentual de apenas 2,39% foi cancelado do montante inscrito em 2012.

Não há valores inscritos referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão que tenham sua vigência prorrogada por decreto.

5.3.2 Análise crítica da realização da despesa

Índice de Utilização Orçamentária: 98,2940%

O índice de utilização orçamentária busca conhecer se o orçamento da Unidade Gestora foi elaborado de forma adequada, sem superdimensionamento de gastos. Do resultado, pode-se constatar que 98,2940% do orçamento líquido foi efetivamente utilizado, contrapondo-se à Despesa Liquidada somada com as inscrições em Restos a Pagar Não Processados, que constituíram o montante de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), com a Despesa Autorizada, que foi de R\$ 144.535.908,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e oito reais). Tal percentual reflete uma previsão orçamentária coerente com a programação dos gastos realizada durante o exercício de 2013.

Índice de Despesas Diretas com Pessoal: 79,0196%

O Índice de Despesas Diretas com Pessoal objetiva avaliar a participação das despesas realizadas com pessoal no total das despesas do exercício.

Durante o exercício, das despesas liquidadas e inscritas em Restos a pagar Não Processados classificadas com Despesas Correntes e Despesas de Capital, que constituíram o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

montante total de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), 79,0196% foram aplicações diretas realizadas com Pessoal e Encargos Sociais, que resultou em R\$ 112.263.266,13 (cento e doze milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e treze centavos).

Como podemos observar, a programação e a execução orçamentária deste Tribunal se concentram na despesa com pessoal e encargos sociais, enquanto os créditos orçamentários destinados a outros custeios e capital são utilizados na manutenção do órgão.

Índice de Despesa direta com Outras Despesas Correntes: 19,9473%

O índice de Despesa Direta com a execução em Outras Despesas Correntes objetiva avaliar a participação das despesas realizadas com a manutenção do órgão e Benefícios aos servidores no total das despesas do exercício.

Durante o exercício, 19,9473% das despesas realizadas, classificadas como Despesas Correntes e Despesas de Capital, que constituíram o montante de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), foram gastos R\$ 28.339.214,75 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos) na categoria Outras Despesas Correntes.

Índice de Despesas Diretas com Despesas de Capital: 1,0330%

O índice de Despesas Diretas com Imobilizações reflete a participação das imobilizações diretas no total das despesas do exercício.

Da análise, confrontando-se as aplicações diretas liquidadas com Investimentos, no montante de R\$ 1.467.653,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais), incluindo os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, com o montante de Despesas Correntes e Despesas de Capital realizadas durante o exercício, no total de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), verifica-se que 1,0330% do total de despesas realizadas constituiu aplicações diretas em investimentos.

Índice de Inscrição de Restos a Pagar: 1,8583%

O índice de Inscrição de Restos a Pagar Não Processados objetiva avaliar se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência.

Da análise, confrontando os recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, que constituíram o montante de R\$ 2.640.166,82 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), com as Despesas Liquidadas no exercício, incluindo os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, no total de R\$ 142.070.133,88 (cento e quarenta e dois milhões, setenta mil, cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), verifica-se que 1,8583% deste valor serão liquidados em 2014.

5.4 Transferências de Recursos

Este Tribunal não firmou realizou transferência de recursos financeiros a terceiros mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, termos de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.5 Suprimento de fundos, contas bancárias Tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

Quadro 5.5.A – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	70	171.893,00	0	0,00	0	0,00	171.893,00
2012	60	147.321,00	0	0,00	0	0,00	147.321,00
2011	51	110.019,00	0	0,00	0	0,00	110.019,00

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E SIAFI GERENCIAL.

As informações relativas às despesas realizadas por meio de suprimento de fundos encontram-se no Anexo I.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 5.5.B - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos		Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
		Qttd.	Valor	Qttd.	Valor	Qttd.	Valor	Qttd.	Valor	Qttd.	Valor	Qttd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	70	171.893,00	60	147.321,00	51	110.019,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.5.1 Análise crítica

A utilização de suprimento de fundos no âmbito deste Tribunal restringe-se aos casos em que, efetivamente, não é possível proceder-se à contratação mediante o procedimento normal de aplicação.

As despesas, em sua grande maioria, correspondem a pequenas manutenções nos imóveis da Justiça Eleitoral Catarinense, capilarizada em 82 municípios. Nessas situações, além da pequena quantidade de materiais adquirida e da inviabilidade de manterem-se estoques, em face da sua diversidade, é considerado também o fato de que o custo do transporte do Almoxarifado centralizado na Capital do Estado até o local de destino supera o próprio valor de aquisição. Também é levada em conta a fragilidade de alguns materiais, com alto risco de serem danificados durante o transporte.

A fim de assegurar a observância da legislação na aplicação de tais recursos, a Administração divulga orientações aos servidores investidos na condição de supridos, detalhando todas as formalidades a serem observadas. Além disso, após a prestação de contas, há manifestação da unidade responsável, para que informe se algum dos itens estaria contemplado no estoque do Almoxarifado ou contemplado em contrato ou ata de registro de preços em vigor. Após essas providências, a prestação de contas é analisada pela Seção de Contabilidade/COFIC/SAO, que submete o parecer à Secretaria de Administração e Orçamento.

Além disso, destaca-se a realização de auditorias periódicas, por amostragem, pela Coordenadoria de Controle Interno.

Ainda, para fins de esclarecimento, registra-se que este Tribunal não faz uso do Cartão de Crédito Corporativo, uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral definiu pela sua inaplicabilidade à Justiça Eleitoral.

5.6 Gestão de Precatórios

Considerando que este Tribunal não é órgão gestor de precatórios, o item não se aplica a esta unidade.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Estrutura de Pessoal

6.1.1 Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela

Quadro 6.1.1.A – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	885	885	210	211
1.1. Membros de poder e agentes políticos	226	226	143	118
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	659	659	67	93
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	489	489	21	23
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	6	6	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	164	164	44	68
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	885	885	210	211

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SGRH)/TRES

Quadro 6.1.1.B – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	43
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	38
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	5
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Licença por motivo de afastamento do cônjuge)	4
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	50



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SGRH)/TRESC

6.1.2 Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade

Quadro 6.1.2.A – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	35	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	213	213	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	248	248	0	0

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SGRH)/TRESC

Quadro 6.1.2.B – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	66	352	222	60	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	20	118	65	14	9
1.2. Servidores de Carreira	46	234	157	46	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	12	125	91	19	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	12	19	4	0
2.3. Funções gratificadas	12	113	72	15	1
3. Totais (1+2)	78	477	313	79	13

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SGRH)/TRESC

Quadro 6.1.2.C – Quantidade de Servidores Da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos (*)						226			
1.2. Servidores de Carreira					37	93	98	7	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	5	27	2	
2.3.	Funções Gratificadas					26	57	115	4	
3.	Totais (1+2)					64	381	240	13	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – SGRH)/TRESC

(*) No mínimo Nível Superior. Não possuímos a informação cadastral quanto ao nível de escolaridade dos Membros de Poder e Agentes Políticos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1.3 Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

6.1.3.1 Quadro de custos de pessoal na Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.3.1 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores										Em R\$ 1,00			
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis				Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Deci- sões Judi- ciais	Total	
		Retribuições	Gratificações										
Membros de poder e agentes políticos													
Exercícios	2013	0,00		10.206.371,09	0,00		90.524,90	0,00	0,00	0,00	0,00	10.296.895,99	
	2012	0,00		9.782.710,06	0,00		124.063,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.906.773,36	
	2011	0,00		9.618.450,78	0,00		32.894,27	0,00	0,00	1.313.489,50	0,00	10.964.834,55	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão													
Exercícios	2013	0,00		2.106.401,29	1.751.049,31	2.733.681,11	960.026,21	598.422,87	91.888,73			8.241.767,17	
	2012	20.651.336,65	0,00	1.845.514,82	3.784.337,59	2.936.136,93	823.702,64	642.778,01	118.924,11		0,00	30.802.730,75	
	2011	19.268.447,82	0,00	1.763.707,40	1.573.594,43	2.284.975,51	994.326,96	650.598,78	33.974,21		0,00	26.569.625,33	
Servidores com Contratos Temporários													
Exercícios	2013	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2012	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2011	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença													
Exercícios	2013	562.304,27	0,00	46.783,96	39.773,99	53.475,02	19.212,30	0,00	72,82		0,00	721.622,36	
	2012	239.673,35	0,00	20.757,71	14.491,66	18.234,05	894,26	0,00	3.397,93		0,00	297.448,96	
	2011	348.111,29	0,00	25.734,01	29.832,90	30.190,34	6.221,99	0,00	0,00		0,00	440.090,53	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial													
Exercícios	2013	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2012	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2011	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior													
Exercícios	2013	4.976.067,08	2.527.897,28	628.154,34	487.279,37	404.632,06	129.181,67	14.266,14	17.759,12		0,00	9.185.237,06	
	2012	4.936.547,91	2.518.629,60	639.089,15	793.221,51	385.129,63	159.569,49	7.310,80	8.016,77		0,00	9.447.514,86	
	2011	4.915.429,81	2.518.629,60	636.760,86	506.318,77	356.445,89	268.654,03	7.600,33	21.058,01		0,00	9.230.897,30	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas													



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Exercícios	2013	20.807.767,96	4.562.221,94	2.187.080,81	1.824.195,23	2.291.569,56	841.709,09	231.602,87	102.289,83	0,00	32.848.437,29
	2012	18.435.319,98	4.568.343,82	2.019.729,32	4.223.155,83	2.299.551,20	795.535,56	176.159,76	70.392,29	0,00	32.588.187,76
	2011	18.229.222,97	4.601.826,82	1.928.498,26	1.754.373,45	1.917.469,21	994.104,01	158.413,67	42.107,65	0,00	29.626.016,04

Fonte: DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DO SISTEMA FOLHA SGRH/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 6.1.4.A – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	52	4
1.1 Voluntária	43	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	9	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	11	0
2.1 Voluntária	10	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	63	4

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO, APOSENTADORIA E PENSÃO)/TREC

Quadro 6.1.4.B – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	21	2
1.1. Integral	21	2
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	9	0
3. Total (1+2)	30	2

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO, APOSENTADORIA E PENSÃO)/TREC

6.1.4.1 Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Todos os atos sujeitos à remessa ao TCU são encaminhados via SISAC por esta Secretaria, restando prejudicado o preenchimento do Quadro relacionado a este subitem (Atos sujeitos à remessa ao TCU por meio físico).

6.1.5 Demonstração do cadastramento no Sisac

Quadro 6.1.5.A – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	13	27	9	39
Concessão de aposentadoria	4	0	4	0
Concessão de pensão civil	2	0	2	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato	2	0	2	0



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

concessório				
Totais				

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

Quadro 6.1.5.B – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	12	10	13	9
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	12	10	13	9

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

Quadro 6.1.5.C – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	8	1		
Concessão de aposentadoria	2	2		
Concessão de pensão civil		2		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	2			
Total	12	5	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	13	0	0	0
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	13	0	0	0

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A acumulação de cargos cinge-se aos três servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado, Especialidade Medicina (Médicos), em consonância com o ordenamento vigente (incisos XVI, “c”, e XVII do art. 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do art. 117 da Lei n. 8.112/1990).

6.1.7 Ações adotadas para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos

A matéria — acumulação de cargos neste Tribunal — foi discutida nos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 90442/2011 e dali saíram as seguintes definições/conclusões sobre a questão na seara deste Tribunal: a) a acumulação de cargos cinge-se aos três servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado, Especialidade



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Medicina (Médicos), em consonância com o ordenamento vigente (incisos XVI, “c”, e XVII do art. 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do art. 117 da Lei n. 8.112/1990); b) anualmente todos os servidores do Quadro de Pessoal deste Tribunal e Juizes do Pleno – Classe Jurista são instados a declarar sobre a acumulação de cargos, funções ou empregos públicos. Após realizado o recadastramento do exercício de 2013, permanece inalterada a situação inicialmente verificada, qual seja, a acumulação de cargos apenas pelos servidores acima referenciados.

6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O primeiro indicador refere-se à compilação de dados pertinentes aos quantitativos de servidores que tiveram afastamento (licença) para tratamento da própria saúde e de dias de afastamento deferidos a estes servidores, conforme tabela abaixo:

Quadro 6.1.8.A – Índice de Absenteísmo Motivado por Doença dos Servidores

Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador		Índice de absenteísmo motivado por doença dos servidores		
Objetivo do Indicador		Possibilitar uma visão crítica acerca do índice de licenças motivadas por acometimentos à saúde, intensificando as atividades de prevenção e realização de campanhas por meio do Programa Qualidade de Vida do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, cujas ações foram instituídas e são gerenciadas pela Seção de Saúde/CP.		
Área responsável		Seção de Saúde/CP		
Fórmula de cálculo e método de medição		Registro prospectivo dos dados no decorrer do exercício. Levantamento do montante de servidores da Justiça Eleitoral, do quadro de pessoal e removidos de outros Regionais em exercício neste Tribunal, que tiveram afastamento(s) no decorrer do ano de 2013 em relação ao número de dias das licenças. Estabelecimento da média de dias de afastamentos em relação ao total de servidores.		
Fonte dos dados		Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH; Planilhas de registros dos atendimentos.		
Evolução dos resultados do indicador*				
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista		Realizada	2012	2011
10,18		9,52	10,18	12,22
Análise Crítica do Resultado do indicador em 2013				
Os números indicam uma redução no índice de licenças (média de dias de afastamento) em comparação com os exercícios anteriores. Atribui-se parte dessa redução na intensificação das atividades do Programa Qualidade de Vida instituído neste Tribunal, do qual se destacam a realização dos exames periódicos pela maioria dos servidores, implementação das atividades do Programa de Atualização Vacinal, bem como do resultado das ações educativas, baseadas em dados da pesquisa Perfil de Saúde dos servidores.				
Exercício	Total de servidores	Total de servidores com afastamento	Total de dias de afastamento	Média**
2011	478	262	5.841	12,22
2012	488	257	4.970	10,18
2013	487	272	4.637	9,52



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

* Estão excluídos desse quantitativo os afastamentos dos servidores do quadro de pessoal deste Tribunal que estão no exercício das atividades em outros Regionais, diante de remoção e/ou exercício provisório, bem como dos servidores requisitados nos termos da Lei n. 6.999/1982 ou de outros Órgãos que estão em exercício provisório neste Tribunal.

** Divisão do total de dias de afastamento pela quantidade de servidores da Justiça Eleitoral em exercício neste Tribunal, do quadro de pessoal e removidos de outros Regionais.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O segundo indicador refere-se à compilação de dados referentes ao montante dos atendimentos clínicos efetuados nos serviços médico e odontológico do TRESC, os quais são considerados como passíveis de gerar despesas:

Quadro 6.1.8.B – Montante dos Atendimentos Clínicos Efetuados nos Consultórios Médico e Odontológico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador	Montante dos atendimentos clínicos efetuados nos consultórios médico e odontológico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.			
Objetivo do Indicador	Levantamento do quantitativo atendimento em saúde por meio da modalidade direta do Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal.			
Área responsável	Seção de Saúde/CP			
Fórmula de cálculo e método de medição	Registro prospectivo dos dados no decorrer do exercício; Levantamento do montante de atendimentos prestados por categoria de usuários.			
Fonte dos dados	Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH; Planilhas de registros dos atendimentos.			
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	
-	1.792	2.520	2.122	
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013				
Esses números fornecem tão somente elementos para uma possível análise quantitativa do atendimento clínico prestado nas dependências do serviço de saúde deste Tribunal, traduzido na assistência pela modalidade direta do Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal.				
A análise desse indicativo permite avaliar o índice de procura dos servidores por atendimento médico e/ou odontológico, inferindo-se daí a ocorrência dos acometimentos em saúde.				
Dos dados, observa-se que há uma redução significativa do número geral de atendimentos, motivados, em especial, pela redução no número de atendimentos odontológicos. Tal redução decorre do fato de no exercício de 2012 ter ocorrido a realização dos exames periódicos médicos e odontológicos, cujo público-alvo foram todos os servidores do Tribunal. Na ocasião, os servidores lotados na sede do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais da Capital foram atendidos pelos médicos e odontólogas desta Casa, nas dependências da Seção de Saúde. Já no exercício de 2013, além de não prever a realização de exames periódicos odontológicos, os exames periódicos médicos foram dirigidos apenas aos servidores acima de 40 anos.				
A título de ilustração, apresenta-se tabela demonstrativa da evolução desses índices nos últimos dois anos:				
Usuários do Programa de Assistência à Saúde (PAS)	MODALIDADE DIRETA			
	MEDICINA		ODONTOLOGIA	
	ANO 2013	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2012
Servidores	681	623	515	1.056
Dependentes	167	151	404	654
Comunidade*	22	33	3	3
Total	870	807	922	1.713
* Estagiários e terceirizados atendidos em caráter de urgência/emergência e servidores de outros órgãos por ordem dos convênios de cooperação técnica formalizados por este Tribunal.				

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O terceiro indicador tem relação com o gerenciamento do orçamento destinado à assistência à saúde dos servidores deste Tribunal, de acordo com as regras estabelecidas na Portaria



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

P n. 199, de 30.6.2010, e posteriormente pela Portaria P n. 47/2013, que, a partir de 1º.2.2013, passou a regulamentar o Programa de Assistência à Saúde – PAS do TRESC:

Quadro 6.1.8.C – Gerenciamento da Verba Orçamentária Destinada ao Programa de Assistência à Saúde – PAS do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DADOS GERAIS DO INDICADOR						
Denominação	Gerenciamento da verba orçamentária destinada ao Programa de Assistência à Saúde – PAS do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.					
Objetivo	Analisar a aplicação do orçamento disponível para o custeio do PAS, nas modalidades direta e indireta oferecidas pelo Tribunal, considerando o quantitativo de beneficiários integrantes do Programa e as despesas geradas para sua manutenção.					
Área responsável	Seção de Saúde/CP					
Fórmula de cálculo e método de medição	Utiliza-se, como parâmetro para os cálculos, o quantitativo de beneficiários inscritos no PAS, em relação à verba orçamentária disponível no exercício, tendo como limite mensal o valor do respectivo duodécimo, observando-se, ainda, os percentuais de participação dos servidores, nos termos das Portarias P n. 199/2010 e n. 47/2013, e nas Ordens de Serviço SGP n. 002/2011 e n. 001/2013.					
Fonte de dados	Planilhas de cálculo para fins de pagamento/ressarcimento de despesas com saúde; Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH; cadastro e controle de beneficiários inscritos no PAS; planilhas de registro e controle de despesas particulares para fins de ressarcimento; Sistema Breve.					
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR						
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores			
Prevista	Realizada		2012		2011	
100%	100%		100%		100%	
ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO DO INDICADOR EM 2013						
Para a aferição dos resultados apresentados neste indicador, faz-se necessário apresentar, conforme quadro demonstrativo abaixo, o quantitativo de beneficiários do Programa de Assistência à Saúde – PAS deste Tribunal, inscritos em 31.12.2013, beneficiados com a dotação orçamentária desse exercício, comparativamente ao quantitativo apresentado no exercício anterior.						
Beneficiários do Programa de Assistência à Saúde (PAS)	MODALIDADE INDIRETA					
	Forma Livre Escolha (ressarcimento de despesas particulares)		Formas Dirigida e Livre Escolha (UNIMED e ressarcimento de despesas particulares)		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
TITULARES						
Servidores Ativos	45	43	439	442	484	485
Servidores Inativos	14	14	49	47	63	61
Pensionistas	7	7	22	21	29	28
DEPENDENTES						
Dependentes Legais	70	68	695	675	765	743
TOTAL	136	132	1205	1185	1341	1317



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Observa-se que, no exercício de 2013, 1.341 usuários foram beneficiados pela modalidade indireta do Programa de Assistência à Saúde (PAS) deste Tribunal, sob as formas dirigida (plano de saúde contratado com a Unimed Grande Florianópolis) e livre escolha, mediante ressarcimento de despesas particulares com saúde.

Cabe destacar, que no exercício de 2013 foram promovidas alterações na regulamentação do PAS, a fim de se estabelecer mínima segurança financeira para sua manutenção. Dentre os fatores que deram causa às alterações, motivados especialmente pela insuficiência orçamentária para o custeio dos benefícios então oferecidos pelo Programa por meio da Portaria P n. 199/2010, citam-se: o iminente reajuste dos valores dos procedimentos médicos com a celebração do novo Contrato com a Operadora de Saúde Unimed Grande Florianópolis; a expressiva utilização do plano Unimed e elevado custo dos tratamentos de saúde recebidos por alguns dos beneficiários; o ressarcimento integral de exames periódicos e campanhas de saúde, e o aumento do número de procedimentos de cobertura obrigatória do plano de saúde contratado.

Ressalta-se que o acréscimo do valor das despesas com saúde comprometeu, consideravelmente, a verba destinada à saúde, sendo que em alguns meses a deficiência orçamentária necessitou ser complementada por meio de rateios entre os beneficiários optantes pela assistência médica Unimed.

A esse respeito, cabe destacar que foi constituído o Grupo de Trabalho designado pela Portaria DG n. 206, de 6.5.2013, destinado a promover reavaliações trimestrais no PAS, no intuito de avaliar a possibilidade de restringir ou expandir os procedimentos previstos no PAS, bem como analisar a conveniência de manutenção/alteração das faixas contributivas, a fim de manter o equilíbrio econômico/financeiro dos recursos destinados ao programa.

Por fim, em que pese os problemas orçamentários, verifica-se que, à luz das regras estabelecidas na legislação que disciplina a matéria, em especial a Portaria P n. 47/2013, foi atingida a meta prevista para o exercício, qual seja, garantir a execução da verba orçamentária destinada ao PAS no exercício de 2013, inclusive realizar ações do Programa Qualidade de Vida, instituído e gerenciado pela Seção de Saúde/CP, destinadas à prevenção de doenças, por meio de exames periódicos e campanhas de vacinação.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O quarto indicador é pertinente ao controle do quantitativo de servidores requisitados em exercício no Tribunal, tanto na Sede quanto nos Cartórios Eleitorais, com o escopo de diminuir gradativamente a quantidade de servidores requisitados, mantendo a força de trabalho necessária à realização das tarefas afetas à Justiça Eleitoral:

Quadro 6.1.8.D – Requisição de Servidores ao TRESC

DADOS GERAIS DO INDICADOR				
Nome do Indicador		Requisição de servidores ao TRESC		
Objetivo do Indicador		Efetividade no cumprimento dos requisitos legais para a requisição de servidores, nos termos da Lei n. 6.999/1982, Resolução TSE n. 23.255/2010 e Portaria P n. 297/2010.		
Área responsável		Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar/CP		
Fórmula de cálculo e método de medição		Método anual comparativo		
Fonte dos dados		SGRH		
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
188	164	188	140	151
ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO DO INDICADOR EM 2013				



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os dados demonstram que no período compreendido houve diminuição no quantitativo de requisições de servidores.

A título complementar informa-se que, no decorrer do ano, 68 (sessenta e oito) servidores requisitados retornaram ao Órgão de origem; ao passo que 44 (quarenta e quatro) novos servidores requisitados ingressaram na Justiça Eleitoral *Catarinense*.

A diminuição no quantitativo ocorrida em 2013, em relação a 2012, se deve à política de adequação do número de servidores requisitados às necessidades dos Juízos Eleitorais, em cumprimento aos limites e requisitos legais e normativos à requisição, previstos na Lei n. 6.999/1982, Resolução TSE n. 23.255/2010 e Portaria P n. 297/2010.

Os dados demonstram também que a manutenção de servidores requisitados, mesmo em ano sem eleições, está diretamente ligada à ausência de criação de novos cargos nas Zonas Eleitorais do Estado, após o provimento dos cargos criados pela Lei n. 10.842/2004, sendo que, para atingir novas metas, existe a necessidade premente de serem criados novos cargos à Justiça Eleitoral.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O quinto indicador refere-se à prestação e a decorrente retribuição de serviço extraordinário prestado, tanto em pecúnia quanto por meio da conversão em dias e/ou horas em haver.

Este indicador tem por objetivo verificar a carga de trabalho realizado extraordinariamente a fim de se viabilizar a implementação de medidas que possibilitem a realização do trabalho exclusivamente dentro da jornada normal do servidor e, com isso, reduzir o gasto com serviço extraordinário e o afastamento do servidor com o usufruto das horas a compensar adquiridas (principalmente nos períodos não eleitorais em que a retribuição dá-se por meio da compensação), bem como preservar a integridade física do servidor:

Quadro 6.1.8.E – Serviço Extraordinário

DADOS GERAIS DO INDICADOR				
Nome do Indicador	Serviço Extraordinário			
Objetivo do Indicador	Subsidiar ações para a efetiva diminuição do número de horas realizadas extraordinariamente			
Área responsável	Seção de Registros Funcionais/CP			
Fórmula de cálculo e método de medição	Fórmulas legais de aferição e método anual comparativo			
Fonte dos dados	SGRH			
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR				
Meta para o exercício de 2013		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010
Número de horas igual ou menor do que as realizadas em 2011, o qual, a exemplo de 2013, tratou-se de ano em que não houve eleições.	6.283,96 horas	68.164,75 horas	3.754,91 horas	39.700,56 horas
ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO DO INDICADOR EM 2012				
Verifica-se que o total de horas extras efetuadas foi maior do que aquele realizado em 2011, ano em que, a exemplo de 2013, não houve eleições. Há que se registrar, porém, como justificativa do crescimento das horas laboradas extraordinariamente, que houve a realização de novas eleições municipais em alguns municípios, bem como o projeto de cadastramento biométrico foi retomado em 2013 em algumas Zonas Eleitorais.				

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O sexto indicador refere-se ao número total de servidores capacitados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 6.1.8.F – Número Total de Servidores Capacitados

Dados gerais do indicador						
Nome do Indicador		Número total de servidores capacitados				
Objetivo do Indicador		Verificar o total de servidores capacitados				
Área responsável		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento				
Fórmula de Cálculo e método de medição		O número de servidores capacitados é medido pelo somatório de servidores que efetivamente participaram de, pelo menos, uma ação de capacitação no ano em questão.				
Fonte dos Dados		Controle da participação dos servidores nas ações de capacitação				
Custos de Obtenção do Indicador		Nenhum				
Evolução dos resultados do indicador						
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores			
Prevista		Realizada	2012	2011	2010	2009
421		483	421	463	454	476
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013						
O número de servidores capacitados foi maior que o previsto para o ano. Considerando que 2013 não foi um ano eleitoral, foi possível investir mais em treinamentos <i>in company</i> e realizar maior número de cursos na modalidade a distância (EaD), o que aumenta consideravelmente a participação dos servidores. Ainda, no decorrer do exercício de 2013, foram ofertados diversos treinamentos por outros órgãos públicos, sem custo de inscrição para este Tribunal.						

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O sétimo indicador refere-se à média dos investimentos efetuados por treinando.

Quadro 6.1.8.G – Média dos Investimentos Efetuados por Hora de Aprendizado

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador		Média dos investimentos efetuados por hora de aprendizado			
Objetivo do Indicador		Verificar o valor de investimento efetuado por hora de aprendizado			
Área responsável		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento			
Fórmula de Cálculo e método de medição		A média dos investimentos efetuados por hora de aprendizado é igual ao orçamento utilizado com ações de capacitação no ano em questão dividido pelo total de horas de aprendizado oferecidas.			
Fonte dos Dados		Controle da participação dos servidores nas ações de capacitação			
Custos de Obtenção do Indicador		Nenhum			
Evolução dos resultados do indicador					
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010	2009
R\$ 53,33	R\$ 23,01	R\$ 53,33	R\$ 18,83	R\$ 25,34	R\$ 22,40
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013					
A média dos investimentos efetuados por hora de aprendizado por treinando foi menor que a prevista para o ano, tendo em vista a ênfase aos treinamentos <i>in company</i> e na modalidade a distância (EaD), bem como a presença de cursos ofertados gratuitamente por outros órgãos públicos e a política da Unidade responsável de aliar qualidade ao menor custo. Estes componentes reduzem consideravelmente os custos envolvidos nos eventos de capacitação e, consequentemente, o valor por hora de aprendizado.					

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O oitavo indicador refere-se à média de horas de aprendizado destinadas a cada servidor.

Quadro 6.1.8.H – Média de Horas de Aprendizado Destinadas a Cada Servidor

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Média de horas de aprendizado destinadas a cada servidor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Objetivo do Indicador	Verificar o valor de horas de aprendizado destinadas a cada servidor				
Área responsável	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento				
Fórmula de Cálculo e método de medição	A média de horas de aprendizado destinadas a cada servidor capacitado é igual ao total de horas de aprendizado oferecidas no ano em questão dividido pelo número servidores capacitados no ano.				
Fonte dos Dados	Controle da participação dos servidores nas ações de capacitação				
Custos de Obtenção do Indicador	Nenhum				
Evolução dos resultados do indicador					
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010	2009
25h43min	54h90min	25h43min	73h45min	43h53min	59h35min
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013					
O aumento da média de horas de aprendizado destinadas a cada servidor capacitado em relação à meta prevista foi constatado em razão dos investimentos em treinamentos <i>in company</i> e da realização de maior número de cursos na modalidade a distância (EaD), bem como a oferta de diversos treinamentos por outros órgãos públicos, sem custo de inscrição para este Tribunal.					

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

O nono indicador refere-se ao índice de aderência ao Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento - PACD.

Quadro 6.1.8.I – Índice de Aderência ao PACD

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador	Índice de aderência ao PACD				
Objetivo do Indicador	Medir o percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento - PACD em relação ao total de cursos ministrados.				
Área responsável	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento				
Fórmula de Cálculo e método de medição	Total de Treinamentos do PACD Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Promovidos pelo Tribunal (TPT), multiplicado por cem. (TTPR/TPT)x100				
Fonte dos Dados	Controle da participação dos servidores nas ações de capacitação				
Custos de Obtenção do Indicador	Nenhum				
Evolução dos resultados do indicador					
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010	2009
40%	35%	-	-	-	-
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013					
O índice de aderência ao PAC foi menor que a prevista para o ano, este fato justifica-se por: a) no decorrer do exercício de 2013, foram constatadas novas necessidades de treinamento, as quais não estavam previstas no PACD. A Administração, por entender que eram essenciais ao aprimoramento dos servidores, aprovou-as; b) no decorrer do exercício de 2013, foram ofertados treinamentos pelo CNJ ou TSE voltados à realidade e às atribuições do Poder Judiciário. Não havia custo com a inscrição em tais eventos, apenas o pagamento de diárias e despesas de deslocamento. Por estarem inseridas no âmbito do Poder Judiciário, essas ações proporcionaram capacitação específica aos servidores do TRESC. Registra-se, ainda, que a maior parte desses eventos tinha o caráter compulsório; c) no decorrer do exercício de 2013, houve o aproveitamento da oportunidade de capacitação por meio alguns cursos oferecidos gratuitamente por outros órgãos públicos; d) ainda, os cursos internos em EaD, por não utilizarem verba, não estavam previstos no PACD. Diante dessas constatações, foi alterada a estrutura do PACD do próximo exercício para possibilitar o cumprimento da meta em 2014.					

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O décimo indicador refere-se à média de horas de aprendizado destinadas a cada servidor.

Quadro 6.1.8.J – Índice de Execução do PACD

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador		Índice de execução do PACD			
Objetivo do Indicador		Medir o percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PACD efetivamente realizados.			
Área responsável		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento			
Fórmula de Cálculo e método de medição		Total de Treinamentos do PACD Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Previstos no PACD (TTPP), multiplicado por cem. (TTPR/TTPP)x100			
Fonte dos Dados		Controle da participação dos servidores nas ações de capacitação			
Custos de Obtenção do Indicador		Nenhum			
Evolução dos resultados do indicador					
Meta para o exercício de 2013			Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011	2010	2009
50%	63%	X	X	X	X
Análise crítica do Resultado do indicador em 2013					
Apesar da realização de número considerável de treinamentos não contemplados no PACD, a Unidade responsável conseguiu na gestão dos cursos, dar ênfase aos previstos no Plano, alcançando índice superior ao prognosticado.					

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.2 Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não há terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos do órgão.

6.2.2 Autorizações Expedidas Pelo Ministério Do Planejamento, Orçamento E Gestão Para Realização De Concursos Públicos Para Substituição De Terceirizados

Não há autorizações para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados, em razão de não haver terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos do órgão.

6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Quadro 6.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 070020 / 00001				CNPJ: 05.858.851/0001-93									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	108	10.339.552/0001-82	09/10/2009	31/01/2013	4	4					E
2009	L	O	105	07.006.622/0001-76	22/10/2009	31/01/2013	11	11					E
2009	L	O	125	10.339.552/0001-82	05/11/2009	31/01/2013	1	1					E
2010	L	O	100	03.814.774/0001-44	31/08/2010	31/01/2013	3	3					E
2010	L	O	101	10.339.552/0001-82	31/08/2010	31/01/2013	1	1					E
2010	V	O	120	87.134.086/0002-04	07/10/2010	15/12/2013	4	4					E
2010	L	O	130	09.284.904/0001-60	12/11/2010	31/01/2013	3	3					E
2010	L	O	136	07.006.622/0001-76	12/11/2010	31/01/2013	43	43					E
2010	L	O	133	10.339.552/0001-82	17/11/2010	31/01/2013	1	1					E
2010	L	O	138	10.339.552/0001-82	17/11/2010	31/01/2013	3	3					E



Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 6.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

79



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2011	Outras	O	029	03.814.774/0001-44	04/05/2011	31/08/2014			2	2				P
2011	Copeiragem	O	036	07.006.622/0001-76	27/05/2011	30/09/2013	1	1						E
2011	Outras	O	077	00.482.840/0001-38	10/10/2011	31/08/2014					2	2		P
2011	Informática	O	080	93.124.642/0001-83	10/10/2011	31/08/2014			6	6	12	12		P
2011	Copeiragem	O	115	09.284.904/0001-60	07/12/2011	30/09/2013	6	6						E
2012	Manu. de bens móveis e imóveis	O	025	03.314.516/0001-07	08/03/2012	31/08/2014	9	9	6	6				P
2012	Informática	O	043	00.482.840/0001-38	27/06/2012	31/08/2014			2	2	1	1		P
2013	Recepção	O	040	05.912.569/0001-47	02/07/2013	15/12/2013			3	3				E
2013	Outras	O	063	00.482.840/0001-38	13/08/2013	31/08/2014			4	4				A
2013	Reprografia	O	072	03.814.774/0001-44	10/09/2013	31/08/2014	2	2						A
2013	Copeiragem	O	076	07.006.622/0001-76	23/09/2013	31/08/2014	8	8						A
2013	Transportes	O	089	09.526.473/0001-00	31/10/2013	31/08/2014	9	9						A
2013	Outras	O	086	10.565.981/0001-78	04/11/2013	31/03/2014	2	2						E

Fonte: Banco de Dados da CCM/SAO/TRE



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4

Os contratos de prestação de serviços terceirizados no âmbito deste Tribunal vêm apresentando andamento satisfatório. Pode-se identificar, como aspecto fundamental para essa avaliação, a contratação mediante acordo de níveis de serviço, regulamentada, no âmbito da Justiça Eleitoral, pela Resolução TSE n. 23.234. Essa modalidade de contratação permite a permanente avaliação qualitativa dos serviços, obrigando as contratadas a priorizarem a sua boa prestação.

Há questões pontuais, relativas a faltas de funcionários ou atrasos de pagamentos de verbas trabalhistas, que são tratadas de maneira efetiva por este Tribunal, que somente atesta os serviços mediante a sua total comprovação, além de aplicar as penalidades previstas em contrato.

Registra-se, ainda, o caso específico do Contrato n. 40/2013, firmado com a empresa Olivio & Pietroboli Ltda. ME, que foi rescindido após menos de 4 (quatro) meses de vigência, justamente em face dos reiterados descumprimentos de obrigações trabalhistas. Como consequência da referida rescisão, foi aplicada à empresa a multa rescisória estabelecida em contrato, além da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este Tribunal pelo período de 2 (dois) anos. Finalmente, consigna-se que os pagamentos relativos aos meses em que não houve o cumprimento das obrigações trabalhistas foram retidos por este Tribunal e depositados em juízo, para repasse direto aos empregados, em caso de êxito em reclamatória trabalhista.

6.2.6 Contratação de Estagiários

Quadro 6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	14	14	14	14	150.566,78
1.2 Área Meio	93	92	95	102	1.004.317,77
2. Nível Médio					0
2.1 Área Fim	0	1	1	1	6.430,56
2.2 Área Meio	0	0	1	1	2.428,05
3. Total (1+2)	107	107	111	118	1.163.743,16

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

A constituição da frota de veículos relativa ao exercício de 2013 está consignada na Portaria P n. 020/2012, a qual divulga a Lista de Veículos de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução do CNJ n. 83, de 10 de junho de 2009.

No tocante à forma de utilização da frota de veículos do TRESC, a Portaria P n. 401/2009, que dispõe sobre aquisição, locação, utilização, identificação, guarda e responsabilização pelo uso dos veículos oficiais no âmbito da Justiça Eleitoral Catarinense, disciplina a matéria.

Constata-se a importância da frota de veículos sobre as atividades da Justiça Eleitoral Catarinense diante das demandas por deslocamentos de servidores e colaboradores terceirizados em todas as unidades da Justiça Eleitoral do Estado, para a realização de atividades diversas – apoio cartorário, manutenção predial, manutenção nos equipamentos de informática, etc. Destaca-se o aumento significativo na frequência de deslocamentos em anos eleitorais.

Nessa esteira, o impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRESC nesses anos aumenta sobremaneira, tanto que este Regional opta por locar em média 20 veículos pelo período aproximado de 30 dias, para atender aos eventos mais críticos.

A seguir, informa-se a quantidade de veículos em uso ou sob a responsabilidade deste Tribunal discriminados por grupos, segundo a classificação, bem como sua totalização por grupo e geral:

Veículos de Representação	2
Veículo de transporte institucional	1
Veículos de serviço	19
Total geral	22

Abaixo consta a relação da média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo sua classificação, bem como a idade média da frota:

Veículos de Representação	14.285 km/veículo
Veículo de transporte institucional	5.102 km/veículo
Veículos de serviço	13.084 km/veículo
Veículos de Representação	1 ano
Veículo de transporte institucional	9 anos
Veículos de serviço	5 anos

Eis os custos anuais associados à manutenção da frota, conforme respectivos grupos e classificação:

Veículos de Representação	R\$ 720,00
Veículo de transporte institucional	R\$ 1.056,00
Veículos de serviço	R\$ 38.967,00

O plano de substituição da frota deste Tribunal leva em consideração o ano do veículo, sua quilometragem e as despesas com manutenção e por tal motivo os veículos de serviço são trocados com mais frequência que os de representação e os de transporte institucional.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A aquisição em detrimento da locação de veículos deve-se à importância deles para as atividades da Justiça Eleitoral Catarinense, mencionadas anteriormente, destacando-se os deslocamentos frequentes para as 105 (cento e cinco) zonas eleitorais de Santa Catarina, o que tornaria mais onerosa a opção por locar diariamente 22 (vinte e dois) veículos pelo período de doze meses, por exemplo. Contudo, como já esclarecido, no período eleitoral a demanda por viagens no território catarinense aumenta consideravelmente, decidindo-se, nessas circunstâncias, pela locação de veículos para atender às necessidades do TRESC por aproximadamente 30 (trinta) dias.

Com a finalidade de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o TRESC celebrou o Contrato n. 203/2008, com a EMBRATEC - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda., cujo objeto consiste na implantação e operacionalização de sistema informatizado, visando ao fornecimento, por empresas credenciadas, de combustíveis e lubrificantes e à prestação de serviços de manutenção de peças, pneus e demais materiais aos veículos do TRESC, inclusive aos eventualmente locados e requisitados.

Além disso, o sistema ora implantado permite uma eficaz gestão da frota de veículos, fornecendo diversos relatórios por veículos, tipos de despesas, mensais, anuais, etc.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro 7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1 – SANTA CATARINA	32	32
	Anchieta	1	1
	Araranguá	1	1
	Bom Retiro	1	1
	Brusque	1	1
	Canoinhas	1	1
	Concórdia	1	1
	Curitibanos	1	1
	Cunha Porã	1	1
	Florianópolis	3	3
	Gaspar	1	1
	Imaruí	1	1
	Indaial	1	1
	Itajai	1	1
	Ituporanga	1	1
	Joaçaba	1	1
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
	Laguna	1	1
	Palhoça	1	1
	Pinhalzinho	1	1
	Quilombo	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Santo Amaro da Imperatriz	1	1
	São Carlos	1	1
	São Domingos	1	1
	São José	1	1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tangará	1	1
Timbó	1	1
Urubici	1	1
Videira	1	1

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 7.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1 – SANTA CATARINA	47	52
	Florianópolis	1	1
	Braço do Norte	1	1
	Rio Negrinho	1	1
	Jaraguá do Sul	1	1
	Porto União	1	1
	São Bento do Sul	1	1
	Urussanga	1	1
	Capinzal	1	1
	São Lourenço do Oeste	1	1
	São João Batista	1	1
	Balneário Camboriú	1	1
	Balneário Piçarras	1	1
	Campos Novos	1	1
	Chapecó	1	1
	Araranguá	1	1
	São Joaquim	1	1
	Imbituba	1	1
	Maravilha	1	1
	Biguaçu	1	1
	Tubarão	1	1
	Abelardo Luz	1	1
	Pinhalzinho	1	1
	Mafra	1	1
	Içara	1	1
	Xanxerê	1	1
	Campo Erê	1	1
	São José	3	3
	Caçador	1	1
	Tijucas	1	1
	Sombrio	1	1
	Trombudo Central	1	1
	Laguna	0	1
	Itapema	1	1
	Blumenau	1	0
	São José do Cedro	1	1
	Papanduva	1	1
	Barra Velha	1	1
	Xaxim	1	1
	Ponte Serrada	1	1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 7.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
Anita Garibaldi	1	1
Itaiópolis	1	1
Anchieta	1	1
Dionísio Cerqueira	1	1
São Miguel do Oeste	1	1
Santa Cecília	1	1
Ibirama	1	1
Orleans	0	1
Palmitos	0	1
Santo Amaro da Imperatriz	0	1
Turvo	0	1
Urubici	0	1

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 7.2.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com manutenção
070020	8015 00001.500-0	13	5	82.000,00	12/07/2012	107.851,00		
070020	8027 00073.500-6	13	5	99.480,00	12/07/2012	130.840,00		
070020	8049 00001.500-4	13	3	150.000,00	12/07/2012	195.703,00		
070020	8055 00002.500-4	13	2	300.000,00	12/07/2012	602.820,00		
070020	8073 00030.500-5	13	2	200.000,00	12/07/2012	233.840,00		
070020	8083 00022.500-9	13	2	385.000,00	12/07/2012	508.250,00		
070020	8091 00002.500-0	13	5	150.000,00	12/07/2012	195.230,00	293.433,91	
070020	8105 00190.500-8	13	2	5.796.068,17	12/07/2012	12.904.970,00	380.000,00	800.000,00
070020	8105 00238.500-8	13	2	829.880,10	12/07/2012	1.980.030,00		230.000,00
070020	8105 00434.500-3	13	2	2.399.777,66	12/07/2012	3.138.080,00		170.000,00
070020	8117 00001.500-2	13	2	99.480,00	12/07/2012	130.840,00		
070020	8141 00005.500-7	13	5	82.000,00	12/07/2012	107.280,00	454.812,59	
070020	8147 00003.500-5	13	2	128.000,00	12/07/2012	165.520,00		
070020	8161 00100.500-8	13	5	400.000,00	12/07/2012	438.180,00	27.701,59	
070020	8167 00006.500-6	13	3	145.000,00	12/07/2012	177.430,00	7.867,50	
070020	8177 00027.500-8	13	2	210.000,00	12/07/2012	276.200,00		
070020	8179 00076.500-1	13	3	535.700,00	12/07/2012	723.180,00	12.895, 00	1.560,00
070020	8183 00048.500-7	13	3	247.000,00	12/07/2012	333.440,00		
070020	8185 00053.500-0	13	3	99.480,00	12/07/2012	130.840,00		
070020	8233 00013.500-6	13	2	300.000,00	12/07/2012	380.430,00		
070020	8279 00001.500-9	13	5	82.000,00	12/07/2012	107.390,00	281.711,27	
070020	8291 00021.500-7	13	3	514.845,00	12/07/2012	695.030,00	3098,00	960,00
070020	8309 00001.500-4	13	5	175.000,00	12/07/2012	229.600,00	6.499,85	
070020	8315 00001.500-9	13	5	92.000,00	12/07/2012	113.160,00		
070020	8317 00001.500-5	13	2	81.800,00	12/07/2012	109.800,00		
070020	8327 00058.500-3	13	2	1.616.240,00	12/12/2012	3.512.860,00	6.113,00	3.625,00
070020	8353 00001.500-1	13	2	75.000,00	12/07/2012	98.600,00		



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

070020	8357 00002.500-0	13	5	130.000,00	12/07/2012	168.400,00		
070020	8371 00052.500-8	13	5	82.900,00	12/07/2012	109.000,00		
070020	8379 00006.500-2	13	2	150.000,00	12/07/2012	195.700,00		
070020	8253.00005.500-7	13	1	92.688,05	22/11/2012	92.688,05		
070020	Curitiba*	5	1					
070020	Criciúma*	11	2					
Total							1.108.122,71	627.565,09

* Em fase de regularização

Regime:

- 1 – Aquicultura
- 2 – Arrendamento
- 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
- 4 – Cessão – Outros
- 5 – Cessão – Prefeitura e Estados
- 6 – Cessão Onerosa
- 7 – Comodato
- 8 – Disponível para Alienação

- 9 – Em processo de Alienação
- 10 – Em regularização – Cessão
- 11 – Em regularização – Entrega
- 12 – Em regularização – Outros
- 13 – Entrega – Adm. Federal Direta
- 14 – Esbulhado (Invasão)
- 15 – Imóvel Funcional
- 16 – Irregular – Cessão

- 17 – Irregular – Entrega
- 18 – Irregular – Outros
- 20 – Locação para Terceiros
- 21 – Uso em Serviço Público
- 22 – Usufruto Indígena
- 23 – Vago para Uso

Estado de Conservação:

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom
- 3 – Bom

- 4 – Regular
- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim

- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7.2.4 Análise crítica

Preliminarmente, cabe traçar o histórico da expansão da infraestrutura imobiliária da Justiça Eleitoral neste Estado, a partir do ano de 2005, quando foi iniciada a política de aquisição de imóveis próprios, baseada na compra de prédios já edificados para posterior reforma e instalação de cartórios eleitorais. Foram adquiridos, com base nessa estratégia, 27 (vinte e sete) imóveis.

Contudo, essa não se demonstrou uma alternativa eficaz para o saneamento dos problemas relativos à infraestrutura imobiliária, considerando a dificuldade, em face da pequena estrutura na área de engenharia, de elaborar todos os projetos necessários e, posteriormente, obter recursos orçamentários suficientes para executar as reformas.

Por essa razão, a partir de 2008, essa política foi descontinuada, suspendendo-se a aquisição de novos imóveis e priorizando-se a reforma daqueles já adquiridos e ainda não ocupados.

Em caráter suplementar, para o atendimento de demandas emergenciais, foi adotada a diretriz secundária de locação, que atende satisfatoriamente aos quesitos da prestação jurisdicional, propiciando celeridade no atendimento da demanda dos cartórios que necessitam de novo espaço para funcionamento. Isso porque, para os casos de locações, o período compreendido entre o surgimento da necessidade e a ocupação do imóvel – quando não enfrentados problemas de documentação por parte do locador – ocorre em pouco mais de três meses.

Registra-se que, dos imóveis adquiridos e ainda não reformados ou reconstruídos, restam as seguintes pendências, em ordem de prioridade:

16ª e 97ª ZEs (Itajaí):

reforma interrompida por rescisão contratual;
complementação em fase de licitação;

32ª ZE (Timbó):

projeto de reforma elaborado;
previsão de contratação em 2014;

1ª ZE (Araranguá):

pedido de autorização para demolição encaminhado ao MPOG;
projeto de construção elaborado;
contratação da obra incluída na Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2014;

67ª ZE (Santo Amaro da Imperatriz):

pedido de autorização para demolição encaminhado ao MPOG;
projeto de construção a ser elaborado em 2014;

59ª ZE (Urubici):

projeto a ser elaborado em 2014-2015;

82ª ZE (Anchieta):

projeto a ser elaborado em 2014-2015;

20ª ZE (Laguna):

em fase de desocupação, considerando o estado precário das instalações.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ainda, importante esclarecer que, nesse interregno, foi construído o prédio para abrigar o Cartório da 11ª Zona Eleitoral - Curitibanos, em terreno doado pelo Estado de Santa Catarina, e está em andamento a obra de construção do imóvel destinado ao Cartório da 66ª Zona Eleitoral - Pinhalzinho, em terreno doado por aquele Município.

Feita essa introdução, e partindo do pressuposto de que essas pendências deverão ser resolvidas no próximo biênio, cabe trazer à reflexão a visão de futuro da Justiça Eleitoral catarinense, no que se refere à sua estruturação.

Evidencia-se que, seja em imóveis próprios, cedidos ou locados, este Tribunal adotou, acertadamente, a política de **concentração** da estrutura física, haja vista que em todas as localidades que contam com mais de uma zona eleitoral, elas funcionam no mesmo espaço físico, denominados centrais de atendimento ao eleitor, permitindo um atendimento integrado aos eleitores pertencentes às referidas ZEs.

Trata-se de 15 (quinze) centrais, das quais, 8 (oito) estão instaladas em imóveis próprios, 1 (uma) encontra-se em reforma (Itajaí), 5 (cinco) em imóveis locados e 1 (uma) em imóvel cedido.

Observa-se que são atendidos, nessas centrais, mais de 50% (cinquenta por cento) do eleitorado do Estado de Santa Catarina, razão pela qual se considera que, após a resolução das pendências relatadas, os esforços deste Tribunal devam voltar-se para essas localidades.

Esses esforços devem consistir em sanar eventuais problemas ainda detectados nos imóveis próprios já ocupados e transferir as 6 (seis) centrais que se encontram instaladas em imóveis de terceiros para próprios da Justiça Eleitoral. Para tanto, entende-se que a melhor estratégia seja a de buscar, junto aos municípios que as sediam, terrenos onde possam ser construídos prédios nos padrões estabelecidos no Anexo deste documento, uma vez que já se constatou que a aquisição de imóvel para posterior reforma não permite, na maioria das vezes, a solução ideal.

Com a adoção desta estratégia, projeta-se um aumento de atuais 34 (trinta e quatro) para 58 (cinquenta e oito) zonas eleitorais atendidas com imóveis próprios, e uma redução de 71 (setenta e uma) para 47 (quarenta e sete) zonas eleitorais em prédios de terceiros.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da tecnologia da informação

Quadro 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
	x	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
	x	aprova e publica a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	x	aprova e publica as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprova e publica as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x	aprova e publica as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		aprova e publica as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprova e publica as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
x	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
x	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
x	Outra(s). Qual(is)? Auditoria de Controles Internos em Nível de Atividade
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(3)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(3)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(N/A)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(N/A)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

8.1.1 Planejamento da área

Em 2013, motivada pela adoção do novo planejamento estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE), definido na Resolução TRESC n. 7.886/2013, de 15.7.2013, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) identificou a necessidade de revisão do PETI (Planejamento Estratégico de TI) deste Tribunal. Simultaneamente, em observância ao PETI anterior, mais especificamente, à ação estratégica "Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)", foi desenvolvido e aprovado o primeiro PDTI da Justiça Eleitoral Catarinense através da Resolução TRESC n. 7.893/2013, de 21.10.2013.

As balizas do novo PETI e PDTI estão fundadas não só no cumprimento das diretrizes fixadas pelo CNJ para o Poder Judiciário, no que tange ao alinhamento nacional de TI, mas também e, sobretudo, no suporte ao alcance pleno das metas e objetivos estabelecidos pelo TSE na Resolução TSE n. 23.371/2011 que instituiu o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE). A visão de futuro proposta é direcionada para ações de governança, com a utilização das melhores práticas na gestão dos recursos de TI (framework Cobit), e buscam incremento nos padrões de qualidade dos serviços e soluções prestados.

Outro destaque importante de 2013, que atendem ao objetivo estratégico "Garantir a infraestrutura de TIC", foi a contratação de 86 novos links de comunicação de dados. Essa contratação possibilitou a ampliação da rede com os Cartórios Eleitorais, além de ter incrementado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

significativamente sua velocidade de transmissão (de 100% a 200%), reduzindo os custos em mais de 70%.

8.1.2 Perfil dos recursos humanos envolvidos

A STI conta hoje com quadro próprio composto de 11 analistas judiciários – especialidade análise de sistemas e 23 técnicos judiciários – especialidade programação de sistemas/operação de sistemas. Em observância ao objetivo do PETI "Promover o desenvolvimento de competências em TIC", em 2013 foi dada oportunidade aos técnicos, conforme área de atuação, para participarem de alguns cursos: Arquitetura e Design em Projetos Java, Oracle Database 11G: Administration Workshop, Planning and Managing Windows 7 Desktop Deployments and Environments, Windows Server 2012 e Administração do Software EMC Documentum.

Com base no mapeamento de competências e habilidades estabelecido e mantido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, foram identificadas as necessidades de treinamento e educação para o alcance dos objetivos estratégicos de TI e institucionais. Essas demandas de treinamento foram agrupadas no Plano de Capacitação que é parte integrante do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

8.1.3 Segurança da Informação

Um marco importante que atendeu à ação estratégica "Apoiar a implantação de política de segurança da informação no âmbito do TRESC", foi a aprovação da Resolução TRESC n. 7.894/2013, de 21.10.2013, que estabelece a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Ainda em 2013, atendendo às orientações do TCU, foi instituída a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (Portaria DG n. 258/2013).

8.1.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

A STI, por meio da Coordenadoria de Soluções Corporativas, manteve sua política organizacional de desenvolvimento de sistemas informatizados (Portaria DG n. 190/2011) e aprimorou seu processo de desenvolvimento de software, em consonância com as práticas preconizadas pelo programa MPS-Br (Melhoria do Processo de Software Brasileiro)¹⁰. Cabe ressaltar que o TRESC detém a certificação MPS-Br nível F.

Quadro 8.1.4 – Áreas de Conhecimento Definidas

Área	Processos implantados	Processos a serem implantados
Gerenciamento da integração do Projeto:	a) desenvolver o termo de abertura do projeto; b) desenvolver o plano de gerenciamento do projeto; c) orientar e gerenciar a execução do projeto; d) monitorar e controlar o trabalho do projeto; e) encerrar o projeto ou fase; f) realizar o controle integrado de mudança.	
Gerenciamento do escopo do projeto	a) coletar os requisitos; b) definir o escopo; c) criar a EAP;	

¹⁰ MPS-Br – modelo nacionalmente reconhecido como referência para a área de desenvolvimento de sistemas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	d) verificar o escopo; e) controlar o escopo	
Gerenciamento do tempo do projeto	a) definir as atividades; b) seqüenciar as atividades; c) estimar as durações das atividades; d) desenvolver o cronograma; e) controlar o cronograma	a) estimar os recursos das atividades
Gerenciamento dos recursos humanos do projeto	a) desenvolver o plano de recursos humanos; b) mobilizar a equipe do projeto; c) desenvolver a equipe do projeto.	a) gerenciar a equipe do projeto
Gerenciamento das comunicações do projeto	a) identificar as partes interessadas; b) planejar as comunicações; c) distribuir as informações; d) reportar o desempenho	a) gerenciar as expectativas das partes interessadas.
Gerenciamento dos riscos do projeto	a) planejar o gerenciamento dos riscos; b) identificar os riscos; c) realizar a análise qualitativa dos riscos; d) realizar a análise quantitativa dos riscos; e) planejar as respostas aos riscos - aperfeiçoar; f) monitorar e controlar os riscos - aperfeiçoar.	
Gerenciamento das aquisições do projeto	a) planejar as aquisições; b) conduzir as aquisições; c) administrar as aquisições; d) encerrar as aquisições	
Gerenciamento de Qualidade	a) planejamento da qualidade;	a) realizar a garantia da qualidade; b) realizar o controle da qualidade.
Área a ser implantada: Gerenciamento dos custos do projeto.		

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Aquisição, preferencialmente, de produtos de limpeza biodegradáveis. Aquisição, preferencialmente, de produtos de limpeza e higiene embalados na forma de refis. Aquisição de paletes para armazenamento de urnas em material 100% reciclável. Aquisição de papel, blocos e blocos adesivos em material 100% reciclado. Previsão, como obrigação da contratada, de observância do sistema de logística reversa (previsto na Lei n. 12.305/2010) nas contratações para aquisição de cartuchos e toners para impressoras. Nos contratos cujo objeto é a prestação de serviço de limpeza e conservação predial é exigido: que os produtos de limpeza utilizados obedeçam às especificações e classificações da ANVISA; que seja observada a Resolução CONAMA n. 359/2005, no que diz respeito à concentração de fósforo no sabão utilizado pela empresa; que seja procedida à coleta seletiva de materiais para reciclagem; que sejam utilizados, preferencialmente, produtos biodegradáveis, de origem vegetal e comercializados em refis; e que sejam observadas as normas ambientais vigentes e a Política Socioambiental do TRESC. Nas contratações para a execução de obras e manutenção predial é exigido que o entulho seja removido de forma adequada, obedecendo-se às diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA n. 307/2002 e pela Lei n. 12.305/2010, a fim de minimizar os impactos ambientais. Nas contratações destinadas à desinsetização dos prédios ocupados pelo TRESC é exigido que a empresa contratada descarte de forma ambientalmente adequada as embalagens dos produtos químicos utilizados, de acordo com o previsto na Lei n. 12.305/2010. Ademais, exige-se que os produtos utilizados sejam registrados no Ministério da Saúde. Nas contratações cujo objeto é a prestação dos serviços de jardinagem é exigido que a empresa dê a destinação correta às embalagens de adubos, fungicidas e inseticidas, de acordo com o previsto na Lei n. 12.305/2010. Nas contratações para aquisição de tintas, solventes, móveis e combustíveis é exigida a apresentação de comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade Válido, conforme previsto na IN IBAMA n. 6/2013. Na contratação de serviços de coleta e destino final de resíduos infectantes, especiais e perfurocortantes e sobras de medicamentos é exigido, como requisito para habilitação, documento que comprove o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e Licença Ambiental de Operação.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Nas aquisições de microcomputadores é exigido que o equipamento a ser adquirido seja compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto a não utilização de substâncias nocivas ao Meio Ambiente.					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Em 2012 houve a instalação de sistema de caixas acopladas de descarga e moduladores de vazão nas torneiras. O impacto dessas ações ainda está sendo avaliado. Em 2013 iniciou-se a substituição de aparelhos de ar condicionado de janela no Edifício Sede por equipamentos do tipo <i>split</i>. Foi iniciada também a substituição dos antigos elevadores, que ainda não foi concluída. Os dados relativos a essas ações ainda estão sendo analisados.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel e blocos auto-adesivos.				X	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Produtos de higiene e limpeza – na descrição dos produtos, constante do projeto básico, é exigido que sejam comercializados em refil. Papel – consta na descrição do produto, constante do projeto básico, a característica “reciclado”. Caixas – consta na descrição do produto, constante do projeto básico, a característica “reciclado”. Paletes – consta na descrição do produto, constante do projeto básico, a característica “em material 100% reciclável”. Marcador para quadro branco – consta na descrição do produto, constante do projeto básico, a característica “recarregável”. Cartuchos e toners – consta do edital obrigação relativa à logística reversa das embalagens. Releva salientar que o TRESC adquiriu copos e canecas em vidro para utilização pelos servidores e colaboradores, com o objetivo de reduzir o uso de copos descartáveis.					X
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto n. 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					X
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto n. 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. Segue, em anexo, a Política de Sustentabilidade do TRESC. Informações mais detalhadas sobre as práticas sustentáveis adotadas pelo TRESC estão consignadas nos Relatórios da Agenda Ambiental.				X	
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n. 5.940/2006.					X
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado.					

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO e de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro 9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
A possibilidade de adesão aos programas mencionados está sendo estudada/avaliada pela Comissão responsável pela Agenda Ambiental do TRESC.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor R\$		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	6.611 resmas	10.388 resmas	6.052 resmas	51.012,43	88.678,03	54.902,34
Água	10.142 m³	11.864 m³	5.489 m³	94.654,52	118.543,05	56.558,68
Energia Elétrica	1.285.992 kwh	1.540.623 kwh	1.311.502 kwh	563.455,42	695.777,90	609.934,16
Total				709.122,37	902.998,98	721.395,18

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

9.3 Considerações gerais

Além das informações constantes nos quadros, releva salientar o avanço das iniciativas em relação ao exercício de 2012, com tendência de crescimento para o exercício de 2014, haja vista a atuação da Comissão responsável pela Agenda Ambiental, citando-se como exemplo a celebração de Termo de Compromisso com a Associação de Recicladores Esperança - AREsp, nos termos do Decreto n. 5.940/2006, bem como a aprovação da Resolução TRESC n. 7.892/2013, que institui a Política de Sustentabilidade Ambiental do Órgão. A Resolução TRESC n. 7.892/2013 encontra-se no Anexo II.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Quadro 10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1/1	014.770/2009-9	199/2011 – Plenário, alterado pelo 1.551/2012	9.1	Determinação	Ofício n. 132/2011 – TCU/SECEX-3; Ofício n. 859/2012 – TCU/SECEX-3 Aviso n. 1064-GP/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina					
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar aos Tribunais Regionais Eleitorais do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins que: 9.1.1. encaminhem a este TCU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, plano de ação que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores cujas requisições contrariem os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei n. 6.999/1982 e o art. 6º, § 2º, da Resolução/TSE n. 23.255/2010 (<i>Redação conferida pelo AC-1551-23/12-P</i>). <i>Observação: termo inicial do prazo máximo de 60 (sessenta) dias prorrogado pelo AC-2070-30/12-P, passando a ser contado a partir de 16/11/2012, último dia para a proclamação dos candidatos eleitos.</i> 9.1.2. façam constar dos processos de requisição de pessoal justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade, caso ainda não o façam; 9.1.3. Subitem tornado insubsistente pelo AC-1551-23/12-P. 9.1.4. abstenham-se de designar servidores requisitados para ocupar a função de chefe de cartório eleitoral, seja na condição de efetivo ou substituto; 9.1.5. somente requisitem ou prorroguem a requisição de pessoas com vínculo efetivo com a administração pública, caso ainda não o façam. 9.1.6. estabeleçam, em normativo próprio, limite máximo de prorrogações anuais das requisições de servidores para os cartórios eleitorais, a exemplo do disposto na Resolução TRE/MT 611/2009; (Subitem incluído pelo AC-1551-23/12-P)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar /CP					
Síntese das Providências Adotadas e dos Resultados Obtidos					
No exercício de 2013, os autos do PA SGP n. 27.256/2010, que tratam das referidas deliberações do TCU, foram novamente encaminhados à apreciação do então Presidente desta Corte, Desembargador ELÁDIO TORRET ROCHA, em razão da determinação proferida pela Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral, à época, Ministra NANCY ANDRIGHI, trazida aos autos pelo Ofício-Circular n. 14 CGE, de 25.4.2013, e anexo (juntados às fls. 314-316), relativa ao cumprimento das prescrições legais pertinentes à requisição de servidores, nos termos da Portaria n. 597-TSE/2011, solicitando comunicação àquela Corregedoria das providências efetivamente adotadas. Determinou a CGE: 1) o cabal atendimento das determinações prescritas pelo TCU, caso isso ainda não houvesse ocorrido. 2) o encaminhamento, àquela Corregedoria-Geral, de documentação que comprovasse a ocupação de cargo efetivo na Administração Pública por todos os servidores requisitados e cedidos (termo de posse no cargo de					



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

origem, declaração de situação funcional, e demonstrativo de compatibilidade do cargo de origem com a função a ser exercida perante a Justiça Eleitoral);

3) o imediato desligamento de servidor requisitado que não possuísse:

a. vínculo efetivo com a Administração Pública, salvo se estivesse em exercício de cargo em comissão (CJ) na Justiça Eleitoral;

b. grau de instrução correspondente ao exigido para desempenho das funções inerentes aos cargos de Analista ou Técnico Judiciário, conforme o caso;

4) a elaboração de plano de ações corretivas para as situações em desacordo com as prescrições legais e regulamentares de regência;

5) a atualização das informações constantes no sistema, contemplando ainda a devolução dos servidores aos órgãos de origem por força dos arts. 2º, 3º e 4º da Lei 6.999/82, e 6º, §2º, da Res.-TSE 23.255/2010.

Esta Unidade – Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar /CP – se manifestou informando que:

1) A Justiça Eleitoral Catarinense atende às determinações do TCU, conforme se constata nas decisões da Presidência desta Casa proferidas naqueles autos (fls. 219-225v, 252-253, 285v e 298v). Além disso, foram implementadas as medidas adicionais necessárias ao cabal atendimento das prescrições em comento, bem como o TCU informado das providências adotadas por este Tribunal em relação às determinações e recomendação expedidas, por meio do Ofício COCIN n. 21, de 5.9.2012 (cópia juntada às fls. 243-260 daqueles autos).

[...]

3) a. Neste Tribunal, não há incidência de servidor requisitado ativo que não ocupe cargo efetivo em seu Órgão de origem.

b. Dentre os requisitos até então exigidos para o ingresso de servidor público nas funções de Auxiliar Eleitoral nesta Justiça especializada catarinense, não se encontrava o nível mínimo de escolaridade, tratando-se apenas de declaração cadastral. Sobreindo a determinação da CGE, esta Seção verificou que 4 (quatro) servidores requisitados ativos não possuíam o ensino médio completo, cujos autos de requisição individuais foram instruídos com as informações pertinentes, frente à determinação em comento, e retornaram à Presidência para apreciação do quesito suscitado. Após considerações, a Seção se posicionou no sentido de que, em que pesasse o imperativo da determinação da CGE, nos 4 (quatro) processos referidos, a dispensa dos servidores das funções que ora exerciam, somente pelo fato de não possuírem diploma de ensino médio, era medida que se revelava excessiva, especialmente ao serem consideradas as ações adotadas pela Justiça Eleitoral Catarinense no sentido de incrementar a sua força de trabalho, diante do contexto atual e da insuficiência estrutural do quadro próprio, que depende do auxílio de servidores cedidos por outros Órgãos para bem exercer o seu mister.

4) No âmbito deste Tribunal, as requisições são procedidas em conformidade com os parâmetros normativos e os princípios norteadores da Administração Pública, conforme o que restou demonstrado naqueles autos (decisões da Presidência desta Casa de fls. 219-225v, 252-254, 285v e 298v). Somente em casos específicos, a indicação de servidor ou prorrogação de requisição que não atende a todos os pressupostos legais, vem a ser acolhida pela Presidência deste Tribunal, em caráter excepcional. Nessas situações – ocorridas extraordinariamente em cartórios eleitorais que se encontram em situação crítica, em período eleitoral ou contando com apenas 1 (um) servidor – o próprio prazo da requisição, acolhido pela Presidência, é certo, improrrogável ou condicionado à manutenção dos motivos que ensejaram a excepcionalidade, razão por que se entendeu não se aplicar a este Tribunal a determinação da CGE relativa à elaboração de plano de ações corretivas.

5) Todas as requisições de servidores públicos para prestarem serviços à Justiça Eleitoral Catarinense, bem como os respectivos desligamentos, são devida e regularmente cadastrados no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) desde meados do ano de 2008, ocasião em que, por meio de força-tarefa, os dados do banco de dados até então utilizado, de âmbito regional, foram inseridos na base de dados do referido sistema, de âmbito nacional, que passou a ser utilizado ordinariamente.

O então Presidente desta Casa, Desembargador Eládio Torret Rocha, proferiu decisão em 18.7.2013 acolhendo, *in totum*, o pronunciamento da Seção, por refletir "os procedimentos e parâmetros aplicados neste Tribunal relativamente ao instituto da requisição", e consignando que:

1) "No tocante ao item 1 (atendimento das determinações prescritas pelo Tribunal de Contas da União), conforme se depreende das decisões proferidas nestes autos pela Presidência (fls. 219-225v, 226-227, 285v e 298v), esta Corte vem cumprindo as recomendações expedidas, tendo sido remetido àquele Órgão o Ofício COCIN n. 21, de 05.09.2012 (fls. 243-260), o qual dá conta das providências adotadas por este Tribunal".

2) "Relativamente ao item 2 (encaminhamento à CGE da documentação), a Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar informou que "procedeu a digitalização dos documentos solicitados - extraídos dos autos de requisição de cada servidor ativo, e em casos específicos, obtidos por meio de diligências aos Cartórios Eleitorais -, os quais foram agrupados em arquivos de extensão PDF, um por servidor requisitado, cujo conteúdo se encontra mapeado na tabela anexa". Sugeriu a mencionada Unidade que, "em função do volume de páginas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

identificadas, [...] o envio dos arquivos à CGE [seja feito] por mídia gravável" (fl. 327, anverso e verso), proposta à qual desde já se adere."
3) a. e b. "No que se refere ao item 3 (vínculo efetivo e grau de instrução), não há no âmbito deste Tribunal servidor requisitado ativo que não ocupe cargo efetivo em seu Órgão de origem. Por outro lado, quanto ao grau de instrução correspondente ao exigido para o desempenho das funções inerentes aos cargos de Analista ou Técnico Judiciário, verificou a Seção que "4 (quatro) servidores requisitados ativos não possuem o ensino médio completo" (fl. 328). Entretanto, entendeu que "a dispensa dos servidores das funções que ora exercem, somente pelo fato de não possuírem diploma de ensino médio, é medida que se revela excessiva, especialmente ao se considerar as ações atualmente adotadas pela Justiça Eleitoral Catarinense no sentido de incrementar a sua força de trabalho, diante da insuficiência estrutural do quadro próprio, que ainda depende do auxílio de servidores cedidos por outros Órgãos para bem exercer o seu mister" (fl. 329). Sobre esse aspecto, comungo dos argumentos expostos pela Unidade Técnica, os quais adoto como razão de decidir [...]. Nesse contexto, com relação aos quatro servidores requisitados que não possuem o ensino médio completo, a partir da fundamentação [referida] e considerando as necessidades evidenciadas pelos Juízes Eleitorais - relatadas nos respectivos procedimentos administrativos de requisição -, concluo que, ao menos por ora, os desligamentos irão de encontro ao interesse público, porquanto os aludidos servidores estão habituados à rotina cartorária, desempenham a contento as atividades a eles atribuídas e, por isso, são de suma importância à continuidade dos serviços prestados nos cartórios eleitorais em que atuam. De toda forma, determino que, doravante, sejam requisitados somente servidores que possuam grau de instrução correspondente, no mínimo, ao ensino médio completo."
4) "Quanto à determinação contida no item 4 (elaboração de plano de ações corretivas para as situações em desacordo com as prescrições legais e regulamentares de regência), repiso que, conforme bem destacado pela multicitada Seção, no âmbito desta Corte, as requisições são procedidas em conformidade com os parâmetros normativos e os princípios norteadores da Administração Pública, de modo que somente em casos excepcionais a Presidência desta Casa acolhe a indicação de servidor ou prorrogação de requisição que não atende a todos os pressupostos legais. Nessas hipóteses, as quais ocorrem extraordinariamente em cartórios eleitorais do interior - que se encontram em situação crítica, em período eleitoral ou contando com apenas um único servidor do quadro de pessoal -, o prazo da requisição deferida pela Presidência é certo, improrrogável ou condicionado à manutenção dos motivos que ensejaram a excepcionalidade. Dito isso, desnecessária a apresentação do referido plano de ação, como, aliás, já havia decidido o então Presidente, Desembargador Luiz César Medeiros, em 28.08.2012, no decisum de fls. 219-225v., cuja cópia, à época, foi remetida ao Tribunal de Contas da União.
5) "[...], uma vez devidamente atualizado o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), resta atendido o presente tópico."
À vista do exposto, o Presidente determinou fosse oficiada a CGE, encaminhando-se cópia da decisão por ele proferida e da exarada às fls. 219-225v. dos autos pelo então Presidente, Desembargador Luiz César Medeiros, bem como da manifestação desta Seção (fls. 325-335), acompanhada da mídia com os arquivos de extensão PDF criados por esta Unidade. Determinou também fossem mantidos, por ora, nos respectivos cartórios eleitorais, os quatro servidores requisitados que não possuem o ensino médio completo, consoante fundamentação lançada no subitem 02.03 da decisão em comento. Ainda determinou que fosse observado, a partir de então, como requisito adicional aos novos pedidos de requisição, o grau de instrução mínimo (ensino médio completo) correspondente ao exigido para o desempenho das funções inerentes ao cargo de Técnico Judiciário.
A decisão suprarreferida foi integralmente cumprida, conforme consignado naqueles autos.
Síntese dos Resultados Obtidos
Confirmação da regularidade dos atos de requisição neste Tribunal.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Houve o atendimento das normas legais por parte das Unidades deste Tribunal.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

Ainda no que se refere às determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, destaca-se a ausência de recebimento, até a presente data, da solicitação da Sefip/TCU de que trata o item 1.6 do Acórdão TCU n. 10.353/2011 – 1ª Câmara: “Determinar à Sefip que solicite ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE/SC as informações demandadas pelo MP/TCU, peça 13, para subsidiar nova análise dos atos destacados.”

O Tribunal de Contas da União enviou a este Tribunal em fevereiro de 2013, mensagem eletrônica, informando a realização de auditoria neste Tribunal — conforme determinado no



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Acórdão TCU n. 3.414/2012 — Plenário —, para verificação da conformidade dos procedimentos adotados por esta Casa às normas legais dos pagamentos de débitos trabalhistas, bem como solicitando informações e documentos a fim de instruir a citada auditoria, nos seguintes termos:

a) Há débitos trabalhistas pagos nos últimos cinco anos em decorrência de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), Adicional de Tempo de Serviço (ATS), Unidade Real de Valor (URV) e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI)?

b) Em caso positivo:

b.1) apresentar planilha eletrônica, demonstrando o valor de cada passivo trabalhista acima indicado, especificando o valor do principal, da correção monetária e dos juros, mês a mês, de forma individualizada, identificando os respectivos beneficiários, bem como a aplicação de abate teto, conforme critérios do Acórdão 1.485/2012-TCU-Plenário;

b.2) apresentar planilha eletrônica consolidada com os montantes originais e recalculados pagos e a pagar, desdobrados em principal, correção monetária e juros, conforme modelo especificado.

A Corte de Contas esclareceu, ainda, que os indexadores a serem utilizados no cálculo de juros de mora e correção monetária para fins de reconhecimento de passivos trabalhistas são aqueles definidos no Acórdão TCU n. 1.485/2012 - Plenário.

Em 7.2.2013, o Tribunal de Contas da União encaminhou, também, o Ofício n. 1397/2013-TCU/SEFIP, nos mesmos termos da já referida mensagem eletrônica.

Por meio da Comunicação Interna COPAG n. 15, de 11.3.2013, a Coordenadoria de Pagamento encaminhou, à Presidência desta Casa, esclarecimentos acerca da forma de aplicação dos juros e da correção monetária até então empregada, qual seja, a determinada na Portaria P n. 275, de 14.9.2009, assim como as planilhas solicitadas, gravadas em meio magnético, a fim de serem encaminhados àquele Tribunal de Contas.

Em novembro de 2013, o Tribunal de Contas da União encaminhou, a este Tribunal, o Ofício 17551/2013-TCU/SEFIP, de 22 de novembro de 2013, referente ao processo de Relatório de Auditoria, TC 046.131/2012-4 — que visa a verificar se os débitos trabalhistas estão sendo corrigidos de acordo com as normas legais e a decisão do TCU —, no qual foi determinada a oitiva do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, para que se pronunciasse quanto à inobservância do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, do caput do art. 5º da Lei 11.960/2009, do caput do art. 4º da Medida Provisória 2.180-35/2001 e do art. 1º da Lei n. 8.383/1991, por ocasião do cálculo de Correção Monetária (CM) e de Juros de Mora (JM) incidentes sobre os passivos trabalhistas relativos à URV-Servidores, à VPNI e ao ATS-Servidores.

Em resposta a esse Ofício, a Coordenadoria de Pagamento encaminhou à Presidência a Comunicação Interna COPAG n. 78, de 13.12.2013, contendo informações a fim de subsidiar a manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente no processo de Relatório de Auditoria referido¹¹.

Em síntese, informou-se que, no cálculo de verbas em atraso no âmbito desta Corte Eleitoral, até a ciência do Acórdão 1.485/2012 - TCU - Plenário, em fevereiro de 2013, foram utilizados como índices de correção monetária, o índice IPCA-E e juros moratórios nos percentuais de 1% até agosto de 2001 e, após, 0,5% ao mês, consoante determinado na Portaria P n. 275/2009, deste Tribunal.

Após a ciência do citado Acórdão — portanto, a partir de março de 2013 —, passou-se a observar a aplicação do art. 1º da Lei n. 9.494/1997 em caso de cálculo de valores pagos em atraso por este Regional.

¹¹ Este Tribunal encaminhou as informações solicitadas àquele Corte de Contas por meio do Ofício P/COPAG n. 1083/2013.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Salienta-se, por fim, que, tendo em vista essa Auditoria não ter sido concluída, e, conseqüentemente, ainda não terem sido expedidas recomendações ou determinações a serem cumpridas pela Coordenadoria de Pagamento, não foi preenchido o Quadro A.9.1.1, da Portaria TCU 175/2013.

10.2 Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno

10.2.1 Secretaria de Administração e Orçamento

10.2.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 10.2.1.1.A - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	4.2	CI COCIN n. 039/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Regularize, no prazo de trinta dias, os Breves 483542 (Iliane Aparecida Reginatto); 483936 (Luiz Carlos Miranda Pacheco) e 483451 (Roseli Pereira Rodrigues), por meio da consignação das justificativas de deslocamento abrangendo finais de semana.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
As justificativas foram consignadas nos respectivos formulários.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As impropriedades foram sanadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.B - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	4.3	CI COCIN n. 039/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em futuros procedimentos de concessão de diárias, não seja dado prosseguimento aos requerimentos que não estejam devidamente instruídos com justificativa expressa para afastamentos iniciados em sextas-feiras, ou que incluam sábado, domingo ou feriados, de forma a dar cumprimento ao exigido nas normas de regência da matéria.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento	
Síntese da Providência Adotada	
Foram adotadas as providências necessárias para evitar novas ocorrências.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não foram encontradas, até a presente data, novas inconsistências.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a comentar.	

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.C - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	4.4	CI COCIN n. 039/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Em situações em que houver norma definindo critérios objetivos para pagamentos de indenização de transporte a serem realizados por este Tribunal, sejam aplicados os parâmetros definidos na norma de forma isonômica a todos os beneficiários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
A Resolução n. 7.863/2012 foi alterada pela Resolução n. 7.903/2014, no sentido de prever que o valor da indenização de transporte seja estabelecido em Portaria da Presidência, razão pela qual foi editada a Portaria P n. 20/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As indenizações de transporte deixaram de ser variáveis a cada pagamento, obedecendo ao valor fixo determinado em Portaria.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.D - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	070020
Recomendações do OCI	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	4.5	CI COCIN n. 039/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Sejam submetidos os pagamentos realizados a título de indenização de transporte às servidoras Bruna Minussi Zanini (Breve 483574) e Débora Silveira Brehm (Breve 477198) à apreciação da autoridade competente para o juízo de excepcionalidade – o Diretor-Geral –, para que seja avaliada a convalidação ou não das indenizações concedidas, no prazo de trinta dias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
Os atos foram convalidados pela Direção-Geral.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As impropriedades foram sanadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.E - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Sustentabilidade Ambiental

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Sustentabilidade Ambiental	5.1	CI COCIN n. 036/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Implementar uma Política de Sustentabilidade Ambiental no âmbito do TRESC, nos termos consignados no Relatório da Auditoria de Sustentabilidade Ambiental (item 2.1., 'b' daquele Relatório) emitido em 2011, sendo assinalado o final do exercício como prazo para a sua implementação, a teor do que prescreve o art. 40 da Resolução CNJ 171/2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23.9.2013 foi editada a Resolução n. 7.892/2013, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do TRESC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 10.2.1.1.F - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Sustentabilidade Ambiental

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Sustentabilidade Ambiental	5.2	CI COCIN n. 036/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Normatizar, no âmbito do TRESC, sobre a separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados por esta Corte, tanto na sede como nas zonas eleitorais, nos termos consignados no Relatório da Auditoria de Sustentabilidade Ambiental (item 2.1., 'a' daquele Relatório) emitido em 2011, assinalando o final do presente exercício como prazo para a sua implementação, a teor do que prescreve o art. 40 da Resolução CNJ 171/2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
Em 3.6.2013 foi editada a Portaria P n. 213/2013 e, em 14.8.2013, foi firmado o Termo de Compromisso n. 001/2013 com a Associação de Recicladores Esperança - ARESP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.G - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Sustentabilidade Ambiental

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Sustentabilidade Ambiental	5.3	CI COCIN n. 036/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Observar, no que for aplicável a este Tribunal, os termos do Acórdão TCU n. 1.752/2011-Plenário (A.3.5.)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
As medidas cabíveis vêm sendo gradativamente adotadas, tratando-se de matéria em constante aperfeiçoamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Considera-se que a recomendação vem sendo atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.H - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Obras Públicas e Aquisições, Contratações e Convênios



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Obras Públicas e Aquisições, Contratações e Convênios	5.1	CI COCIN n. 052/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Dar cumprimento, no âmbito deste Tribunal do disposto no art. 8º da Resolução CNJ n. 114/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
Os editais de licitações para contratação de obras por este Tribunal estão adequados ao que dispõe o art. 8º da Resolução CNJ n. 114/2010.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.1.I - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Controles Internos em Nível de Processos

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Controles Internos em nível de processos	2.2	PA COCIN n. 72.098/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Adote medidas no sentido de evitar que seja autorizado o descarte de documentos comprobatórios de prestação de contas de recursos de alimentação de mesários antes de findo o prazo estabelecido por meio da IN TCU n. 63/2010, apresentando as providências efetuadas até o prazo de 01.08.2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
Foi editada a Portaria P n. 21/2014 que define o prazo de guarda dos recibos de entrega de benefício-alimentação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

10.2.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 10.2.1.2.A – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Aquisições, Contratações de Serviços e Convênios - Exercício 2012-1

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Aquisições, Contratações de Serviços e Convênios - Exercício 2012-1	3	CI COCIN n. 73, de 18/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
3. PELA MANUTENÇÃO DA RECOMENDAÇÃO de incluir, nos editais de licitações, parâmetros objetivos para consideração de propostas inexequíveis, acrescentando, ainda previsão editalícia para que seja oportunizado ao licitante considerado inexequível a apresentação de planilha de custos, com objetivo de comprovar a viabilidade da contratação (Nota de Auditoria Complementar).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			070200
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Consta nos como cláusula-padrão nos editais licitatórios deste Órgão, a seguinte disposição: 7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a Pregoeira verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com o custo médio informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste edital. [...] 7.2. Será DESCLASSIFICADA a proposta que: [...] e) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou [...] 7.2.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação. 7.2.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pela Pregoeira, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos: a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade; b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza; c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias. A matéria vinha sendo discutida nos autos do Procedimento SAO n. 128.951/2012, com manifestações da Coordenadoria de Contratações e Materiais/SAO, que elabora as minutas de editais, da Pregoeira Oficial deste Órgão e da Assessoria Jurídica, a quem compete aprovar as referidas minutas. Ocorre que, em auditoria sobre aquisições e contratações de serviços e convênios realizada também em 2012, a COCIN expediu, por meio da CI n. 97, de 19.12.2012, relatório transcrevendo o referido dispositivo e afirmando que o mesmo observou, no caso concreto (Pregões n. 37 e 34/2012) a recomendação em comento, de modo que a mesma foi considerada atendida, uma vez que consta, como já dito, de todos os editais licitatórios, razão pela qual foram os referidos autos arquivados. Diante da ulterior informação de que, no entendimento da COCIN, a referida recomendação resta parcialmente atendida, foram os autos desarquivados para que se prossiga com os estudos. A Direção-Geral decidiu a matéria no sentido de que, havendo indícios de inexequibilidade das propostas de menor preço, sejam os autos instruídos pelos Pregoeiros com os documentos que comprovam a análise realizada com vistas à verificação da sua exequibilidade, de acordo com o que preveem os instrumentos convocatórios. Ao tomar ciência da decisão, a Coordenadoria de Controle Interno manifestou-se novamente sobre seu posicionamento, no sentido de manter a recomendação de que a Administração deve incluir, nos editais de licitações, parâmetros objetivos para consideração de propostas inexequíveis. Por essa razão, a Direção-Geral determinou, <i>in litteris</i>:			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

"Assim, a despeito de a Administração ter, ao longo dos últimos anos - desde 2009 - exaustivamente demonstrado que os editais licitatórios elaborados pela Coordenadoria de Contratações e Materiais e aprovados pela Assessoria da Direção-Geral preveem critérios de julgamento e de averiguação da capacidade de execução contratual que atendem aos ditames da Lei n. 8.666/1993, em especial aos seus arts. 43, IV, e 48, II, bem como às orientações do Tribunal de Contas da União, nos julgados citados nos pareceres, a Coordenadoria de Controle Interno persiste em reiterar sua recomendação.

Nessa esteira, determino que a Secretaria de Administração e Orçamento traga aos autos informações acerca das inexecuções contratuais ocorridas desde 2009, no intuito de ser verificado se, na prática, ocorre o que vem sendo alegado pela Coordenadoria de Controle Interno, ou seja, se as propostas que se distanciam dos preços estimados pela Administração na fase interna são causadores de inexecuções contratuais, o que poderia significar que realmente são inexequíveis."

O referido levantamento foi realizado e está em fase de revisão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

No que se refere à inclusão, nos editais de licitações, de parâmetros objetivos para consideração de propostas inexequíveis, registra-se o entendimento da Secretaria de Administração e Orçamento, compartilhado pela Pregoeira Oficial e Assessoria Jurídica, no sentido de que as atuais disposições editalícias permitem a aferição da inexequibilidade dos preços ofertados pelos licitantes, bem como permite que se lhes oportunize a comprovação de sua exequibilidade. Contudo, prosseguirão os estudos acerca da matéria.

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

Quadro 10.2.1.2.B – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Concessão de Diárias e Indenizações de Transporte para Oficiais de Justiça	4.1	CI COCIN n. 039/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Seja efetuado o pagamento da diferença entre o valor de diária já pago à servidora Ângela Paula Taffarel Souto Mayor e o equivalente a 80% do valor da diária da autoridade acompanhada a que fazia jus, de forma a adequá-lo ao percentual previsto na Resolução n. 23.323/2010, no prazo de trinta dias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			070200
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Direção-Geral, nos autos do Processo Administrativo SAO n. 46.120/2013 decidiu “[...] não há que se falar em complementação dos valores recebidos por Ângela Paula Taffarel Souto Mayor, porquanto em 29.5.2012, data do deslocamento da servidora, a matéria possuía previsão legal específica no âmbito deste Tribunal, consubstanciada no § 1º do art. 7º da Resolução TRESC n. 7.744/2009, que previa que o valor da diária, nas ocorrências de afastamento da sede de servidor acompanhando membro do TRESC, corresponderia ao percentual de sessenta por cento daquela percebida pela autoridade acompanhada”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 10.2.1.2.C – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Controles Internos em Nível de Processos

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Controles Internos em nível de processos	2.2	PA COCIN n. 72.098/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			070020
Descrição da Recomendação			
Promova o aperfeiçoamento ou reformulação dos controles internos aplicados às atividades “Distribuir vales/pecúnia aos beneficiários” e “Prestar contas”, no sentido de evitar as deficiências relatadas, apresentando, até 01.08.2014, plano de ação contendo as alterações propostas, data hábil a permitir a sua utilização nas eleições de 2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento			070200
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação foi emitida em 18.12.2013, com prazo de atendimento até 01.08.2014. As providências necessárias serão adotadas quando da edição da norma regulamentadora do processo de alimentação de mesários das eleições 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a comentar.			

Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/TRESC

10.2.2 Secretaria de Gestão de Pessoas

10.2.2.1 Recomendações expedidas à Secretaria de Gestão de Pessoas pela Coordenadoria de Controle Interno durante o exercício de 2013

Quadro 10.2.2.1.A - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Relatório de Auditoria de Folha e Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012	V – Conclusão	Procedimento Administrativo SGP n. 34.969/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Descrição da Recomendação/Orientação	
6.1. Proceda à correção do pagamento efetuado ao servidor Álvaro Sampaio Correa Neto, a título de gratificação natalina, observando a proporcionalidade no mês, relativa a 25 dias de FC-6 e 5 dias de CJ-2. 6.2. Apresente comprovação do recebimento pelo ex-servidor Rogério Tragibo de Campos do valor de R\$ 8.036,99 a título de serviço extraordinário, consoante registra a memória de cálculo apresentada. 6.3. Providencie o ressarcimento devido pelo ex-servidor Rogério Ananias Barbaresco em razão de recebimento a maior de indenização de férias, que totaliza R\$ 1.683,55.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Pagamento	
Síntese da Providência Adotada	
6.1 - Com relação a esse item de auditoria, informa-se que, tendo em vista a divergência de entendimento sobre a metodologia utilizada para o cálculo da Gratificação Natalina proporcional, entre esta Coordenadoria e a de Controle Interno, esta Unidade, em 23 de outubro de 2013, nos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 34.969/2013 (Auditoria em Folha de Pagamento — Exercício de 2012), encaminhou esclarecimentos sobre a forma de cálculo utilizada para pagamento daquela rubrica. Diante disso, aguarda-se posicionamento daquela Coordenadoria acerca da matéria. 6.2 - Informa-se que os ajustes necessários ao efetivo cumprimento dessa determinação, assim como os documentos solicitados, já foram efetivados — consoante consta dos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 34.969/2013 —, estando esta Coordenadoria aguardando análise e manifestação da Coordenadoria de Controle Interno. 6.3 - Informa-se que os ajustes necessários ao efetivo cumprimento dessa determinação, assim como os documentos solicitados, já foram efetivados — consoante consta dos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 34.969/2013 —, estando esta Coordenadoria aguardando análise e manifestação da Coordenadoria de Controle Interno.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
As providências foram sanadas, com o envio das informações e documentos solicitados, estando esta Coordenadoria, contudo, aguardando análise e manifestação da Coordenadoria de Controle Interno.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a registrar.	

Fonte: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SGP N. 34.969/2013, QUE VERSA SOBRE AUDITORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO E SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DO PERÍODO ELEITORAL DE 2012

Quadro 10.2.2.1.B - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI - Auditoria de Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1/1	Auditoria de Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012		Procedimento Administrativo COCIN n. 34.969/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Descrição da Recomendação			
6.4. Faça juntar os atos que autorizaram a prestação de serviço extraordinário por servidores das Zonas Eleitorais, a aprovação formal do Juiz no exercício da função eleitoral à época do pedido de autorização da realização do serviço, inclusive no que diz respeito à prestação de serviço extraordinário sem a observância do devido repouso semanal (itens 6.1 e 6.3); 6.5. Que, doravante, apenas proceda ao pagamento de serviço extraordinário que extrapole os limites legais,			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

em razão de intransponíveis contingências, desde que devidamente motivado e mediante autorização expressa da autoridade competente, sob pena de responsabilidade (6.2);	
6.6. Desenvolva controles administrativos que permitam a) evitar que se repitam os fatores que originaram a inobservância continuada do repouso remunerado no período eleitoral de 2012; e b) uma vez identificada situação ensejadora de demanda de trabalho excessivo, motivando repetidamente a inobservância do repouso de servidores da unidade, intervir de forma a redimensionar a força de trabalho exigida pela atividade em questão (item 6.3);	
6.7. Retifique o registro de horas a compensar relativo ao mês de setembro de 2012 da servidora Neuza Seixas Busse Cordova Silveira, para o total de noventa e quatro horas e dezesseis minutos (item 6.6.3);	
6.8. Promova o desconto de trinta minutos de domingo retribuídos em pecúnia a título de serviço extraordinário realizado pela servidora Graciela Ramos, além do formalmente autorizado pela autoridade competente (item 6.8.1.2);	
6.9. Nos procedimentos relativos ao pagamento do serviço extraordinário, que sejam rigorosamente observadas as normativas vigentes, com especial atenção à competência administrativa para alteração ou flexibilização de atos administrativos prévios (item 6.8.2.1, 6.8.4.1);	
6.10. Promova o desconto de trinta minutos de sábado e trinta minutos de domingo retribuídos em pecúnia a título de serviço extraordinário realizado pelo servidor José Luiz de David Vargas, além do formalmente autorizado pela autoridade competente (item 6.8.4.1);	
6.11. Promova o desconto de trinta minutos de sábado retribuídos em pecúnia a título de serviço extraordinário realizado pelo servidor João Emerson Amaral, além do formalmente autorizado pela autoridade competente;	
6.12. Retifique o registro de horas a compensar conferidas ao servidor Carlos Eduardo Paiva Rohden em razão de serviço extraordinário prestado no período examinado, para o total de duzentas e vinte e quatro horas e vinte minutos, conforme apurado em auditoria (item 6.10).	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Pessoal e Coordenadoria de Pagamento/SGP	
Síntese da Providência Adotada	
6.4. Todos os documentos demandados foram encaminhados, constando a devida autorização dos respectivos juízes eleitorais para a realização de serviço extraordinário. E, ainda, cumprida as demais providências;	
6.5. A compreensão da Coordenadoria de Pessoal sobre o tema, em conformidade com a forma da legislação vigente, é diversa daquela expressada pela Coordenadoria de Controle Interno no Relatório de Auditoria. Não obstante, foi sugerido e já adotado pela Administração a adoção do seguinte procedimento: para os futuros atos conste expressamente a extensão do limite diário em dias úteis de duas horas de serviço extraordinário;	
6.6. Cumpridas as providências a cargo da Coordenadoria de Pessoal;	
6.7, 6.8, 6.9, 6.10, 6.11 e 6.12. Efetivadas as providências necessárias à retificação dos procedimentos da Coordenadoria de Pessoal;	
6.9. Observa-se a legislação vigente quanto ao tema; sendo as medidas pontuais de aperfeiçoamento do sistema tratadas diretamente com o TSE por meio das Unidades da Coordenadoria de Pessoal que gerenciam o SGRH.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Adoção das providências voltadas à correção dos achados de auditoria e à implementação de melhorias nos procedimentos e controles.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foram identificados tais fatores.	

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

Quadro 10.2.2.1.C - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1	Relatório de Auditoria em Procedimentos de Concessão de Benefícios – Exercício 2011	IV – Conclusão (item 3)	Comunicação Interna Cocin n.6, de 31/1/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Descrição da Recomendação/Orientação			
3.1 – para, doravante, somente incluir, em folha de pagamento, a rubrica correspondente ao auxílio pré-escolar e ao auxílio-transporte quando verificado formalmente o cumprimento dos requisitos legais e autorizado pela autoridade competente, submetendo à referida autoridade os benefícios pagos para apreciação no que concerne à sua convalidação (itens 2.1 e 3.1)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Pagamento			
Síntese da Providência Adotada			
3.1 – No que tange à convalidação dos atos de concessão do auxílio-transporte e do auxílio pré-escolar foi informado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012 "que a minuta de Portaria, juntamente com as informações necessárias a serem encaminhadas à consideração da Presidência desta Casa, encontram-se em fase final de elaboração". Diante disso, esta Coordenadoria encaminhou os referidos documentos à consideração da Presidência, que, após análise das informações prestadas por esta Unidade, convalidou as concessões dos referidos benefícios, nos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 5.785/2012, restando cumprida a recomendação do órgão de controle interno.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As providências foram sanadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a registrar.			

Fonte: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SGP N. 5.785/2012, QUE VERSA SOBRE AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS.

10.2.2.2 Deliberações expedidas em auditorias realizadas nos exercícios anteriores

Quadro 10.2.2.2.A – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Auditoria em Procedimentos de Requisição de Servidores, Exercício de 2009

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1/2	Auditoria em Procedimentos de Requisição de Servidores, Exercício de 2009	Item 7.6	1. Informação COCIN, de 1.3.2012, nos autos de Procedimento Administrativo SGP n. 20024/2010; e 2. CI COCIN n. 78, de 30.9.2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Descrição da Recomendação	
Item 7.6 do Relatório de Auditoria de 30.3.2010 (fl. 33v): “A solicitação ao órgão de origem, no prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente certidão ou declaração sobre a carga horária mensal a que estão submetidos os seguintes servidores, para fins de pagamento de sua remuneração, com a anotação da respectiva base legal: a) Altair Nicolli (item 3.1) b) Giselle Reixach Jacinto (item 3.3) c) Luiz Dias (item 3.6) d) Maria Angélica Ribeiro (item 3.11) e) Rubiamara Margarete Rott Wermuth (item 3.11) f) Renato Silva dos Santos (item 3.12) g) Sandra Regina Baldi (item 3.1) h) Simoni Krobél (item 3.14)” Informação COCIN, de 12.1.2012 (fl. 116) – “[...] Ressalta-se, por fim, a pendência quanto à revisão ou à justificativa para a manutenção dos cálculos de serviço extraordinário dos servidores requisitados: Altair Nicolli; Sandra Regina Baldi; Luiz Dias; Maria Angélica Ribeiro; Rubiamara Margarete Rott Wermuth; Renato Silva dos Santos e Simoni Krobél.” fl. 143 – Excerto da Informação Coordenadoria de Controle Interno – COCIN, de 1.3.2012: “[...] diante da dissonância verificada nas cargas horárias informadas e ante os elementos trazidos aos autos, ratifica esta unidade de controle a conclusão pelo não atendimento à recomendação anteriormente expedida, acerca da solicitação aos órgãos de origem dos servidores requisitados nominados às fls. 116, de nova certidão ou declaração em que conste o número mensal de horas pelas quais o servidor era remunerado à época da prestação do serviço extraordinário e respectiva base legal, com a finalidade de obter-se informação precisa e então proceder-se à revisão dos valores já pagos a título de adicional de serviço extraordinário, se divergentes as informações que fundamentaram o respectivo cálculo. [...]” fl. 145 – Determinação da Presidência, de 6.3.2012: “R.H. Tendo em vista a dissonância verificada nas cargas horárias informadas e ante os demais elementos trazidos nos autos, acolho a conclusão da Coordenadoria de Controle Interno e determino “a solicitação aos órgãos de origem dos servidores requisitados nominados à fl. 116, de nova certidão ou declaração em que conste o número mensal de horas pelas quais o servidor era remunerado à época da prestação do serviço extraordinário e a respectiva base legal” (fls. 143 e verso), a fim de que se proceda à aferição da correção dos valores pagos a título de serviço extraordinário aos servidores em questão. Após, retornem.” fl. 151 – [...] solicita-se informar, relativamente aos itens conclusivos do relatório de acompanhamento da auditoria, expedido em 22.9.2010, quais providências foram levadas a efeito para o atendimento: 1) Da análise da devolução ou não dos valores percebidos a maior decorrentes das revisões de pagamentos realizadas pela Coordenadoria de Pagamento; 2) Da solicitação ao órgão de origem, para que apresente a certidão ou declaração sobre a carga horária mensal a que estão submetidos os seguintes servidores, para fins de pagamento de sua remuneração, com a anotação da respectiva base legal: Altair Nicolli; Giselle Reixach Jacinto; Luiz Dias; Maria Angélica Ribeiro; Rubiamara Margarete Rott Wermuth, Renato Silva dos Santos; Sandra Regina Baldi e Simoni Krobél.	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar/CP	
Justificativa para o seu não cumprimento	
A Seção responsável pelo cumprimento da determinação da Presidência já obteve as declarações de cargas horárias, no novo modelo, nas quais constam o número mensal de horas pelas quais os servidores mencionados eram remunerados à época da prestação do serviço extraordinário, bem como a respectiva base legal, informações estas que possibilitam o recálculo daquele serviço prestado, dentro dos novos parâmetros, de forma a se aferir a diferença dos valores retribuídos. Contudo, diante de fatos supervenientes, concernentes à complexa matéria auditada – que podem vir a descaracterizar a hipótese de erro operacional e, por outro lado, podem vir a configurar erro escusável da Administração –, a Seção responsável se encontra prestando informações, diante da necessidade de trazer novas evidências e argumentos aos autos, com a finalidade de encaminhá-los à apreciação da Coordenadoria de Controle Interno e da Presidência.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Houve o atendimento das normas legais por parte das Unidades deste Tribunal.	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

Quadro 10.2.2.2.B – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - Auditoria em Procedimento de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição (exercício 2011)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2/2	Auditoria em Procedimento de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição (exercício 2011)	Item 3, subitens 3.1 e 3.2 (Relatório de Auditoria) e Item 1 (Relatório de Acompanhamento da Auditoria)	Comunicações Internas COCIN n. 101, de 13.10.2011, e n. 96, de 18.12.2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
1 (subitem 3.1). Submeter à Administração Superior os autos dos Procedimentos Administrativos SGP n. 291/2009 e 318/2008 para fins de reapreciação das averbações concedidas, uma vez que se constatou (1) a averbação de tempos de serviço/contribuição concomitantes e (2) a circunstância de o período averbado referente à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira referir-se a tempo anterior à Emenda Constitucional n. 20/1998 (item 6); 2 (subitem 3.2). Submeter à Administração Superior, em razão do posicionamento do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal, para fins de reapreciação, a questão da aplicação da decadência administrativa disposta no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 aos atos sujeitos a registro na Corte de Contas (item 9).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Legislação, Aposentadoria e Pensão/CP			
Justificativa para o seu não cumprimento			
1. Conforme anteriormente informado, a Seção procedeu à revisão e adequação da integralidade das averbações de tempo de serviço/contribuição registradas na Casa, em especial daquelas pertinentes à auditoria anteriormente realizada pela Unidade de Controle Interno. Os resultados obtidos já foram integralmente compilados, estando em fase final elaboração o relatório conclusivo dos trabalhos – oportunidade em que, juntamente com as demais questões apuradas, será submetida à apreciação da Presidência do Tribunal a questão objeto da recomendação do item 3.1. O prazo definido para entrega do relatório final é março/2014. 2. A questão da aplicação da decadência administrativa disposta no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 aos atos sujeitos a registro na Corte de Contas encontra-se em trâmite nos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 17.505/2013, em cumprimento à determinação da Presidência quanto à realização de estudos sobre o tema no âmbito deste Tribunal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se identifica neste caso a existência de tais fatores.			

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

10.2.3 Secretaria de Tecnologia da Informação

10.2.3.1 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 10.2.3.1.A – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.1	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			
Descrição da Recomendação			
Dar cumprimento, até o final do exercício de 2013, (a) à implementação da Política de Segurança da Informação (PSI); (b) à formalização e publicação das normas de Segurança da Informação desta Corte, bem como, (c) à implantação das medidas sancionatórias (item 1.1 do presente Relatório de Auditoria).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão de Segurança da Informação			
Síntese da Providência Adotada			
a) A Política de Segurança da Informação do TRESC foi implantada por meio da aprovação e publicação da Resolução TRESC n. 7.894/2013, da OS DG n. 003/2013 e da Portaria DG n. 491/2013; b) Referidas normas estão publicadas na página Intranet da Comissão de Segurança da Informação; c) As medidas sancionatórias estão previstas no art. 24 da Resolução TRESC n. 7.894/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Publicação recente das normas. Não há resultados medidos, pois as ações são abrangentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração.			

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 10.2.3.1.B – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.2	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			
Descrição da Recomendação			
Efetuar, até o final de 2013, as medidas necessárias para que haja a implantação da exigência de troca periódica de senha.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão de Segurança da Informação			
Síntese da Providência Adotada			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios para alteração de senha foram definidos na Portaria DG n. 491/2013 e o planejamento para as ações técnicas foram iniciadas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Em fase de implantação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 10.2.3.1.C – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.3	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			
Descrição da Recomendação			
Implementar o Plano de Continuidade do Negócio (PCN) deste Tribunal até o final do exercício de 2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
A definir			
Síntese da Providência Adotada			
Sob a perspectiva da área de TI, está em andamento um projeto que visa prover um Plano de Recuperação de Desastres (PRD), que fará parte do plano de continuidade de negócio. Dentre os estudos que vêm sendo desenvolvidos nesta unidade, é importante destacar: i) solução de recuperação de backup a partir do zero, ii) formalização de política para ambiente de produção para serviços de TI, contemplando a validação da documentação referente aos serviços em produção. Estima-se que este projeto seja concluído até o final do exercício de 2014. Já o estabelecimento do cronograma para elaboração do PCN Institucional deverá ser realizado pela Administração do TRESC por envolver outras unidades, além desta Secretaria. Há, também, o Plano de Comunicação de Sinistros nas Zonas Eleitorais elaborado pela Corregedoria Regional Eleitoral e aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica e Integração.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Projeto em elaboração. Sem resultados, até o momento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial, destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.			

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 10.2.3.1.D – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	
Recomendações do OCI	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.4	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRES			
Descrição da Recomendação			
Implementar, até o final de 2013, a conclusão do projeto para adequação dos mecanismos de segurança da sala de CPD.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica e Secretaria de Administração e Orçamento			
Síntese da Providência Adotada			
No dia 24.01.2014 foram iniciadas obras para adequação da climatização do CPD, com instalação de equipamentos com sistemas do tipo VRV (volume de refrigeração variável), indicados para ambientes de missão crítica, as quais se encontram em andamento pela empresa contratada. A empresa ainda não concluiu as obras, tendo sido notificada acerca da inexecução do contrato. Há também demanda para aprimoramento da estrutura de acesso, cuja aquisição encontra-se em andamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria percebida no ambiente de CPD.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Providências que exigem obras civis refogem sensivelmente ao controle da unidade de TI, considerando a participação de outras unidades do Tribunal e, em última análise, na responsabilização das empresas contratadas pela inexecução, o que não implica, necessariamente, na celeridade do atendimento da demanda.			
Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRES			

Quadro 10.2.3.1.E – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.5	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRES			
Descrição da Recomendação			
Tomar a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005 também como parâmetro a ser seguido no transcurso do processo de classificação das informações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Entende-se que seja Coordenadoria de Gestão da Informação / SJ			
Síntese da Providência Adotada			
Conforme o inciso IV do artigo 19 da Resolução TRES n. 7.894/2013, o tema classificação da informação deverá ser conduzido pela Secretaria Judiciária, com apoio desta Secretaria, bem como da Comissão de Segurança da Informação, razão pela qual foi sugerido que fossem consultadas a referida unidade bem como a mencionada comissão acerca do assunto.			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Síntese dos Resultados Obtidos
Não se aplica.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial, destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 10.2.3.1.F – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.6	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			
Descrição da Recomendação			
Implementar, até o final do exercício de 2014, as medidas necessárias ao aperfeiçoamento do processo de avaliação da gestão de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comitê de TI			
Síntese da Providência Adotada			
O aperfeiçoamento está previsto para iniciar ainda no 1º semestre de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Já há estudos e proposta para o processo em questão, que será levado ao Comitê de TI para apreciação de acordo com o calendário da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
i) modelagem será baseada na nova versão do <i>framework</i> Cobit (5.0), cuja capacitação está em contratação; e ii) falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial, destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.			

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 10.2.3.1.G – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.7	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Descrição da Recomendação	
Implementar, até o final do exercício de 2014, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) deste Tribunal.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Soluções Corporativas	
Síntese da Providência Adotada	
O PDTI foi aprovado por meio da Resolução TRESA n. 7.893, de 21.10.2013, referente ao biênio 2013-2014.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
No PDTI foi contemplada também a revisão do Plano Estratégico de TI (PETI).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O plano foi implantado apesar da falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração. Além disso, cabe ressaltar que a unidade de TI do TRESA é <i>sui generis</i> , pois traz em seu organograma uma unidade de negócio (Coordenadoria de Eleições), que também apresenta suas demandas de gestão e governança.	

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA

Quadro 10.2.3.1.H – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.8	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESA			
Descrição da Recomendação			
Elaborar e implantar, até o final do exercício de 2014, plano anual de capacitação voltado para a gestão de tecnologia da informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESA			
Síntese da Providência Adotada			
Está previsto o curso COBIT 5 Foundation no PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 2014, estando em andamento contratação de empresa para realizar treinamento, <i>in company</i> .			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não se aplica.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O curso contratado em 2013 foi cancelado pela empresa, sendo contratada outra empresa em 2014.			

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA

Quadro 10.2.3.1.I – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.9	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESA			
Descrição da Recomendação			
Implementar, até o final de 2013, plano de médio e longo prazo para a realização de ações educativas com vistas à conscientização de usuários sobre segurança da informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão de Segurança de Informação			
Síntese da Providência Adotada			
Conforme o art. 14 da Resolução TRESA n. 7.894/2013, compete à Comissão de Segurança da Informação, com apoio dos gestores, instituir, promover e manter ações de conscientização dos servidores. Foram nomeados, com esta incumbência, novos membros para a Comissão de Segurança da Informação (Portaria 38/2014).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Iniciada pela Comissão de Segurança da Informação a primeira etapa da conscientização dos servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial, destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.			
Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESA			

Quadro 10.2.3.1.J – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.10	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESA			
Descrição da Recomendação			
Adotar, até o final do exercício de 2014, a prática referendada pelo TCU, ao definir o objeto a ser licitado pela área administrativa, de molde a viabilizar a obtenção de elementos suficientes à formação adequada de preços, atendendo aos termos do inciso II do § 2º do art. 7º da Lei n. 8.666/1993.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Síntese da Providência Adotada
Em andamento a definição do processo de contratação, em consonância com a nova Resolução do CNJ.
Síntese dos Resultados Obtidos
O processo já foi mapeado até a etapa de entrega da solicitação de contratação à Secretaria de Administração e Orçamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial, destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.
Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

Quadro 10.2.3.1.K – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.12	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			
Descrição da Recomendação			
Implementar as seguintes estruturas e os meios, no menor espaço de tempo possível: b) comitê para coordenar os assuntos de segurança de TIC; c) processo de gestão de risco de segurança da informação; d) servidor, formalmente designado, para ser o responsável pela segurança da informação do Tribunal; e) política de segurança da informação; g) processo de classificação da informação; e h) processo para contratação e gestão de soluções de TIC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comissão de Segurança da Informação			
Síntese da Providência Adotada			
b) Portaria n. 38/2014 (nomeia servidores para a Comissão de Segurança da Informação (CSI)) c) sugeriu-se a implantação pela CSI; d) sugeriu-se que seja o coordenador da CSI; e) A Política de Segurança da Informação do TRESC foi implantada por meio da aprovação e publicação da Resolução TRESC n. 7.894/2013, da OS DG n. 003/2013 e da Portaria DG n. 491/2013; g) Conforme o inciso IV do artigo 19 da Resolução TRESC n. 7.894/2013, o tema classificação da informação deverá ser conduzido pela Secretaria Judiciária, com apoio desta Secretaria, bem como da Comissão de Segurança da Informação, razão pela qual foi sugerido que fosse consultada a referida unidade, bem como a mencionada comissão acerca do assunto; h) O processo foi mapeado até a etapa de entrega da solicitação de contratação à Secretaria de Administração e Orçamento. Contudo, faz-se necessária a continuidade do mapeamento das etapas posteriores junto àquela unidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Iniciada a internalização da Política de Segurança da Informação, elaborada e aprovada pela Instituição.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
i) a segurança de informação tem caráter institucional e refoge à competência exclusiva desta unidade. Estima-se que a partir da aprovação da proposta de Política de Segurança da Informação submetida à Alta Administração derivem-se as providências e as competências respectivas;			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ii) quanto aos mapeamentos do processo para contratação e gestão de soluções de TIC, os trabalhos estavam em andamento quando houve a publicação da Resolução CNJ n. 182, de 17.10.2013, o que tornou necessária a reavaliação das análises e processos que estavam sendo mapeados, com o objetivo de atender ao determinado no citado instrumento; e
- iii) falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

10.2.3.2 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro 10.2.3.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Exercício 2013	4.11	Relatório de Auditoria de 14.8.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC			
Descrição da Recomendação			
Implementar estruturas mínimas de controle interno com vista à mitigação dos riscos nos seguintes processos: a) Planejamento estratégico institucional, b) Planejamento estratégico de TI, c) Funcionamento de comitês de TI, d) Processo orçamentário de TI, g) Gerenciamento de serviços de TI, h) Segurança da informação, i) Contratação e gestão de soluções de TI, e j) Monitoração do desempenho da TI organizacional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comissão da Segurança da Informação.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Comitê de TI deliberou sobre controles internos, ficando os representantes incumbidos de identificar riscos do próprio funcionamento do Comitê, o que seria compilado e submetido posteriormente à apreciação superior. Deliberou-se também que a STI deve identificar riscos acerca do monitoramento do desempenho da própria TI, o que será validado posteriormente pelo Comitê. Esse trabalho deverá ser retomado nas próximas reuniões. A situação quanto aos demais controles permanece a reportada anteriormente, devido ao acúmulo de demandas à STI. Mantém-se, contudo, o parecer encaminhado à unidade de Controle Interno no tocante aos riscos atuais, no sentido de que estes já são mitigados de forma satisfatória ou podem ser aceitos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
i) em relação ao item “a”: competência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; ii) em relação ao item “b, c, d e j”: estão previstos para o exercício de 2014; iii) em relação ao item “g”: o gerenciamento dos serviços de TI segue fluxo definido, onde estão mapeadas as etapas de execução pelas equipes técnicas. Há equipe de servidores do quadro que analisa e gerencia os incidentes e requisições de TI, analisando eventuais problemas e inconsistências do processo, bem como atuando de forma a mitigar os riscos de não execução ou não cumprimento dos acordos de nível de serviço estabelecidos; iv) em relação ao item “h”: a segurança de informação tem caráter institucional e refoge à competência exclusiva desta unidade. Estima-se que a partir da aprovação da proposta de Política de Segurança da Informação submetida à Alta Administração derivem-se as providências e as competências respectivas; v) em relação ao item “i”: o processo foi mapeado até a etapa de entrega da solicitação de contratação à Secretaria de Administração e Orçamento. Contudo, faz-se necessária a continuidade do mapeamento das etapas posteriores junto àquela unidade; e vi) falta de recursos para dar cabo às diversas demandas relacionadas com controles, concomitantes com as			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

atividades operacionais e projetos estratégicos priorizados pela Administração, em especial, destacando-se que esta providência transcende à competência da área de TI.

Fonte: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TRESC

10.2.4 Secretaria Judiciária

Não existiram recomendações feitas pelos órgãos de controle.

10.3 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna

a) Estrutura e posicionamento da Unidade de Auditoria no organograma da UJ

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Unidade de Auditoria está inserida na Coordenadoria de Controle Interno (Resolução TRESC n. 7.545/2007).

Em conformidade com a norma em destaque, a estrutura orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina possui a seguinte composição:

I - Presidência;

II - Corregedoria Regional Eleitoral;

III - Gabinete dos Juízes;

IV - Secretaria.

Integram a Presidência as seguintes unidades orgânicas:

I - Gabinete da Presidência;

II - Assessorias Jurídicas;

III - Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial;

IV - Escola Judiciária Eleitoral;

V - Coordenadoria de Controle Interno.

No item 7.1 do presente documento estão explicitadas a estrutura atual da Coordenadoria de Controle Interno do TRESC, bem como, as atribuições específicas de cada uma das quatro Sessões que compõe esse órgão de controle, de forma que se faz remissão ao referido tópico.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

O planejamento das auditorias foi realizado por meio do Plano Anual de Atividades de Auditoria do exercício 2013, elaborado em consonância com os dispositivos da Resolução TRESC n. 7.265/2001. No referido Plano consta o cronograma de desenvolvimento dos respectivos trabalhos. Não obstante a importância de todas as auditorias consignadas no sobredito Plano, destacam-se como de maior relevância os seguintes trabalhos:

1) Auditoria de Avaliação de Controles Internos em nível de Atividade, em que foram selecionados dois processos finalísticos – o processo de “Alimentação de mesários” de competência da Secretaria de Administração e Orçamento, e o processo de “Preparação de Urnas”, da Secretaria de Tecnologia de Informação –, os quais foram considerados críticos pelas respectivas unidades executoras. A relevância deste trabalho se caracteriza em razão de ser a primeira auditoria realizada com fundamento em análise de riscos, utilizando metodologia proposta pelo Tribunal de Contas da União para avaliação de Controles Internos.

2) Auditorias que integraram as nominadas “Ações Coordenadas de Auditoria”, propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, a saber: (a) Auditoria de Controle Interno, (b) Auditoria de Obras Públicas, e (c) Tecnologia da Informação, para verificação do alinhamento das áreas de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

controle interno, tecnologia da informação e obras públicas, dentro dos tópicos abordados, às regras estabelecidas nas Resoluções CNJ n. 86/2009, 90/2009 e 114/2010 e no Acórdão TCU n. 1.233/2012.

3) Auditoria de Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do período eleitoral de 2012, em razão dos achados relacionados aos controles administrativos adotados para a autorização e pagamento de serviço extraordinário.

Os objetos de exame das auditorias foram definidos com foco na execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvem recursos públicos, na aplicação dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, nos atos administrativos de que resultem direitos e obrigações para o órgãos, assim como a verificação do cumprimento da legislação pertinente, com abrangência sobre as atividades de gestão das unidades das Secretarias, programas de trabalho, recursos e sistemas de controles administrativo e operacional de forma prévia, por determinação superior, ou posteriormente.

Nesse passo, destacam-se as principais constatações oriundas de auditoria:

1) Auditoria em Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário relativo ao período eleitoral de 2012.

Os achados de auditoria identificaram falhas nos procedimentos de autorização e pagamento de serviço extraordinário, notadamente quanto à instrução do pedido de autorização dos servidores de cartórios eleitorais; quanto aos limites de prestação de serviço extraordinário fixados em norma; quanto à observância do repouso semanal remunerado e quanto à flexibilização dos horários previamente definidos para a prestação do serviço. A partir das manifestações desta unidade de controle a Unidade Auditada adotou procedimentos e rotinas administrativas relativos à matéria voltadas ao melhor controle das ocorrências constatadas e ao aperfeiçoamento dos respectivos controles administrativos, cuja eficácia será objeto de acompanhamento nas próximas auditorias.

2) Auditoria de Avaliação de Controles Internos em nível de Atividade

2.1) Processo “Alimentação de mesários”

Os testes foram realizados nos controles implementados por ocasião das eleições que ocorreram em 2012. O processo de alimentação dos mesários integra as atividades operacionais das eleições, apoiando o sistema voltado ao pleito eleitoral, repercutindo especialmente na imagem do TRESC.

O desenvolvimento dessa atividade é complexo dada a diversidade de situações que se configuram em virtude das peculiaridades de algumas zonas e seções eleitorais, requerendo, por conseguinte, soluções diferenciadas.

O trabalho de auditoria desenvolvido permitiu a constatação de fragilidade em alguns dos controles examinados, tais como: (a) a existência de falha ou insuficiência nas informações contidas nos formulários de prestações de contas e (b) a ausência parcial ou total da documentação comprobatória da aplicação dos recursos relativos ao processo alimentação de mesários.

A partir das conclusões do relatório de auditoria, a Administração do Tribunal tomou providências com vista à prevenção de falhas futuras, como é o exemplo da edição da Resolução n. 7.902/2014, que ao disciplinar a gestão documental na Justiça Eleitoral Catarinense consignou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

disposições focadas no resguardo da documentação pertinente à comprovação dos procedimentos relativos ao processo supramencionado. Ademais, não obstante não ter transcorrido o prazo para a apresentação das medidas a serem adotadas, as sugestões feitas por esta Unidade de Controle à Administração, no sentido de otimização das atividades de controle foram acatadas.

2.2) Processo “Preparação de Urnas Eletrônicas”

Quanto ao processo de preparação de urnas eletrônicas, este é procedimento técnico que ocorre no âmbito das Zonas Eleitorais, em regra, a cada dois anos, por ocasião dos pleitos eleitorais de âmbitos nacional e municipal. Esse processo integra tanto atividades operacionais das eleições quanto alcança foro estratégico na medida em que suas ações repercutem de forma significativa na imagem do TRESC e da Justiça Eleitoral como um todo.

Na citada auditoria foram efetuados testes nos controles levados a efeito nas eleições realizadas no ano de 2012 (1º Turno). O exame do processo auditado revelou que a Unidade Auditada responsável busca aprimorar sempre a sua execução de modo a tornar o conjunto de ações conjugadas que o envolve eficaz, eficiente, efetivo e com economicidade.

Não se constatou a existência de fragilidades ou inconsistências nas atividades desenvolvidas que venham a colocar em risco o processo. Ao contrário, o nível de exigência que a Unidade Auditada se impõe faz com que em algumas ações a margem de tolerância a inconsistências ou erros seja zero.

Em suma, os controles atualmente utilizados pela Unidade Auditada demonstraram-se suficientes para identificar inconsistências que possam vir a comprometer o processo, bem como, as ações de aprimoramento desenvolvidas apontam para a consolidação de um processo eficiente, efetivo e eficaz em seus propósitos.

3) Auditoria de Obras Públicas e Aquisições, Contratações e Convênios – Exercício 2013

Em cumprimento ao conteúdo de verificação da Auditoria de Obras Públicas, determinado pelo CNJ, em razão da execução das “Ações Coordenadas de Auditoria” daquele Conselho, observou-se nos procedimentos auditados dessa Corte a ausência de cumprimento da medida constante no parágrafo único do art. 8º da Resolução CNJ n. 114/2010.

Oportunamente, a Unidade Auditada prestou esclarecimentos acerca das dificuldades encontradas para a implementação do citado regramento, em virtude das peculiaridades regionais do Estado de Santa Catarina. Em conclusão, esta Unidade de Controle se manifestou no sentido da necessidade da aplicabilidade do citado comando, dada a sua natureza e a priorização conferida pelo CNJ de atenção à referida norma.

Por essas razões, esta Unidade de Controle expediu recomendação à Unidade Auditada para que fosse dado cumprimento ao citado dispositivo. Em manifestação posterior, a Unidade Auditada pronunciou-se no sentido de não haver óbice ao cumprimento da citada disposição, o que seria levado a efeito por esta Corte a tempo e modo.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Referente ao exercício de 2013, foram realizadas, em conformidade com o Plano Anual previamente aprovado, as seguintes auditorias:

- 1) Concessão de Diárias e Indenização de Transporte para Oficiais de Justiça;
- 2) Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário do Período Eleitoral de 2012;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 3) Controles Internos em Nível de Atividade;
- 4) Sustentabilidade Ambiental (Primeira Auditoria de acompanhamento);
- 5) Obras Públicas e Aquisições, Contratações e Convênios – Exercício 2013;
- 6) Administração Orçamentária e Financeira (Exercícios 2012-3 e 2013-1);
- 7) Tecnologia da Informação (Segunda Auditoria de Acompanhamento da Auditoria em Segurança da Informação);
- 8) Inscrição em restos a pagar.

Dos respectivos trabalhos de auditoria resultaram a expedição de trinta e seis recomendações. Destas, quatorze encontram-se em exame pelas unidades administrativas competentes para verificação da melhor forma de cumprimento das medidas assinaladas, quatro das quais já estão em processo de implementação.

Seis recomendações encontram-se dentro do prazo de cumprimento assinalado nos correspondentes Relatórios de Auditoria.

Dessa forma, das trinta recomendações expedidas no exercício de 2013 cujo prazo de execução chegou a termo, dezesseis já foram plenamente atendidas.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

A Coordenadoria de Controle Interno segue cronograma previamente elaborado, aprovado no Plano Anual de Atividades de Auditoria, estabelecido em conformidade com a Resolução n. 171/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com os prazos fixados, após a expedição das recomendações por meio do Relatório de Auditoria, as respostas da Unidade Auditada são juntadas aos autos e analisadas com o objetivo de estabelecer a necessidade ou não de acompanhamento da implementação das recomendações expedidas.

Constatada a indispensabilidade do acompanhamento, são fixados prazos, findo os quais a Unidade Auditada é instada a se manifestar acerca das respectivas recomendações.

Saliente-se que foi implementada rotina de acompanhamento por meio de reuniões mensais com a Direção-Geral para o monitoramento das providências respeitantes às recomendações expedidas.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

O monitoramento é realizado por meio de planejamento estratégico específico contendo indicadores que subsidiam a verificação dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna. Ademais, esta Unidade de Controle adota, outrossim, a sistemática de acompanhamento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria prescrita pela Resolução CNJ n. 171/2013.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

Por intermédio de rotinas de comunicação usualmente praticadas na instituição, mormente utilizando-se de expedientes designados comunicações internas, os relatórios de auditoria são encaminhados à Presidência do Tribunal que, por sua vez, determina a remessa do documento para ciência da Direção-Geral, bem como, da unidade auditada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Além disso, atendendo as prescrições da Resolução CNJ n. 171/2013, as conclusões das auditorias são apresentadas à Presidência e, posteriormente, à Direção-Geral, juntamente com a Unidade Auditada, por meio de reuniões previamente agendadas.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna

De forma semelhante ao procedimento de certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações, os Relatórios de Auditoria são encaminhados à Presidência do Tribunal que, por sua vez, determina a remessa do documento para ciência da Direção-Geral, bem como da Unidade Auditada.

Além disso, as conclusões das auditorias são apresentadas à Presidência e posteriormente à Direção-Geral, juntamente com a Unidade Auditada, por meio de reuniões previamente agendadas, conforme determina a Resolução CNJ n. 171/2013.

10.4 Obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Quanto às informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n. 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, informa-se que todos os servidores ativos do quadro de pessoal deste Tribunal, os em exercício provisório e os removidos, lotados na Sede ou nos Cartórios Eleitorais, bem como os auxiliares eleitorais que prestam serviço junto aos Cartórios Eleitorais, encaminharam a declaração de bens e rendas ou a autorização para acesso às declarações de bens e rendas, nos termos da Instrução Normativa n. 67, de 6.7.2011, referente ao ano de 2012.

A atividade de acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas ou, a partir de 2011, da autorização para acesso às Declarações de Bens e Rendas ou o Formulário de Declaração de Bens e Rendas, nos termos da Instrução Normativa TCU n. 67, de 6.7.2011, com relação aos servidores referidos, é de competência da Seção de Legislação de Pagamentos e Benefícios da Coordenadoria de Pagamento.

Essa Seção gerenciou a entrega daqueles documentos, entrando em contato com os servidores que não haviam entregado a declaração ou a autorização no prazo determinado por esta Coordenadoria, por meio de telefone e mensagem eletrônica, não restando pendências a serem sanadas.

Salienta-se que a quase totalidade dos documentos apresentados referem-se à autorização para acesso às declarações de bens e rendas, prevista no anexo II da IN TCU n. 67/2011, a qual permite referido acesso pelo Tribunal de Contas da União aos dados de Bens e Rendas exigidos nas Leis n. 8.429/1992, e n. 8.730/1993, das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Informa-se, ainda, que a referida Unidade não realizou análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, tendo em vista que, de acordo o Anexo II da Instrução Normativa TCU n. 67/2011, o servidor autoriza apenas o Tribunal de Contas da União a ter acesso aos dados de Bens e Rendas, consoante segue:

“Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei n. 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei n. 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis n. 8.429, de 1992, e n. 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a ter acesso aos dados de Bens e Rendas exigidos nas mencionadas Leis, das minhas Declarações de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.”

Esclarece-se que, a fim de resguardar o sigilo das informações entregues pelos servidores, os documentos em questão são arquivados em pastas identificadas, guardadas em armários chaveados, com acesso apenas pelos servidores da Coordenadoria de Pagamento.

Ainda, na parte que se refere às autoridades, considerando que a Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de Juízes, apenas aqueles integrantes da classe dos advogados ficam obrigados a apresentar a Declaração de Bens e Rendias, em cumprimento ao disposto nos incisos I a V do art. 1º da Lei n. 8.730/1993, visto que a remessa das referidas declarações concernentes aos demais magistrados deve ser feita por seus Tribunais de origem.

Abaixo, os dados relativos às informações referentes às declarações de bens e rendas pelos servidores e pelos Juízes Efetivos e Substitutos da Categoria Jurista, que exerceram suas funções neste Tribunal durante o exercício de 2012 – cujas declarações foram entregues em 2013 – a que aludem as Leis n. 8.429/1992, e n. 8.730/1993, nos termos da Instrução Normativa TCU n. 67, de 6.7.2011 (item 9.4 da Portaria TCU n. 175/2013).

Quadro 10.4 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n. 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n. 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			3
	Entregaram a DBR			3
	Não cumpriram a obrigação			-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	8	11	242
	Entregaram a DBR	8	11	242
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS E QUADRO SUPLEMENTAR)/TRESC

* Complemento do quadro acima – Descrição sintética de como se desenvolve a atividade acompanhamento da entrega das DBR pelos Juristas:

A Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar da Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas é a responsável por receber a DBR dos Juízes Efetivos e Substitutos do TRESC da categoria Jurista.

Anualmente, a referida Seção minuta Ofícios da Presidência destinados aos Juristas obrigados a efetuar a entrega da DBR, dando prazo para entrega do documento preenchido à Coordenadoria de Pessoal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em razão do baixo quantitativo de autoridades obrigadas a entregar a DBR no TRESP, inexistia sistema informatizado para esse gerenciamento e o seu recebimento ainda se dá em papel.

Até hoje, todos os Juristas cumpriram com a obrigação.

Informa-se que o TRESP não analisa as DBR's recebidas, restringindo-se a encaminhá-las à Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina do TCU.

Por fim, informa-se que as DBR's são arquivadas na própria Seção que as recebe.

10.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário

Quadro 10.5.A – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares
Instaurados e/ou Concluídos

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 001/2013		
Data de autuação	Descrição do objeto	Fase de tramitação/ providências
8.3.2013 (protocolo 19.900/2013)	Apuração da responsabilidade do servidor Júlio César de Castro, analista judiciário do quadro de pessoal do TRE/PR, removido para este Tribunal e lotado no Cartório da 24ª ZE – Palhoça/SC, pelos fatos relatados nos autos de Procedimento Administrativo ASSPRES n. 146.278/2012.	De acordo com decisão proferida pelo Sr. Presidente, Des. Eládio Torret Rocha, em 18.12.2013, foram os autos do procedimento encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná — órgão de origem do servidor —, mantendo-se autos suplementares arquivados na Secretaria de Gestão de Pessoas. Segundo noticiado no Boletim Interno deste Tribunal, de 6.3.2014, o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Des. Edson Vidal Pinto, em decisão de 27.2.2014, determinou o arquivamento dos autos, em razão da inexistência de plausibilidade que justificasse a imposição de penalidades, com fundamento no art. 145, inciso I, da Lei n. 8.112/1990.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESP

Quadro 10.5.B – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares
Instaurados e/ou Concluídos

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 002/2013		
Data de autuação	Descrição do objeto	Fase de tramitação/ providências
13.6.2013 (protocolo 52.861/2013)	Apuração da responsabilidade da servidora Tina Souza Severino, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal, lotada no Cartório da 24ª ZE – Palhoça/SC, pelo fato relatado nos autos do procedimento Administrativo ASSPRES n. 2/2013.	De acordo com decisão proferida pelo Sr. Presidente, Des. Eládio Torret Rocha, em 11.11.2013, Sua Excelência acolheu as conclusões da Comissão Sindicante e determinou o arquivamento do presente processo administrativo disciplinar, com fundamento no inciso I do art. 145 da Lei n. 8.112/1990.

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESP

Quadro 10.5.C – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares
Instaurados e/ou Concluídos

SINDICÂNCIA PUNITIVA N. 002/2012		
Data de autuação	Descrição do objeto	Fase de tramitação/ providências



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

26.10.2012 (protocolo 147.393/2012)	Apuração da responsabilidade do servidor FÁBIO RAIMUNDO DE QUEIROZ, do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, removido para este Tribunal, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotado no Cartório da 14ª Zona Eleitoral — Ibirama/SC, pelos fatos relatados nos autos do Procedimento Administrativo ASSPRES n. 1248092012, relativos a eventual descumprimento aos deveres contidos no art. 116, incisos I, IV e XI, e/ou art. 117, inciso V, da Lei 8.112/1990 —, que poderá resultar na aplicação de penalidade disciplinar, consoante estatuído no art. 129 da mesma Lei.	De acordo com decisão proferida pelo Sr. Presidente, Des. Eládio Torret Rocha, em 28.2.2013, foram os autos remetidos ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (órgão de origem do servidor), conforme excerto a seguir transcrito: “[...]” 02. Encerrados os trabalhos e elaborado o Relatório Conclusivo acostado às fls. 151-155, passa-se a fase de julgamento. Todavia, considerando que o servidor sindicado não integra o quadro de pessoal da Justiça Eleitoral Catarinense, finda a apuração da responsabilidade por parte da Comissão, eventual penalidade deverá ser aplicada pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, porquanto a competência para o julgamento é da autoridade máxima do órgão de origem do servidor, <i>ex vi</i> do disposto no art. 141, incisos I e II, da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Resolução TSE n. 23.092/2007. 03. Ante o exposto, encaminhe-se o presente Procedimento Administrativo ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, mantendo-se autos suplementares arquivados na Secretaria de Gestão de Pessoas.”
--	--	---

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

Quadro 10.5.D – Demonstrativo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares Instaurados e/ou Concluídos

SINDICÂNCIA PUNITIVA N. 003/2012		
Data de autuação	Descrição do objeto	Fase de tramitação/ providências
14.12.2012 (protocolo 202.511/2012)	Apuração da responsabilidade do servidor Rafael Antônio Costa, lotado na 105ª ZE – Joinville/SC, pelos fatos relatados nos autos do Procedimento Administrativo ASSPRES n. 176.656/2012.	De acordo com decisão proferida pelo Sr. Presidente, Des. Eládio Torret Rocha, em 20.2.2013, Sua Excelência acolheu as conclusões da Comissão Sindicante, conforme excerto a seguir transcrito: “[...]” 04. À vista do exposto, acolho as conclusões da Comissão Sindicante, porquanto as circunstâncias do caso, bem retratadas no relatório, justificam a não aplicação de penalidade ao servidor RAFAEL ANTÔNIO COSTA como infração disciplinar, determinando que: os atestados médicos acostados às fls. 100 e 101 sejam desentranhados, permanecendo cópia nestes autos, e remetidos à Seção de Saúde deste Tribunal para o fim descrito no subitem 02.04; a Secretaria de Gestão de Pessoas juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação viabilize a alteração no sistema de controle de frequência, de modo que os servidores tenham ciência da que foi confirmada, consoante sugestão da Comissão; [...]”

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

10.6 Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A informação encontra-se no Anexo III.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

11.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, instituída pela Resolução TRESC n. 7.793/2010, tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral Catarinense, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal. Formas de contato: pelo site e por carta resposta disponível nos cartórios eleitorais. Sua eficiência como elo entre o cidadão e a instituição é medida por 2 indicadores estratégicos; no trimestre encerrado em 31.12.2013 o índice de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria era de 95%, e o tempo médio dessas respostas era de 3,4 dias.

11.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

A satisfação do usuário externo é medida por pesquisa que afere o Grau de Satisfação dos Clientes, que tem como meta atingir, no mínimo, 80% de usuários que indicam conceito "Bom" ou "Ótimo" para os serviços recebidos.

11.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

A satisfação do usuário externo é medida por pesquisa que afere o Grau de Satisfação dos Clientes, que tem como meta atingir, no mínimo, 80% de usuários que indicam conceito "Bom" ou "Ótimo" para os serviços recebidos. No trimestre encerrado em 31.12.2013 este índice correspondeu a 93%.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Este Tribunal vem aplicando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e NBC T 16.10, conforme a Orientação SOF/TSE n. 01/2010, bem como as Resoluções CFC n. 1136/2008 e n. 1137/2008.

Anteriormente à edição das normas, o imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil. E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo, R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá.

Com a aplicação da depreciação, é possível mostrar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos.

Ante o exposto, pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bens que o mesmo possui.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

A depreciação é um instrumento importante no processo de acompanhamento do imobilizado, pois só assim se conseguirão os reais valores descritos nas demonstrações contábeis.

No momento em que o imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns desses ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para então iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.

12.1.1 Método de depreciação utilizado

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 01/2010.

O método das quotas constantes é o mais utilizado, pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano (FRANCO, 1981, p. 178).

Segundo consta do Boletim IOB (2002, p. 3):

“O método de linha reta assume que a utilização do bem é igual durante todos os exercícios. Ele parte do princípio de que a depreciação em linha reta é ajustada pelo maior custo de manutenção, que é quase nula no início da utilização do bem e crescente a partir da metade da sua vida útil. Justifica-se a utilização desse método quando: o ativo será utilizado uniformemente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

durante toda a sua vida útil; não haverá declínio de desempenho; não ocorrerá obsolescência, isto é, não haverá obsolescência tecnológica nessa área; e o custo periódico de reparos e manutenção não aumentará. A maioria das empresas utiliza este método de depreciação pela simplicidade de sua aplicação, pois o valor residual é considerado zero. Também é de fácil aplicação: toma-se o valor da aquisição e divide-se pela vida útil estimada. É um método pelo qual se debita uma fração igual do custo em cada período. O valor da depreciação a ser lançado no período é determinado pela subtração do valor residual estimado do seu custo de aquisição, dividindo-se o saldo remanescente, o qual representa o total do ativo imobilizado depreciable, pelo número de anos estimados da sua vida útil produtiva. Neste método consideramos como custos de aquisição todos os gastos relacionados com a aquisição desse ativo mais o necessário para colocarmos em seu local de funcionamento e que o mesmo esteja em condições de uso” (IOB 2002, p. 3)

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2013 sem a aplicação da depreciação, ter-se-ia um Superávit de R\$ 3.635.968,49. Em contrapartida, ao se lançar o valor da depreciação no valor acumulado de R\$ 4.417,429,18 na conta Decréscimos Patrimoniais, o resultado se converte em um déficit no montante de R\$ 781.460,69, diminuindo, consequentemente, o resultado patrimonial, o que representa uma queda de 121,4925%.

Atendendo às determinações contidas na Orientação SOF/TSE n. 01/2010, seguindo o cronograma de implantação da depreciação e reavaliação dos bens patrimoniais, os bens móveis referentes ao mobiliário e equipamentos de comunicação deste TRESC foram reavaliados pela metodologia de avaliação de mercado, ou seja, foram avaliados itens com características e tempo de uso semelhante para estabelecimento do valor atual. Como a avaliação comparativa com mercado ficou semelhante e/ou muito próxima dos valores residuais obtidos com a aplicação da tabela de vida útil da instrução supramencionada, os bens foram valorados com base na mesma, seguindo as opções apresentadas pelo referido documento.

Após o procedimento acima, foram feitos estudos e avaliações de recuperabilidade, atribuindo-se novo tempo de vida útil para os bens reavaliados, conforme sua capacidade de utilização. A partir da reavaliação dos bens e da definição do tempo de vida útil restante aos mesmos, iniciou novo período de aplicação de depreciação dos bens.

12.2 Declaração do contador responsável que tenha executado sua contabilidade no SIAFI

A informação encontra-se no Anexo IV.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Informações sobre o fundo partidário a serem prestadas pelo TRESC

13.1.1 Diretórios de Partidos Políticos registrados no TRESC

Quadro 13.1.1 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
DEM	DEMOCRATAS	553092011	15/7/2011	PAULO GILBERTO GOUVEA DA COSTA	12/07/2011 à 10/02/2015
PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	1178972011	13/12/2011	ANGELA ALBINO	03/12/2011 à 03/12/2013
PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	1094712013	06/12/2013	ANGELA ALBINO	04/12/2013 à 03/12/2015
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	770262012	09/07/2012	ROBSON LUIZ CERON	30/06/2012 à 30/06/2015
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	254732010	17/05/2010	MANOEL DIAS	30/04/2010 à 04/09/2013
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	254732010	17/05/2010	LUIS VIEGAS	30/04/2010 à 30/04/2014
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	1890902012	27/11/2012	ANSELMO DÖLL	26/11/2012 à 22/03/2013
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	244492013	25/03/2013	FERNANDO RITTER	22/03/2013 a Indeterminado
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	141562012	13/03/2012	CARLOS ALBERTO ROSA KAMINSKI	05/03/2012 a Indeterminado
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	26872010	25/01/2010	EDUARDO PINHO MOREIRA	27/05/2011 à 28/06/2013
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	642422013	22/07/2013	EDUARDO PINHO MOREIRA	29/06/2013 à 29/06/2015
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	252712012	24/04/2012	NELSON ISIDORO DA SILVA	23/04/2012 à 28/07/2013
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	839752013	04/10/2013	ALAN ALVES MOREIRA	25/09/2013 a Indeterminado
PP	PARTIDO PROGRESSISTA	500862011	27/06/2011	JOARES CARLOS PONTICELLI	23/05/2011 à



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					08/07/2013
PP	PARTIDO PROGRESSISTA	500862011	27/06/2011	JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JUNIOR	08/07/2013 à 15/04/2014
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	195282012	03/04/2012	FABIANO DEITOS	23/09/2011 a Indeterminado
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	41272012	26/01/2012	CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO	01/01/2012 à 01/05/2014
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	1669702012	06/11/2012	JORGINHO DOS SANTOS MELLO	16/04/2013 a Indeterminado
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	412912011	26/05/2011	JERONIMO ALVES FERREIRA	30/08/2011 a Indeterminado
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	840642013	04/10/2013	NIKOLAS REIS MORAES DOS SANTOS	30/09/2013 a Indeterminado
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	132002012	09/03/2012	FABIANO DA SILVA	27/02/2012 à 15/03/2013
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	640902013	22/07/2013	EDSON TAVARES DE MELO	15/07/2013 a Indeterminado
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	353082012	23/05/2012	JOÃO BATISTA VEIGA RECHINI	17/05/2012 à 30/05/2013
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	520742013	11/06/2013	JOÃO BATISTA VEIGA RECHINI	06/06/2013 à 16/06/2014
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	746542011	22/09/2011	GERALDO CESAR ALTHOFF	19/09/2011 à 25/09/2013
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	840792013	04/10/2013	PAULO ROBERTO BARRETO BORNHAUSEN	25/09/2013 a Indeterminado
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	3072010	13/01/2010	ADELOR FRANCISCO VIEIRA	20/11/2009 a Indeterminado
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	779152011	29/09/2011	GELSON LUIZ MERISIO	04/10/2011 a Indeterminado
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	338682011	03/05/2011	LEONEL ARCANGELO PAVAN	20/04/2011 à 07/05/2013
PSDB	PARTIDO DA	338682011	03/05/2011	JOSE ROBERTO	07/05/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA			MARTINS	à 06/06/2013
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	338682011	03/05/2011	LEONEL ARCANGELO PAVAN	06/06/2013 à 07/07/2013
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	628632013	16/07/2013	PAULO ROBERTO BAUER	14/07/2013 à 14/07/2015
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	1083842012	20/08/2012	ANTONIO CARLOS COSTA	16/08/2012 à 14/08/2013
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	710712013	16/08/2013	ANTONIO CARLOS COSTA	14/08/2013 à 14/08/2014
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	1049982011	03/11/2011	DONIZETE JOSE DA SILVA	14/10/2011 à 09/08/2013
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	714812013	19/08/2013	EVERSON DOS SANTOS VIDAL	09/08/2013 à 09/02/2014
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	58202012	02/02/2012	AFRANIO TADEU BOPRE	05/11/2011 à 06/10/2013
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	902092013	29/10/2013	LEONEL DAVID JESUS CAMASÃO	06/10/2013 à 06/10/2015
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	973422012	31/07/2012	JOANINHA DE OLIVEIRA JOHNSON	28/11/2011 à 28/11/2013
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	63502014	31/01/2014	JOANINHA DE OLIVEIRA JOHNSON	29/11/2013 à 28/11/2015
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	102422010	10/03/2010	JOSÉ FRITSCH	09/02/2010 à 31/12/2013
PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	309992010	09/06/2010	TEREZINHA RICARDO DO NASCIMENTO	05/06/2010 a Indetermina do
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	1050182012	13/08/2012	FRANCISCO CARDOSO DE CAMARGO FILHO	17/07/2012 à 16/07/2015
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	1449452012	22/10/2012	LUCY SANTOS PINTO	05/10/2012 à 06/04/2014
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	208352009	07/04/2009	JOSÉ CARLOS DE PAULA	18/02/2011 a Indetermina do
PV	PARTIDO VERDE	687222011	05/09/2011	GUARACI EDSON	26/08/2011 à



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SDD	SOLIDARIEDADE	820962013	27/09/2013	FAGUNDES MIGUEL PADILHA	30/04/2014 10/08/2013 à 27/01/2014
-----	---------------	-----------	------------	-------------------------------	---

Fonte: SEÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS/CRIP/SECRETARIA JUDICIÁRIA/TRESC

13.1.2 Informações sobre a distribuição dos recursos do Fundo Partidário

Quadro 13.1.2 – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos. Valores em \$1,00

Sigla do Partido	Exercícios		
	2013 ¹²	2012	2011
PSOL		14.122,42	19.955,28
DEM		166.000,00	-
PMDB		1.164.476,94	674.427,03
PP		500.000,00	733.300,00
PPS		115.000,00	45.000,00
PR		36.128,00	138.064,00
PSB		98.300,68	94.543,04
PSDB		94.565,01 ¹³	13.620,47 ¹⁴
PT		139.716,20 ¹⁵	-
PTB		39.880,00	6.000,00
PSC		-	28.000,00
PDT		510.000,00	-
PPL		3.592,73	-
PSD		135.000,00	-
Totais		3.016.781,98	1.752.909,82

Fonte: TSE

13.1.3 Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais

Quadro 13.1.3 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Sigla do Partido	Dados da Prestação de Contas de 2012		
	Data *	Processo	Situação em 2013
DEM	30/04/2013	7950	AN
PCdoB	30/04/2013	7513	AN
PDT	30/04/2013	8472	AN
PEN	26/04/2013	7258	AN
PMDB	26/04/2013	7343	AN
PP	30/04/2013	8205	AN
PPL	30/04/2013	8642	AN
PPS	30/04/2013	8812	AN

¹² As informações relativas aos recursos do Fundo Partidário recebidos no exercício financeiro de 2013 pelos diretórios partidários do estado de Santa Catarina só estarão disponíveis após a entrega das prestações de contas referentes a este exercício financeiro, cujo prazo de entrega é 30/04/2014.

¹³ Recursos do Fundo Partidário estimáveis em dinheiro.

¹⁴ Recursos do Fundo Partidário estimáveis em dinheiro.

¹⁵ Na análise realizada foi observada divergência entre o valor informado pelo Diretório Nacional (R\$ 139.716,20) e o valor movimentado pelo Diretório Estadual (R\$ 209.297,96). A diferença (R\$ 69.581,76) corresponde a recursos recebidos pelo diretório estadual e devolvidos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PR	26/04/2013	7428	AN
PRB	30/04/2013	7865	AN
PRTB	30/04/2013	8035	AN
PSC	30/04/2013	9079	AN
PSD	30/04/2013	7780	AN
PSDB	15/05/2013	11155	AN
PSOL	30/04/2013	8120	AN
PSTU	30/04/2013	8557	AN
PT	30/04/2013	7695	AN
PTB	30/04/2013	8994	AN
PTC	30/04/2013	8387	AN
PV	30/04/2013	8727	AN
LEGENDA Situação em 2013: AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalva DP – Desaprovada RE – Em recurso * - Data de Protocolo			

Fonte: SECRETARIA JUDICIÁRIA/TRESC

13.1.4 Não prestação de Contas pelos Diretórios Estaduais

Quadro 13.1.4 – Diretórios Estaduais que Não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2012

Sigla do Partido	Medidas Adotadas pelo TRE
PCB	24/07/2013 - Acórdão - julgar não prestadas as contas [ratificando a suspensão de cotas]
	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
PHS	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
	14/08/2013 - Acórdão - julgar não prestadas as contas [com suspensão de cotas do Fundo Partidário]
PMN	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
	20/11/2013 - Acórdão - julgar as contas não prestadas, ratificando a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário ao órgão regional da agremiação até que cesse a inadimplência
PRP	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
PSB	13/11/2013 - Acórdão - julgar não prestadas as contas [...] ratificando a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário
	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
PSDC	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
PSL	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
PTdoB	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]
	22/07/2013 - Acórdão - julgar não prestadas as contas [mantendo a suspensão de cotas do Fundo Partidário]



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PTN	14/08/2013 - Acórdão - julgar não prestadas as contas
	16/05/2013 - Decisão Monocrática - Procedam-se às comunicações [suspensão automática de cotas do Fundo Partidário]

Fonte: SECRETARIA JUDICIÁRIA/TRESC

13.1.5 Situação das Contas Prestadas pelos Diretórios Estaduais

Quadro 13.1.5 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

Sigla do Partido	Situação das Contas dos Diretórios				
	2012	2011	2010	2009	2008
DEM	AN	AN	AN	DP	RE
PCB	NP	NP	NP	NP	NP
PCdoB	AN	AP	DP	DP	DP
PDT	AN	AN	AN	AN	DP
PEN *	AN	-	-	-	-
PHS	NP	NP	NP	NP	NP
PMDB	AN	AN	AN	AR	AP
PMN	NP	DP	DP	NP	DP
PP	AN	AN	AN	DP	AR
PPL *	AN	AN	-	-	-
PPS	AN	AN	AN	DP	DP
PR	AN	AN	AN	AR	DP
PRB	AN	AN	AN	AR	DP
PRP	NP	NP	NP	AP	DP
PRTB	AN	DP	NP	DP	DP
PSB	NP	AN	AN	RE	DP
PSC	AN	AR	AR	***	DP
PSD *	AN	AN	-	-	-
PSDB	AN	AN	AN	DP	DP
PSDC	NP	NP	NP	NP	NP
PSL	AN	NP	NP	NP	DP
PSOL	AN	AN	AR	RE	DP
PSTU	AN	NP	AP	AP	DP
PT	AN	AN	AN	DP	DP
PTB	AN	AN	AN	AR	DP
PTC	AN	AN	AN	DP	DP
PTdoB	NP	NP	NP	NP	NP
PTN **	NP	DP	DP	NP	-
PV	AN	AN	NP	DP	DP
Totais					

Legenda:
 AN – Em Análise
 AP – Aprovada
 AR – Aprovada com Ressalva
 DP – Desaprovada
 RE – Em Recurso
 NP – Não prestada (criado por não haver essa opção)
 * - PEN foi criado em 2012, PPL e PSD foram criados em 2011
 ** - PTN não tinha diretório válido em 2008
 *** - PSC 2009 – Decisão Monocrática determinando a cessação da penalidade de suspensão do repasse de cotas do fundo partidário.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fonte: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS/SADP/SECRETARIA JUDICIÁRIA/TRESC

13.2 Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União

Quadro 13.2 – Cargos e Funções Ocupados por Servidores com Vínculo Efetivo

CARGOS E FUNÇÕES	OCUPADOS POR SERVIDORES COM VÍNCULO EFETIVO				
	Quadro Próprio		Carreiras do Judiciário de outros órgãos		Total
	2013	%	2013	%	
CJ-4	1	100		0	1
CJ-3	5	100		0	5
CJ-2	24	96	1	4	25
CJ-1	4	100		0	4
FC-6	68	100		0	68
FC-5	7	87,5	1	2,5	8
FC-4	18	100		0	18
FC-1 *	104	87,3	15	12,7	119
TOTAL	231	93,15	17	6,85	248

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/TRESC

* incluídas as de natureza pro labore (3), correspondentes ao exercício de chefia de Cartório Eleitoral do Interior.

13.3 Resultado da Tomada de Contas do Almojarifado

Instaurada a Tomada de Contas do Almojarifado, mediante o Procedimento Administrativo Eletrônico n. 226/2014, e não tendo sido constatada, pela Comissão designada, qualquer divergência, foi a mesma encaminhada à Coordenadoria de Controle Interno, que se manifestou pela sua regularidade, de modo que o procedimento foi aprovado em 15.01.2014.

13.4 Resultado do Inventário Geral dos Bens Móveis Integrantes do Patrimônio

Instaurado o Inventário Geral dos Bens Móveis, mediante o Procedimento Administrativo Eletrônico n. 3.677/2014, a Comissão designada encaminhou relatório a esta Secretaria, que está promovendo a realização das diligências necessárias à correção das irregularidades apontadas.

13.5 Demonstrativo sintético das licitações realizadas

A informação encontra-se no Anexo V.

13.6 Demonstrativo sintético dos atos relativos a dispensas e inexigibilidades de licitação

A informação encontra-se no Anexo VI.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.7 Demonstrativo sintético dos contratos em vigência durante o exercício de 2013

A informação encontra-se no Anexo VII.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

14. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para bem cumprir as metas fixadas pela Administração, esta Corte mantém constante avaliação dos resultados atingidos, visando à eficácia e eficiência da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, de maneira integrada com as Unidades que a compõem, sem se afastar dos preceitos legais pertinentes a cada atividade.

Os resultados são avaliados por cada Coordenadoria, Secretaria e Direção-Geral, em conjunto com outras unidades envolvidas no objeto analisado, com vistas a que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos o máximo possível, observadas as normas legais vigentes e os princípios da Administração Pública.

Dessa forma, no exercício de 2013, foram alcançadas as principais metas traçadas, seja por meio das aquisições e contratações já elencadas, seja quanto ao atingimento dos indicadores gerenciais já demonstrados.

Eventuais falhas foram supridas de forma preventiva ou corretiva, o que levou à otimização de resultados.

Cabe esclarecer que as atividades desenvolvidas obedeceram aos procedimentos previstos nas normas de regência, sendo instruídas pelos órgãos competentes da Secretaria e submetidas à prévia análise jurídica das Assessorias da Casa.

Essas as informações julgadas pertinentes à composição do presente relatório, no que se refere à gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, a qual foi conduzida tendo por norte a prevalência do interesse público.

Florianópolis, maio de 2014.

Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz
Vice-Presidente no exercício da Presidência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I

DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Rodrigo Mendes dos Santos	00588058939	0066	14/01/13	3339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	574,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	05/2013
Rodrigo Mendes dos Santos	00588058939	0810	03/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	136,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	05/2013
Carlos Ricardo Penayo de Melo	01946567990	1213	07/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	28/2013
Carlos Ricardo Penayo de Melo	01946567990	1214	07/05/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	189,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	28/2013
Carlos Ricardo Penayo de Melo	01946567990	1215	07/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	224,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	28/2013
Carlos Ricardo	0946567990	1838	15/08/13	339030	Atender despesas de	399,00	Conforme Resolução	28/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Penayo de Melo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ricardo Penayo de Melo	01946567990	1839	15/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	104,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	28/2013
Josué da Silva Monteiro	02015663975	2490	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	393,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	68/2013
Patrícia Brasil	029633307950	1950	04/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1392,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	50/2013
Patrícia Brasil	029633307950	1952	04/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	358,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	50/2013
Patrícia Brasil	029633307950	2383	13/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	643,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	50/2013
Patrícia Brasil	029633307950	2384	13/11/13	339030	Atender despesas de	56,00	Conforme Resolução	50/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Patrícia Brasil	02963307950	2385	13/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	385,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	50/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2386	13/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	627,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	50/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2079	26/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	781,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	54/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2665	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	30,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	54/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2666	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1666,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	54/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2667	16/12/13	339039	Atender despesas de	374,00	Conforme Resolução	54/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Patrícia Brasil	02963307950	2668	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	254,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	54/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2669	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	239,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	54/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2426	20/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1115,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	64/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2575	10/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1296,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	64/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2428	20/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	386,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	64/2013
Patrícia Brasil	02963307950	2576	10/12/13	339039	Atender despesas de	19,00	Conforme Resolução	64/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Patrícia Brasil	02963307950	2574	10/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	27,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	64/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	0047	10/01/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	655,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	0048	10/01/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	499,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	0049	10/01/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	665,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1053	18/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	27,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Cristina Lempek	03423652900	1054	18/04/13	339030	Atender despesas de	812,00	Conforme Resolução	01/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	1055	18/04/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	199,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1056	18/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	694,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	0347	06/02/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	84,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	0349	06/02/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	349,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1126	26/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	746,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek	03423652900	1127	26/04/13	339030	Atender despesas de	6,00	Conforme Resolução	11/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	1128	26/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	288,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1129	26/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	289,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1130	26/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1131	26/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	346,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	11/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1057	18/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	59,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek	03423652900	1058	18/04/13	339036	Atender despesas de	649,00	Conforme Resolução	22/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	1059	18/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	99,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1699	05/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	386,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1700	05/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1027,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1701	05/07/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	239,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1702	05/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	229,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek	03423652900	1703	05/07/13	339039	Atender despesas de	962,00	Conforme Resolução	22/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	1704	05/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	15,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1139	29/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	396,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1140	29/04/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	699,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1141	29/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	669,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1612	18/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	613,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek	03423652900	1613	18/07/13	339030	Atender despesas de	472,00	Conforme Resolução	23/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	1614	18/07/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	174,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1615	18/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	185,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1616	18/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1617	18/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	109,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1527	09/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	380,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek	03423652900	1528	09/07/13	339036	Atender despesas de	799,00	Conforme Resolução	40/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	1529	09/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	374,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2134	02/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	55,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2135	02/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	901,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2136	02/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	151,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2137	02/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	349,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek	03423652900	2138	02/12/13	339039	Atender despesas de	239,00	Conforme Resolução	40/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	2139	02/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	429,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1634	23/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	295,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1635	23/07/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	699,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1636	23/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	647,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2180	07/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	432,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek	03423652900	2181	07/10/13	339030	Atender despesas de	249,00	Conforme Resolução	43/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	2182	07/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	463,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2183	07/10/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	49,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2184	07/10/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	562,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2162	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	175,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2163	16/12/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	99,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek	03423652900	2642	16/12/13	339030	Atender despesas de	708,00	Conforme Resolução	56/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	2643	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	73,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2644	16/12/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	666,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2645	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	608,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2646	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	551,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2647	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	204,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek	03423652900	2648	16/12/13	339039	Atender despesas de	15,00	Conforme Resolução	56/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Martins					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Cristina Lempek Martins	03423652900	2649	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	458,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	59/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2650	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	615,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	59/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2651	16/12/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	159,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	59/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2652	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	529,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	59/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2653	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	129,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	59/2013
Pierina Schmitt	04084983900	0053	10/01/13	339030	Atender despesas de	662,00	Conforme Resolução	03/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pomarico					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	0055	10/01/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	444,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	1083	23/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	20,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	1084	23/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	388,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	1085	23/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1312,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	1086	23/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	89,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Pierina Schmitt	04084983900	1087	23/04/13	339039	Atender despesas de	104,00	Conforme Resolução	03/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pomarico					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	1088	23/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	98,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Pierina Schmitt Pomarico	04084983900	1089	23/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	199,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	03/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0131	23/01/13	309030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1948,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	06/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0629	18/03/13	309030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	384,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	06/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0630	18/03/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	3,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	06/2013
Carlos Ruas	04869046601	0631	18/03/13	339030	Atender despesas de	137,00	Conforme Resolução	06/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0632	18/03/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	304,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	06/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0633	18/03/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	309,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	06/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0634	18/03/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	359,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	06/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0358	06/02/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	554,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	09/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	0360	06/02/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	471,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	09/2013
Carlos Ruas	04869046601	1727	31/07/13	339030	Atender despesas de	52,00	Conforme Resolução	09/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1728	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1462,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	09/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1729	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	390,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	09/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1730	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	119,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	09/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1731	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	359,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	09/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	645	20/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	2116,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	15/2013
Carlos Ruas	04869046601	647	20/05/13	339039	Atender despesas de	667,00	Conforme Resolução	15/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1300	27/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	233,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	15/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1301	27/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	98,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	15/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1302	27/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	189,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	15/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1303	27/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	38,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	15/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1245	13/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1256,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas	04869046601	1246	13/05/13	339039	Atender despesas de	189,00	Conforme Resolução	29/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1642	22/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	234,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1643	22/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1414,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1644	22/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	16,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1645	22/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	29,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1646	22/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	309,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas	04869046601	1647	22/07/13	339039	Atender despesas de	349,00	Conforme Resolução	29/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1648	22/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	119,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	29/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1316	28/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	2617,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	33/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2027	20/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	22,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	33/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2028	20/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	198,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	33/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2029	20/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	153,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	33/2013
Carlos Ruas	04869046601	2030	20/09/13	339039	Atender despesas de	397,00	Conforme Resolução	33/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2031	20/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	33/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1655	24/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	951,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	44/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	1656	24/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	664,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	44/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2295	30/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	22,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	44/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2296	30/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1550,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	44/2013
Carlos Ruas	04869046601	2297	30/10/13	339030	Atender despesas de	146,00	Conforme Resolução	44/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2298	30/10/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	279,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	44/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2046	23/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	2035,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	53/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2047	23/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	53/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2548	05/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	947,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	53/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2549	05/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	199,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	53/2013
Carlos Ruas	04869046601	2550	05/12/13	339039	Atender despesas de	399,00	Conforme Resolução	53/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Araújo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2310	30/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1837,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	62/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2311	30/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	784,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	62/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2838	23/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1129,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	62/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2560	06/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	2999,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	69/2013
Carlos Ruas Araújo	04869046601	2561	06/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	999,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	69/2013
Fernando Olavo	05297927960	0804	02/04/13	339030	Atender despesas de	820,00	Conforme Resolução	17/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pacheco					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Fernando Olavo Pacheco	05297927960	1705	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	930,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	17/2013
Fernando Olavo Pacheco	05297927960	1706	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	139,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	17/2013
Fernando Olavo Pacheco	05297927960	1707	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	84,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	17/2013
Fernando Olavo Pacheco	05297927960	1807	12/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	16,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	17/2013
Louis Roger Le Bourlegat	05735929933	1602	17/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	29,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	25/2013
Louis Roger Le	05735929933	1603	17/07/13	339039	Atender despesas de	259,00	Conforme Resolução	25/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Bourlegat					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Aleto Silva	43307647920	0901	15/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	575,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	19/2013
Aleto Silva	43307647920	1497	04/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	16,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	19/2013
Aleto Silva	43307647920	1498	04/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	38,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	19/2013
Aleto Silva	43307647920	1459	28/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	992,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	36/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1735	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	259,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	02/2013
Marcus Vinicius	50120743191	1736	31/07/13	339030	Atender despesas de	9,00	Conforme Resolução	02/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pereira Doreto					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1737	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	958,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	02/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1911	19/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	149,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	02/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	0902	15/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1202,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	18/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1370	12/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	7,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	18/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1371	12/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	779,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	18/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1298	27/05/13	339030	Atender despesas de	615,00	Conforme Resolução	32/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pereira Doreto					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1442	27/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	416,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	32/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1443	27/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	70,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	32/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1444	27/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	757,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	32/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1387	14/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1930,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	34/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1620	19/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	142,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	42/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2089	27/09/13	339030	Atender despesas de	99,00	Conforme Resolução	42/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pereira Doreto					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2090	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	781,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	42/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2091	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	534,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	42/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2092	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	422,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	42/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	1892	26/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	758,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	48/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2351	08/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	676,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	48/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2352	08/11/13	339030	Atender despesas de	108,00	Conforme Resolução	48/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pereira Doreto					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2166	04/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	949,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	57/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2444	21/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	395,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	57/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2445	21/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	57/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2446	21/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	235,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	57/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2374	12/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1473,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	63/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2375	12/11/13	339039	Atender despesas de	59,00	Conforme Resolução	63/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Pereira Doreto					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2670	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	26,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	63/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2671	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	96,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	63/2013
Marcus Vinicius Pereira Doreto	50120743191	2672	16/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	79,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	63/2013
Grizelda Arnaldo	50592823920	1697	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	546,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Grizelda Arnaldo	50592823920	1708	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	395,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Grizelda	50592823920	1709	31/07/13	339030	Atender despesas de	55,00	Conforme Resolução	08/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Arnoldo					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Grizelda Arnoldo	50592823920	1710	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	120,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Grizelda Arnoldo	50592823920	1711	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	229,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Grizelda Arnoldo	50592823920	1712	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	245,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Grizelda Arnoldo	50592823920	1714	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	56,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Grizelda Arnoldo	50592823920	1715	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	175,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	08/2013
Luis Flávio	61748935020	0576	07/03/13	339030	Atender despesas de	399,00	Conforme Resolução	14/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Seelig					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luis Flávio Seelig	61748935020	1698	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	504,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	14/2013
Rogério Valdir da Silva	71220160997	2471	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1932,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	66/2013
Luciana Ferreira	76456390915	0062	14/01/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	398,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	0063	14/01/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	74,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	0064	14/01/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	544,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1175	03/05/13	339030	Atender despesas de	1007,00	Conforme Resolução	04/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	1176	03/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	4,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1177	03/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	509,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1178	03/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	51,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1179	03/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	104,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Luciana Ferreira	76456390915	0352	06/02/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	120,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	10/2013
Luciana Ferreira	76456390915	0354	06/02/13	339039	Atender despesas de	399,00	Conforme Resolução	10/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	1445	27/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	208,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	10/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1446	27/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	65,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	10/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1447	27/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	394,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	10/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1196	06/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	328,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1198	06/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	394,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1740	08/08/13	339030	Atender despesas de	300,00	Conforme Resolução	26/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	1741	08/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	374,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1742	08/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	288,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1743	08/08/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1744	08/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	89,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1745	08/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	56,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1746	08/08/13	339039	Atender despesas de	109,00	Conforme Resolução	26/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	1463	01/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	160,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1464	01/07/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	329,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2050	24/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	160,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2051	24/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	512,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2052	24/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	83,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2053	24/09/13	339030	Atender despesas de	61,00	Conforme Resolução	37/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	2054	24/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	314,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2055	24/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	249,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2056	24/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	307,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2057	24/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	333,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2058	24/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	100,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1776	09/08/13	339036	Atender despesas de	384,00	Conforme Resolução	46/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	1777	09/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	378,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	46/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2416	19/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	349,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	46/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2417	19/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	46/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2418	19/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	56,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	46/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2419	19/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	64,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	46/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2420	19/11/13	339039	Atender despesas de	104,00	Conforme Resolução	46/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Luciana Ferreira	76456390915	2580	10/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	353,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	55/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2581	10/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	363,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	55/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2474	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	403,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	67/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2475	26/11/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	67/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2476	26/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	67/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2596	11/12/13	339030	Atender despesas de	399,00	Conforme Resolução	67/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Karina Bittencourt	79834892934	1482	02/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	146,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	38/2013
Karina Bittencourt	79834892934	1483	02/07/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	38/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2033	20/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	20,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	38/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2042	20/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	703,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	52/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2044	20/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	272,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	52/2013
Karina	79834892934	2654	16/12/13	339030	Atender despesas de	399,00	Conforme Resolução	52/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Bittencourt					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Karina Bittencourt	79834892934	2655	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	249,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	52/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2656	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	183,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	52/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2657	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	234,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	52/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2658	16/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	324,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	52/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2430	20/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	562,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Karina	79834892934	2431	20/11/13	339036	Atender despesas de	99,00	Conforme Resolução	65/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Bittencourt					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Karina Bittencourt	79834892934	2766	20/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	149,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2767	20/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	316,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2768	20/12/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	99,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2769	20/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	94,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2770	20/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	539,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Roberta Maria	79904378991	0391	15/02/13	339030	Atender despesas de	365,00	Conforme Resolução	13/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
de Castro Sepetiba Quezado					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	0392	15/02/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	239,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	13/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1226	09/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	297,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	13/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1227	09/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1968,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	13/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1228	09/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	389,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	13/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1229	09/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	397,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	13/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1230	09/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	269,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	13/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	0643	20/03/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	326,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	0644	20/03/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	288,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba	79904378991	1424	25/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1912,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Quezado								
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1425	25/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	407,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1426	25/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	534,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1427	25/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	139,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1428	25/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	127,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013
Roberta Maria de Castro	79904378991	1429	25/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de	239,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	16/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Sepetiba Quezado					caráter emergencial.			
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1289	23/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	778,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	31/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1290	23/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	790,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	31/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1912	29/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	222,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	31/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1913	29/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1096,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	31/2013
Roberta Maria	79904378991	1914	29/08/13	339030	Atender despesas de	527,00	Conforme Resolução	31/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
de Castro Sepetiba Quezado					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1915	29/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	31/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1732	06/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	489,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	1733	06/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	279,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2481	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	297,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2482	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	70,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2483	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	597,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2484	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	456,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2485	26/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba	79904378991	2486	26/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	269,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Quezado								
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2487	26/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	149,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2488	26/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	59,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2489	26/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	114,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	45/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2193	08/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	460,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	58/2013
Roberta Maria de Castro	79904378991	2194	08/10/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de	119,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	58/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
Sepetiba Quezado					caráter emergencial.			
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2702	17/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1667,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	58/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2703	17/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	435,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	58/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2704	17/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	58/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2705	17/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	544,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	58/2013
Roberta Maria	79904378991	2706	17/12/13	339039	Atender despesas de	169,00	Conforme Resolução	58/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
de Castro Sepetiba Quezado					pronto pagamento e de caráter emergencial.		TSE n. 21653/2004	
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2605	11/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	2659,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	70/2013
Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado	79904378991	2606	11/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1339,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	70/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1068	19/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	2388,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	21/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1070	19/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	351,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	21/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1404	19/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	88,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	21/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1405	19/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	264,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	21/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1406	19/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	44,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	21/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1407	19/06/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	119,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	21/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1149	30/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1703,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	24/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1151	30/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	379,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	24/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1779	09/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	26,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	24/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1780	09/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	625,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	24/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1781	09/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	121,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	24/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1782	09/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	24/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1418	21/06/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1116,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1989	12/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	261,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1990	12/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	1904,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1991	12/09/13	339036	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	139,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1992	12/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	458,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1993	12/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	57,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1812	13/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1610,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	47/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	2376	12/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	173,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	47/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	2377	12/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	80,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	47/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	2378	12/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1331,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	47/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	2379	12/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	237,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	47/2013
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	2380	12/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	32,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	47/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1721	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1179,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	07/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1722	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	408,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	07/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1723	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	289,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	07/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1724	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	133,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	07/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1725	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	411,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	07/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1726	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	129,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	07/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1023	17/04/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1714,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	20/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1025	17/04/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	199,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	20/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1493	04/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	38,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	20/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1494	04/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	349,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	20/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1495	04/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	365,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	20/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1496	04/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	374,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	20/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1247	13/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	527,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	30/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1862	19/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	399,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	30/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1863	19/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	1106,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	30/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1864	19/08/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	444,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	30/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1865	19/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	579,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	30/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1866	19/08/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	119,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	30/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1506	05/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	862,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	39/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2094	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	385,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	39/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2095	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	18,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	39/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2096	27/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1206,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	39/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2097	27/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	230,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	39/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2098	27/09/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	15,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	39/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	1937	03/09/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	549,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	49/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2723	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	537,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	49/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2724	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	358,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	49/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2725	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	980,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	49/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2726	19/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	566,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	49/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2236	17/10/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	255,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	60/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2729	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	331,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	60/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2730	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	1197,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	60/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2731	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	375,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	60/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2732	19/12/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	320,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	60/2013
Silvia Einloft Pereira	93245190930	2733	19/12/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	340,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	60/2013
Marcelo Hames	98683853187	0371	07/02/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	13,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013
Marcelo Hames	98683853187	0373	07/02/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	145,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013
Marcelo Hames	98683853187	1716	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	60,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013
Marcelo Hames	98683853187	1717	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	161,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Marcelo Hames	98683853187	1718	31/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	6,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013
Marcelo Hames	98683853187	1719	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	45,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013
Marcelo Hames	98683853187	1720	31/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	62,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	12/2013
Marcelo Hames	98683853187	1208	07/05/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	50,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	27/2013
Marcelo Hames	98683853187	1210	07/05/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	30,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	27/2013
Marcelo Hames	98683853187	1618	19/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de	224,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	27/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Marcelo Hames	98683853187	1619	19/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	19,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	27/2013
Marcelo Hames	98683853187	1598	16/07/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	90,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	41/2013
Marcelo Hames	98683853187	1600	16/07/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	300,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	41/2013
Marcelo Hames	98683853187	2492	27/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	245,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	41/2013
Marcelo Hames	98683853187	2493	27/11/13	339030	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	113,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	41/2013
Marcelo Hames	98683853187	2494	27/11/13	339039	Atender despesas de pronto pagamento e de	280,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	41/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Cristina Lempek Martins	03423652900	0050	10/01/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	140,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	01/2013
Luciana Ferreira	76456390915	0065	14/01/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	15,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	04/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1060	18/04/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	178,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	22/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1142	29/04/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	175,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	23/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1199	06/05/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	80,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	26/2013
Carlos Ricardo Penayo de Melo	01946567990	1216	07/05/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de	38,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	28/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Daniel da Rosa Vargas	81762240068	1421	21/06/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	28,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	35/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1466	01/07/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	66,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	37/2013
Karina Bittencourt	79834892934	1485	02/07/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	80,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	38/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1530	09/07/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	160,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	40/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	1637	23/07/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	150,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	43/2013
Luciana Ferreira	76456390915	1778	09/08/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de	77,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	46/2013



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

QUADRO 5.5 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO Valores em R\$
(CONTA TIPO “B”) 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código da UG 1	070020				Nome da UG		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
					caráter emergencial.			
Cristina Lempek Martins	03423652900	2165	04/10/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	153,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	56/2013
Cristina Lempek Martins	03423652900	2235	17/10/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	32,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	59/2013
Karina Bittencourt	79834892934	2433	20/11/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	20,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	65/2013
Luciana Ferreira	76456390915	2477	26/11/13	339147	Atender despesas de pronto pagamento e de caráter emergencial.	80,00	Conforme Resolução TSE n. 21653/2004	67/2013
					Total Utilizado pela UG	171.893,00		
					Total Utilizado pela UJ			

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE (RESOLUÇÃO TRESC n. 7.892/2013)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RESOLUÇÃO N. 7.892/2013

Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como seus objetivos, metas e ações estratégicas.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso IX, do seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847, de 12.12.2011),

– considerando o disposto na Recomendação n. 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça;

– considerando a importância e a necessidade, formal e prática, de que a atuação da Justiça Eleitoral catarinense contribua com a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado;

– considerando a deliberação tomada pelo Conselho de Gestão Estratégica e de Integração na reunião ocorrida em 30 de agosto de 2013; e

– considerando a decisão proferida pela Corte nos autos da Instrução n. 164-36.2013.6.24.0000 (Procedimento Administrativo SAO n. 40.763/2013),

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como seus objetivos, metas e ações estratégicas.

Art. 2º As ações administrativas da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, no que se refere à sustentabilidade ambiental, serão orientadas pelos objetivos, metas e ações estratégicas que constam no Anexo desta Resolução.

Art. 3º O Diretor-Geral providenciará a divulgação, na Intranet do TRESC, dos objetivos, metas e ações estratégicas da Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(fl. 2 da Resolução TRESC n. 7.892/2013)

Art. 4º A coleta dos dados relativos à execução das ações e cumprimento das metas estabelecidas será realizada pelas unidades elencadas no Anexo desta Resolução.

Art. 5º Os dados referidos no art. 4º serão objeto de coleta trimestral, devendo ser remetidos à Comissão da Agenda Ambiental deste Tribunal até o final do mês subsequente ao período de referência.

Art. 6º Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Presidência.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no *Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (DJESC)*, sem prejuízo de sua publicação no *Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (BITRESC)*.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, em Florianópolis, 23 de setembro de 2013.

Juiz ELÁDIO TORRET ROCHA
Presidente

Juiz LUIZ CÉZAR MEDEIROS

Juiz LUIZ HENRIQUE MARTINS PORTELINHA

Juiz IVORÍ LUIS DA SILVA SCHEFFER

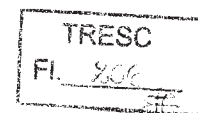


Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
(fl. 3 da Resolução TREC n. 7.892/2013)

Juiz CARLOS VICENTE DA ROSA GOÊS

Juiz HÉLIO DO VALLE PEREIRA

Dr. ANDRÉ STEFANI BERTUOL
Procurador Regional Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Anexo da Resolução TRESC n. 7.892/2013

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 1

Objetivo	Implementar o Processo de Contratações Públicas Sustentáveis
Meta	Ter, até dezembro de 2014, 50% das contratações feitas pelo TREC atendendo requisitos ou critérios de sustentabilidade.
Responsável	▪ Secretaria de Administração e Orçamento
Acompanhamento	▪ Anual
Ações	▪ Incluir requisitos de sustentabilidade nas exigências de habilitação, na especificação do objeto e na metodologia de execução do contrato. ▪ Indicar, nos Projetos Básicos ou Termos de Referência, os produtos sustentáveis equivalentes mais utilizados. ▪ Usar preferencialmente materiais recicláveis. ▪ Exigir comprovação de que a licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos inservíveis. ▪ Aplicar os conceitos de construção sustentável nos projetos e obras desenvolvidos pela Justiça Eleitoral catarinense, atendendo à Resolução CNJ n. 114.

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 2

Objetivo	Sensibilizar e Capacitar o Público Interno
Meta	Promover no mínimo 1 (um) curso por ano relacionado à temática ambiental.
Responsável	▪ Secretaria de Gestão de Pessoas
Acompanhamento	▪ Anual
Ações	▪ Prever nos Planos Anuais de Capacitação cursos relacionados ao tema da Gestão Ambiental. ▪ Incentivar a participação dos servidores em cursos ligados à temática socioambiental. ▪ Realizar anualmente a Semana do Meio Ambiente. ▪ Estabelecer parcerias.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo da Resolução TRESC n. 7.892/2013

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 3

Objetivo	Implementar a Tramitação Digital de Processos
Meta	Ter, até dezembro de 2014, 50% dos procedimentos administrativos tramitando em meio digital.
Responsável	Secretaria de Tecnologia da Informação
Acompanhamento	Anual
Ações	- Apoiar a implementação do Processo Administrativo Eletrônico. - Estabelecer parcerias com outros órgãos públicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 4

Objetivo	Reduzir o Consumo de Papel
Meta	Reduzir em 5% o consumo de papel, em cada unidade administrativa, até dezembro de 2014
Responsável	Secretaria de Administração e Orçamento
Acompanhamento	Anual
Ações	- Substituir as impressoras que ainda não imprimem em frente e verso, por outras que possuam essa funcionalidade. - Configurar equipamentos de informática para impressão automática econômica - modo rascunho ou para resoluções mais baixas - em frente e verso. - Priorizar o uso do crachá funcional, em detrimento de crachás personalizados por evento. - Normatizar, por meio de Portaria, o uso racional do papel, estabelecendo diretrizes para: cabeçalhos e rodapés, margens, tipo e tamanho de fonte, recuos e parágrafos, etc. - Confeccionar o Calendário Eleitoral em tamanho menor ou disponibilizá-lo apenas digitalmente. - Quando imprimir apresentações em PowerPoint, preferir a opção folheto, que permite imprimir até 6 slides por folha. - Inserir notas de rodapé padronizadas nas mensagens de e-mail enviadas, visando à conscientização dos usuários sobre a real necessidade de impressão de e-mails e documentos. - Divulgar dicas de racionalização do uso do papel.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 5

Objetivo	Racionalizar o Consumo de Energia Elétrica
Meta	Reduzir, em relação a 2012, em 2% o consumo de energia elétrica, considerando todas as unidades administrativas do TRESC, até dezembro de 2014.
Responsável	Secretaria de Administração e Orçamento
Acompanhamento	Anual
Ações	- Mapear o consumo de energia no TRESC e, se diagnosticado consumo excessivo, implementar ações corretivas. - Desenvolver campanhas junto aos servidores visando estimular o consumo responsável de energia elétrica. - Promover revisões nas instalações elétricas nos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral. - Segmentar, quando possível, os controles de iluminação nos ambientes. - Nas obras de reforma ou construção futuras, realizar estudos de eficiência energética, optando por tecnologias ecologicamente sustentáveis, quando possível. - Comprar equipamentos que possuam o selo "A" de eficiência do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. - Acompanhar a evolução da modernização dos sistemas de climatização ambiental no TRESC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Anexo da Resolução TRESC n. 7.892/2013

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 6

Objetivo	Racionalizar o Consumo de Água
Meta	Reduzir, em relação a 2012, em 2% o consumo de água, considerando todas as unidades administrativas do TRESC, até dezembro de 2014.
Responsável	Secretaria de Administração e Orçamento
Acompanhamento	Anual
Ações	- Acompanhar a situação das instalações hidráulicas nas diversas unidades prediais de propriedade da Justiça Eleitoral na Capital, realizando-se manutenções preditivas com programações diárias, semanais, quinzenais ou mensais, conforme melhor avaliação da unidade responsável, a fim de evitar desperdícios de água por defeitos em equipamentos e em peças hidráulicas. - Colar adesivos com mensagens educativas nas peças sanitárias, lembrando a todos da necessidade do adequado uso da água no ambiente de trabalho. - Regular torneiras e válvulas de descargas, atendendo a uma programação periódica. - Substituir torneiras comuns por modelos com temporizador nos locais ainda não contemplados. - Instalar moduladores de vazão nas torneiras das demais unidades prediais da Justiça Eleitoral. - Substituir descargas tradicionais por modelos econômicos e de menor vazão nos locais ainda não contemplados. - Promover campanhas educativas junto aos servidores sobre economia de água. - Registrar o mais fielmente possível todo e qualquer fato, evento ou sinistro (tais como, reuniões de grandes grupos, eventos, limpeza de cisternas e caixas de água, aumento do quadro por necessidade de determinada atividade técnica, rompimento de tubulação, etc.) que ocorra nas unidades prediais, com o objetivo de evitar o desperdício de água. - Definir critérios para o uso racional da água em futuras edificações e reformas, tais como a implantação de sistemas hidráulicos econômicos, desmembramento do sistema de leitura (hidrômetro) nas unidades condominiais. - Avaliar mensalmente, através das faturas de água, qualquer variação no consumo que se mostre acima da média de outras unidades do mesmo parâmetro.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 7

Objetivo	Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos
Meta	Implementar o descarte adequado de resíduos reciclados em todas as unidades administrativas do TRESC, até dezembro de 2014.
Responsável	Secretaria de Administração e Orçamento
Acompanhamento	Anual
Ações	- Prever e implementar, sempre que possível, a prática da logística reversa nos novos contratos de fornecimento de produtos, tais como lâmpadas fluorescentes e cartuchos de toner. - Estabelecer diretrizes para o descarte de resíduos recicláveis nas Zonas Eleitorais. - Assegurar a capacitação adequada das equipes terceirizadas de limpeza e conservação para a coleta seletiva. - Informar periodicamente o volume de resíduo que está sendo destinado a associação ou cooperativa de catadores de materiais reciclados. - Estabelecer parcerias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO N. 8

Objetivo	Destinação Correta dos Resíduos Perigosos
Meta	Destinar corretamente os resíduos perigosos gerados pelo TRESC até dezembro de 2013.
Responsável	Secretaria de Administração e Orçamento
Acompanhamento	Anual
Ações	- Definir forma de descarte e destinação do lixo eletrônico (pilhas, baterias, celulares, toners, computadores etc). - Adquirir contêineres próprios para o armazenamento de lâmpadas fluorescentes. - Treinar colaboradores que lidam com lâmpadas fluorescentes sobre os riscos que o produto oferece. - Incentivar os servidores, estagiários e equipes terceirizadas sobre o correto descarte de resíduos perigosos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

EXTRATO DE ATA

**INSTRUÇÃO Nº 164-36.2013.6.24.0000 - INSTRUÇÃO - MINUTA DE RESOLUÇÃO -
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SAO N. 407632013 - AUDITORIA - POLÍTICA DE
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
SANTA CATARINA**

RELATOR: JUIZ ELÁDIO TORRET ROCHA

INTERESSADO(S): SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

PRESIDENTE DA SESSÃO: JUIZ ELÁDIO TORRET ROCHA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: ANDRÉ STEFANI BERTUOL

Decisão: à unanimidade, aprovar a resolução que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como seus objetivos, metas e ações estratégicas. Foi assinada a Resolução n. 7892. Presentes os Juízes Eládio Torret Rocha, Luiz César Medeiros, Luiz Henrique Martins Portelinha, Ivori Luis da Silva Scheffer, Carlos Vicente da Rosa Góes e Hélio do Valle Pereira.

SESSÃO DE 23.09.2013.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Rafael Alexandre Machado, CPF nº 001.244.909-13, Técnico Judiciário e Coordenador de Contratações e Materiais do TRESC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes aos contratos firmados pelo TRESC até o exercício de 2013 e já executados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece o art. 17 da Lei n. 12.708, de 17 de agosto de 2012, e suas correspondentes em exercícios anteriores, mediante migração dos dados inseridos no Sistema de Acompanhamento de Contratos da Justiça Eleitoral (SIAC).

Quanto ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), declaro que não houve assinatura de nenhum instrumento envolvendo transferência de recursos orçamentários nos termos exigidos para publicação.

Florianópolis, 13 de março de 2014.

Rafael Alexandre Machado

CPF 001.244.909-13

Técnico Judiciário/TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UG: 070020

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Informo que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2014.


Giane Espindola
Contadora
CRC-SC 027592/O-6



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO V

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS LICITAÇÕES REALIZADAS



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	001/2013	1991022012	A presente contratação visa atender os vários pedidos de carimbos efetuados ao longo do ano pelos diversos setores deste Tribunal.		CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0006/2013	15.000,00	Estimado total	☐
			75.878.249/0001-01 OFICINA SCHLEMPER LTDA. ME					
			FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE CARIMBOS, ALMOFADA PARA CARIMBO AUTOENTINTADO E TROCA DE RESINA					
	002/2013		Necessidade de fornecimento de água mineral de boa qualidade para os servidores da Justiça Eleitoral Catarinense.		Licitação anulada			☐
	003/2013	1785012012	Necessidade constante de manutenção e reforma da rede de cabeamento estruturado de dados nos Cartórios Eleitorais, prédios sede e anexo e demais unidades do TRESC.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0001/2013	5,39	À vista	☐
			08.140.514/0001-54 TOP LAN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. ME					
			CONECTOR CM8V (RJ-45), FÊMEA					
			ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0004/2013			30,00	À vista	☐
			10.810.724/0001-54 CIS ELETRIFICAÇÕES LTDA. ME					
			FITA DUPLA FACE					
			ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0005/2013			0,15	À vista	☐
			17.055.604/0001-38 BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA ME			R\$ 0,1465.		
			ABRAÇADEIRA EM NYLON					
			-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999			0,00	À vista	☐
			ITEM: F R U S T A D O					
			ITENS 4, 7 E 9					
			ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0002/2013			0,00	À vista	☐
			08.923.710/0001-03 ZIP TECH - INFORMÁTICA LTDA. ME			ITEM 1: R\$ 3,45; ITEM 2: R\$ 0,10.		
			CAIXA DE TOMADA PARA INSTALAÇÃO APARENTE; CONECTOR CM8V (RJ-45), MACHO					
			ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0003/2013			12,50	À vista	☐
			09.056.757/0001-71 SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. EPP					
			CANALETA RECORTADA					



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO			Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	004/2013	10612013	Possibilitar a entrega simultânea das urnas e cabinas de votação em exíguo período de tempo, bem como viabilizar o célere encaminhamento dos materiais no dia da eleição, de forma ágil e segura.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0008/2013	Licitação frustrada	37.450,00	À vista ☒ Item frustado
				04.176.082/0001-80	REUNIDAS TURISMO S/A			
				TRANSPORTE DE URNAS E MATERIAIS ELEITORAIS PARA AS NOVAS ELEIÇÕES DE BALNEÁRIO RINCÃO, CAMPO ERÊ, CRICIÚMA E TANGARÁ				
	005/2013	58022013	Necessidade de aquisição, considerando que a empresa que vinha fornecendo café para o Tribunal, mediante ARP n.28/2012, encontra-se impedida de contratar com a Administração Pública.	NE - NOTA DE EMPENHO	0601/2013		9.234,00	À vista ☐
				22.122.311/0001-66	CAFÉ BARONESA LTDA. EPP			
				AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PCTS DE 500G				
	006/2013	2027782012	Assegurar aos beneficiários acima referidos a prestação de ampla assistência médica, hospitalar e laboratorial, de forma a completar a assistência oferecida na modalidade direta.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0011/2013		1.800.000,00	Estimado anual ☐
				77.858.611/0001-08	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO		TAXAS: R\$ 16,00 / BENEFICIÁRIO / MÊS;	
				SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL, PELO SISTEMA DE CUSTO OPERACIONAL				
							R\$ 15,00 / 2ª VIA DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO.	
							SERVIÇOS: CONFORME TABELAS DA CLÁUSULA TERCEIRA.	
	007/2013	85272013	Reposição do estoque de materiais do Almoxxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0007/2013		1,82	À vista ☐
				05.076.619/0001-01	ALTA COMERCIAL LTDA. ME			
				ACÚCAR (PCT 1KG)				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0006/2013		4,14	À vista ☐
				22.122.311/0001-66	CAFÉ BARONESA LTDA. EPP			
				CAFÉ (PCT 500G)				
	008/2013	18372013	Necessidade de prover as novas sedes dos cartórios, especialmente em suas portas de acesso, visando a proteção dos pisos e manutenção da limpeza.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0010/2013		83,99	À vista ☐
				09.328.018/0001-91	J P DE ALMEIDA CAPACHOS		PREÇO POR METRO QUADRADO.	
				CAPACHOS DE VINIL				
	009/2013	89452013	Necessidade de aquisição de gêneros alimentícios, a fim de possibilitar o fornecimento de lanches, refrigerantes e sucos.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0012/2013		60.000,01	À vista ☐
				03.877.288.0001-75	SENFNET LTDA.			
				FORNECIMENTO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO NA MODALIDADE CARTÃO ELETRÔNICO, NO VALOR DE R\$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	010/2013	18392013	Necessidade de adequação do espaço, para que a Coordenadora tenha visão da sala contígua.	NE - NOTA DE EMPENHO 0628/2013 00.906.550/0001-74 STEINGLASS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDROS LTDA. EPP AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM VIDRO TEMPERADO PARA A CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	5.850,00 À vista	☐
	011/2013	85312013	Reposição no estoque do Almoxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0008/2013 02.941.118/0001-40 INFORMS FORMULÁRIOS E AUTOMAÇÃO LTDA. ETIQUETAS AUTO ADESIVAS	0,00 À vista Itens 1 e 2: R\$ 9,50; Item 3: R\$ 15,90; Itens 4 e 6: R\$ 9,80; Item 5: R\$ 42,80; Itens 7 e 8: R\$ 12,00; Item 9: R\$ 13,00.	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0009/2013 04.088.303/0001-05 F F G COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA. EPP ETIQUETAS AUTO ADESIVAS	5,20 À vista	☐
	012/2013	93612013	Possibilitar a organização dos arquivos dos cartórios, uma vez que deixarão de contar com a estrutura dos Fóruns da Justiça Estadual.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0011/2013 10.260.741/0001-65 EDSC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA. ME ESTANTES DE AÇO	179,98 À vista	☐
	013/2013	79382013	Proteger e resguardar do sol o patrimônio público, tais como equipamentos de informática, mesas, cadeiras e outros móveis que compõem os bens da Justiça Eleitoral Catarinense.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0016/2013 14.731.873/0001-89 COMPRAS DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA. ME PERSIANAS VERTICAIS (REGIÕES 1 E 2)	0,00 À vista REGIÃO 1: R\$ 47,00; REGIÃO 2: R\$ 44,69	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0014/2013 07.411.672/0001-39 DL KARAM COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA PERSIANAS VERTICAIS (REGIÕES 4, 5, 6 E 7)	0,00 À vista REGIÃO 4: R\$ 51,84; REGIÃO 5: R\$ 50,99; REGIÃO 6: R\$ 50,45; REGIÃO 7: R\$ 50,45	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0015/2013 14.220.183/0001-65 RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME PERSIANAS VERTICAIS (REGIÃO 3)	49,98 À vista	☐
014/2013	89442013		Efetuar a reposição das garrafas térmicas danificadas tanto dos Cartórios Eleitorais quanto do prédio-sede do TRES.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0013/2013 05.062.036/0001-13 MASTERMIX COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA. ME GARRAFAS TÉRMICAS NAS CORES PRETA, BRANCA E BEGE/VERDE/MARROM	0,00 À vista Item 1: R\$ 23,60; Item 2: R\$ 23,20; Item 3: R\$ 26,90.	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	015/2013	89422013	Viabilizar a coleta seletiva de recicláveis nos diversos setores deste Tribunal.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0023/2013	0,00	À vista ☐
				09.220.115/0001-66	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME LIXEIRAS PARA MATERIAL RECICLÁVEL (PAPEL E PLÁSTICO)	Item 1: R\$ 24,99; Item 2: R\$ 32,28.	
	016/2013	80442013	Atualização vacinal visa oportunizar a prevenção de doenças e a manutenção do estado de saúde dos servidores.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0012/2013	46,52	À vista ☐
				07.697.332/0001-16	SC DISTRIBUIDORA DE VACINAS LTDA. EPP. VACINA CONTRA A HEPATITE B		
	017/2013	91732013	Reposição no estoque do Almoxxarifado e utilização nas Eleições de 2014.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0020/2013	0,52	À vista ☐
				03.872.106/0001-73	FREE EDITORA E GRÁFICA LTDA. CAPAS ADMINISTRATIVAS COLORIDAS		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0019/2013	0,00	À vista ☐
				10.316.737/0001-71	MAJORIS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME ENVELOPES	Item 1: R\$ 7,87; Item 2: R\$ 0,14; Item 3: R\$ 0,30; Item 4: R\$ 0,23; Item 5: R\$ 0,40 e Item 6: R\$ 0,38.	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0018/2013	0,00	À vista ☐
				00.212.655/0001-23	PERFIL - GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME CAPAS DE PROCESSOS	Item 1: R\$ 0,33; Item 2: R\$ 0,25.	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0017/2013	0,62	À vista ☐
				15.394.188/0001-77	EDITAR GRÁFICA LTDA. ME BLOCOS DE RASCUNHO		
	018/2013	18202013	Garantir adequada climatização dos Cartórios Eleitorais.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0020/2013	24.500,00	À vista ☐
				11.631.714/0001-14	NIPOAR CLIMATIZAÇÕES LTDA. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - BLUMENAU/SC		
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0018/2013	2.600,00	À vista ☐
				00.478.911/0001-29	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - SOMBRIO/SC		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	018/2013	18202013	Garantir adequada climatização dos Cartórios Eleitorais.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0022/2013	28.571,99	À vista ☐
				86.744.539/0001-70	BSH REFRIGERAÇÃO LTDA. EPP		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - PALHOÇA, IMARUÍ, GUARAMIRIM, DIONÍSIO CERQUEIRA E ANCHIETA			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0019/2013	10.350,00	À vista ☐
				10.930.925/0001-95	MARZOLA ENGENHARIA LTDA. ME		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - IBIRAMA			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0021/2013	24.505,00	À vista ☐
				12.510.074/0001-57	ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - SÃO CARLOS, SÃO MIGUEL DO OESTE E CUNHA PORÁ			
	019/2013	80122013	Necessidade de manter cópias de segurança das informações e dados críticos desta Corte, considerando-se a contínua demanda de armazenamento e backup.	NE - NOTA DE EMPENHO	1095/2013	3.492,00	À vista ☐
				07.456.120/0001-47	ELTON TEIXEIRA BUENO ME		
				AQUISIÇÃO DE 36 (TRINTA E SEIS) UNIDADES DE FITA DE BACKUP			
	020/2013	24292013	Necessidade de substituição dos móveis existentes na sala do Corregedor, os quais se encontram com problemas de estrutura e, na COGIN, refere-se à complementação do mobiliário.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0017/2013	1.384,99	À vista ☐
				11.255.897/0001-10	SANDRA MARA SAMPAIO ME		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PARA A COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0016/2013	6.790,00	À vista ☐
				09.220.115/0001-66	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PARA A CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL			
	021/2013	93642013	Repor aparelhos sem possibilidade de conserto, bem como equipar as unidades que necessitem desse tipo de equipamento.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0021/2013	61,00	À vista ☐
				05.062.036/0001-13	MASTERMIX COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA. ME		
				APARELHOS TELEFÔNICOS SEM FIO			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0022/2013	24,53	À vista ☐
				OFFICE DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. EPP.			
				APARELHOS TELEFÔNICOS COM FIO			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	022/2013	85302013	Reposição no estoque do Almoxxarifado e utilização nas Eleições de 2014.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0024/2013 04.586.694/0001-41 INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. EPP MATERIAIS DE EXPEDIENTE	0,00 À vista ITEM 1: R\$ 12,92; ITEM 2: R\$ 4,35; ITEM 3: R\$ 4,35; ITEM 4: R\$ 1,95; ITEM 5: R\$ 2,30; ITEM 6: R\$ 3,62; ITEM 7: R\$ 4,94; ITEM 8: R\$ 5,74; ITEM 9: R\$ 8,61; ITEM 10: R\$ 9,49; ITEM 11: R\$ 4,25; ITEM 12: R\$ 4,23.	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0029/2013 92.067.073/0001-19 TAVI PAPELARIA MATERIAIS DE ESCRITORIO E INF. PASTA ARQUIVO EM POLIPROPILENO	2,45 À vista	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0025/2013 06.064.658/0001-43 K & K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA. RÉGUA COMUM, EM PLÁSTICO RECICLADO	0,35 À vista	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0027/2013 12.496.814/0001-48 PRINTE COMERCIO PARA IMPRESSAO LTDA EPP PERFURADOR DE PAPÉIS MANUAL	63,95 À vista	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0028/2013 81.431.777/0001-02 MARCOS AURÉLIO COLLAÇO (PAPELARIA MARCORÉ) PRANCHETA PORTÁTIL EM ACRÍLICO	6,20 À vista	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0026/2013 12.260.623/0001-82 ALEXANDRA DOS PASSOS EPP MATERIAIS DE EXPEDIENTE	0,00 À vista ITEM 1: R\$ 17,42; ITEM 2: R\$ 8,38; ITEM 3: R\$ 8,30; ITEM 4: R\$ 1,95.	☐
	023/2013	91962013	Necessidade de atualização e suporte técnico da solução utilizada para acesso seguro e endereços eletrônicos na internet.		CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0023/2013 01.312.265/0001-98 VIRTUAL OFFICE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA. SUBSCRIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO, LICENÇAS DE USO E SUPORTE TÉCNICO PARA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA PARA ACESSO À INTERNET	1.662,50 Mensal Valor referente a atualizações de versão e licenças de uso para a solução de segurança: R\$ 112.518,00.	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	024/2013	85322013	Reposição do estoque de materiais do Almoxarifado e utilização nas Eleições de 2014.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0053/2013	0,00	À vista	☐
					07.589.610/0001-11	PEREIRA COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA. ME.	Item 1: R\$ 2,10; Item 2: R\$ 6,55.		
					COPO PARA CAFÉ E DISPENSER PARA PROTETOR DE ASSENTO SANITÁRIO				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0057/2013	0,00	À vista	☐
					79.846.465/0001-18	GOEDERT LTDA.	Item 1: R\$ 11,00; Item 2: R\$ 7,99; Item 3: R\$ 9,64; Item 4: R\$ 7,46.		
					DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO, LIXEIRA, PANO PARA LIMPEZA, SABONETEIRA				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0052/2013	9,02	À vista	☐
					04.176.836/0001-00	RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME			
					PAPEL HIGIÊNICO				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0051/2013	0,00	À vista	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0051/2013	0,00	À vista	☐
					07.483.630/0001-03	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	Item 1: R\$ 15,20; Item 2: R\$ 4,35; Item 3: R\$ 3,15.		
					DISPENSERS E REFIL PARA SABONETE LÍQUIDO				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0050/2013	8,73	À vista	☐
					03.498.696/0001-16	SERRA AZUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA. ME			
					TOALHA DE PAPEL				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0058/2013	1,62	À vista	☐
					80.980.071/0001-37	ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA.			
					DETERGENTE MULTÍUSO				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0056/2013	122,38	À vista	☐
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0056/2013	122,38	À vista	☐
					17.144.219/0001-67	CENTER BIDS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP			
					DISPENSER PARA PAPEL TOALHA				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0055/2013	0,00	À vista	☐
					09.220.115/0001-66	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	Item 1: R\$ 17,89; Itens 2e 3: R\$ 1,31.		
					DISPENSERS E LUVAS				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0054/2013	2,95	À vista	☐
					09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO SEBOLD ME			
					COPO PARA ÁGUA				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	025/2013	84242013	Riscos de danos a esses equipamentos e mídias no seu manejo ou guarda no local de armazenamento.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0024/2013 60.831.344/0001-74 TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A SEGURO PARA URNAS ELETRÔNICAS, MÓDULOS DE IMPRESSÃO EXTERNOS, CARTÕES DE MEMÓRIA E MEMÓRIAS DE RESULTADO	68.000,00	À vista ☐
	026/2013	93632013	Atender à demanda da Sede e dos Cartórios Eleitorais, bem como regularizar o estoque atual.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0049/2013 12.467.682/0001-26 MAXIMUM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. EPP REFRIGERADORES	949,00	À vista ☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0034/2013 09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME BEBEDOUROS ELÉTRICOS	400,00	À vista ☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0033/2013 00.478.911/0001-29 DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP AQUECEDORES ELÉTRICOS	164,99	À vista ☐
	027/2013	139492013	Necessidade de adequação dos espaços físicos existentes, permitindo proteção e o resguardo do patrimônio público, bem como garantir um melhor funcionamento dos cartórios	NE - NOTA DE EMPENHO 1093/2013 04.553.788/0001-14 ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA. EPP AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NAVAIS PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE ARARANGUÁ E TURVO	10.630,00	À vista ☐
	028/2013	122982013	A presente contratação tem caráter essencial para o bom desenvolvimento dos serviços desta Assessoria, apurando a repercussão na mídia da atuação da Justiça eleitoral.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0027/2013 08.074.472/0001-09 STUDIO CLIPAGEM LTDA. ME MONITORAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS IMPRESSA E ELETRÔNICA SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL EM ÂMBITO REGIONAL E NACIONAL	3.450,00	Mensal ☐
	029/2013	166992013	Necessidade de fornecimento de água mineral de boa qualidade para os servidores da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0025/2013 03.489.027/0001-88 ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA. FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL	2.485,00 1.1, "a": R\$ 4.94; 1.1, "b": R\$ 0.58; 1.1, "c": R\$ 0.65.	Estimado mensal ☐
	030/2013	164342013	Necessidade premente de que sejam segurados esses veículos, tendo em vista os riscos a que estão expostos ao trafegarem pelas estradas de nosso Estado.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0026/2013 90.180.605/0001-02 GENTE SEGURADORA S/A SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DO TRESPC	7.000,00	À vista ☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	031/2013	19854/2013	Oportunizar a prevenção de doenças e a manutenção do estado de saúde dos servidores	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0030/2013 CLINICA DE VACINAS SANTA CLARA LTDA VACINAS CONTRA O VÍRUS INFLUENZA	61,67 À vista	☐
	032/2013	8011/2013	Prover todas as unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina com equipamentos eletrônicos biométricos que possibilitem o registro da entrada e saída de seus ambientes, conforme determinação da portaria TSE 23368/2011.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0038/2013 01.245.055/0001-24 HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA. EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS BIOMÉTRICOS	680,00 À vista	☐
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0034/2013 01.245.055/0001-24 HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA. GARANTIA PARA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS BIOMÉTRICOS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 038/2013	0,00 À vista	☐
	033/2013		Necessidade de dar o suporte necessário à Seção de Engenharia e Arquitetura, haja vista a elevada demanda por serviços relacionados ao objeto desta contratação, com vistas a garantir a adequação dos ambientes de trabalho na Justiça Eleitoral.	Licitação frustrada		☐
	034/2013	10618/2013	Necessidade de proporcionar a este Tribunal mecanismos de assinatura digital para documentos emitidos por servidores deste Tribunal.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0028/2013 09.461.647/0001-95 SOLUTI - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA. GARANTIA PARA CERTIFICADOS DIGITAIS e-CPF A3, PADRÃO ICP-BRASIL, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 031/2013	0,00 À vista	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0031/2013 09.461.647/0001-95 SOLUTI - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA. CERTIFICADOS DIGITAIS e-CPF A3, PADRÃO ICP-BRASIL	194,00 À vista	☐
	035/2013	10486/2013	Atender às necessidades das zonas eleitorais e da sede deste Tribunal, garantindo o quantitativo adequado de posto de trabalho e a funcionalidade dos ambientes, bem como restabelecer a reserva técnica desses móveis.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0047/2013 50.870.575/0001-33 AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA. GARANTIA PARA CADEIRAS DE DIGITADOR, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 066/2013	0,00 À vista	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0065/2013 10.815.403/0001-42 J ZILLOTTO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO PARA ESCRITÓRIO LTDA. POLTRONAS ESPECIAIS TIPO PRESIDENTE	1.980,00 À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO		24, V
					Valor contratado	Motivo	
PREGÃO ELETRÔNICO	035/2013	104862013	Atender às necessidades das zonas eleitorais e da sede deste Tribunal, garantindo o quantitativo adequado de posto de trabalho e a funcionalidade dos ambientes, bem como restabelecer a reserva técnica desses móveis.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0048/2013	0,00	À vista	☐
				10.815.403/0001-42 J ZILOTTO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO PARA ESCRITÓRIO LTDA.			
				GARANTIA PARA POLTRONAS ESPECIAIS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 065/2013			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0067/2013	0,00	À vista	☐
				75.379.008/0001-00 FLORIMAQ COMERCIAL LTDA. ME	ITEM 1: R\$ 310,00; ITEM 2: R\$ 310,00; ITEM 3: R\$ 945,00.		
				CADEIRAS FIXAS E LONGARINAS			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0048/2013	0,00	À vista	☐
				75.379.008/0001-00 FLORIMAQ COMERCIAL LTDA. ME			
				GARANTIA PARA CADEIRAS FIXAS E LONGARINAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 067/2013			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0066/2013	0,00	À vista	☐
				50.870.575/0001-33 AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.	ITEM 1: R\$ 628,00; ITEM 2: R\$ 674,00.		
				CADEIRAS DE DIGITADOR			
	036/2013	183302013	Necessidade de adequação dos espaços físicos da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0032/2013	0,00	À vista	☐
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME			
				CONTRATO DE GARANTIA PARA DIVISÓRIAS E PORTAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2013			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0035/2013	0,00	À vista	☐
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	Item 1.1.1: R\$ 71,30; Item 1.1.2: R\$ 73,10; Item 1.1.3: R\$ 188,00.		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS E PORTAS			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0083/2013	4,36	À vista	☐
				04.373.051/0001-10 SANTOS E KIOSHIMA LTDA. ME			
	037/2013	85282013	Reposição no estoque do Almoarifado e utilização nas Eleições de 2014.	CANETA MARCA TEXTO, NA COR AMARELA			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0081/2013	0,00	À vista	☐
				17.846.708/0001-60 EMBRAMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. ME	ITEM 1: R\$ 8,97; ITEM 2: R\$ 4,80.		
				BOBINA DE SENHA NUMÉRICA TIPO BICO DE PATO; BOBINA EM PAPEL TÉRMICO			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	037/2013	85282013	Reposição no estoque do Almoxarifado e utilização nas Eleições de 2014.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0085/2013	☐
					08.191.597/0001-00 KAYALA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	ITEM 1: R\$ 0,30; ITEM 2: R\$ 0,39.
					CINTA ELÁSTICA COM 13 CM DE DIÂMETRO; CINTA ELÁSTICA COM 15 CM DE DIÂMETRO	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0086/2013	☐
					08.894.946/0001-50 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO PERI LTDA. CLIQUE N. 2/0; CLIPE N. 4/0; CLIPE N. 8/0; ELÁSTICO N. 18; EXTRATOR DE GRAMPOS	ITEM 1: R\$ 0,66; ITEM 2: R\$ 0,72; ITEM 3: R\$ 0,71; ITEM 4: R\$ 1,37; ITEM 5: R\$ 0,79.
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0087/2013	☐
					11.658.951/0001-79 MULTI CORES SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA. ME	
					COLA BRANCA EM BASTÃO	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0080/2013	☐
					07.065.674/0001-13 SALENAS MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ALMOFADA PARA CARIMBO	1,29 À vista
					-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999	☐
					ITEM: F R U S T A D O	
					ITEM 1 (APOIO PARA DIGITAÇÃO EM GEL)	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0082/2013	☐
					11.046.227/0001-94 CRIAR EXITOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA NA COR AZUL; CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA NA COR PRETA; CANETA RETRÁTIL COM TINTA NA COR AZUL	ITEM 1: R\$ 14,99; ITEM 2: R\$ 14,99; ITEM 3: R\$ 1,95.
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0088/2013	☐
					01.980.629/0001-08 ANCS DISTRIBUIDORA LTDA. EPP	
					COLA BRANCA PASTOSA	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0084/2013	☐
					81.431.777/0001-02 MARCOS AURÉLIO COLLAÇO (PAPELARIA MARCORÉ) CANETA EM ALUMÍNIO TUBULAR POLIDO, COM SUPORTE PARA REPOUSO NA DIAGONAL; CONJUNTO DE MINI MARCADORES DE PÁGINAS AUTO-ADESIVOS	ITEM 1: R\$ 7,96; ITEM 2: R\$ 6,00.



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	037/2013	85282013	Reposição no estoque do Almoxxarifado e utilização nas Eleições de 2014.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0090/2013	1,70	À vista ☐
				13.753.287/0001-72 KLX COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA. EPP		
				CORRETIVO SECO EM FITA		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0089/2013		
				11.102.277/0001-41 SOLO COMERCIAL LTDA. EPP		
				CORRETIVO SECO EM FITA COM A TONALIDADE DE PAPEL RECICLADO		
				3,15		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0089/2013		
				11.102.277/0001-41 SOLO COMERCIAL LTDA. EPP		
				CORRETIVO SECO EM FITA COM A TONALIDADE DE PAPEL RECICLADO		
	038/2013	116182013	Atender às demandas das Zonas Eleitorais, garantindo quantitativo adequado de postos de trabalho e a funcionalidade dos ambientes, bem como restabelecer a reserva técnica de móveis, haja vista o aumento da demanda por móveis que se mantém no últimos anos.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0049/2013	0,00	À vista ☐
				85.136.588/0001-68 DESIGN MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. EPP		
				GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 072/2013		
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0051/2013		
				07.698.920/0001-74 DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP		
				GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 074/2013		
				0,00		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0073/2013		
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME		
				MESA DE COMPUTADOR - MC1; MESA DE APOIO - MA4; MESA DE APOIO - MA5; GAVETEIRO VOLANTE - G1; BALCÃO COM GAVETAS - BA7; BALCÃO PARA PASTA SUSPENSA - BA15		
				ITEM 1: R\$ 574,00;	438,00	À vista ☐
				ITEM 2: R\$ 319,99;		
				ITEM 3: R\$ 319,98;		
				ITEM 4: R\$ 480,00;		
				ITEM 5: R\$ 690,00;		
				ITEM 6: R\$ 650,00.		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0076/2013		
				85.291.698/0001-02 JCR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA. ME		
				MESA PARA COPA - COM		
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0050/2013		
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	0,00	À vista ☐
				GARANTIA PARA MESAS, GAVETEIROS E BALCÕES, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 073/2013		
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0053/2013		
				85.291.698/0001-02 JCR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA. ME		
				GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 076/2013		
				0,00		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0053/2013		
				85.291.698/0001-02 JCR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA. ME		
				GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 076/2013		
				0,00		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	038/2013	116182013	Atender às demandas das Zonas Eleitorais, garantindo quantitativo adequado de postos de trabalho e a funcionalidade dos ambientes, bem como restabelecer a reserva técnica de móveis, haja vista o aumento da demanda por móveis que se mantém no últimos anos.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0074/2013	298,00	À vista	☐
					07.698.920/0001-74 DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP			
					MESA DE REUNIÃO - MR1			
					CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0052/2013	0,00	À vista	☐
					81.076.234/0001-14 INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP			
					GARANTIA PARA MESAS E ARMÁRIOS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 075/2013			
					CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0056/2013	0,00	À vista	☐
					11.255.897/0001-10 SANDRA MARA SAMPAIO ME			
					GARANTIA PARA MÓDULOS DE ATENDIMENTO, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 079/2013			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0072/2013	295,00	À vista	☐
					85.136.588/0001-68 DESIGN MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. EPP			
					MESA DE SERVIDOR - MS3			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0075/2013	0,00	À vista	☐
					81.076.234/0001-14 INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP	ITEM 1: R\$ 693,99 ITEM 2: R\$ 362,00.		
					MESA DE REUNIÃO MR3; ARMÁRIO SUSPENSO AS1			
					CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0055/2013	0,00	À vista	☐
					16.967.775/0001-70 FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME			
					GARANTIA PARA ARMÁRIOS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 078/2013			
					CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0054/2013	0,00	À vista	☐
					14.990.312/0001-02 ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME			
					GARANTIA PARA ARMÁRIOS E MÓDULOS DE ATENDIMENTO, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 077/2013			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0077/2013	0,00	À vista	☐
					14.990.312/0001-02 ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	ITEM 1: R\$ 1.199,99; ITEM 2: R\$ 899,99.		
					ARMÁRIO COM ESCANINHOS PARA PROCESSOS - A23; MÓDULO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR 2			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	038/2013	116182013	Atender às demandas das Zonas Eleitorais, garantindo quantitativo adequado de postos de trabalho e a funcionalidade dos ambientes, bem como restabelecer a reserva técnica de móveis, haja vista o aumento da demanda por móveis que se mantêm no últimos anos.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0078/2013	689,99 À vista	☐
				16.967.775/0001-70 FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME		
				ARMÁRIO COM PRATELEIRAS E CHAVEAMENTO - AC1		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0079/2013	1.049,90 À vista	☐
				11.255.897/0001-10 SANDRA MARA SAMPAIO ME		
				MÓDULO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR 1		
	039/2013	132412013	Frequente utilização de material elétrico pela Seção de Manutenção Predial, em virtude de adequações de ambiente tanto na sede deste Tribunal, quanto em mudanças de sede de Cartórios Eleitorais.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0036/2013	0,00 À vista	☐
				09.548.709/0001-09 HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.		
				CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL E CABO PP		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0037/2013	26,25 À vista	☐
				04.393.505/0001-14 ENERGIC COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.		
				CABO TELEFÔNICO INTERNO CCI-50, 2 PARES		
040/2013	85332013		Reposição no estoque do Almoxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0063/2013	0,00 À vista	☐
				87.138.145/0001-31 COMERCIAL PORTO ALEGRENSE DE MÁQUINAS CALCULADORAS LTDA.		
				CARTUCHO DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA LEXMARK; KIT FOTOCONDUTOR (CILINDRO) PARA IMPRESSORA LEXMARK		
				-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999	0,00 À vista	☐
				ITEM: F R U S T A D O		
				ITENS 3, 4 A 7, 11 E 12		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0062/2013	195,00 À vista	☐
				78.126.950/0003-16 MICROSENS LTDA.		
				CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG MONOCROMÁTICA		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	040/2013	85332013	Reposição no estoque do Almoxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0061/2013	229,00	À vista	☐
				13.777.884/0001-37 ZIUL COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. ME				
				CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA HP MONOCROMÁTICA				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0064/2013	1,29	À vista	☐
				10.986.234/0001-03 TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA.				
				DVD-R, GRAVÁVEL				
041/2013			Repetição do Pregão n. 018/2013.	Licitação frustrada				☐
042/2013	116192013		O serviço de recepcionista é uma necessidade continuada para o bom funcionamento das Centrais de Atendimento ao Eleitor, conforme demonstrado nos autos do Procedimento SAO n. 190.947/2012.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0040/2013	5.005,00	Mensal	☐
				05.912.569/0001-47 OLIVIO & PIETROBELI LTDA. ME		a) R\$ 1.700,00; b) R\$ 1.670,00 e c) 1.635,00.		
				SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BLUMENAU, FLORIANÓPOLIS E JOINVILLE				
043/2013	106162013		Necessidade de prover a Sede e os Cartórios Eleitorais de dispositivos úteis às atividades relativas ao trâmite de processos eleitorais nessas unidades.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0043/2013	0,00	À vista	☐
				03.391.625/0001-10 COMPEX TECNOLOGIA LTDA.				
				GARANTIA PARA IMPRESSORAS TÉRMICAS E LEITORAS DE CÓDIGO DE BARRAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 043/2013				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0043/2013	0,00	À vista	☐
				03.391.625/0001-10 COMPEX TECNOLOGIA LTDA.		ITEM 1: R\$ 860,00; ITEM 2: R\$ 178,00.		
				IMPRESSORAS TÉRMICAS E LEITORAS DE CÓDIGO DE BARRAS				
044/2013	200302013		Necessidade de reposição de extintores com perda ou descaracterização das condições de uso, bem como instalação em locais desprovidos.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0041/2013	66,00	À vista	☐
				80.488.549/0001-44 COMERCIAL WG EXTINTORES IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E INCÊNDIO LTDA.				
				EXTINTORES DE INCÊNDIO				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0040/2013	0,00	À vista	☐
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME		Item 1: R\$ 291,98; Item 2: R\$ 82,00; Item 3: R\$ 13,13; Item 4: R\$ 13,27.		
				EXTINTORES E SUPORTES DE SOLO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	044/2013	200302013	Necessidade de reposição de extintores com perda ou descaracterização das condições de uso, bem como instalação em locais desprovidos.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0039/2013	242,50	☐
				07.511.067/0001-30 ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME MANGUEIRAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO	À vista	☐
	045/2013		Atender à demanda da Sede e dos Cartórios Eleitorais, bem como regularizar o estoque atual.	Licitação revogada		☐
PREGÃO PRESENCIAL	046/2013	1890622012	Obter um procedimento célere de aquisição de material bibliográfico.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0037/2013	65.000,00	☐
				07.151.477/0001-17 EMPÓRIO VÉRTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA. FORNECIMENTO E ENTREGA DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS	Estimado total	☐
PREGÃO ELETRÔNICO	047/2013	201912013	Atender demanda do recadastramento biométrico de eleitores do Estado.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0038/2013	15.000,00	☐
				01.570.002/0004-21 LIVRARIA LIVROS & LIVROS LTDA. FORNECIMENTO E ENTREGA DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS	Estimado total	☐
PREGÃO ELETRÔNICO	047/2013	201912013	Atender demanda do recadastramento biométrico de eleitores do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0044/2013	0,03	☐
				07.553.716/0001-65 SACHÊ & SACHÊ INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, 70%	PREÇO UNITÁRIO: R\$ 0,0304.	☐
PREGÃO ELETRÔNICO	048/2013	201912013	Atender demanda do recadastramento biométrico de eleitores do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0048/2013	1,02	☐
				72.387.277/0001-20 MHE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA. MOLHA-DEDS	À vista	☐
PREGÃO ELETRÔNICO	049/2013	201912013	Atender demanda do recadastramento biométrico de eleitores do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0116/2013	10,31	☐
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME LUVAS, TAMANHO PEQUENO	À vista	☐
PREGÃO ELETRÔNICO	050/2013	201912013	Atender demanda do recadastramento biométrico de eleitores do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0045/2013	0,54	☐
				09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME FLANELAS	À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	047/2013	201912013	Atender demanda do recadastramento biométrico de eleitores do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0047/2013	7,40	À vista ☐
				05.800.797/0001-25 SOMA - SEGURANÇA, OTIMIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA. ME			
				LENÇOS UMEDECIDOS			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0046/2013	0,00	À vista ☐
				03.033.589/0001-12 OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.		ITEM 1: R\$ 10,10; ITEM 2: R\$ 10,37; ITEM 3: R\$ 10,37.	
				LUVAS			
	048/2013	118712013	Necessidade de urbanizar a áreas externa não pavimentada do terreno de propriedade da Justiça Eleitoral.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0038/2013	18.556,80	À vista ☐
				18.057.601/0001-04 VOCARE CENTRUM TELEATENDIMENTO EIRELI ME			
				SERVIÇOS DE PAISAGISMO PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS (11ª ZE)			
	049/2013	224612013	Dar cumprimento às normas de proteção contra incêndio editadas pela ABNT e instruções do Corpo de Bombeiros, que recomendam a manutenção periódica para verificar a perda ou descaracterização das condições de uso dos equipamentos de extinção de incêndio.	-- Item da licitação não contratado --	9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: F R U S T A D O			
				ITENS 1 a 6 e 8.			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0041/2013	10.520,00	À vista ☐
				85.241.693/0001-67 PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES EPP			
				MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO			
050/2013	106152013		Necessidade de instalar dispositivos que proporcionarão atualização tecnológica, segurança e robustez à infraestrutura da rede de dados dos cartórios eleitorais.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0045/013	0,00	À vista ☐
				13.578.459/0001-19 AZ METAL LTDA. ME			
				GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE MINIRRACKS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 060/2013			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0060/2013	271,50	À vista ☐
				13.578.459/0001-19 AZ METAL LTDA. ME			
				MINIRRACKS			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0044/2013	0,00	À vista ☐
				04.481.371/0001-93 NEOMAP TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA. EPP			
				GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE PATCH PANELS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 059/2013			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	050/2013	106152013	Necessidade de instalar dispositivos que proporcionarão atualização tecnológica, segurança e robustez à infraestrutura da rede de dados dos cartórios eleitorais.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0059/2013 04.481.371/0001-93 NEOMAP TECNOLOGIA E INFORMACÃO LTDA. EPP PATCH PANELS	212,80 À vista	☐
	051/2013	219212013	Reposição no Almoxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0042/2013 02.576.052/0001-36 RH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPELÃO LTDA. EPP CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO	0,00 À vista	☐
	052/2013	158822013	Necessidade de conservação e assistência técnica a fim de garantir o adequado funcionamento e a preservação do elevador.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0042/2013 02.797.782/0001-67 ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO ELEVADOR DO IMÓVEL QUE ABRIGA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL	Item 1: R\$ 1,24; Item 2: R\$ 1,59; Item 3: R\$ 2,20; Item 4: R\$ 2,17. 1.040,00 Estimado mensal Valor anual estimado para peças: R\$ 5.000,00.	☐
	053/2013	85292013	Reposição no estoque do Almoxarifado e utilização nas Eleições de 2014.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0098/2013 15.167.428/0001-09 AGAPRINT INDUSTRIAL COMERCIAL DE FORMULÁRIOS LTDA. FORMULÁRIO CONTÍNUO	85,52 À vista	☐
					10,35 À vista	☐
					0,00 À vista	☐
					ITEM 1: R\$ 2,00; ITEM 2: R\$ 2,00.	
					0,00 À vista	☐
					ITEM 1: R\$ 0,95; ITEM 2: R\$ 1,74; ITEM 3: R\$ 1,99; ITEM 4: R\$ 3,97; ITEM 5: R\$ 4,99.	
					8,80 À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	Valor contratado	Motivo		
PREGÃO ELETRÔNICO	053/2013	85292013	Reposição no estoque do Almoxxarifado e utilização nas Eleições de 2014.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0103/2013	0,00	À vista	☐
				81.431.777/0001-02	MARCOS AURÉLIO COLLAÇO (PAPELARIA MARCORÉ)	ITEM 1: R\$ 10,00; ITEM 2: R\$ 38,40; ITEM 3: R\$ 1,99.		
				GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO, PARA 500 FOLHAS, ENCAIXE TIPO PRESSÃO; ORGANIZADOR DE MESA EM ACRÍLICO; PAPEL RECADO AUTO-ADESIVO, EM PAPEL RECICLADO				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0100/2013	0,00	À vista	☐
				00.147.109/0001-56	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.	ITEM 1: R\$ 24,99; ITEM 2: R\$ 8,44.		
				GRAMPEADOR PARA ATÉ 100 FOLHAS; PAPEL A4 BRANCO				
				-- Item da licitação não contratado --	9999/9999	0,00	À vista	☐
				ITEM: F R U S T A D O				
				ITEM 24 (BLOCO RECADO)				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0102/2013	0,00	À vista	☐
				04.586.694/0001-41	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. EPP	ITEM 1: R\$ 0,32; ITEM 2: R\$ 4,90; ITEM 3: R\$ 3,45; ITEM 4: R\$ 15,70.		
				GRAMPO TAMANHO 26/6, PARA ATÉ 20 FOLHAS; GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO, PARA 200 FOLHAS, ENCAIXE TIPO GANCHO; LÁPIS GRAFITE PRETO, Nº 2, HB; MOUSE PAD ERGONÔMICO EM GEL				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0107/2013	1,04	À vista	☐
				72.387.277/0001-20	MHE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA. MOLHA DEDOS			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0105/2013	4,97	À vista	☐
				17.549.079/0001-07	JFH COMERCIAL LTDA. ME			
				JOGO DE DOZE DIVISÓRIAS, TAMANHO A4				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0104/2013	6,27	À vista	☐
				12.496.814/0001-48	PRINTE COMERCIO PARA IMPRESSAO LTDA EPP			
				GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO, PARA 500 FOLHAS, ENCAIXE TIPO GANCHO				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0109/2013	21,80	À vista	☐
				03.085.403/0001-79	AUTOMAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE IMPRESSOS LTDA. PAPEL A3 RECICLADO			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	054/2013	101862013	Necessidade de informar aos eleitores e a todos os cidadãos a localização dos Cartórios Eleitorais e das unidades em funcionamento na sede deste Tribunal.	NE - NOTA DE EMPENHO 1364/2013 09.062.986/0001-07 REALVISUAL LTDA. ME AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMUNICAÇÃO VISUAL: BRAÇO DO NORTE, TURVO E IMARUÍ.	6.780,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 1363/2013 14.990.312/0001-02 ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMUNICAÇÃO VISUAL: ARARANGUÁ E ANCHIETA.	4.747,58 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 1365/2013 12.229.172/0001-10 BALUARTE C. V. LTDA. EPP AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMUNICAÇÃO VISUAL: FLORIANÓPOLIS (CARTÓRIOS), CURITIBANOS, RIO DO SUL E PRÉDIO ANEXO DO TRES.	10.024,90 À vista	☐
	055/2013	213032013	Melhorar o isolamento acústico das salas onde são feitas gravações e edições de áudio, a pedido da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial.	NE - NOTA DE EMPENHO 1366/2013 92.391.952/0001-00 VIATRON - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. ME AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE ISOLAMENTO ACÚSTICO NO ESTÚDIO, NA SALA MULTIMÍDIA E NA CENTRAL DE ÁUDIO E VÍDEO DESTE TRIBUNAL.	15.983,00 À vista	☐
	056/2013	106172013	Materiais e utensílios necessários à manutenção preventiva e corretiva.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0070/2013 16.403.724/0001-16 BLUE PARTS LICITAÇÕES LTDA ME ALICATE PARA CRIMPAR	43,40 À vista	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0069/2013 08.563.244/0001-94 GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME MALETA PARA FERRAMENTAS; SOPRADOR DE AR E ASPIRADOR DE PÓ PARA COMPUTADORES	0,00 À vista ITEM 1: R\$ 160,99; ITEM 2: R\$ 152,99.	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0071/2013 04.481.371/0001-93 NEOMAP TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA. EPP FERRAMENTA DE INSERÇÃO PARA CONECTOR FÊMEA; ETIQUETA ADESIVA	0,00 À vista ITEM 1: R\$ 119,00; ITEM 2: R\$ 630,00.	☐
	057/2013	261542013	Necessidade de proporcionar ao TRESA a manutenção de seu sítio seguro na internet, condição necessária para a publicação do DJESC, conforme artigo 4º da Lei n. 11.419/06	NE - NOTA DE EMPENHO 1380/2013 01.554.285/0001-75 CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CERTIFICADO DIGITAL PARA SERVIDOR WEB ICP-BRASIL	1.100,00 À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	Valor contratado	Motivo	
PREGÃO ELETRÔNICO	058/2013		Elevada demanda por serviços relacionados.				☐
				Licitação frustrada			
	059/2013	371952013	Para auxiliar na organização de eventos.				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0068/2013	2,99	À vista	☐
				05.393.441/0001-14 SUDAOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. ME			
				PASTA PARA EVENTOS EM PLÁSTICO PVC			
	060/2013		Repetição do Pregão n. 041/2013.				☐
				Licitação frustrada			
	061/2013		Atualização da plataforma operacional na Sede do TRESC, sendo necessária a instalação em equipamentos que serão manidos em produção, mas não possuem originalmente a licença a ser adquirida.				☐
				Licitação anulada			
	062/2013	321072013	Necessidade de se disponibilizar, aos servidores dos Cartórios Eleitorais e da sede do TRESC, dispositivos portáteis para realização de cópias e armazenamento temporário de dados.				
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0091/2013	78,00	À vista	☐
				08.528.076/0001-04 MICROBUSINESS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA			
				PEN DRIVE			
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0059/2013	0,00	À vista	☐
	063/2013	370542013	Necessidade de atualizar a ferramenta, proporcionando a servidor com deficiência visual a utilização de novas funcionalidades.				
				NE - NOTA DE EMPENHO 1452/2013	2.142,98	À vista	☐
				15.142.889/0001-19 LAM-TI TECNOLOGIA LTDA. ME			
				LICENÇA DE USO DE ATUALIZAÇÃO PARA O SOFTWARE "JAWS FOR WINDOWS - SCREEN READING SOFTWARE".			
	064/2013	219232013	Reposição no Almoxarifado.		4,34	À vista	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0092/2013			
				04.176.836/0001-00 RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME			
				ABRACADEIRA DE NYLON			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0096/2013	36,53	À vista	☐
				01.980.629/0001-08 ANCS DISTRIBUIDORA LTDA. EPP			
				BOBINA DE PLÁSTICO BOLHA			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	064/2013	219232013	Reposição no Almoxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0094/2013	6,00	À vista
				72.821.663/0001-88 A. F. MARIANO ME		
				BARBANTE 12 FIOS		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0093/2013	42,80	À vista
				00.147.109/0001-56 AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.		
				ARQUIVO MORTO EM CAIXA DE PLÁSTICO		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0095/2013	0,00	À vista
				09.213.849/0001-18 ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. ME.	ITEM 1: R\$ 39,99; ITEM 2: R\$ 149,15.	
				BOBINA DE PAPEL PARA EMBRULHO; BOBINA DE PAPELÃO ONDULADO		
	065/2013	405852013	Necessidade de limpeza dos ambientes para o bom funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0060/2013	11.888,00	Mensal
				07.006.622/0001-76 SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.		
				LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 4ª REGIÃO (NORTE).		
	066/2013	371942013	Utilização para consumo de água e higienização de servidores.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0097/2013	1,53	À vista
				08.563.244/0001-94 GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME		
				LENÇO DE PAPEL		
	067/2013		Necessidade de aumentar a disponibilidade de portas de rede padrão Ethernet em estações de trabalho da Seção de Comunicação de Dados, permitindo a configuração e testes de equipamentos e ativos de rede de dados.	Licitação frustrada		
	068/2013	405842013	Necessidade de limpeza dos ambientes para o bom funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0066/2013	17.339,00	Mensal
				07.006.622/0001-76 SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.		
				LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 5ª REGIÃO (PLANALTO SERRANO).		
	069/2013	405832013		CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0068/2013	27.495,50	Mensal
				09.284.904/0001-60 AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	TA 135/2013: Acréscimo de R\$ 1.591,50 no valor mensal (ZE 041).	
				SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 6ª REGIÃO (OESTE DE SC)		
	070/2013	167002013	Frequente utilização de material elétrico pela Seção de Manutenção Predial, em virtude de adequações de ambiente tanto na sede como nos 105 cartórios eleitorais do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0120/2013	51,90	À vista
				16.686.112/0001-88 MARIA DE LOURDES CROTTI BUCIOLI EPP		
				LUMINÁRIA DE SOBREPOR		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	070/2013	167002013	Frequente utilização de material elétrico pela Seção de Manutenção Predial, em virtude de adequações de ambiente tanto na sede como nos 105 câmbrios eleitorais do Estado.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0121/2013
					04.176.836/0001-00	RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME
					LUMINÁRIA DE EMBUTIR	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0118/2013
					59.282.467/0001-14	COMPOSITES INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. EPP
					LUMINÁRIA DE SOBREPOR	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0122/2013
					12.593.397/0001-51	PROLUX ILUMINAÇÃO LTDA.
					LUMINÁRIAS, LÂMPADAS E REATORES	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0119/2013
					95.767.943/0001-50	COMERCIAL STECANELA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
					LUMINÁRIAS E LÂMPADAS	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	9999/9999
					ITEM: F R U S T A D O	
					ITEM 7	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0123/2013
					16.978.810/0001-57	ELÉTRICA 5 ESTRELAS EIRELI EPP
					LÂMPADA DE LED E REATOR	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0110/2013
					09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
					REFIL DE ÁLCOOL EM GEL	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0110/2013
					09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
					REFIL DE ÁLCOOL EM GEL	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0110/2013
					09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
					REFIL DE ÁLCOOL EM GEL	
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0110/2013
					09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
					REFIL DE ÁLCOOL EM GEL	



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	072/2013	261512013	Os materiais são necessários a manutenção e reformas da rede de cabeamento estruturado de dados nos Cartórios Eleitorais, prédios sede e anexo e demais unidades deste Tribunal.	-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: F R U S T A D O		
				ITENS 1 E 3		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0111/2013	15,79	À vista ☐
				08.563.244/0001-94 GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME		
				ABRAÇADEIRA CINTA DE VELCRO		
	073/2013	167012013	Frequente utilização de material elétrico pela Seção de Manutenção Predial, em virtude de adequações de ambiente tanto na sede como nos 105 cartórios eleitorais do Estado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0112/2013	0,00	À vista ☐
				04.176.836/0001-00 RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME		
				MATERIAIS ELÉTRICOS (ADAPTADORES)		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0113/2013	0,00	À vista ☐
				11.696.045/0001-69 WILLIAN RIBEIRO SUPRIMENTOS ME		
				MATERIAIS ELÉTRICOS (SENSOR DE PRESENÇA E RELÉ FOTOELÉTRICO)		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0114/2013	0,00	À vista ☐
				95.767.943/0001-50 COMERCIAL STECANELA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.		
				MATERIAIS ELÉTRICOS (TOMADA, PLACAS, MÓDULOS, SUPORTE E SENSOR DE PRESENÇA)		
				-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: F R U S T A D O		
				ITEM 1 (LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA)		
074/2013	507052013	Repetição do Pregão n. 049/2013.		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0062/2013	3.746,40	À vista ☐
				85.391.720/0001-88 EXTINGUE FOGO COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA - ME		
				SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXTINTORES E MANGUEIRAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO		
				-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: D E S E R T O		
				ITENS 2 A 6		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)			Valor contratado	Motivo	
PREGÃO ELETRÔNICO	075/2013	457/102013	Evitar prejuízo à Administração em caso de sinistros.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0061/2013		7.528,00	À vista	☐
				33.040.981/0001-50 AIG SEGUROS BRASIL S/A				
				SEGURO PREDIAL PARA A SEDE DO TRESP, ANEXO, CARTÓRIOS DE SÃO JOSÉ E ARQUIVO CENTRAL, ANTIGO PRÉDIO DOS CARTÓRIOS DA CAPITAL, CARTÓRIOS DA CAPITAL E ALMOXARIFADO				
				CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0063/2013		22.168,72	Mensal	☐
	076/2013	565872013	Elevada demanda por serviços relacionados.	00.482.840/0001-38 LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.		PACOTE ADICIONAL: R\$ 115,98;		
				SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS NAS ÁREAS DE EDIFICAÇÕES E DE ELETROTÉCNICA		DESLOCAMENTO COM PERNOITE: R\$ 340,00/DIA; DESLOCAMENTO SEM PERNOITE: R\$ 205,00/DIA		
						TA 130/2013: PACOTE ADICIONAL: R\$ 121,76, A PARTIR DE 02/09/2013.		
						5.842,50	À vista	☐
	077/2013	510842013	REDUZIR O CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE ÁGUA E CAFÉ; CONFORME ART. 225 DA CF, Lei 12.305/2012, ART. 8º DA IN 10/2012, RECOMENDAÇÃO CNJ E AC. TCU 1.752/2011.	NE - NOTA DE EMPENHO	1695/2013			
				05.932.588/0001-35 CARLOS DONIZETI LOPES DE AZEVEDO ME				
				AQUISIÇÃO DE 950 CANECAS EM PORCELANA BRANCA				
				NE - NOTA DE EMPENHO	1694/2013	3.853,00	À vista	☐
	078/2013	308342013	Necessidade de atualizar as licenças existentes e aumentar a disponibilidade do uso do software utilizado pela Coordenadoria de Soluções Corporativas e pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica no desenvolvimento de processos de gestão.	09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME				
				AQUISIÇÃO DE 950 COPOS DE VIDRO PARA ÁGUA				
				CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0065/2013		6.500,00	À vista	☐
				00.729.009/0001-38 URCAL CONSULTORIA LTDA.		Item 1: R\$ 3.300,00; Item 2: R\$ 3.200,00.		
	079/2013	608872013	Climatização do Cartório.	CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE ENTERPRISE ARCHITECT CORPORATE EDITION.				
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0067/2013	9.152,00	À vista	☐
				12.369.288/0001-55 ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME				
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM.				
PREGÃO PRESENCIAL	080/2013	357872013	Destina-se ao projeto que visa estabelecer conexão segura à rede da Justiça Eleitoral por meio da Internet.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0069/2013	0,00	À vista	☐
				10.513.136/0001-59 MMV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA. GARANTIA PARA ROTEADORES WIRELESS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 115/2013				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO PRESENCIAL	080/2013	357872013	Destina-se ao projeto que visa estabelecer conexão segura à rede da Justiça Eleitoral por meio da Internet.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/15/2013	350,00	À vista	☐
					10.513.136/0001-59	MMVV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA.			
					ROTEADORES WIRELESS				
PREGÃO ELETRÔNICO	081/2013	211032013	Otimizar o caminho da transmissão de dados de um boletim de uma até o local de processamento pela Justiça Eleitoral.		NE - NOTA DE EMPENHO	1882/2013	4.047,00	À vista	☐
					17.299.299/0001-20	COMP1 INFORMÁTICA LTDA. EPP			
					AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) APARELHOS CELULARES "SMARTPHONES"				
	082/2013	220052013	Equipamentos a serem utilizados em produções de vídeo para o Informativo em TRE nós, TRE Notícias, Conexão TRE, vídeos institucionais, vídeo-aulas para o EaD e GRE vídeos de treinamento para o período eleitoral e produções em parceria com o TSE e TVJustiça		NE - NOTA DE EMPENHO	1959/2013	2.020,34	À vista	☐
					17.561.197/0001-30	MASER EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. EPP.	Item 1: R\$ 344,67 Item 2: R\$ 1.675,67		
					AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) TRIPÊS PARA CABEÇAS DE ILUMINAÇÃO E 2 (DOIS) ILUMINADORES PROFISSIONAIS DE ESTÚDIO				
					NE - NOTA DE EMPENHO	1960/2013	7.140,00	À vista	☐
					17.299.299/0001-20	COMP1 INFORMÁTICA LTDA. EPP			
					AQUISIÇÃO DE 5 (CINCO) TELEVISORES COM 42"				
					-- Item da licitação não contratado --	9999/9999	0,00	À vista	☐
					ITEM: A N U L A D O				
					ITEM 3				
					NE - NOTA DE EMPENHO	1958/2013	23.500,00	À vista	☐
					10.806.106/0001-30	R & R EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.	Item 1: R\$ 17.700,00 Item 2: R\$ 5.800,00		
					AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) CÂMERA FILMADORA PROFISSIONAL E 2 (DOIS) TRIPÊS				
	083/2013	598412013	Viabilizar o provimento de cargos efetivos e formação de cadastro reserva.		CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0077/2013	486.000,00	Estimado total	☐
					40.594.145/0001-82	CONSULTEC CONSULTORIA EM PROJETOS EDUCACIONAIS E CONCURSOS LTDA.	ATÉ 25.000 INSCRITOS: R\$ 486.000,00.		
					CONCURSO PÚBLICO 2013, PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO TRESP.		COM MAIS DE 25.000 INSCRITOS: R\$ 9.72 POR CANDIDATO ADICIONAL INSCRITO.		
	084/2013	578732013	Necessidade de mão de obra para os serviços, pois inexistente no quadro funcional do TRESP cargo com tais atribuições.		CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0072/2013	4.790,00	Mensal	☐
					03.814.774/0001-44	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	PACOTE ADICIONAL 1: R\$ 16,50;		
					PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE OPERADOR DE MÁQUINA REPROGRÁFICA COLORIDA E MONOCROMÁTICA, DIGITALIZADORA, DUPLICADORA, PLASTIFICADORA, TERMOENCADERNADORA, PERFURADORA, GRAMPEADORA, GUILHOTINA E DEMAIS EQUIPAMENTOS.		PACOTE ADICIONAL 2: R\$ 16,50.		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	085/2013		Verificar as causas do descolamento do revestimento cerâmico da fachada.	Licitação frustrada		☐
	086/2013	628662013	Necessidade de reforço de elementos estruturais, em razão da substituição dos elevadores da sede do TRESC.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0071/2013 03.314.516/0001-07 CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS EIRELI EPP - CBES EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS LAJES E VIGAS DO PISO E TETO DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE DO TRESC.	25.800,00 À vista 65% NA CONCLUSÃO DA 1ª ETAPA. 35% NA CONCLUSÃO DA 2ª ETAPA. TA 156/2013: Acréscimo de R\$ 2.574,00. Valor total da contratação: R\$ 28.374,00.	☐
	087/2013	604692013	Necessidade de adequação dos espaços físicos existentes, permitindo a proteção e o resguardo do patrimônio público, e melhor funcionamento dos Cartórios.	NE - NOTA DE EMPENHO 1918/2013 17.968.990/0001-59 HJI INSTALAÇÕES EIRELI EPP DIVISÓRIAS NAVAIS PARA OS CARTÓRIOS DE ANCHIETA E SANTO AMARO DA IMPERATRIZ.	7.992,88 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 0119/2013 04.553.788/0001-14 ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA. EPP DIVISÓRIAS NAVAIS PARA OS CARTÓRIOS DE ORLEANS E URUBICI.	7.562,00 À vista	☐
	088/2013	524962013	Elidir a prática de atos danosos contra o patrimônio e, quando necessário, a proteção à vida humana.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0110/2013 11.650.232/0001-01 SERVIG SEGURANÇA PRIVADA LTDA. EPP PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA PRESENCIAL EM FLORIANÓPOLIS/SC E SÃO JOSÉ/SC.	84.584,00 Mensal TA 001/2014: VALOR TOTAL: R\$ 3.554,50. TA 005/2014: VALOR TOTAL: R\$ 772,90	☐
PREGÃO PRESENCIAL	089/2013	608972013	Transporte e acondicionamento dos materiais.	NE - NOTA DE EMPENHO 1984/2013 10.628.191/0001-94 UNO COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA. EPP CAIXAS DE PAPELÃO PARA TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MEMÓRIAS DE RESULTADO	849,00 À vista	☐
	090/2013		Necessidade de aumento do número de portas de rede.	Licitação frustrada		☐
	091/2013		Necessidade de adequação da infraestrutura de comunicação de dados de dados.	Licitação frustrada		☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO PRESENCIAL	092/2013	418312013	Necessidade de instalar dispositivos que proporcionarão atualização tecnológica, segurança e robustez à infraestrutura da rede de dados dos Cartórios Eleitorais.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0073/2013 86.789.674/0001-32 COMPULAB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME. GARANTIA PARA SWITCHES, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.124/2013	0,00 À vista	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0124/2013 86.789.674/0001-32 COMPULAB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME. SWITCHES	191,00 À vista	☐
				CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0076/2013 07.006.622/0001-76 SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. SERVIÇOS DE COPEIRAGEM E GARÇOM PARA A SEDE, ANEXO E CARTÓRIOS DA CAPITAL	20.216,98 Mensal	☐
	093/2013	546132013	Atender servidores, juizes e visitantes.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0081/2013 06.303.138/0001-46 PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS LAJES E VIGAS DO PISO E TETO DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE DO TRESS.	20.454,00 Estimado total R\$ 97,40/hora de fiscalização.	☐
PREGÃO ELETRÔNICO			Acompanhamento dos serviços profissionais de engenharia.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0075/2013 01.427.728/0001-67 INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE ZIMBRA NETWORK EDITION, COM SUPORTE TÉCNICO POR 12 MESES	183.260,00 À vista	☐
	094/2013	709992013		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0078/2013 74.386.947/0001-19 VALENTIM & ROSA COMERCIAL LTDA. ME demolição das edificações existentes sobre os terrenos de propriedade deste Tribunal, destinados à construção das novas sedes dos Cartórios Eleitorais de Santo Amaro da Imperatriz/SC e Araranguá/SC.	42.000,00 À vista 20.500,00 (Araranguá); e 21.500,00 (Santo Amaro).	☐
	095/2013	521182013	Instrumento de apoio à gestão das atividades atribuídas às unidades e às pessoas, com maximização de desempenho global por meio da redução de períodos de sobreposição de tarefas.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0074/2013 15.821.329/0001-90 CISCOM INFORMÁTICA EIRELI AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA ESPECIAL PARA DESENHOS EM GRANDES DIMENSÕES (PLOTTER)	20.595,00 À vista	☐
	096/2013	621942013	Risco de desabamento ou a ocupação indevida dos referidos imóveis.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0080/2013 11.255.897/0001-10 SANDRA MARA SAMPAIO ME AQUISIÇÃO DE BALCÕES COM PIA (CARTÓRIOS ELEITORAIS)	2.050,90 À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)			Valor contratado	Motivo	
PREGÃO ELETRÔNICO	098/2013	560022013	Acomodar adequadamente os materiais utilizados pelos servidores.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0079/2013	09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	22.391,74 À vista	☐	
	099/2013		Assegurar aos beneficiários a prestação de assistência odontológica, como opção adicional à assistência oferecida na modalidade direta nas dependências deste Tribunal.	AQUISIÇÃO DE BALCÕES COM PIA (CARTÓRIOS ELEITORAIS E DEPÓSITO DE MÓVEIS)	Licitação frustrada		☐	
	100/2013	617692013	Necessidade continuada destes serviços, sendo que o TRESCE possui reduzido quantitativo de Técnicos Judiciários da Área Administrativa de Serviços Gerais, Especialidade Transporte.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0089/2013	09.526.473/0001-00 CLICK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA. EPP	42.715,04 Estimado mensal	☒	Item frustado
	101/2013	640322013	Os serviços especializados de limpeza e conservação consistem em atividade acessória da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e traduzem-se em uma necessidade continuada para o bom funcionamento de seus Órgãos.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0088/2013	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRESCE	Pacote 1: R\$ 24,75; Pacote 2: R\$ 217,17; Pacote 3: R\$ 4.777,78; Taxa deslocamento: R\$ 139,00.	☐	
	102/2013	673992013	Exterminar insetor e roedores nocivos à saúde.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0084/2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 3ª REGIÃO.	26.377,67 Mensal	☐	
	103/2013			CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0084/2013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NA REGIÃO NORTE, NORDESTE E VALE DO ITAJAÍ.	6.068,00 À vista	☐	
	104/2013	673982013		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0083/2013	Licitação frustrada		☐	
	105/2013	673972013		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0082/2013	02.469.364/0001-40 BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. ME	8.152,03 À vista	☐	
	106/2013	667162013	Atender às necessidades com a organização das Eleições 2014.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0082/2013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NA REGIÃO SUL DE SC.	8.635,00 À vista	☐	
				12.780.988/0001-38 DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. EPP	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS E OUTRAS CIDADES.			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0125/2013	04.553.782/0001-47 CARLOS ERNANI BOMM EIRELI EPP	2,93 À vista	☐	
				PASTA MALOTE PERSONALIZADA DE MESÁRIOS				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0127/2013	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	107/2013	548222013	Suprimentos necessários ao funcionamento de equipamentos.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0127/2013	400,00	À vista
					11.021.308/0001-30	K LINK EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. ME		
					CARTUCHO DE TONER DE ALTA CAPACIDADE, NA COR PRETA, PARA IMPRESSORA XEROX, PHASER 6280DN.			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0128/2013	7,10	À vista
					10.610.268/0001-07	RIBEIRO POLÔNIO E CIA LTDA. ME		
					ROLO DE FITA (RIBBON) PARA IMPRESSORA BIXOLON SAMSUNG, MODELO SLP-T400.			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0126/2013	78,69	À vista
					17.099.595/0001-87	TOPVISION COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP		
					CARTUCHO DE TINTA NAS CORES DE IMPRESSÃO TRICOLOR PARA IMPRESSORA HP, MODELO D5360.			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0129/2013	11,00	À vista
					04.068.303/0001-05	F F G COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA. EPP		
					ROLO DE FITA (RIBBON) PARA IMPRESSORA TSC, MODELO TTP-247.			
	108/2013	646562013	Necessidade de repintura em diversos Cartórios Eleitorais do Estado, bem como os serviços realizados pela Seção de Manutenção Predial nos edifícios sede e anexo.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0142/2013	0,00	À vista
					82.193.244/0001-00	DIPROTEC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS TÉCNICOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.		
					MASSA CORRIDA, MASSA ACRÍLICA E TINTA ACRÍLICA			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0141/2013	67,13	À vista
					16.889.292/0001-03	APOLL - COMÉRCIO DE MÓVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.		
					TEXTURA ACRÍLICA			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0140/2013	0,00	À vista
					11.696.045/0001-69	WILLIAN RIBEIRO SUPRIMENTOS ME		
					TINTAS ACRÍLICAS, TINTA ESMALTE, VERNIZ, FUNDO SELADOR E FUNDO PREPARADOR			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0139/2013	0,00	À vista
					06.085.483/0001-50	SPAZIO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.		
					TINTA RÚSTICA E TINTAS ACRÍLICAS			
					Item 1: R\$ 82,50; Item 2: R\$ 199,00; Item 3: R\$ 215,00.			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	108/2013	646562013	Necessidade de repintura em diversos Cartórios Eleitorais do Estado, bem como os serviços realizados pela Seção de Manutenção Predial nos edifícios sede e anexo.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/38/2013	0,00	À vista	☐
				00.562.049/0001-38	NOELI PATULSKI - EIRELI	Item 1: R\$ 37,90; Item 2: R\$ 53,00.		
	109/2013		Climatização necessária do ambiente CPD.	Licitação frustrada				☐
	110/2013	685772013	Inexistência, no quadro funcional do TRECSC, de servidores cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas no Projeto Básico.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0086/2013	2.788,98	Mensal	☐
				10.565.981/0001-78	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME	Pacote de serviço adicional: R\$ 28,99		
				SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE ASCENSORISTA PARA A SEDE DO TRECSC				
	111/2013	702482013	Materiais necessários para a organização da Eleições 2014.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/30/2013	0,29	À vista	☐
				12.749.969/0001-49	JULIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. EPP			
				ENVELOPE DE SEGURANÇA PARA AS ELEIÇÕES 2014				
	112/2013	453442013	Adequação do vão existente para a passagem da nova máquina de tração.	NE - NOTA DE EMPENHO	2208/2013	14.900,00	À vista	☐
				76.554.179/0001-90	ADELVO BASQUERA ME			
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA CORTA-FOGO PARA A ENTRADA DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE DO TRECSC.				
	113/2013	642352013	Descarte de material médico.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0093/2013	228,73	Mensal	☐
				50.668.722/0019-16	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.			
				COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS INFECTANTES, ESPECIAIS E PERFUROCORTANTES, ALÉM DE SOBRAS DE MEDICAMENTOS COM PRAZO DE VALIDADE ULTRAPASSADO				
	114/2013	674002013	Exterminar insetor e roedores nocivos à saúde.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0085/2013	6.100,00	À vista	☐
				12.780.988/0001-38	DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. EPP			
				DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO PLANALTO SERRANO E MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA.				
	115/2013	618442013	Adequada climatização dos Cartórios Eleitorais.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0091/2013	20.960,00	À vista	☐
				00.478.911/0001-29	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP			
				FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT: SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ORLEANS E URUBICI.				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)		Valor contratado	Motivo	
PREGÃO ELETRÔNICO	115/2013	618442013	Adequada climatização dos Cartórios Eleitorais.		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0092/2013	8.602,74	À vista	☐
					10.197.752/0003-00 LS CLIMATIZAÇÕES LTDA.			
					FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT: PALMITOS.			
	116/2013		Necessidade de manutenção permanente do equipamento, para segurança dos usuários.		Licitação frustrada			☐
	117/2013	702492013	Materiais necessários para a organização da Eleições 2014.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0133/2013	1,20	À vista	☐
					15.728.001/0001-24 VALDIR REIS APOLO			
					CRACHÁ JUSTIÇA ELEITORAL			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0132/2013	0,17	À vista	☐
					14.382.542/0001-80 H V PONTES - AD INTRA EMPRESARIAL ME			
					ADESIVOS PARA VEÍCULOS			
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0131/2013	0,00	À vista	☐
					13.919.051/0001-63 GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA. EPP	Itens 1 e 7: R\$ 0,59; Itens 2 e 5: R\$ 0,60; Item 3: R\$ 0,56; Item 4: R\$ 0,77; Item 6: R\$ 0,215; Item 8: R\$ 0,68.		
					CRACHÁS IMPRESSOS			
	118/2013	712332013	Ferramenta útil para manutenções e reformas da rede de cabeamento de dados.		NE - NOTA DE EMPENHO 2229/2013	399,99	À vista	☐
					12.369.288/0001-55 ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME			
					SERRA MANUAL PARA CORTE EM MEIA ESQUADRIA			
PREGÃO PRESENCIAL	119/2013		Necessidade de adequação da infraestrutura de comunicação de dados de dados.		Licitação frustrada			☐
PREGÃO ELETRÔNICO	120/2013	716792013	Materiais necessários para a realização do pleito em 2014.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0135/2013	0,12	À vista	☐
					00.212.655/0001-23 PERFIL - GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME			
					ENVELOPE DE JUSTIFICATIVA PARA AS ELEIÇÕES 2014			



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	120/2013	716792013	Materiais necessários para a realização do pleito em 2014.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/34/2013	0,00	À vista ☐
				14.382.542/0001-80 H V PONTES - AD INTRA EMPRESARIAL ME	Item 1: R\$ 0,155; Item 2: R\$ 12,00; Itens 3 e 8: R\$ 120,00; Itens 4, 5 e 6: R\$ 9,00; Item 7: R\$ 9,98.	
				BLOCOS DE SENHA E CÉDULAS ELEITORAIS PARA AS ELEIÇÕES 2014		
	121/2013		Adequação do passeio existente.	Licitação frustrada		☐
	122/2013	774672013	Verificar as causas do descolamento do revestimento cerâmico da fachada.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0087/2013	12.000,00	À vista ☐
				85.160.661/0001-37 SOUZA PAPALEO MOLDAGEM DE CONCRETO LTDA. EPP		
				PERÍCIA TÉCNICA NA FACHADA NORTE DO EDIFÍCIO ANEXO I DO TRES		
	123/2013	715392013	Produção de vídeos para eventos como projetos de EAD, Videoteca, transmissão da sessão pela intranet/internet, vídeos institucionais, campanhas da EJESC e encontros e congressos promovidos pelo TRES.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0094/2013	8.040,00	Estimado mensal ☐
				10.783.282/0001-02 LCA VÍDEO PRODUTORA LTDA. ME	2.1.1. Pacote básico 1: R\$ 300,00	
				GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM STREAMING, COM PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DE EVENTOS REALIZADOS PELO TRES	2.1.2. Pacote básico 2: R\$ 80,00	
					2.1.3. Pacote básico 3: R\$ 55,00	
	124/2013	219222013	Reposição no Almoxarifado.	-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: F R U S T A D O		
				ITENS 1 E 7		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0149/2013	4,70	À vista ☐
				81.431.777/0001-02 MARCOS AURÉLIO COLLAÇO (PAPELARIA MARCORÉ)		
				ESTILETE LARGO		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0152/2013	0,00	À vista ☐
				03.672.279/0001-48 DISTRIBUIDORA JORDÃO LTDA. ME	ITEM 1: R\$ 0,60;	
				FITA ADESIVA TRANSPARENTE E FITA DE PAPEL CREPE	ITEM 2: R\$ 3,75.	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0150/2013	1,74	À vista ☐
				07.330.696/0001-63 CRS COMERCIAL ELÉTRICA LTDA.		
				FITA ADESIVA TRANSPARENTE		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	124/2013	219222013	Reposição no Almoxarifado.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/51/2013	0,00	À vista ☐
				72.704.299/0001-76	FIT-PEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	ITEM 1: R\$ 1,65; ITEM 2: R\$ 1,65.	
				FITA ADESIVA TRANSPARENTE E FITA ADESIVA MARROM			
	125/2013	700642013	Realização de manutenções e reformas da rede de cabeamento estruturado no TRES.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/36/2013	15,95	À vista ☐
				09.056.757/0001-71	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. EPP		
				REGISTRO DE PREÇOS DE CANALETA DE PISO			
	126/2013		Mudança do local de armazenamento das urnas eletrônicas, visando o acondicionamento das urnas no novo local.		Licitação revogada		☐
	127/2013	794012013	Aumentar a disponibilidade de portas de rede padrão Ethernet em estações de trabalho.	NE - NOTA DE EMPENHO	2283/2013	1.589,00	À vista ☐
				80.779.523/0001-17	UCP DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA. ME		
				ADAPTADORES DE REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS			
	128/2013	806192013	Materiais de expediente necessários às atividades dos servidores da sede e dos Cartórios Eleitorais.	-- Item da licitação não contratado --	9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: F R U S T A D O			
				ITENS 3, 4 E 6			
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/37/2013	0,00	À vista ☐
				04.176.836/0001-00	RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME	Itens 1 e 2: R\$ 14,39; Item 3: R\$ 2,35.	
				CANETAS E CORRETIVO SECO EM FITA			
	129/2013		Auxiliar no manuseio de caixas e documentos dos arquivos nos Cartórios Eleitorais, bem como ajustes de lâmpadas, forros, etc.		Licitação anulada		☐
	130/2013	739752013	Para uso em equipamentos adquiridos sem sistema operacional.	NE - NOTA DE EMPENHO	2328/2013	13.257,00	À vista ☐
				88.610.340/0001-85	ACM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. ME		
				LICENÇA DE USO DO WINDOWS 8 PRO.			
	131/2013	770952013	Necessidade de substituição do fogão existente na copa do TRES.	NE - NOTA DE EMPENHO	2343/2013	1.274,10	À vista ☐
				04.115.693/0001-19	SULMATEL - COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA		
				FORNECIMENTO DE FOGÃO ELÉTRICO, TIPO COOKTOP, PARA A COPA DA SEDE DO TRES			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	132/2013	756632013	Atender à demanda da Sede e dos Cartórios Eleitorais.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0143/2013	77,00	À vista ☐
				11.094.173/0001-32 OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. EPP.		
				CAFETEIRAS		
				– Item da licitação não contratado -- 9999/9999	0,00	À vista ☐
				ITEM: F R U S T A D O		
				ITEM 1 (MICROONDAS)		
	133/2013	808202013	Adaptação e manutenção dos ambientes de trabalho da Justiça Eleitoral e reforma do Anexo II.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0144/2013	0,00	À vista ☐
				16.436.430/0001-90 PISOS & FORMAS LTDA. ME	ITEM 1: R\$ 164,00; ITEM 2: R\$ 18,95; ITEM 3: R\$ 12,09.	
				PISO VINÍLICO; ARREIMATE DE RODAPÉ E SUPORTE CURVO; RODAPÉ EM EVA		
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0101/2013	0,00	À vista ☐
				16.436.430/0001-90 PISOS & FORMAS LTDA. ME		
				GARANTIA PARA PISO VINÍLICO, ARREIMATE DE RODAPÉ E SUPORTE CURVO, E RODAPÉ EM EVA, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.144/2013		
	134/2013	511702013	Necessidade de garantir o bom funcionamento das esquadrias e a segurança dos transeuntes e usuários do Edifício Sede do TRESC.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0095/2013	17.000,00	À vista ☐
				10.535.063/0001-04 EMSERV - EMPRESA DE SERVIÇOS E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.		
				REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESQUADRIAS DO PRÉDIO SEDE DO TRESC.		
	135/2013	805772013	Instalação de cabeamento estruturado em cartórios eleitorais.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0154/2013	238,00	À vista ☒
				01.115.345/0001-53 MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA.		Item frustado
				REGISTRO DE PREÇOS DE CABO DE REDE UTP.		
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0153/2013	12,49	À vista ☐
				08.676.816/0001-41 CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA. ME.		
				REGISTRO DE PREÇOS DE CANALETA RECORTADA.		
	136/2013		Acompanhamento de notícias do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Judiciário Federal e outros assuntos de interesse do Tribunal.	Licitação frustrada		☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	137/2013		Tomar as estações de trabalho mais ergonômicas e melhor ajustadas às necessidades físicas de seus usuários.	Licitação revogada		☐
	138/2013	736172013	Uma das cafeteiras deste Tribunal foi enviada para desuso por inviabilidade de conserto.	NE - NOTA DE EMPENHO 11.094.173/0001-32 OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. EPP. AQUISIÇÃO DE UMA CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL.	890,00 À vista	☐
	139/2013	857072013	Materiais necessários ao cadastramento biométrico de eleitores.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0156/2013 12.246.316/0001-47 EREMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ME LUVAS	0,00 À vista ITEM 1: R\$ 11,18; ITEM 2: R\$ 10,90; ITEM 3: R\$ 10,90; ITEM 4: R\$ 10,90.	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0155/2013 07.840.247/0001-65 GOLD FARAN COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO ME FLANELAS	0,58 À vista	☐
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0157/2013 01.648.513/0001-76 PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. EPP ÁLCOOL GEL	3,69 À vista	☐
	140/2013	776432013	Suprir a frota com combustíveis e demais produtos e serviços, bem como de adequada manutenção, visando ao cumprimento da sua função de locomoção com nível de segurança adequado.	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0096/2013 03.506.307/0001-57 EMBRATEC-EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS HOM LTDA OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE EMPRESAS CREDENCIADAS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO TRESPC	10.188,93 Estimado mensal Custo estimado mensal: R\$ 10.188,93 para ano eleitoral. R\$ 8.486,08 para ano não eleitoral.	☐
	141/2013	829502013	Auxiliar na organização das Eleições 2014.	NE - NOTA DE EMPENHO 2407/2013 17.688.181/0001-93 JOÃO ANDRÉ BROERING ME LENÇOS DESCARTÁVEIS	1.400,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2389/2013 14.990.312/0001-02 ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME ARAME EM AÇO PLASTIFICADO PARA EMBALAGENS	1.520,00 À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	Valor contratado		Motivo	
PREGÃO ELETRÔNICO	142/2013		Necessidade de manutenção permanente do equipamento, para segurança dos usuários.	Licitação deserta			☐	
	143/2013	877042013	Exterminar insetor e roedores nocivos à saúde.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0006/2014 18.192.759/0001-89 CONTROLE DE PRAGAS MASTERSUL LTDA. EPP EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DOS IMÓVEIS PRÓPRIOS E LOCADOS SOB A RESPONSABILIDADE DO TRESP.	8.465,80 À vista		☐	
	144/2013	735502013	Materials necessários à manutenção predial.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0148/2013 95.767.943/0001-50 COMERCIAL STECANELA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. MATERIAIS ELÉTRICOS	Item 1: R\$ 12,96; Itens 2 E 3: R\$ 2,58; Item 4: R\$ 0,93; Item 5: R\$ 0,98; Itens 6, 7 e 8: R\$ 1,20.		À vista	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0145/2013 01.542.005/0001-09 COMERCIAL COMAG LTDA. MATERIAIS ELÉTRICOS	Item 1 e 2: R\$ 5,00		À vista	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0147/2013 08.227.387/0001-25 DOMIVAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME MATERIAIS ELÉTRICOS	2,09 À vista		☐	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0146/2013 04.176.836/0001-00 RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME MATERIAIS ELÉTRICOS	Item 1: R\$ 16,79; Item 2: R\$ 10,78; Item 3: R\$ 27,55; Item 4: R\$ 7,94; Item 5: R\$ 6,58; Item 6: R\$ 13,86; Item 7: R\$ 3,85.		À vista	
	145/2013	829292013	Adequação do local para instalação dos novos consultórios odontológicos.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0097/2013 14.634.377/0001-07 DANIEL COUTINHO AGUIAR EPP FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM GESSO ACARTONADO PARA O ANEXO II DO TRESP.	21.835,00 À vista		☐	
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0098/2013 09.220.115/0001-66 ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO EM PLACA E RODAFORRO DE GESSO PARA O ANEXO II DO TRESP.	13.590,00 À vista Acrescido R\$ 3.387,30. TA N. 018/2014.		☐	



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	146/2013	829302013	Adequação do local para instalação dos novos consultórios odontológicos.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0121/2013	46.856,00	☒ À vista Item frustado
				80.206.907/0001-40 REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME		
				FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS DO TIPO SPLIT		
	147/2013	734362013	Adequação da iluminação na sede do TRESC e Cartórios Eleitorais.	– Item da licitação não contratado -- 9999/9999 ITEM: REVOGADO	0,00	☐ À vista
				ITEM 2		
				NE - NOTA DE EMPENHO 2422/2013	5.730,00	☐ À vista
				12.593.397/0001-51 PROLUX ILUMINAÇÃO LTDA.	100 UNIDADES	
				LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA ELETRÔNICA		
	148/2013		Adequação do local para instalação dos novos consultórios odontológicos.	Licitação frustrada		☐
PREGÃO PRESENCIAL	149/2013	892472013	Necessidade de adequação da infraestrutura de comunicação de dados de dados.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0099/2013	9.204,00	☐ À vista
				11.055.445/0001-95 ASAP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP		
				AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE REDE		
PREGÃO ELETRÔNICO	150/2013	899612013	Adequação do passeio existente.	NE - NOTA DE EMPENHO 2491/2013	17.759,98	☐ À vista
				11.419.992/0001-02 EQUIPASUL ATACADISTA LTDA. EPP.		
				AQUISIÇÃO DE PAVERS, PISOS PODOTÁTEIS DIRECIONAIS E SINALIZAÇÕES PODOTÁTEIS DE ALERTA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA SEDE DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ/SC.		
	151/2013	868142013	Necessidade de informar aos usuários da edificação a localização das unidades em funcionamento.	NE - NOTA DE EMPENHO 2453/2013	8.000,00	☐ À vista
				09.213.849/0001-18 ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. ME.		
				AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMUNICAÇÃO VISUAL NO ANEXO II DO TRESC.		
	152/2013	735512013	Materiais necessários à manutenção predial.	ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0005/2014	1,70	☐ À vista
				11.514.554/0001-23 RR VISION COMERCIAL LTDA. ME		
				MATERIAIS ELÉTRICOS		



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)	RESULTADO		Valor contratado	24, V	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	152/2013	735512013	Materiais necessários à manutenção predial.		ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0001/2014	0,00	À vista	☐
					95.767.943/0001-50	COMERCIAL STECANELA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.	ITEM 1: R\$ 8,88; ITEM 2: R\$ 66,22.		
					MATERIAIS ELÉTRICOS				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0002/2014	12,54	À vista	☐
					02.590.407/0001-41	GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA. EPP			
					MATERIAIS ELÉTRICOS				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0004/2014	1,83	À vista	☐
					10.327.028/0001-91	COMERCIAL VIEIRA & WINTER LTDA. ME			
					MATERIAIS ELÉTRICOS				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0006/2014	1,14	À vista	☐
					11.666.008/0001-08	J&F DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA. EPP			
					MATERIAIS ELÉTRICOS				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0003/2014	8,89	À vista	☐
					08.772.301/0001-45	WZ UNIÃO MONTAGEM E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. ME			
					MATERIAIS ELÉTRICOS				
					ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0007/2014	0,00	À vista	☐
					15.487.913/0001-51	M.V. MARRA DA SILVA ME	ITEM 1: R\$ 1,85 ITEM 2: R\$ 2,80 ITEM 3: R\$ 1,19 ITEM 4: R\$ 1,26 ITEM 5: R\$ 2,60 ITEM 6: R\$ 3,20 ITEM 7: R\$ 2,10 ITEM 8: R\$ 1,96		
					MATERIAIS ELÉTRICOS				
					CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0103/2013	7.688,00	À vista	☐
					12.159.192/0001-62	COPE ENGENHARIA LTDA. EPP			
					FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DE PINTURA EPOXI PARA O ANEXO II				
					CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0106/2013	59.100,00	À vista	☐
					03.602.174/0001-12	TEMPERCLIMA - COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO LTDA. ME			
					FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR, TIPO VRF, PARA O CPD DO TREC.				



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	155/2013	833042013	Acomodar adequadamente os materiais utilizados pelos servidores, garantindo ambientes mais funcionais.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 01/04/2013 11.255.897/0001-10 SANDRA MARA SAMPAIO ME FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PARA O ANEXO II.	37.308,00 À vista	☐
	156/2013	829262013	Adequação do local para instalação dos novos consultórios odontológicos.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 01/09/2013 08.747.417/0001-24 SIDWEST CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO LTDA. ME FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISOS E RODAPÉS DE GRANITO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE LIXAÇÃO, REJUNTAMENTO, POLIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO DO PISO DE GRANITO DO ANEXO II DO TRES.	25.989,00 À vista	☐
	157/2013	868132013	Adequação na estrutura elétrica o edifício, para abrigar o futuro Anexo II do TRES.	NE - NOTA DE EMPENHO 27777/2013 18.034.698/0001-21 ZÉLIA SONOHARA EPP AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA INSTALAÇÃO NO ANEXO II DO TRES.	14.715,17 À vista	☒ Item frustado
158/2013			Adequação de sistemas de transmissão de áudio e vídeo pela internet e intranet de ambientes do TRES.	Licitação frustrada		☐
159/2013	807982013		Manter a qualidade da água que abastece os imóveis da Justiça Eleitoral de SC.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 01/12/2013 79.283.065/0001-41 ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA SEMESTRAL DAS CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS EM DIVERSOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SANTA CATARINA.	3.250,00 À vista	☐
160/2013			Necessidade de acompanhamento e fiscalização da obra por profissional qualificado.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0004/2014 02.469.364/0001-40 BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. ME PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA SEMESTRAL DAS CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS DOS PRÉDIOS SEDE E ANEXOS DO TRES; DEPOSITO DE URNAS; DEPOSITO DE MÓVEIS, ALMOXARIFADO E EM DIVERSOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SANTA CATARINA.	3.550,00 À vista	☐
161/2013	760882013		Substituição dos equipamentos atuais, que possuem mais de 15 anos de uso e apresentam sinais de desgaste e dificuldade de obtenção de peças de reposição.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 01/17/2013 04.709.243/0001-54 BS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	1.490,00 À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO

Modalidade	Edital N°	Proc. N°	Justificativa (setor requisitante)	RESULTADO	Valor contratado	24, V Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	161/2013	760882013	Substituição dos equipamentos atuais, que possuem mais de 15 anos de uso e apresentam sinais de desgaste e dificuldade de obtenção de peças de reposição.	-- Item da licitação não contratado -- 9999/9999 ITEM: F R U S T A D O ITENS 5 A 9	0,00	☐ À vista
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0118/2013 06.977.683/0001-18 ROSSATO & BERTHOLD LTDA. ME FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	344,00	☐ À vista
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0116/2013 01.447.737/0001-10 BRW SUPORTE E LOGÍSTICA PARA SAÚDE LTDA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	788,96	☐ À vista
				CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0119/2013 83.802.215/0001-53 OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	25.380,00	☐ À vista
	162/2013	735992013	Necessidade de manutenção periódica dos equipamentos.	CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0107/2013 76.554.179/0001-90 ADELVO BASQUERA ME MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS.	6.349,90	☐ À vista
	163/2013		Adequada climatização dos Cartórios Eleitorais.	Licitação frustrada		☐
	164/2013	868122013	Necessidade de adequação na estrutura hidráulica do edifício que abrigará o Anexo II do TRESO.	NE - NOTA DE EMPENHO 2737/2013 75362160000937 CASAS DA ÁGUA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ANEXO II DO TRESO.	1.362,90	☒ À vista Item deserto
				NE - NOTA DE EMPENHO 2738/2013 87.982.385/0001-18 PROCAL FERRAGENS E TINTAS LTDA. AQUISIÇÃO DE FECHADURAS PARA O ANEXO II DO TRESO.	1.742,10	☐ À vista



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO		24, V	
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)		Valor contratado		Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	165/2013	833032013	Em virtude da reforma do ANEXO II do TRESPC, que irá abrigar todas as Seções de Atendimento à Saúde, Ourdonia e EUESC.		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0002/2014 00.583.352/0001-17 IDEAL MÓVEIS E ALUMÍNIO LTDA. ME EXECUÇÃO DE REPARO DE ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO E VIDRO E DE ESQUADRIAS DE AÇO. E PARA FORNECER E INSTALAR ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO E PORTAS DE VIDRO TEMPERADO PARA O EDIFÍCIO ANEXO II.	10.454,11	À vista	☒ Item frustrado
	166/2013	927812013	Mudança do local de armazenamento das urnas eletrônicas e necessidade de equipar a Seção de Administração de Urnas.		NE - NOTA DE EMPENHO 2569/2013 05.211.777/0001-19 CAPERPASS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS LTDA. AQUISIÇÃO DE 800 PALETES EM POLIETILENO PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS	48.500,00	À vista	☐
	167/2013	768372013	Adequação e reposição das peças instaladas.		NE - NOTA DE EMPENHO 2573/2013 12.369.288/0001-55 ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME AQUISIÇÃO DE ASSENTOS SANITÁRIOS.	4.900,00	À vista	☐
PREGÃO PRESENCIAL	168/2013	994702013	Adequação de sistemas de transmissão de áudio e vídeo pela internet e intranet de ambientes do TRESPC.		NE - NOTA DE EMPENHO 2554/2013 10.513.136/0001-59 MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA. AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) HUB FIRE	14.055,00	À vista	☐
PREGÃO ELETRÔNICO	169/2013	832062013	Devido ao desgaste dos atuais equipamentos e a necessidade de substituição de itens que se tornaram obsoletos, para produção de vídeo para o Informativo entre nós, TRE Notícias, Conexão TER, Vídeos Institucionais, Vídeos-aulas para o Ead e GRE, etc.		NE - NOTA DE EMPENHO 2570/2013 12.369.288/0001-55 ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME AQUISIÇÃO DE CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL DSLR	3.000,00	À vista	☐
	170/2013	782002013	Necessidade de manutenção das plantas existentes.		CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0120/2013 09.284.904/0001-60 AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM COM FORNECIMENTO DE SACOS DE LIXO, ADUBOS, INSETICIDAS E FUNGICIDAS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAGENS.	1.778,10	Mensal	☐
	171/2013	903472013	Término da vigência do atual contrato, crescente demanda por conectividade e entrega de serviços de TI e surgimento de novas tecnologias no mercado de telecomunicações em SC.		CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO 0001/2014 76.535.764/0001-43 OI S/A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REDE DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA DO TRESPC (BACKBONE SECUNDÁRIO)	89.994,47	Estimado mensal	☐
	172/2013	1042532013	Adequação do local para instalação dos novos consultórios odontológicos.		CONTRATO - PRONTA ENTREGA 0114/2013 17.152.250/0001-40 ALEXSANDRO RICARDO DA SILVA ME FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISOS E RODAPÉS CERÂMICOS NO ANEXO II DO TRESPC.	19.900,00	À vista	☐



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

RESULTADO					24, V
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa (setor requisitante)	Valor contratado	Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	173/2013	750922013	Garantir a qualidade da água.	16.550,00 À vista	☒ Item frustado
				ITEM 1: R\$ 3.610,00;	
				ITEM 2: R\$ 1.960,00;	
				ITEM 3: R\$ 3.140,00;	
				ITEM 4: R\$ 1.530,00;	
				ITEM 5: R\$ 2.860,00;	
				ITEM 6: R\$ 3.550,00;	
	174/2013	1080132013	Adequação de sistemas de transmissão de áudio e vídeo pela internet e intranet de ambientes do TRESC.	946,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2775/2013	
				92.391.952/0001-00 VIATRON - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. ME	
				AQUISIÇÃO DE INTERFACE DE ÁUDIO EXTERNA USB - PLACA DE SOM	
				1.558,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2776/2013	
				17.394.513/0001-27 C V B CONSTANSKI - INFORMÁTICA - ME	
				AQUISIÇÃO DE 4 PLACAS DE FIREWIRE	
175/2013			Acomodar adequadamente os materiais utilizados pelos servidores, além de garantir ambientes mais funcionais para o imóveis do Justiça Eleitoral.	Licitação frustrada	☐
176/2013	832072013		Devido ao desgaste dos atuais equipamentos e necessidade de substituição de itens que se tornaram obsoletos.	2.314,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2880/2013	
				15.614.039/0001-76 OXEDIO MULTIMÍDIA COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA. EPP	
				AQUISIÇÃO DE MULTICABO PARA ÁUDIO PROFISSIONAL	
				27.450,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2876/2013	
				13.065.512/0001-88 RS TELECOM COM. DE EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO E VÍDEO LTDA. ME	
				AQUISIÇÃO DE 9 MICROFONES CONDENSADORES (TIPO GOOSENECK) E 2 SISTEMAS DE MICROFONE SEM FIO	
				1.890,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2877/2013	
				18.964.131/0001-54 FULL - BROADCAST & AUDIO - EIRELI - EPP	
				AQUISIÇÃO DE MICROFONE DINÂMICO	
				12.000,00 À vista	☐
				NE - NOTA DE EMPENHO 2878/2013	
				08.083.169/0001-64 MAURO HENRIQUE TEIXEIRA HOMEM ME	
				AQUISIÇÃO DE 2 SISTEMAS DE MICROFONE SEM FIO	



LICITAÇÕES 2013 - PREGÕES

quarta-feira, 12 de março de 2014

LICITAÇÃO					RESULTADO	Valor contratado	24, V
Modalidade	Edital Nº	Proc. Nº	Justificativa	(setor requisitante)			Motivo
PREGÃO ELETRÔNICO	176/2013	832072013	Devido ao desgaste dos atuais equipamentos e necessidade de substituição de itens que se tornaram obsoletos.		NE - NOTA DE EMPENHO 28/5/2013 05.630.367/0001-02 TBX-COMÉRCIO IMP. E EXP. EQUIP. E SUPRIM. DE INFORMÁTICA LTDA. ME AQUISIÇÃO DE 3 AMPLIFICADORES DE ÁUDIO E 3 MICROFONES	20.927,99 À vista ITEM 1: R\$ 10.378,00: ITEM 2: R\$ 10.549,99	☐

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

LICITAÇÕES SEM CONTRATO - 2013**LICITAÇÃO**

Modalidade	Edital Nº	Abertura	Objeto	Motivo da não contratação
PREGÃO ELETRÔNICO	0022013	08/01/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL	Licitação anulada
PREGÃO ELETRÔNICO	0332013	06/04/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS NAS ÁREAS DE EDIFICAÇÕES E DE ELETROTÉCNICA	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0412013	00/05/2013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0452013	07/05/2013	AQUISIÇÃO DE FRAGMENTADORAS	Licitação revogada
PREGÃO ELETRÔNICO	0582013	07/06/2013	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS NAS ÁREAS DE EDIFICAÇÕES E DE ELETROTÉCNICA (repetição do Pregão n. 33/2013).	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0602013	04/06/2013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (repetição Pregão n. 041/2013)	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0612013	05/06/2013	SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS.	Licitação anulada
PREGÃO ELETRÔNICO	0672013	00/07/2013	AQUISIÇÃO DE ADAPTADORES DE REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0852013	08/08/2013	PERÍCIA TÉCNICA NA FACHADA NORTE DO EDIFÍCIO ANEXO DO TREC.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0902013	00/08/2013	ADAPTADORES DE REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS (repetição do Pregão n. 67/2013).	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	0992013	03/10/2013	CONTRATAÇÃO DE OPERADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1032013	07/09/2013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM SC.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1092013	07/10/2013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR, TIPO VRF, PARA O CPD DO TREC.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1162013	04/10/2013	MANUTENÇÃO: 1 (UM) ELEVADOR DA SEDE DO TREC.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1212013	07/10/2013	PAVES, PISOS TÁTEIS E DE ALERTA PARA A CALÇADA DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1262013	04/10/2013	AQUISIÇÃO DE 800 PALETES EM POLIETILENO.	Licitação revogada
PREGÃO ELETRÔNICO	1292013	00/10/2013	ESCADAS COM 12, 8 E 5 DEGRAUS.	Licitação anulada
PREGÃO ELETRÔNICO	1362013	08/11/2013	TV POR ASSINATURA.	Licitação frustrada

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

LICITAÇÕES SEM CONTRATO - 2013**LICITAÇÃO**

Modalidade	Edital Nº	Abertura	Objeto	Motivo da não contratação
PREGÃO ELETRÔNICO	1372013	08/11/2013	APOIO PARA PÉS.	Licitação revogada
PREGÃO ELETRÔNICO	1422013	3/11/2013	MANUTENÇÃO: 1 (UM) ELEVADOR DA SEDE DO TRESA.	Licitação deserta
PREGÃO ELETRÔNICO	1482013	9/11/2013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISOS E RODAPÉS CERÂMICOS NO ANEXO II DO TRESA.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1582013	06/11/2013	DISPOSITIVOS E PERIFÉRICOS DE ÁUDIO E VÍDEO.	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1632013	08/11/2013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT: LAGES E PALHOÇA (repetição dos grupos 1 e 2 do Pregão n. 115/2013).	Licitação frustrada
PREGÃO ELETRÔNICO	1752013	01/12/2013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM BALCÃO PARA O ALMOXARIFADO DO TRESA.	Licitação frustrada
PREGÃO PRESENCIAL	0912013	03/09/2013	AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE REDE.	Licitação frustrada
PREGÃO PRESENCIAL	1192013	6/10/2013	AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE REDE (repetição do Pregão 91/2013).	Licitação frustrada
TOMADA DE PREÇO	0012013	1/12/2013	REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ A SEDE DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE ITAJAÍ/SC.	Licitação frustrada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO VI

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0003/2013	SERVIÇOS DE COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS INFECTANTES, ESPECIAIS E PERFUCORITANTES	08/01/2013	2.538,00	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.	50.668.722/0019-16	1908812012	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0085/	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO PARA A FACHADA DO EDIFÍCIO ANEXO DO TER-SC.	16/01/2013	4.173,00	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	75.400.218/0001-32	1754722012	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	0089/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE PONTE SERRADA/SC.	16/01/2013	480,00	GASTROL GÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES ROSSI LTDA	78.842.085/0001-42	18222013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0004/2013	FORNECIMENTO DE CRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO	17/01/2013	1.520,00	LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	03.592.583/0001-85	2000862012	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	0194/2013	ATENDER DESPESA COM PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO ANUAL 2013 DE 5 VEÍCULOS DA FROTA DO TRES.	24/01/2013	285,30	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	44712013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0195/2013	ATENDER DESPESA COM O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT ANUAL 2013 DE 5 VEÍCULOS DA FROTA DO TRES.	24/01/2013	526,25	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT	09.248.608/0001-04	44712013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0299/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE 48 BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE COMPOS NOVOS/SC - 7ª ZE.	30/01/2013	384,00	TOIGO & FERRARI LTDA - ME	85.316.404/0001-41	18212013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0295/2013	ATENDER DESPESAS COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO", PELO PERÍODO DE UM ANO.	30/01/2013	883,50	S/A O ESTADO DE SÃO PAULO	61.533.949/0001-41	54772013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0315/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ZONA ELEITORAL DE SOMBRIÓ/SC.	31/01/2013	336,00	PABLO COLARES BORGES	17.195.008/0001-53	55382013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0317/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.	04/02/2013	3.116,00	SANTA RITA - COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	86.365.350/0001-77	61942013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0318/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.	04/02/2013	260,00	ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA	09.008.659/0001-69	61942013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0338/2013	ATENDER DESPESAS COM A RENOVACÃO DE DUAS ASSINATURAS DO JORNAL SANTA CATARINA.	05/02/2013	1.173,60	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0046-01	54792013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori CPF: 538.222.939-20								



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0337/2013	ATENDER A DESPESA COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL "A NOTÍCIA". CPF: 538.222.939-20	05/02/2013	567,60 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0046-01	54782013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori								
NE - NOTA DE EMPENHO	0370/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE SÃO DOMINGOS/SC. CPF: 017.461.409-84	07/02/2013	523,20 À vista	BORTOLINI SUPERMERCADO LTDA.	05.342.492/0001-17	100072013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0380/2013	ATENDER DESPESA COM O PRIMEIRO EMPLACAMENTO DE 5 (CINCO) VEÍCULOS NOVOS DA FROTA DESTA TRIBUNAL. CPF: 017.461.409-84	08/02/2013	491,70 À vista	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	82.951.351/0003-04	84802013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0381/2013	PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT ANUAL 2013 DE 5 (CINCO) VEÍCULOS DA FROTA DESTA TRIBUNAL CPF: 017.461.409-84	08/02/2013	526,25 À vista	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT	09.248.608/0001-04	84802013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0382/2013	AQUISIÇÃO DE 5 (CINCO) PARES DE PLACAS PARA 5 (CINCO) NOVOS VEÍCULOS ADQUIRIDOS POR ESTE TRIBUNAL. CPF: 017.461.409-84	08/02/2013	400,00 À vista	METALPLAKE FÁBRICA DE PLACAS LTDA. ME	76.816.362/0001-17	84802013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0385/2013	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE POLICLORETO DE VINIL-PVC NO IMÓVEL DO CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS/SC. CPF: 538.222.939-20	13/02/2013	2.808,00 À vista	MENJ MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. ME	12.899.955/0001-01	50752013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori								
NE - NOTA DE EMPENHO	0386/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL D CRICIÚMA/SC. CPF: 017.461.409-84	14/02/2013	792,00 À vista	DISTRIBUIDORA DE ÁGUA BEATRIZ LTDA	11.165.959/0001-01	97112013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0402/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR REPARO DIVISORIA NAVAIS DOS CARTÓRIOS ELEITORAL DE BLUMENAU/SC. CPF: 538.222.939-20	18/02/2013	261,80 À vista	SERMONTEC CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS DE MONTAGENS TECNICAS LDTA	81.373.854/0001-15	57132013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori								
NE - NOTA DE EMPENHO	0403/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR REPARO DIVISORIA NAVAIS DOS CARTÓRIOS ELEITORAL DE BLUMENAU/SC. CPF: 538.222.939-20	18/02/2013	980,00 À vista	SERMONTEC CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS DE MONTAGENS TECNICAS LDTA	81.373.854/0001-15	57132013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori								
NE - NOTA DE EMPENHO	0417/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA/SC. CPF: 017.461.409-84	20/02/2013	367,20 À vista	SUPERMERCADO PUEL LTDA	05.211.679/0001-81	89462013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0418/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM/SC. CPF: 017.461.409-84	20/02/2013	288,00 À vista	RUA NOVA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	10.157.034/0001-48	121412013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0427/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) COPOS DE CRISTAL PARA ÁGUA.	21/02/2013	2.250,00 À vista	AÇORES DISTRIBUIDORA LTDA	07.549.864/0001-06	89432013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0488/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE 5 (CINCO) TELEVISORES DE 42" E 5 (CINCO) SUPORTES DE PAREDE FIXO.	22/02/2013	7.975,00 À vista	EUGENIO RAULINO KOERICH AS COMERCIO E INDUSTRIA	861840740016027	93622013	24 - II
Responsável: Rafael Alexandre Machado		CPF: 001.244.909-13						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0009/2013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO TRANSFORMADOR WEG (SEDE DO TRES) E DO TRANSFORMADOR UNITRAFO (PREDIO ANEXO)	25/02/2013	3.800,00 À vista	BELMAN TRANSFORMADORES E EQUIPAMENTOS ELETRICOS	09.005.622/0001-87	57072013	24 - II
Responsável: Vilson Raimundo Rezzadori		CPF: 538.222.939-20						
NE - NOTA DE EMPENHO	0530/2013	ATENDER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DA CAFETEIRA ELÉTRICA SEMI-INDUSTRIAL DO TER-SC.	26/02/2013	1.895,30 À vista	KALTHAUS EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA	73.763.708/0001-78	133642013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0531/2013	ATENDER DESPESA COM CONCERTO DA CAFETEIRA ELÉTRICA SEMI-INDUSTRIAL DO TER-SC.	26/02/2013	660,00 À vista	KALTHAUS EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA	73.763.708/0001-78	133642013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0538/2013	ATENDER DESPESA COM A ENCADERNAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO REFERENTE AO ANO DE 2012.	27/02/2013	224,10 À vista	COPICENTER FOTOCOPIADORA LDTA - ME	82.890.328/0001-95	121072013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0537/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE CHAPECÓ/SC.	27/02/2013	624,00 À vista	CASTOR COMERCIO DE AGUA LTDA-ME	09.484.129/0001-97	149022013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0555/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DO "GUIA FARMACÊUTICO BRASINDICE", NO PERÍODO DE 1 (UM) ANO.	04/03/2013	990,00 À vista	ANDREI PUBLICAÇÕES MÉDICAS FARMACÊUTICAS E TÉCNICAS LTDA.	62.958.491/0001-35	163502013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0010/2013	LAVACÃO DAS TOALHAS DE MESA E DE ROSTO, COLETES, CAPAS PARA ENCOSTO DE CADEIRA, BEM COMO LAVACÃO A SECO DE TOGAS PERTENCENTES AO TRES	06/03/2013	306,00 Estimado men sual	LAVANDERIA JR LTDA. ME	14.663.271/0001-31	85442013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0586/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE ITUPORANGA/SC	08/03/2013	283,20 À vista	SUPERMERCADO HINGHAUS LTDA	07.116.633/0002-90	189422013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0639/2013	ATENDER DESPESA COM A LAVACÃO DE CARPETES, TAPETES, TABLADOS, DIVISÓRIAS, CADEIRAS, POLTRONAS E DOFÁS.	19/03/2013	5.042,56 À vista	ROBERTO SILVA DA PORCIUNCULA ME	11.548.909/0001-03	161492013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0679/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCAS ELÉTRICAS NO IMÓVEL DO CARTÓRIO ELEITORAL DE PALHOÇA/SC. CPF: 017.461.409-84	21/03/2013	2.330,00 À vista	DINÂMICA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA	02.656.108/0001-62	239632013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0737/2013	ATENDER A DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE CANOINHAS/SC. CPF: 017.461.409-84	25/03/2013	528,00 À vista	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GLOBO LTDA	83.626.473/0001-26	231102013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0798/2013	ATENDER DESPESA COM PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO ANUAL DE 2013 DE 7 (SETE) VEÍCULOS DA FROTA DO TRE/SC. CPF: 017.461.409-84	26/03/2013	399,42 À vista	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	229642013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0808/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE RIO DO SUL/SC. CPF: 017.461.409-84	03/04/2013	720,00 À vista	SUPERMERCADO SEZINHO LTDA	01.941.216/0001-14	243652013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0865/2013	ATENDER A DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ZONA ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC. CPF: 017.461.409-84	09/04/2013	408,00 À vista	JOSUÉ ALVES RODRIGUES - ME	01.375.230/0001-06	287912013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0866/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS SO ESTADO DE SANTA CATARINA E DO BRASIL. CPF: 017.461.409-84	09/04/2013	980,00 À vista	DORACI DE BARROS NUNES ME	02.586.702/0001-24	229652013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0870/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE RIO NEGRINHO/SC. CPF: 017.461.409-84	10/04/2013	340,80 À vista	A B GAS LTDA	04.205.215/0001-08	298002013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0889/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE/SC. CPF: 017.461.409-84	11/04/2013	288,00 À vista	RECH E SILVA SUPERMERCADOS LTDA EPP	03.500.070/0001-05	238712013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0900/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE TAPUMES DE PROTEÇÃO, EM RAZÃO DA TROCA DOS ELEVADORES DO EDIFÍCIO-SEDE. CPF: 017.461.409-84	12/04/2013	732,00 À vista	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	79.227.526/0001-69	174682013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0894/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEL EM ACRÍLICO PARA A SALA DE SESSÕES. CPF: 017.461.409-84	12/04/2013	1.350,00 À vista	ACRILCENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICO	04.103.873/0001-80	190942013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	0899/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE TAPUMES DE PROTEÇÃO, EM RAZÃO DA TROCA DOS ELEVADORES DO EDIFÍCIO-SEDE. CPF: 017.461.409-84	12/04/2013	2.310,00 À vista	ILHA SUL MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	73.354.359/0001-30	174682013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1066/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE TAPUMES DE PROTEÇÃO, EM RAZÃO DA TROCA DOS ELEVADORES DO EDIFÍCIO-SEDE.	19/04/2013	567,00 À vista	ILHA SUL MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	73.354.359/0001-30	174682013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1067/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE TAPUMES DE PROTEÇÃO, EM RAZÃO DA TROCA DOS ELEVADORES DO EDIFÍCIO-SEDE.	19/04/2013	183,00 À vista	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	79.227.526/0001-69	174682013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1080/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CARPETE PARA A SALA DO GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL.	22/04/2013	1.480,00 À vista	PRATIKO DECORAÇÕES E COMÉRCIO LTDA	01.765.480/0001-44	312072013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1167/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CRONOMETRO REGRESSIVO DIGITAL PROGRAMÁVEL.	03/05/2013	1.782,00 À vista	PRODIGITAL PROJETOS ELETRONICOS LTDA	82.042.094/0001-26	244522013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1168/2013	ATENDER DESPESAS COM A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORÇO DE ESTRUTURA DAS LAJES DE PISO E TETO DA CASA DE MÁQUINAS DA SEDE DO TREC.	03/05/2013	2.800,00 À vista	STABILE ASSES. CONSULTORIA E PROJETOS DE ESTRUTURA.	79.893.426/0001-71	340282013	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1200/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE ITAJÁ/SC.	07/05/2013	720,00 À vista	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS PAULISTA LTDA. ME	83.201.640/0001-97	390472013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1201/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE CAPINZAL/SC	07/05/2013	480,00 À vista	OURO GÁS LTDA ME	01.015.504/0001-48	397042013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1240/2013	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR PERFURAÇÃO DA LAJE DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE.	10/05/2013	4.866,00 À vista	EQUIPABEM LOCAÇÃO E VENDAS DE EQUIPAMENTOS LTDA	08.912.176/0001-21	366652013	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1265/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE PAPANDUVA/SC.	15/05/2013	379,20 À vista	MEG SUPERMERCADO LTDA.	82.172.537/0001-01	423802013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1505/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE GASPAR/SC.	15/05/2013	287,52 À vista	ZONI SUPERMERCADOS LTDA	03.332.531/0001-70	417052013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1264/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE TUBARÃO/SC.	15/05/2013	576,00 À vista	MARIO CESAR DA SILVA O DUCESA ME	95.776.076/0001-10	417572013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1272/2013	AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) SUPORTES PARA TELEVISORES.	16/05/2013	2.738,50 À vista	ILHA SUPORTES LTDA - ME	11.546.047/0001-71	93662013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0035/2013	LOCAÇÃO DE 1 (UMA) CORTADORA DE DISCO.	20/05/2013	7.537,14 Estimado total	CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS EIRELI EPP - CBES	03.314.516/0001-07	390482013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1295/2013	ATENDER DESPESAS COM ELABORAÇÃO DE COMPLEMENTO DO PROJETO DE REFORÇO DE ESTRUTURA DAS LAJES DE PISO E TETO DA CASA DE MÁQUINAS DA SEDE DO TREC.	23/05/2013	700,00 À vista	STABILE ASSES. CONSULTORIA E PROJETOS DE ESTRUTURA.	79.893.426/0001-71	340282013	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1321/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE LAGES/SC.	28/05/2013	920,16 À vista	ELBRU COMÉRCIO LTDA	01.542.282/0001-11	460632013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1346/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE BLUMENAU/SC.	04/06/2013	1.080,00 À vista	ALDACIR CLEBER SCHMITT - ME	11.820.999/0001-31	485702013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1358/2013	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS UTILIZADOS NAS ROTINAS DOS PROCEDIMENTOS DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DO TREC.	07/06/2013	547,20 À vista	PRAIANA IND. E COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	82.858.903/0001-72	315832013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1359/2013	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS UTILIZADOS NAS ROTINAS DOS PROCEDIMENTOS DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DO TREC.	07/06/2013	1.517,36 À vista	MASTER SBG PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	63.007.777/0001-06	315832013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1360/2013	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS UTILIZADOS NAS ROTINAS DOS PROCEDIMENTOS DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DO TREC.	07/06/2013	2.242,58 À vista	EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	71.505.564/0001-24	315832013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1357/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL DA ÁREA MÉDICA PARA INTEGRAR JUNTA OFICIAL DO TREC.	07/06/2013	950,00 À vista	ORTHOMED CLINICA, TRAUMATOLOGIA, VIDEOARTROS	07.248.157/0001-80	452112013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1367/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA 51ª ZE.	10/06/2013	278,40 À vista	SAULO COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA	07.412.393/0001-90	497182013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1449/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE VIDEIRA/SC.	27/06/2013	477,60 À vista	CENTRO CENTER ALIMENTOS LTDA.	02.947.955/0001-86	553322013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1451/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE TROMBUDO CENTRAL/SC - 57ª ZE.	27/06/2013	288,00 À vista	SUPERMERCADO PORTO LTDA	05.282.990/0001-11	548332013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0057/2013	AUTOMATIZAÇÃO DE 1 (UM) PORTÃO DA GARAGEM DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL E SUBSTITUIÇÃO DOS MOTORES DE 2 (DOIS) PORTÕES DAS GARAGENS DO EDIFÍCIO SEDE DO TRESC	28/06/2013	4.493,00 À vista	P A C SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME	07.281.301/0001-80	417562013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1469/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAR O RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO NO MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO/SC (53ª ZE).	01/07/2013	3.500,00 À vista	LUCAS DE QUADROS - ME	10.398.068/0001-24	517322013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1628/2013	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ/SC.	22/07/2013	384,00 À vista	COMÉRCIO DE BEBIDAS GIARETTON LTDA	04.194.626/0001-37	626572013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1677/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO PARA AS NOVAS CABINAS DE ELEVADORES DA SEDE DO TRESC.	02/08/2013	5.386,20 À vista	MARMORARIA FLORIANOPOLIS LTDA-ME	01.775.242/0001-10	451382013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1689/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE JOAÇABA/SC.	05/08/2013	864,00 À vista	PRANDO & CARON LTDA	02.135.865/0001-90	646332013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1757/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ZONA ELEITORAL DE SÃO CARLOS/SC.	08/08/2013	384,00 À vista	ARMARINHOS SÃO CARLOS LTDA	86.108.057/0001-24	614842013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1854/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR PERFURAÇÃO DA LAJE DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE. (ADITAMENTO AO EMPENHO 2013/NE001240).	16/08/2013	1.117,50 À vista	EQUIPABEM LOCAÇÃO E VENDAS DE EQUIPAMENTOS LTDA	08.912.176/0001-21	366652013	24 - I
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1886/2013	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO/SC.	26/08/2013	240,00 À vista	COMERCIAL TONETTO LTDA. - ME.	03.186.504/0001-36	703182013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1888/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESCADAS PARA OS POÇOS DOS ELEVADORES E PROTEÇÃO PARA A CASA DE MÁQUINAS E CAIXA DE ÁGUA DO PREDIO SEDE.	26/08/2013	8.000,00 À vista	METALURGICA GR LTDA	00.200.500/0001-77	645782013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	1887/2013	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE ITAPIRANGA/SC	26/08/2013	432,00 À vista	DALL'AGNOL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP	0764217/0001-12	716082013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0070/2013	LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO VAN FURGÃO, TIPO CAMIONETA	27/08/2013	6.900,00 À vista	KNANDO ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	78.872.462/0001-96	722842013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso CPF: 017.461.409-84								



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1927/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE UMA BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL.	02/09/2013	1.375,40 À vista	MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA	46.686.119/0001-60	641802013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1947/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE CADEIRA SUSPensa (BALANCINHO).	04/09/2013	3.299,00 À vista	ALUGUEQUIP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS	01.721.052/0001-10	626582013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1957/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAR A NECESSIDADE DE REVISÃO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC (53º ZE).	04/09/2013	4.500,00 À vista	LUCAS DE QUADROS - ME	10.398.068/0001-24	735082013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1963/2013	FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE TANGARÁ	05/09/2013	199,60 À vista	SUPERMERCADO MANICA LTDA EPP	04.142.721/0001-97	734292013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1972/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) NORMA ABNT NBR/ISSO/IEC 24711:2011.	09/09/2013	134,00 À vista	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT	33.402.892/0001-06	687952013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2124/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR E DE PRIVACIDADE PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS, TIJUCAS E SALA DA AIGSC.	02/10/2013	3.334,00 À vista	LUNAR FILM COMERCIO DE PELÍCULAS LTDA ME	10.361.377/0001-20	703532013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2156/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA A SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL.	04/10/2013	3.960,00 À vista	MADEIREIRA FLORIANÓPOLIS LTDA - EPP	85.259.455/0001-89	727372013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2170/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA A SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL.	04/10/2013	394,80 À vista	GUAREZI MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	79.227.526/0001-69	727372013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2161/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC.	04/10/2013	422,40 À vista	MARLI GIRARDI	13.871.300/0001-98	825622013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2189/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESPELHO.	08/10/2013	200,77 À vista	JANDIR BORTOLUZZI - EPP	97.374.441/0001-95	608122013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2190/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ESPELHOS.	08/10/2013	3.258,00 À vista	ADENIRCIRO CIRIACO PEREIRA - ME	11.244.824/0001-23	608122013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2205/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS.	10/10/2013	988,40 À vista	CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	04.647.090/0001-68	769652013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso		CPF: 017.461.409-84						



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	2272/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JARAGUÁ DO SUL/SC. CPF: 017.461.409-84	24/10/2013	614,40 À vista	GOTA D'ÁGUA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL LTDA.	73.781.361/0001-96	885442013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2273/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC. CPF: 017.461.409-84	24/10/2013	960,00 À vista	GILVANA MEYER & CIA LTDA - ME	12.450.183/0001-26	885592013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2288/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE CONES DE ESTACIONAMENTO. CPF: 017.461.409-84	29/10/2013	196,00 À vista	FLEX COMERCIAL LTDA.	81.583.791/0001-21	744952013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2292/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JOINVILLE/SC. CPF: 017.461.409-84	30/10/2013	250,00 À vista	AGUSTINI E ZAFALON LTDA	03.039.126/0001-68	880362013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2320/2013	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM ANGELINA E ANITÁPOLIS. CPF: 017.461.409-84	31/10/2013	2.000,00 À vista	EDUARDO SCHUTZ DE SOUZA	15.454.643/0001-82	898362013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2321/2013	SONORIZAÇÃO PARA RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. CPF: 017.461.409-84	31/10/2013	1.000,00 À vista	EDUARDO SCHUTZ DE SOUZA	15.454.643/0001-82	899412013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2319/2013	SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM ANTONIO CARLOS. CPF: 017.461.409-84	31/10/2013	600,00 À vista	EDUARDO SCHUTZ DE SOUZA	15.454.643/0001-82	893242013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2354/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A ZONA ELEITORAL DE CHAPECÓ/SC. CPF: 017.461.409-84	11/11/2013	720,00 À vista	DISK ÁGUA CHAPECÓ DE BEBIDAS LTDA	07.208.484/0001-08	902672013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2369/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA/SC. CPF: 017.461.409-84	12/11/2013	450,72 À vista	ALIMENTOS VITORIA LTDA	06.695.565/0001-17	994562013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2388/2013	PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO, NO DIA 17/11/2013, ALUSIVO À REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO TRECSC, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NACIONAL. CPF: 017.461.409-84	14/11/2013	1.722,35 À vista	ESTADÃO COMÉRCIO SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA.	08.628.500/0001-84	994612013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								
NE - NOTA DE EMPENHO	2414/2013	ATENDER DESPESA COM O SEFVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, PERTENCENTE À 29ª Z.E - SÃO JOSÉ. CPF: 017.461.409-84	19/11/2013	200,00 À vista	EDUARDO SCHUTZ DE SOUZA	15.454.643/0001-82	899412013	24 - II
Responsável: Eduardo Cardoso								



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013

----- ART. 24 - I e II -----

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Responsável	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2457/2013	CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM DOS AUTORES DOS TEXTOS ESCOLHIDOS COMO VENCEDORES DO II CONCURSO DE REDAÇÃO, AÇÃO PROMOVIDA PELA EJESC. CPF: 017.461.409-84	22/11/2013	2.156,25 À vista	CECOMTUR EXECUTIVE HOTEL LTDA.	07.133.059/0001-05	1043422013	24 - II
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2468/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, INTEGRANTE DA 2ª ZE - SÃO JOSÉ/SC. CPF: 017.461.409-84	25/11/2013	450,00 À vista	EDUARDO SCHUTZ DE SOUZA	15.454.643/0001-82	1040472013	24 - II
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2501/2013	CONTRATAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS AUTORES DOS TEXTOS ESCOLHIDOS COMO VENCEDORES DO II CONCURSO DE REDAÇÃO, AÇÃO PROMOVIDA PELA EJESC. CPF: 017.461.409-84	27/11/2013	361,60 À vista	ELEN REGINA RECH GIULIANI - ME.	14.726.299/0001-70	1043422013	24 - II
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2499/2013	AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) BOMBONAS VAZIAS DE 20 LITROS PARA ÁGUA MINERAL SEM GÁS CPF: 017.461.409-84	27/11/2013	187,50 À vista	ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA.	03.489.027/0001-88	875212013	24 - II
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	Eduardo Cardoso	0005/2014	MANUTENÇÃO CORRETIVA DA PORTA AUTOMÁTICA DE VIDRO DA ENTRADA DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ/SC. CPF: 017.461.409-84	05/12/2013	8.000,00 À vista	TECNOPORT TECNOLOGIA EM PORTAS E PORTÕES AUTOMÁTICOS LTDA.	00.942.450/0001-01	553402013	24 - II
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2013/2598	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS. CPF: 017.461.409-84	11/12/2013	165,60 À vista	CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	04.647.090/0001-68	769652013	24 - II
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2632/2013	ATENDER DESPESA COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR NO IMÓVEL DO CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC. CPF: 017.461.409-84	13/12/2013	1.090,10 À vista	JUBOT COMERCIO E APLICAÇÃO DE PELÍCULAS LTDA	11.320.180/0001-05	896142013	24 - II
NE - NOTA DE EMPENHO	Eduardo Cardoso	2633/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUSSANGA/SC. CPF: 017.461.409-84	13/12/2013	312,00 À vista	URUSSANGA COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.	09.480.895/0001-83	1099332013	24 - II



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013*

*exceto art. 24, I e II

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo	Art. 24 V
NE - NOTA DE EMPENHO	0400/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL	18/02/2013	3.914,80 À vista	ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA.	03.489.027/0001-88	104932013	24 - IV	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0008/2013	CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE DE URNAS E MATERIAIS ELEITORAIS PARA NOVAS ELEIÇÕES DE BALNEÁRIO RINCÃO, CAMPO ERE, CRICIÚMA E TANGARÁ.	21/02/2013	37.450,00 À vista	REUNIDAS TURISMO S/A	04.176.082/0001-80	10612013		☒
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0007/2013	CONTRATAÇÃO DE VIGILÂNCIA PRESENCIAL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALHOÇA (EMERGÊNCIA).	11/02/2013	4.883,39 À vista	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. ME	10.364.152/0001-27	127652013	24 - IV	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0014/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA	25/03/2013	1.675,00 Mensal	GERMANO DESSBESELL	093.819.459-34	125882013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0015/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AMARDO DA IMPERATRIZ	08/04/2013	2.000,00 Mensal	GENARO LUIS MULLER	417.393.379-72	136492013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0029/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DO CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA	03/05/2013	520,00 Mensal	ARY BOOZ	029.685.769-68	283552013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0030/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ORLEANS	08/05/2013	2.000,00 Mensal	IZOLETE BRATTI LOLI	733.243.109-20	311812013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0039/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMÍTOS	28/05/2013	1.400,00 Mensal	CHRISTIANE HOFER E GILBERTO HOFER	020.596.929-11 / 939.147.444.77	327352013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0058/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA CARTÓRIO ELEITORAL DE URUBICI.	02/07/2013	1.500,00 Mensal	ERIONEI MANOEL MATHIAS	499.103.109-53	355082013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0064/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.	12/08/2013	2.500,00 Mensal	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	614182013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0089/2013	CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRES.	29/10/2013	42.715,04 Estimado men	CLICK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA. EPP	09.526.473/0001-00	617692013		☒
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								



PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 2013*

**exceto art. 24, I e II*

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo	Art. 24 V
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0102/2013	LOCAÇÃO DE GALPÃO DE 2.850 M2, NA ÁREA INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ, PARA ARMAZENAMENTO E MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS.	22/11/2013	40.000,00 Mensal	MX5 GESTÃO E PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.	12.089.483/0001-21	820752013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0105/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE LAGUNA.	03/12/2013	3.000,00 Mensal	SÔNIA BERNADETE DE SOUZA AMANTE	257.476.499-49	928272013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0108/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ.	29/11/2013	1.750,00 Mensal	LEOCIR LUIZ LAMBERT	439.736.479-68	897472013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	2737/2013	AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA O ANEXO II DO TRES.	19/12/2013	1.362,90 À vista	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	75.362.160/0009-37	868122013		☒
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0115/2013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS 33ª E 99ª ZONAS ELEITORAIS - TUBARÃO	10/12/2013	3.960,00 Mensal	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	897522013	24 - X	☐
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	2777/2013	MATERIAL ELÉTRICO PARA O ANEXO II DO TRES.	20/12/2013	14.715,17 À vista	ZÉLIA SONOHARA EPP	18.034.698/0001-21	868132013		☒
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0121/2013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, PARA O ANEXO II DO TRES.	20/12/2013	46.856,00 À vista	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	829302013		☒
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0002/2014	REPARO DE ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO E VIDRO E DE ESQUADRIAS EM AÇO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO E DE PORTAS DE VIDRO TEMPERADO PARA O ANEXO II DO TRES.	20/12/2013	10.454,11 À vista	IDEAL MÓVEIS E ALUMÍNIO LTDA. ME	00.583.352/0001-17	833032013		☒
Resp.: Eduardo Cardoso	CPF: 017.461.409-84								



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0072/2013	DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO CURSO BÁSICO HYDROS.	15/01/2013	1.200,00 À vista	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA	03.984.954/0001-74	29482013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Vilson Raimundo Rezzadori CPF 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0071/2013	DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE DUAS SERVIDORAS NO CURSO BÁSICO DE EBERICK.	15/01/2013	1.400,00 À vista	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA	03.984.954/0001-74	29462013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Vilson Raimundo Rezzadori CPF 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0087/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO CURSO "CONCEPÇÃO E LANÇAMENTO DO PROJETO ESTRUTURAL".	16/01/2013	1.400,00 À vista	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA	03.984.954/0001-74	29492013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Vilson Raimundo Rezzadori CPF 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0088/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO "CURSO BÁSICO LUMINE".	16/01/2013	600,00 À vista	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA	03.984.954/0001-74	29472013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Vilson Raimundo Rezzadori CPF 538.222.939-20								
NE - NOTA DE EMPENHO	0539/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL "A NOTÍCIA" PELO PERÍODO DE UM ANO.	28/02/2013	567,60 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A	92.821.701/0046-01	117342013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso CPF 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	0540/2013	ATENDER A DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ASSINATURA DO JORNAL "DIÁRIO CATARINENSE", PELO PERÍODO DE UM ANO.	28/02/2013	722,00 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A	92.821.701/0046-01	117562013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso CPF 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	0598/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO "CURSO DE CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM OUVIDORIA".	12/03/2013	1.850,00 À vista	OMD CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL S/S LTDA	13.024.746/0001-87	204902013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso CPF 017.461.409-84								
NE - NOTA DE EMPENHO	0637/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO CURSO "SEMANA DO DITEITO DISCIPLINAR EM SÃO PAULO"	13/03/2013	3.402,00 À vista	DA SILVA ALVES CONSULTORIA EM GESTÃO GOVERNAMENTAL	10.370.580/0001-62	214052013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso CPF 017.461.409-84								



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0677/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 01 (UMA) SERVIDORA NO CURSO "AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO COM FOCO NO COCO REPORT"	21/03/2013	1.800,00 À vista	CENOFISCO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	07.799.454/0001-13	229922013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0676/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO CURSO "FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PREGOEIROS".	21/03/2013	1.740,00 À vista	AOF CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL LTDA.	05.412.947/0001-23	229932013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0013/2013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL TELEFÔNICA, MARCA DÍGITRO, MODELO NGC EVOLUTION E	22/03/2013	4.172,72 Mensal	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	207742013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0793/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO CURSO "GESTÃO DO CONHECIMENTO".	25/03/2013	880,00 À vista	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	33.641.663/0001-44	243872013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0811/2013	ATENDER DESPESAS COM A RENOVACÃO DE 2 (DUAS) ASSINATURAS DO JORNAL "A NOTÍCIA", PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO.	03/04/2013	1.135,20 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A	92.821.701/0046-01	241402013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0813/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE 1 (UMA) ASSINATURA DO JORNAL "DIÁRIO CATARINENSE" PELO PERÍODO DE UM ANO.	04/04/2013	722,00 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A	92.821.701/0046-01	241382013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0890/2013	CONTRATAÇÃO DO CURSO "LEGISLAÇÃO DE PESSOAL AVANÇADO E ASPECTOS POLÊMICOS".	11/04/2013	14.515,06 À vista	HEXAGON ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO	07.305.943/0001-71	304092013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1077/2013	ATENDER A DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DO CURSO "FUNPRESP: O NOVO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - LEI n. 12.618/2012".	12/04/2013	8.000,00 À vista	HEXAGON ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO	07.305.943/0001-71	308242013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	0898/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO".	12/04/2013	1.002,10 À vista	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A	60.579.703/0001-48	163492013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	0897/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE 01 (UMA) ASSINATURA DA "REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO" E 01 (UMA) ASSINATURA DA "REVISTA DIREITO PÚBLICO".	12/04/2013	2.520,00 À vista	IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	43.217.850/0001-59	241392013	25 - I
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1065/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	19/04/2013	408,10 À vista	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	14.284.430/0001-97	321372013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1079/2013	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DO CURSO "GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA".	22/04/2013	17.000,00 À vista	IDEHA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	09.178.206/0001-93	309282013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1076/2013	ATENDER DESPESAS COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL NOTÍCIAS DO DIA PELO PERÍODO DE UM ANO.	22/04/2013	400,00 À vista	EDITORIA NOTÍCIAS DO DIA	00.481.841/0001-68	321362013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1078/2013	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DO CURSO "CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS".	22/04/2013	28.900,00 À vista	IDEHA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	09.178.206/0001-93	309272013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1120/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE DUAS ASSINATURAS DO JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO".	25/04/2013	1.939,60 À vista	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A	60.579.703/0001-48	321352013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1165/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO CURSO "GESTÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS".	03/05/2013	2.490,00 À vista	CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.	36.003.671/0001-53	385232013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0031/2013	CURSO ONLINE DE LIBRAS BÁSICO E INTERMEDIÁRIO - LICENCIAMENTO ANUAL.	09/05/2013	20.700,00 À vista	PORTAL EDUCAÇÃO LTDA.	04.670.765/0001-90	385242013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1258/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO "VII CONGEP - CONGRESSO NACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ESFERA PÚBLICA".	13/05/2013	775,00 À vista	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO ESFERA PÚBLICA	04.471.222/0001-43	406392013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1266/2013	ATENDER DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DO CURSO "ARQUITETURA E DESIGN EM JAVA".	15/05/2013	19.000,00 À vista	AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA	05.555.382/0001-33	397692013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1266/2013	Contratação do Curso "Arquitetura e Design de Projetos em Java".	15/05/2013	19.000,00 À vista	AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA	05.555.382/0001-33	397692013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0033/2013	CURSO "PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - MÓDULO VI - SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO E A RELAÇÃO COM O ESTRESSE NO TRESCE".	15/05/2013	84.000,00 À vista	FLARC SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA.	04.178.858/0001-00	402612013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1296/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE UM SERVIDOR NA "X SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS".	24/05/2013	300,00 À vista	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	02.317.176/0001-05	455642013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1337/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 3 (TRES) SERVIDORES NO CURSO: "WINDOWS 7 DESKTOP DEPLOYMENTS AND ENVIROMENTS".	29/05/2013	4.050,00 À vista	KEEP IT INFORMATICA LTDA	04.147.576/0001-37	450292013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1351/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO CURSO "RETENÇÕES DE TRIBUTOS E DECLARAÇÕES NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS"	05/06/2013	1.282,50 À vista	META CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME	11.517.150/0001-93	484122013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1350/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO CURSO "AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO COM ENFASE: COSO".	05/06/2013	2.800,00 À vista	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA	26.997.528/0001-70	483532013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1355/2013	ATENDER AS DESPESAS COM A INSCRIÇÃO DE 7 (SETE) SERVIDORES NO CURSO "TREINAMENTO DE WINDOWS SERVER 2012".	06/06/2013	6.000,00 À vista	KEEP IT INFORMÁTICA LTDA	04.147.576/0001-37	461672013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Rafael Alexandre Machado		CPF 001.244.909-13						
NE - NOTA DE EMPENHO	1361/2013	ATENDER DESPESAS COM A RENOVACÃO DE 2 (DUAS) ASSINATURAS DO JORNAL "NOTÍCIAS DO DIA", PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO.	10/06/2013	800,00 À vista	EDITORIA NOTÍCIAS DO DIA	00.481.841/0001-68	487032013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1368/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DO CURSO "FUNDAMENTOS EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS".	12/06/2013	7.500,00 À vista	INNOVIT EDUCAÇÃO LTDA	10.949.772/0001-28	494872013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1369/2013	ATENDER DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) ASSINATURAS DO JORNAL "DIÁRIO CATARINENSE", PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO.	12/06/2013	1.444,00 À vista	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A	92.821.701/0046-01	487042013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1520/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO GUIA IOB DE CONTABILIDADE E AQUISIÇÃO DE UMA ASSINATURA DO JURIS SÍNTESE IOB.	08/07/2013	3.350,00 À vista	IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	43.217.850/0001-59	556392013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1673/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO CURSO ON LINE "REDAÇÃO JORNALÍSTICA".	01/08/2013	300,00 À vista	RAQUEL DE ANDRADE DATAS FIGUEIROA - ME	07.906.885/0001-31	673382013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1674/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR O CURSO "PROTEÇÃO À AUTORIDADES VIP".	02/08/2013	5.200,00 À vista	DANIELLY LANZIOTTI DE SOUZA	09.011.287/0001-20	647282013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1772/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NO CURSO PREOFISSIONALIZAÇÃO JUDICIÁRIA.	09/08/2013	1.350,00 À vista	CONTRESEG TREINAMENTO EM SEGURANÇA LTDA	14.455.986/0001-07	647962013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1774/2013	INSCRIÇÃO DO PRESIDENTE DESTA TRIBUNAL NO 9º FÓRUM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	09/08/2013	1.980,00 À vista	FÓRUM CULTURAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA	13.317.281/0001-52	679052013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1867/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO "ASSESSORIA JURÍDICA".	19/08/2013	640,00 À vista	CETEM CENTRO DE ESTUDOS TEMÁTICOS DE AD. PÚBLICA	00.956.691/0001-00	698002013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1871/2013	INSCRIÇÃO DE SERVIDORA NO CURSO "CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".	20/08/2013	3.150,00 À vista	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	86.781.069/0001-15	692052013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1894/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO "MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM".	26/08/2013	360,00 À vista	CENTRO CATARINENSE DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	02.383.117/0001-27	638472013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1899/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE UMA SERVIDORA NO "CURSO DE GESTÃO DE RISCOS".	26/08/2013	1.749,20 À vista	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA	26.997.528/0001-70	715282013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	1891/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DO EVENTO: PALESTRA SOBRE AUDITORIA.	26/08/2013	1.500,00 À vista	OMD CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL S/S LTDA	13.024.746/0001-87	686872013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1896/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE UMA ASSINATURA DO JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO".	26/08/2013	1.271,80 À vista	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A	60.579.703/0001-48	636652013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1906/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE DOIS SERVIDORES NO CURSO "ASSESSORIA JURÍDICA".	27/08/2013	1.280,00 À vista	CETEM CENTRO DE ESTUDOS TEMÁTICOS DE AD. PÚBLICA	00.956.691/0001-00	715372013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	1976/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE DUAS SERVIDORAS NO CURSO "IV SIMPÓSIO NACIONAL ONE CURSOS: REVISADO E AUALIZADO.	10/09/2013	5.960,00 À vista	IOC CAPACITAÇÃO LTDA	10.825.457/0001-99	735932013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2019/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO EVENTO "CURSO NACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA: O NOVO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO" (curso cancelado).	19/09/2013	2.590,00 À vista	ERX CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO - EIRELI	15.169.965/0001-80	774252013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2020/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO EVENTO "ORACLE DBA11 R2 ADMINISTRAÇÃO 2".	19/09/2013	3.890,00 À vista	EDUCATION TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	04.025.095/0001-59	752702013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2021/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO EVENTO "7º FORUM BRASILEIRO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA". (CURSO CANCELADO)	19/09/2013	1.980,00 À vista	FORUM CULTURAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA	13.317.281/0001-52	769432013	
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	2152/2013	ATENDER DESPESA COM A ASSINATURA DO PERIODICO "BANCO DE PREÇOS", PELO PERIODO DE 1 (UM) ANO.	03/10/2013	7.990,00 À vista	N.P EVENTOS E SERVIÇOS LTDA	077979667000195	816272013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2153/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES DO TRESC NO EVENTO "TREINAMENTO PRIMAVERA P6V7 AVANÇADO".	03/10/2013	1.800,00 À vista	VERANO ENGENHARIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	52.136.249/0001-22	805792013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2151/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES NO EVENTO "7º FORUM BRASILEIRO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".	03/10/2013	3.960,00 À vista	FORUM CULTURAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA	13.317.281/0001-52	820352013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2199/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO EVENTO "II CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE SANTA CATARINA".	09/10/2013	350,00 À vista	PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE COMITE JOINVILLE	05.836.607/0001-20	829552013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2214/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO EVENTO "PASSO A PASSO T&D - COMO ANALISAR POTENCIAL E COMPETÊNCIAS".	11/10/2013	1.199,00 À vista	IBEC INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO EM CURSOS EMPRESARIAIS	13.991.762/0001-49	867882013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2215/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DAS ASSINATURAS DO BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DO BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.	11/10/2013	16.900,00 À vista	EDITORIA N. D. J. LTDA	54.102.785/0001-32	776152013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2243/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DA ASSINATURA DA FISCOSOFT ON LINE.	18/10/2013	1.152,00 À vista	FISCO SOFT EDITORA LTDA	02.927.636/0001-09	776362013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

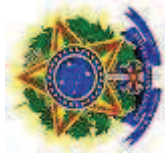
Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	2266/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE UMA SERVIDORA NO EVENTO "PRÁTICO DA LEGISLAÇÃO DE PESSOAS LEI N. 8.112 DE 1990".	23/10/2013	2.290,00 À vista	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA	06.012.731/0001-33	885942013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2263/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO EVENTO "SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR".	23/10/2013	752,00 À vista	LEX EDITORA S/A	61.160.768/0001-17	885902013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2264/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 5 (CINCO) SERVIDORES DO TREC NO EVENTO: "COBIT 5.1 FOUNDATION".	23/10/2013	3.087,50 À vista	EUAX CONSULTORIA EM PROJETOS E PROCESSOS LTDA	05.936.724/0001-65	876242013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2286/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO EVENTO "II CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE SANTA CATARINA".	29/10/2013	350,00 À vista	PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE COMITE JOINVILLE	05.836.607/0001-20	885382013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2299/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE SERVIDORA NO "CURSO PRÁTICO DA LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - LEI 8.112/1990".	30/10/2013	2.290,00 À vista	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA	06.012.731/0001-33	890332013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2300/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE SERVIDORA NO EVENTO "NOVO SIAFI - CPR VIA WEB".	30/10/2013	2.290,00 À vista	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA	06.012.731/0001-33	893792013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2335/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE UMA SERVIDORA NO EVENTO "IX EIC - ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES E II ENACAT - ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES".	06/11/2013	420,00 À vista	FUNDAÇÃO MIGUEL DE CERVANTES DE APOIO A PESQUISA	05.214.413/0001-92	896432013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	2334/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE SERVIDORAS NO EVENTO "TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL".	06/11/2013	4.200,00 À vista	CAPACITY TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA	18.133.018/0001-27	896912013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2366/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO GUIA IOB DE CONTABILIDADE.	12/11/2013	1.278,00 À vista	IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	43.217.850/0001-59	879212013	25 - I
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2413/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE UMA SERVIDORA NO "CURSO DE GESTÃO DOCUMENTAL APLICADA AO SISTEMA DE JUSTIÇA".	18/11/2013	1.100,00 À vista	INNOVAGESTÃO CONSULTORIA EM INFORMAÇÃO LTDA	13.792.190/0001-79	998162013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2442/2013	ATENDER DESPESA COM A INSCRIÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES NO CURSO "AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO COM FOCO NO COSO REPORT 3832".	21/11/2013	3.600,00 À vista	LEX EDITORA S/A	61.160.768/0001-17	1010052013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2563/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DO EVENTO "SUA APOSENTADORIA VAI CHEGAR. VOCÊ ESTÁ PREPARADO PARA ENFRENTAR?".	06/12/2013	5.500,00 À vista	NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS ERASMO VIEIRA	04.090.757/0001-74	1057322013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2562/2013	ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DO EVENTO "GESTÃO POR COMPETÊNCIAS".	06/12/2013	12.600,00 À vista	VERBO EDUCACIONAL LTDA - ME	05.461.103/0001-72	1061922013	25 - II, c/c art. 13, V
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						
NE - NOTA DE EMPENHO	2719/2013	ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA DIGITAL FORUM DE PERÍODICOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.	19/12/2013	44.640,00 À vista	EDITORA FORUM LTDA	41.769.803/0001-92	1053882013	25 - I
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2013

quarta-feira, 12 de março de 2014

Tipo	Número	Objeto	Data	Valor	Empresa	CNPJ	Protocolo	Dispositivo
NE - NOTA DE EMPENHO	2873/2013	ATENDER DESPESA COM A RENOVACÃO DE UMA ASSINATURA DO MANUAL SINTESE GESTÃO PÚBLICA E DO MANUAL SINTESE AUDITORIA E CONTROLADORIA PÚBLICA - IOB.	26/12/2013	6.660,00 À vista	IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	43.217.850/0001-59	1051812013	25 - caput
Resp: Eduardo Cardoso		CPF 017.461.409-84						



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO VII

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS CONTRATOS EM VIGÊNCIA
DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação		
					Início	Término		Valor	A partir de	
0128/2007	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 11,71	26/10/2008
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 21,29	26/10/2008
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 12,20	26/10/2009
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 22,18	26/10/2009
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 23,08	26/10/2010
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 12,70	26/10/2010
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 24,72	26/10/2011
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 13,60	26/10/2011
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 14,34	26/10/2012
	112162007	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL: UNIMED	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	26/10/2007	31/03/2013	1.200.000,00	Estimado anual	R\$ 26,06	26/10/2012
0005/2008	291772007	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	26.461.699/0270-38	21/01/2008	20/01/2014	21.797,00	Mensal	R\$ 23.074,78	21/01/2009
	291772007	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	26.461.699/0270-38	21/01/2008	20/01/2014	21.797,00	Mensal	R\$ 24.111,70	21/01/2010
	291772007	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	26.461.699/0270-38	21/01/2008	20/01/2014	21.797,00	Mensal	R\$ 25.517,12	21/01/2011
	291772007	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	26.461.699/0270-38	21/01/2008	20/01/2014	21.797,00	Mensal	R\$ 27.129,86	21/01/2012
0049/2008	291772007	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	26.461.699/0270-38	21/01/2008	20/01/2014	21.797,00	Mensal	R\$ 28.769,44	21/01/2013
	043222008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: ARARANGUÁ (1º ZE)	PRISMA IMÓVEIS LTDA.	02.083.733/0001-62	18/03/2008	18/03/2013	1.300,00	Mensal	R\$ 1.389,82	18/03/2009
	043222008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: ARARANGUÁ (1º ZE)	PRISMA IMÓVEIS LTDA.	02.083.733/0001-62	18/03/2008	18/03/2013	1.300,00	Mensal	R\$ 1.459,53	18/03/2010
	043222008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: ARARANGUÁ (1º ZE)	PRISMA IMÓVEIS LTDA.	02.083.733/0001-62	18/03/2008	18/03/2013	1.300,00	Mensal	R\$ 1.800,00	18/03/2011
0050/2008	043222008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: ARARANGUÁ (1º ZE)	PRISMA IMÓVEIS LTDA.	02.083.733/0001-62	18/03/2008	18/03/2013	1.300,00	Mensal	R\$ 1.901,78	18/03/2012
	047172008	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CENTRAL TELEFÔNICA DA SEDE DO TRESP	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	22/03/2008	22/03/2013	3.142,71	Mensal	R\$ 3.330,66	22/03/2009
	047172008	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CENTRAL TELEFÔNICA DA SEDE DO TRESP	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	22/03/2008	22/03/2013	3.142,71	Mensal	R\$ 3.499,14	22/03/2010
	047172008	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CENTRAL TELEFÔNICA DA SEDE DO TRESP	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	22/03/2008	22/03/2013	3.142,71	Mensal	R\$ 3.716,62	22/03/2011
047172008	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CENTRAL TELEFÔNICA DA SEDE DO TRESP	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	22/03/2008	22/03/2013	3.142,71	Mensal	R\$ 3.925,05	22/03/2012	



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação			
					Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor	A partir de	
0053/2008	118132008	LOCAÇÃO IMÓVEL: 58º ZE - MARAVILHA	GERMANO DESSBESELL	093.819.459-34	08/04/2008	08/04/2013	830,00	Mensal	R\$ 881,88	08/04/2009
	118132008	LOCAÇÃO IMÓVEL: 58º ZE - MARAVILHA	GERMANO DESSBESELL	093.819.459-34	08/04/2008	08/04/2013	830,00	Mensal	R\$ 927,64	08/04/2010
	118132008	LOCAÇÃO IMÓVEL: 58º ZE - MARAVILHA	GERMANO DESSBESELL	093.819.459-34	08/04/2008	08/04/2013	830,00	Mensal	R\$ 986,54	08/04/2011
	118132008	LOCAÇÃO IMÓVEL: 58º ZE - MARAVILHA	GERMANO DESSBESELL	093.819.459-34	08/04/2008	08/04/2013	830,00	Mensal	R\$ 1.036,89	08/04/2012
0068/2008	098822008	SEGURO: URNAS ELETRÔNICAS, MÓDULOS DE IMPRESSÃO EXTERNOS E FLASH CARDS	LIBERTY SEGUROS S/A	61.550.141/0001-72	25/04/2008	25/04/2013	43.943,18	Anual		
0198/2008	1391892008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71º ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT	439.736.479-68	09/12/2008	09/12/2013	1.200,00	Mensal	R\$ 1.253,90	09/12/2009
	1391892008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71º ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT	439.736.479-68	09/12/2008	09/12/2013	1.200,00	Mensal	R\$ 1.326,64	09/12/2010
	1391892008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71º ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT	439.736.479-68	09/12/2008	09/12/2013	1.200,00	Mensal	R\$ 1.414,28	09/12/2011
	1391892008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71º ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT	439.736.479-68	09/12/2008	09/12/2013	1.200,00	Mensal	R\$ 1.493,67	09/12/2012
0202/2008	1438082008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS 33ª E 99ª ZONAS ELEITORAIS - TUBARÃO	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	15/12/2008	15/12/2013	3.000,00	Mensal	R\$ 3.136,10	15/12/2009
	1438082008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS 33ª E 99ª ZONAS ELEITORAIS - TUBARÃO	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	15/12/2008	15/12/2013	3.000,00	Mensal	R\$ 3.316,73	15/12/2010
	1438082008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS 33ª E 99ª ZONAS ELEITORAIS - TUBARÃO	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	15/12/2008	15/12/2013	3.000,00	Mensal	R\$ 3.534,95	15/12/2011
	1438082008	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS 33ª E 99ª ZONAS ELEITORAIS - TUBARÃO	PHL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.	00.832.602/0001-05	15/12/2008	15/12/2013	3.000,00	Mensal	R\$ 3.735,48	15/12/2012
0203/2008	1023582008	OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO PARA PERMITIR QUE EMPRESAS CREDENCIADAS FORNEÇAM COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E PRESTEM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO TRESC	EMBRATEC-EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS HOM LTDA	03.506.307/0001-57	18/12/2008	18/12/2013	76.237,35	Estimado anual		
0033/2009	73952009	LAVAÇÃO DE TOALHAS DE MESA E DE ROSTO	PENSE LIMPO LAVANDERIA E CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA	07.950.080/0001-95	06/03/2009	06/03/2013	165,00	Estimado mensal	R\$ 173,60	06/03/2010
	73952009	LAVAÇÃO DE TOALHAS DE MESA E DE ROSTO	PENSE LIMPO LAVANDERIA E CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA	07.950.080/0001-95	06/03/2009	06/03/2013	165,00	Estimado mensal	R\$ 184,12	06/03/2011
	73952009	LAVAÇÃO DE TOALHAS DE MESA E DE ROSTO	PENSE LIMPO LAVANDERIA E CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA	07.950.080/0001-95	06/03/2009	06/03/2013	165,00	Estimado mensal	R\$ 195,00	06/03/2012
	77192009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 66º ZE (PINHALZINHO)	CELSO FERREIRA DA SILVA	401.219.509-30	17/03/2009	17/03/2014	1.000,00	Mensal	R\$ 1.056,29	17/03/2010
0035/2009	77192009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 66º ZE (PINHALZINHO)	CELSO FERREIRA DA SILVA	401.219.509-30	17/03/2009	17/03/2014	1.000,00	Mensal	R\$ 1.121,44	17/03/2011
	77192009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 66º ZE (PINHALZINHO)	CELSO FERREIRA DA SILVA	401.219.509-30	17/03/2009	17/03/2014	1.000,00	Mensal	R\$ 1.184,98	17/03/2012
	77192009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 66º ZE (PINHALZINHO)	CELSO FERREIRA DA SILVA	401.219.509-30	17/03/2009	17/03/2014	1.000,00	Mensal	R\$ 1.261,47	17/03/2013
	111952009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 22º ZE - MAFRA	SANDRA ROGÉLIA MOREIRA RIBAS	513.941.709-04	08/04/2009	08/04/2014	1.000,00	Mensal	R\$ 1.057,24	08/04/2010
111952009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 22º ZE - MAFRA	SANDRA ROGÉLIA MOREIRA RIBAS	513.941.709-04	08/04/2009	08/04/2014	1.000,00	Mensal	R\$ 1.124,42	08/04/2011	



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0040/2009	111952009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 22º ZE - MAFRA	SANDRA ROGÉLIA MOREIRA RIBAS	513.941.709-04	08/04/2009	08/04/2014	1.000,00	Mensal
	111952009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 22º ZE - MAFRA	SANDRA ROGÉLIA MOREIRA RIBAS	513.941.709-04	08/04/2009	08/04/2014	1.000,00	Mensal
0057/2009	285792006	SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE SANTA CATARINA - CIEE	04.310.564/0001-81	29/05/2009	29/05/2014	122.443,20	Estimado mensal
0052/2009	52012009	CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL	92.702.067/0001-96	05/06/2009	05/06/2014	4.000,00	Mensal
0089/2009	404742009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE AR CONDICIONADO, DA MARCA TOSHIBA, INSTALADA NO PRÉDIO SEDE DO TRES	A. S. MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. EPP	02.290.779/0001-52	14/08/2009	14/08/2014	299,00	Estimado mensal
	404742009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE AR CONDICIONADO, DA MARCA TOSHIBA, INSTALADA NO PRÉDIO SEDE DO TRES	A. S. MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. EPP	02.290.779/0001-52	14/08/2009	14/08/2014	299,00	Estimado mensal
404742009	404742009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE AR CONDICIONADO, DA MARCA TOSHIBA, INSTALADA NO PRÉDIO SEDE DO TRES	A. S. MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. EPP	02.290.779/0001-52	14/08/2009	14/08/2014	299,00	Estimado mensal
404742009	404742009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE AR CONDICIONADO, DA MARCA TOSHIBA, INSTALADA NO PRÉDIO SEDE DO TRES	A. S. MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. EPP	02.290.779/0001-52	14/08/2009	14/08/2014	299,00	Estimado mensal
404742009	404742009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE AR CONDICIONADO, DA MARCA TOSHIBA, INSTALADA NO PRÉDIO SEDE DO TRES	A. S. MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. EPP	02.290.779/0001-52	14/08/2009	14/08/2014	299,00	Estimado mensal
0108/2009	462512009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: ALMOXARIFADO DO TRES, RIO DO SUL (28º E 102º ZEs), BOM RETIRO (04º ZE) E TUBARÃO (33º E 99º ZEs)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	09/10/2009	31/01/2013	3.161,94	Mensal
462512009	462512009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: ALMOXARIFADO DO TRES, RIO DO SUL (28º E 102º ZEs), BOM RETIRO (04º ZE) E TUBARÃO (33º E 99º ZEs)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	09/10/2009	31/01/2013	3.161,94	Mensal
462512009	462512009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: ALMOXARIFADO DO TRES, RIO DO SUL (28º E 102º ZEs), BOM RETIRO (04º ZE) E TUBARÃO (33º E 99º ZEs)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	09/10/2009	31/01/2013	3.161,94	Mensal
0105/2009	462512009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGUNA, CAMPOS NOVOS, S. LOURENÇO D'OSTE, GUARAMIRIM, GASPARG, S. JOÃO BATISTA, BALN. PIÇARRAS, INDAIAL, CANOINHAS, CONCÓRDIA E CRICIÚMA	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	22/10/2009	31/01/2013	8.132,98	Mensal
0125/2009	500782009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIO ELEITORAL DE IÇARA (79º ZE)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	05/11/2009	31/01/2013	736,94	Mensal
500782009	500782009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIO ELEITORAL DE IÇARA (79º ZE)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	05/11/2009	31/01/2013	736,94	Mensal
500782009	500782009	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIO ELEITORAL DE IÇARA (79º ZE)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	05/11/2009	31/01/2013	736,94	Mensal
0150/2009	655942009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 44ª ZE - BRAÇO DO NORTE	ALICE NACK MAY	417.138.349-87	10/11/2009	09/03/2013	1.500,00	Mensal
655942009	655942009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 44ª ZE - BRAÇO DO NORTE	ALICE NACK MAY	417.138.349-87	10/11/2009	09/03/2013	1.500,00	Mensal
655942009	655942009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 44ª ZE - BRAÇO DO NORTE	ALICE NACK MAY	417.138.349-87	10/11/2009	09/03/2013	1.500,00	Mensal
0156/2009	675932009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 79ª ZE - IÇARA	SILVIA CASAGRANDE VIANA	736.108.609-87	11/11/2009	11/11/2014	1.800,00	Mensal
675932009	675932009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 79ª ZE - IÇARA	SILVIA CASAGRANDE VIANA	736.108.609-87	11/11/2009	11/11/2014	1.800,00	Mensal
675932009	675932009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 79ª ZE - IÇARA	SILVIA CASAGRANDE VIANA	736.108.609-87	11/11/2009	11/11/2014	1.800,00	Mensal
675932009	675932009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 79ª ZE - IÇARA	SILVIA CASAGRANDE VIANA	736.108.609-87	11/11/2009	11/11/2014	1.800,00	Mensal
0179/2009	690582009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 17ª E 8ª ZONAS ELEITORAIS - JARAGUÁ DO SUL	IMOVEIS PLANETA LTDA.	06.889.807/0001-03	07/12/2009	07/12/2014	3.574,76	Mensal



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
					Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0179/2009	690582009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 17ª E 87ª ZONAS ELEITORAIS - JARAGUÁ DO SUL	IMOVEIS PLANETA LTDA.	06.889.807/0001-03	07/12/2009	07/12/2014	3.574,76	Mensal
	690582009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 17ª E 87ª ZONAS ELEITORAIS - JARAGUÁ DO SUL	IMOVEIS PLANETA LTDA.	06.889.807/0001-03	07/12/2009	07/12/2014	3.574,76	Mensal
	690582009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 17ª E 87ª ZONAS ELEITORAIS - JARAGUÁ DO SUL	IMOVEIS PLANETA LTDA.	06.889.807/0001-03	07/12/2009	07/12/2014	3.574,76	Mensal
	667282009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL - CAMPO ERÊ	JOELCIO LUIZ VIEGA	961.279.109-00	11/12/2009	11/12/2014	900,00	Mensal
0180/2009	667282009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL - CAMPO ERÊ	JOELCIO LUIZ VIEGA	961.279.109-00	11/12/2009	11/12/2014	900,00	Mensal
	667282009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL - CAMPO ERÊ	JOELCIO LUIZ VIEGA	961.279.109-00	11/12/2009	11/12/2014	900,00	Mensal
	667282009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL - CAMPO ERÊ	JOELCIO LUIZ VIEGA	961.279.109-00	11/12/2009	11/12/2014	900,00	Mensal
	667282009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL - CAMPO ERÊ	JOELCIO LUIZ VIEGA	961.279.109-00	11/12/2009	11/12/2014	900,00	Mensal
0200/2009	700062009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE IMAGENS DO TREC	DINÂMICA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA. EPP.	02.656.108/0001-62	21/12/2009	30/09/2014	307,00	Mensal
	700062009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE IMAGENS DO TREC	DINÂMICA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA. EPP.	02.656.108/0001-62	21/12/2009	30/09/2014	307,00	Mensal
	700062009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE IMAGENS DO TREC	DINÂMICA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA. EPP.	02.656.108/0001-62	21/12/2009	30/09/2014	307,00	Mensal
	700062009	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE IMAGENS DO TREC	DINÂMICA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA. EPP.	02.656.108/0001-62	21/12/2009	30/09/2014	307,00	Mensal
0014/2010	598922009	SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.968.874/0001-27	15/01/2010	15/01/2015	27.800,00	Estimado mensal
	598922009	SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.968.874/0001-27	15/01/2010	15/01/2015	27.800,00	Estimado mensal
	598922009	SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.968.874/0001-27	15/01/2010	15/01/2015	27.800,00	Estimado mensal
	598922009	SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.968.874/0001-27	15/01/2010	15/01/2015	27.800,00	Estimado mensal
0009/2010	762602009	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA PROVER COMUNICAÇÃO DE DADOS (BACKBONE SECUNDÁRIO) ENTRE O TREC E OS CARTÓRIOS ELEITORAIS	OI S/A	76.535.764/0001-43	27/01/2010	27/10/2014	3.020.980,00	Anual
	0003/2010	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL) LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL	OI S/A	76.535.764/0001-43	29/01/2010	29/01/2015	42.000,00	Estimado mensal
	9291/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A 73ª ZE - IMBITUBA	REGINA ESTÁCIO GONÇALVES	004.111.719-09	08/03/2010	08/03/2015	2.800,00	Mensal
	9291/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A 73ª ZE - IMBITUBA	REGINA ESTÁCIO GONÇALVES	004.111.719-09	08/03/2010	08/03/2015	2.800,00	Mensal
0042/2010	3954/2010	VEICULAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS DO TREC	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	92.821.701/0057-64	29/03/2010	31/10/2014	2.500,00	Estimado mensal
	3954/2010	VEICULAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS DO TREC	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	92.821.701/0057-64	29/03/2010	31/10/2014	2.500,00	Estimado mensal



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor A partir de
0042/2010	3954/2010	VEICULAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS DO TREC	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A	92.821.701/0057-64	29/03/2010	31/10/2014	2.500,00	Estimado mensal R\$ 29,37
0046/2010	7103/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 57º ZE - TROMBUDO CENTRAL	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE TROMBUDO CENTRAL	01.580.374/0001-96	22/04/2010	22/04/2015	1.150,00	Mensal R\$ 1.241,61
	7103/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 57º ZE - TROMBUDO CENTRAL	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE TROMBUDO CENTRAL	01.580.374/0001-96	22/04/2010	22/04/2015	1.150,00	Mensal R\$ 1.301,59
	7103/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 57º ZE - TROMBUDO CENTRAL	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE TROMBUDO CENTRAL	01.580.374/0001-96	22/04/2010	22/04/2015	1.150,00	Mensal R\$ 1.386,49
0049/2010	9546/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 31º ZE - TIJUCAS	PAULO ROBERTO TERNES	501.368.529-04	27/04/2010	27/04/2015	1.650,00	Mensal R\$ 1.788,17
	9546/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 31º ZE - TIJUCAS	PAULO ROBERTO TERNES	501.368.529-04	27/04/2010	27/04/2015	1.650,00	Mensal R\$ 1.872,06
	9546/2010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 31º ZE - TIJUCAS	PAULO ROBERTO TERNES	501.368.529-04	27/04/2010	27/04/2015	1.650,00	Mensal R\$ 1.993,86
0048/2010	768602009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIÓ (54º ZE)	PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA	471.907.959-87	30/04/2010	30/04/2015	1.200,00	Mensal R\$ 1.316,14
	768602009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIÓ (54º ZE)	PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA	471.907.959-87	30/04/2010	30/04/2015	1.200,00	Mensal R\$ 2.500,00
	768602009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIÓ (54º ZE)	PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA	471.907.959-87	30/04/2010	30/04/2015	1.200,00	Mensal R\$ 2.768,91
0051/2010	112242010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA (53º ZE)	ARY BOOZ	029.685.769-68	10/05/2010	10/05/2015	1.400,00	Mensal R\$ 1.510,56
	112242010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA (53º ZE)	ARY BOOZ	029.685.769-68	10/05/2010	10/05/2015	1.400,00	Mensal R\$ 1.588,45
	112242010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA (53º ZE)	ARY BOOZ	029.685.769-68	10/05/2010	10/05/2015	1.400,00	Mensal R\$ 1.691,65
0060/2010	155862010	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS JUNTO À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0028-23	07/06/2010	06/06/2014	240.000,00	Estimado anual
0068/2010	269812010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 6º ZE - CAÇADOR	CELSO ZEFERINO MARINI E MARIA BERNADETE MARINI	004.449.959-00 / 006.006.529-04	25/06/2010	25/06/2015	2.500,00	Mensal R\$ 2.673,84
	269812010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 6º ZE - CAÇADOR	CELSO ZEFERINO MARINI E MARIA BERNADETE MARINI	004.449.959-00 / 006.006.529-04	25/06/2010	25/06/2015	2.500,00	Mensal R\$ 2.811,95
	269812010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 6º ZE - CAÇADOR	CELSO ZEFERINO MARINI E MARIA BERNADETE MARINI	004.449.959-00 / 006.006.529-04	25/06/2010	25/06/2015	2.500,00	Mensal R\$ 2.999,15
0069/2010	5762010	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DO TREC	ENCLIMAR ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA.	76.674.704/0001-01	01/07/2010	30/09/2014	3.865,00	Estimado mensal R\$ 4.124,39
	5762010	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DO TREC	ENCLIMAR ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA.	76.674.704/0001-01	01/07/2010	30/09/2014	3.865,00	Estimado mensal R\$ 4.327,14
	5762010	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DO TREC	ENCLIMAR ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA.	76.674.704/0001-01	01/07/2010	30/09/2014	3.865,00	Estimado mensal R\$ 4.616,89
0071/2010	299142010	LOCAÇÃO DE GALPÃO PARA ACOMODAÇÃO DE MÓVEIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	JUNCKES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	81.033.300/0001-79	09/07/2010	09/07/2015	5.000,00	Mensal R\$ 5.460,00
	299142010	LOCAÇÃO DE GALPÃO PARA ACOMODAÇÃO DE MÓVEIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	JUNCKES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	81.033.300/0001-79	09/07/2010	09/07/2015	5.000,00	Mensal R\$ 5.727,22
	299142010	LOCAÇÃO DE GALPÃO PARA ACOMODAÇÃO DE MÓVEIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	JUNCKES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	81.033.300/0001-79	09/07/2010	09/07/2015	5.000,00	Mensal R\$ 6.104,41



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA Início Término	VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação Valor A partir de
0078/2010	160952010	SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), PARA LIGAÇÕES NA ÁREA DE REGISTRO DE FLORIANÓPOLIS	CLARO S/A	40.432.544/0001-47	22/07/2010 22/07/2015	143.718,00	Estimado total
0077/2010	335262010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 07ª ZE - CAMPOS NOVOS	VILMAIR PIRES	005.303.539-97	27/07/2010 27/07/2015	1.200,00	Mensal R\$ 1.282,27 27/07/2011
	335262010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 07ª ZE - CAMPOS NOVOS	VILMAIR PIRES	005.303.539-97	27/07/2010 27/07/2015	1.200,00	Mensal R\$ 1.348,35 27/07/2012
	335262010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO DA 07ª ZE - CAMPOS NOVOS	VILMAIR PIRES	005.303.539-97	27/07/2010 27/07/2015	1.200,00	Mensal R\$ 1.433,82 27/07/2013
0085/2010	360232010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BIGUAÇU (02ª ZE)	IRNA SILVA DOS PASSOS	062.850.809-33	09/08/2010 09/08/2015	2.000,00	Mensal R\$ 2.138,55 09/08/2011
	360232010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BIGUAÇU (02ª ZE)	IRNA SILVA DOS PASSOS	062.850.809-33	09/08/2010 09/08/2015	2.000,00	Mensal R\$ 2.250,08 09/08/2012
	360232010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BIGUAÇU (02ª ZE)	IRNA SILVA DOS PASSOS	062.850.809-33	09/08/2010 09/08/2015	2.000,00	Mensal R\$ 2.390,13 09/08/2013
0100/2010	279422010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TIJUCAS (31ª ZE), TROMBUDO CENTRAL (57ª ZE) E LAGES (21ª, 83ª E 104ª ZEs)	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	31/08/2010 31/01/2013	3.395,00	Mensal R\$ 3.806,42 01/02/2011
	279422010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TIJUCAS (31ª ZE), TROMBUDO CENTRAL (57ª ZE) E LAGES (21ª, 83ª E 104ª ZEs)	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	31/08/2010 31/01/2013	3.395,00	Mensal R\$ 3.950,01 01/01/2012
	279422010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TIJUCAS (31ª ZE), TROMBUDO CENTRAL (57ª ZE) E LAGES (21ª, 83ª E 104ª ZEs)	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	31/08/2010 31/01/2013	3.395,00	Mensal R\$ 1.384,99 01/01/2013
0101/2010	279422010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIO (54ª ZE)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	31/08/2010 31/01/2013	907,00	Mensal R\$ 986,71 01/02/2011
	279422010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIO (54ª ZE)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME	10.339.552/0001-82	31/08/2010 31/01/2013	907,00	Mensal R\$ 1.092,28 01/01/2012
0117/2010	112862010	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE MÁQUINA REPROGRÁFICA E DEMAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO SETOR DE REPROGRAFIA DO TRESP	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	06/10/2010 30/09/2013	3.700,04	Mensal R\$ 4.003,08 01/02/2011
	112862010	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE MÁQUINA REPROGRÁFICA E DEMAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO SETOR DE REPROGRAFIA DO TRESP	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	06/10/2010 30/09/2013	3.700,04	Mensal R\$ 4.019,54 13/10/2011
	112862010	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE MÁQUINA REPROGRÁFICA E DEMAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO SETOR DE REPROGRAFIA DO TRESP	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	06/10/2010 30/09/2013	3.700,04	Mensal R\$ 4.486,56 01/01/2012
	112862010	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE MÁQUINA REPROGRÁFICA E DEMAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO SETOR DE REPROGRAFIA DO TRESP	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	06/10/2010 30/09/2013	3.700,04	Mensal R\$ 4.824,64 01/01/2013
0120/2010	426762010	VIGILÂNCIA PRESENCIAL NÃO ARMADA NO IMÓVEL DA JUSTIÇA ELEITORAL LOCALIZADO EM SÃO JOSÉ/SC	MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.	87.134.086/0002-04	07/10/2010 15/12/2013	9.500,00	Mensal R\$ 10.359,30 01/02/2011
	426762010	VIGILÂNCIA PRESENCIAL NÃO ARMADA NO IMÓVEL DA JUSTIÇA ELEITORAL LOCALIZADO EM SÃO JOSÉ/SC	MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.	87.134.086/0002-04	07/10/2010 15/12/2013	9.500,00	Mensal R\$ 11.446,41 01/02/2012
	426762010	VIGILÂNCIA PRESENCIAL NÃO ARMADA NO IMÓVEL DA JUSTIÇA ELEITORAL LOCALIZADO EM SÃO JOSÉ/SC	MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.	87.134.086/0002-04	07/10/2010 15/12/2013	9.500,00	Mensal R\$ 14.294,51 01/02/2013
0129/2010	493572010	LOCAÇÃO DE 01 (UM) GRUPO-GERADOR PARA O CPD DO TRESP	GENSET ENERGY LTDA. ME	08.686.288/0001-01	08/11/2010 08/11/2015	1.474,99	Mensal R\$ 1.588,16 08/11/2011
	493572010	LOCAÇÃO DE 01 (UM) GRUPO-GERADOR PARA O CPD DO TRESP	GENSET ENERGY LTDA. ME	08.686.288/0001-01	08/11/2010 08/11/2015	1.474,99	Mensal R\$ 1.675,04 08/11/2012
	493572010	LOCAÇÃO DE 01 (UM) GRUPO-GERADOR PARA O CPD DO TRESP	GENSET ENERGY LTDA. ME	08.686.288/0001-01	08/11/2010 08/11/2015	1.474,99	Mensal R\$ 1.772,59 08/11/2013



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA		CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
						Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0132/2010	680762010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAPEMA (91ª ZE)	DARIO CLICEU CARRARO		505.387.309-78	10/11/2010	10/11/2014	2.250,00	R\$ 2.746,45
	680762010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAPEMA (91ª ZE)	DARIO CLICEU CARRARO		505.387.309-78	10/11/2010	10/11/2014	2.250,00	R\$ 2.948,37
	680762010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAPEMA (91ª ZE)	DARIO CLICEU CARRARO		505.387.309-78	10/11/2010	10/11/2014	2.250,00	R\$ 3.106,80
0130/2010	537862010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA OS CARTÓRIOS DA CAPITAL/CENTRO (12ª, 13ª, 100ª ZEs)	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME		09.284.904/0001-60	12/11/2010	31/01/2013	3.050,00	R\$ 3.172,62
	537862010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA OS CARTÓRIOS DA CAPITAL/CENTRO (12ª, 13ª, 100ª ZEs)	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME		09.284.904/0001-60	12/11/2010	31/01/2013	3.050,00	R\$ 3.493,44
	537862010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA OS CARTÓRIOS DA CAPITAL/CENTRO (12ª, 13ª, 100ª ZEs)	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME		09.284.904/0001-60	12/11/2010	31/01/2013	3.050,00	R\$ 3.718,24
0136/2010	535052010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA A SEDE DO TREC E PRÉDIO ANEXO	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	12/11/2010	31/01/2013	39.719,00	R\$ 43.492,72
	535052010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA A SEDE DO TREC E PRÉDIO ANEXO	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	12/11/2010	31/01/2013	39.719,00	R\$ 48.652,50
	578972010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE (44ª ZE)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	17/11/2010	31/01/2013	1.058,00	R\$ 1.128,76
0137/2010	504352010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE JARDINAGEM PARA A SEDE DO TREC, PRÉDIO ANEXO E PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	17/11/2010	31/01/2013	1.058,00	R\$ 1.233,20
	504352010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE JARDINAGEM PARA A SEDE DO TREC, PRÉDIO ANEXO E PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME		09.284.904/0001-60	17/11/2010	31/10/2013	1.639,00	R\$ 1.899,01
	504352010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE JARDINAGEM PARA A SEDE DO TREC, PRÉDIO ANEXO E PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME		09.284.904/0001-60	17/11/2010	31/10/2013	1.639,00	R\$ 1.820,49
0138/2010	551342010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ E PARA O ARQUIVO DO TREC	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	17/11/2010	31/01/2013	1.639,00	R\$ 1.915,31
	551342010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ E PARA O ARQUIVO DO TREC	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	17/11/2010	31/01/2013	3.634,00	R\$ 3.904,29
	559402010	SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 4.309,76
0144/2010	559402010	SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 4.781,79
	559402010	SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 4.795,74
	559402010	SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 5.351,60
0139/2010	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 5.383,12
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 5.797,32
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 5.807,40
0139/2010	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	4.334,32	R\$ 2.303,70
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	20.054,00	R\$ 21.530,78
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	23/11/2010	31/10/2013	20.054,00	R\$ 21.530,78



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA		CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
						Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0139/2010	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	24/11/2010	31/10/2013	20.054,00	Mensal
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	24/11/2010	31/10/2013	20.054,00	Mensal
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	24/11/2010	31/10/2013	20.054,00	Mensal
	447312010	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TREC	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME		10.565.981/0001-78	24/11/2010	31/10/2013	20.054,00	Mensal
0142/2010	567742010	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS PARA A SEDE E O ANEXO DO TREC	ORIENTAL EXPRESS LTDA.		05.600.954/0001-59	29/11/2010	31/08/2014	3.047,00	Mensal
	567742010	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS PARA A SEDE E O ANEXO DO TREC	ORIENTAL EXPRESS LTDA.		05.600.954/0001-59	29/11/2010	31/08/2014	3.047,00	Mensal
	567742010	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS PARA A SEDE E O ANEXO DO TREC	ORIENTAL EXPRESS LTDA.		05.600.954/0001-59	29/11/2010	31/08/2014	3.047,00	Mensal
	567742010	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS PARA A SEDE E O ANEXO DO TREC	ORIENTAL EXPRESS LTDA.		05.600.954/0001-59	29/11/2010	31/08/2014	3.047,00	Mensal
0151/2010	730002010	SERVIÇOS DE LIGAÇÕES, NAS MODALIDADES DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL, ORIGINADAS NOS APARELHOS CELULARES DO TREC	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL		33.530.486/0001-29	29/11/2010	29/11/2015	45.600,00	Estimado total
0152/2010	713222010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 37ª ZE - CAPINZAL	SÉRGIO LUIZ RIQUETE		598.459.539-72	03/12/2010	03/12/2015	1.500,00	Mensal
	713222010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 37ª ZE - CAPINZAL	SÉRGIO LUIZ RIQUETE		598.459.539-72	03/12/2010	03/12/2015	1.500,00	Mensal
	713222010	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 37ª ZE - CAPINZAL	SÉRGIO LUIZ RIQUETE		598.459.539-72	03/12/2010	03/12/2015	1.500,00	Mensal
0153/2010	559382010	SERVIÇOS DE TELEFONISTAS PARA A SEDE DO TREC	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	09/12/2010	31/08/2014	4.677,99	Mensal
	559382010	SERVIÇOS DE TELEFONISTAS PARA A SEDE DO TREC	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	09/12/2010	31/08/2014	4.677,99	Mensal
	559382010	SERVIÇOS DE TELEFONISTAS PARA A SEDE DO TREC	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	09/12/2010	31/08/2014	4.677,99	Mensal
0165/2010	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.		10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/12/2015	4.250,00	Mensal
	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.		10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/12/2015	4.250,00	Mensal
	722332009	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO DO TREC	MAGNOSILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.		10.847.919/0001-79	17/12/2010	17/12/2015	4.250,00	Mensal
0010/2011	21312011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BLUMENAU	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.		01.855.237/0001-17	11/02/2011	30/07/2013	6.000,00	Mensal
	21312011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BLUMENAU	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.		01.855.237/0001-17	11/02/2011	30/07/2013	6.000,00	Mensal
0012/2011	28012011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI		268.971.800-68	15/02/2011	15/02/2016	1.400,00	Mensal
	28012011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: SÃO JOSÉ DO CEDRO (72ª ZE)	VALDIR ROQUE SANGALLI		268.971.800-68	15/02/2011	15/02/2016	1.400,00	Mensal
0013/2011	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.		73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal
	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.		73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal
	57522011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSADA & ROSADA LTDA.		73.274.383/0001-60	16/02/2011	16/02/2016	6.000,00	Mensal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		VALOR CONTRATADO	Reajuste/Repactuação	
					Início	Término		Valor	A partir de
0016/2011	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 4.204,33 28/02/2012
	106322011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ (35 E 94 ZEs)	CLEONIR DE LIMA & CIA LTDA.	78.328.267/0001-08	28/02/2011	28/02/2016	3.950,00	Mensal	R\$ 4.470,18 28/02/2013
0015/2011	562792010	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FERRAMENTA ASM (AUTOMATOS SERVICE MANAGEMENT) E FORNECIMENTO DE 4 LICENÇAS DO MÓDULO ADMINISTRADOR	RELATIVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	81.633.828/0001-89	05/04/2011	30/09/2013	1.250,00	Mensal	
0023/2011	137632011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81º ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	07/04/2011	07/04/2016	1.090,00	Mensal	R\$ 1.158,32 07/04/2012
	137632011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PAPANDUVA (81º ZE)	DE LUCA MORAES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	09.687.513/0001-97	07/04/2011	07/04/2016	1.090,00	Mensal	R\$ 1.234,42 07/04/2013
0025/2011	211022011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BARRA VELHA (80º ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	113.839.339-87	26/04/2011	26/04/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.162,62 26/04/2012
	211022011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: BARRA VELHA (80º ZE)	ARNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	113.839.339-87	26/04/2011	26/04/2016	1.100,00	Mensal	R\$ 1.238,30 26/04/2013
0019/2011	89602011	SERVIÇOS DE TV A CABO PARA A SEDE DO TRESC	TELEFÔNICA BRASIL S/A	02.558.157/0176-42	29/04/2011	30/11/2013	212,00	Mensal	R\$ 227,12 29/04/2012
	89602011	SERVIÇOS DE TV A CABO PARA A SEDE DO TRESC	TELEFÔNICA BRASIL S/A	02.558.157/0176-42	29/04/2011	30/11/2013	212,00	Mensal	R\$ 241,88 29/04/2013
0029/2011	43222011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE OFFICE BOY	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	04/05/2011	31/08/2014	2.878,00	Mensal	R\$ 3.216,34 01/01/2012
	43222011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE OFFICE BOY	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	04/05/2011	31/08/2014	2.878,00	Mensal	R\$ 3.227,18 29/01/2012
0031/2011	43222011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE OFFICE BOY	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	04/05/2011	31/08/2014	2.878,00	Mensal	R\$ 3.470,10 01/01/2013
	271692011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74º ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT	522.833.809-87	17/05/2011	17/05/2016	1.060,00	Mensal	R\$ 1.139,81 17/05/2012
0036/2011	96032011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO NEGRINHO (74º ZE)	LAURO JORGE PSCHIEDT	522.833.809-87	17/05/2011	17/05/2016	1.060,00	Mensal	R\$ 1.213,89 17/05/2013
	96032011	SERVIÇOS DE COPEIRAGEM: CARTÓRIOS DA CAPITAL/ILHA (12º, 13º E 100º ZEs)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	27/05/2011	30/09/2013	1.960,00	Mensal	R\$ 2.150,62 01/01/2012
0046/2011	254342011	SERVIÇOS DE COPEIRAGEM: CARTÓRIOS DA CAPITAL/ILHA (12º, 13º E 100º ZEs)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	27/05/2011	30/09/2013	1.960,00	Mensal	R\$ 2.288,61 01/01/2013
	465942011	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ A SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL DE TIMBÓ (62º ZE)	ESTEL ENGENHARIA LTDA.	82.144.338/0001-81	08/07/2011	25/09/2013	6.490,00	Mensal	R\$ 6.818,87 08/07/2012
0048/2011	465942011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (62º ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE	149.128.489-72	19/07/2011	19/07/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.422,24 19/07/2012
	465942011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI (62º ZE)	EUZÉBIO CRUZ DUARTE	149.128.489-72	19/07/2011	19/07/2016	1.350,00	Mensal	R\$ 1.513,96 19/07/2013
0062/2011	348392011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGA O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMARUÍ (62º ZE)	VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.	02.127.024/0001-31	10/08/2011	28/02/2013	360.705,10	Em etapas	R\$ 420.857,01 05/03/2012
	348392011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGA O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMARUÍ (62º ZE)	VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.	02.127.024/0001-31	10/08/2011	28/02/2013	360.705,10	Em etapas	R\$ 454.812,59 22/06/2012
0060/2011	348392011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGA O CARTÓRIO ELEITORAL DE IMARUÍ (62º ZE)	VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.	02.127.024/0001-31	10/08/2011	28/02/2013	360.705,10	Em etapas	R\$ 460.826,06 05/12/2012
	308832011	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: CARTÓRIO ELEITORAL DE PALHOÇA (24º ZE)	AGILE SERVIÇOS GERAIS LTDA. ME	03.767.254/0001-28	25/08/2011	31/01/2013	1.402,38	Mensal	R\$ 1.507,17 01/01/2012



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0068/2011	471372011	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO ANEXO DO TRESP	ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA.	02.797.782/0001-67	25/08/2011	30/09/2014	914,00	R\$ 962,65
	471372011	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO ANEXO DO TRESP	ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA.	02.797.782/0001-67	25/08/2011	30/09/2014	914,00	R\$ 1.021,69
0067/2011	450232011	GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO AO VIVO DO ÁUDIO E VÍDEO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TRESP	A/V MIDIA LOCAÇÕES LTDA. ME	04.679.255/0001-83	29/08/2011	31/10/2014	13.650,00	R\$ 14.395,64
	450232011	GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO AO VIVO DO ÁUDIO E VÍDEO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TRESP	A/V MIDIA LOCAÇÕES LTDA. ME	04.679.255/0001-83	29/08/2011	31/10/2014	13.650,00	R\$ 15.274,95
0069/2011	573142011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XXAIM (48º ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO	250.625.499-49	30/08/2011	30/08/2016	1.200,00	R\$ 1.268,40
	573142011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XXAIM (48º ZE)	AGENOR RAYMUNDO CERATTO	250.625.499-49	30/08/2011	30/08/2016	1.200,00	R\$ 1.345,80
0073/2011	596952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAÍÓPOLIS (38º ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI	351.560.159-72	01/09/2011	01/09/2016	1.350,00	R\$ 1.426,67
	596952011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAÍÓPOLIS (38º ZE)	EDILBERTO RIBOVSKI	351.560.159-72	01/09/2011	01/09/2016	1.350,00	R\$ 1.513,56
0072/2011	371432011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63º ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON	196.386.989-34	05/10/2011	05/10/2016	1.100,00	R\$ 1.177,49
	371432011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL: CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA (63º ZE)	JOÃO ALVENI MARAFON	196.386.989-34	05/10/2011	05/10/2016	1.100,00	R\$ 1.246,45
0077/2011	392812011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE JORNALISMO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	10/10/2011	31/08/2014	9.200,06	R\$ 9.617,64
	392812011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE JORNALISMO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	10/10/2011	31/08/2014	9.200,06	R\$ 9.957,21
0080/2011	388222011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE SUPORTE, DE MANUTENÇÃO E DE AUXÍLIO NO CONTROLE DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DISPONIBILIZADOS NO CATALOGO DE SERVIÇOS DE TI	CDS INFORMÁTICA LTDA.	93.124.642/0001-83	10/10/2011	31/08/2014	82.396,92	
0083/2011	251392011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ O CARTÓRIO ELEITORAL DE TIMBO (32º ZE)	RELUCK CONSTRUTORA LTDA.	04.675.612/0001-35	09/11/2011	11/09/2013	348.774,10	R\$ 394.816,30
	252492011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE ITAJAÍ/SC (16º E 97º ZEs)	RELUCK CONSTRUTORA LTDA.	04.675.612/0001-35	09/11/2011	03/07/2013	775.776,80	R\$ 776.392,79
252492011		EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE ITAJAÍ/SC (16º E 97º ZEs)	RELUCK CONSTRUTORA LTDA.	04.675.612/0001-35	09/11/2011	03/07/2013	775.776,80	R\$ 788.430,73
	252492011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE ITAJAÍ/SC (16º E 97º ZEs)	RELUCK CONSTRUTORA LTDA.	04.675.612/0001-35	09/11/2011	03/07/2013	775.776,80	R\$ 836.104,32
0104/2011	644772011	HABILITAÇÃO DE 08 (OITO) CÓDIGOS DE ACESSO, COM FORNECIMENTO DE 08 (OITO) ESTAÇÕES MÓVEIS, PARA CONEXÃO À INTERNET MÓVEL EM BANDA LARGA (CONEXÃO USB)	CLARO S/A	40.432.544/0001-47	05/12/2011	31/10/2014	575,28	R\$ 608,94
0112/2011	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHETASC (82º ZE)	VALTER SAMPAIO	386.477.379-20	07/12/2011	07/12/2016	700,00	R\$ 742,30
	1108092011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ANCHETASC (82º ZE)	VALTER SAMPAIO	386.477.379-20	07/12/2011	07/12/2016	700,00	R\$ 785,37
0115/2011	734622011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE COPA E GARÇOM PARA O EDIFÍCIO SEDE E ANEXO DO TRESP	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	09.284.904/0001-60	07/12/2011	30/09/2013	10.314,00	R\$ 11.414,36
	734622011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE COPA E GARÇOM PARA O EDIFÍCIO SEDE E ANEXO DO TRESP	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	09.284.904/0001-60	07/12/2011	30/09/2013	10.314,00	R\$ 12.203,25



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
					Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0105/2011	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT	606.994.269-87	08/12/2011	08/12/2016	1.300,00	Mensal
	761082011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM (28ª ZE)	GERALDO MARIOT	606.994.269-87	08/12/2011	08/12/2016	1.300,00	Mensal
0101/2011	659642011	SERVIÇOS CONTINUADOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, DESTINADO A TODAS AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL CATARINENSE	REUNIDAS TURISMO S/A	04.176.082/0001-80	13/12/2011	31/10/2014	220.000,00	Estimado anual
	659642011	SERVIÇOS CONTINUADOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, DESTINADO A TODAS AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL CATARINENSE	REUNIDAS TURISMO S/A	04.176.082/0001-80	13/12/2011	31/10/2014	220.000,00	Estimado anual
0114/2011	99812011	FORNECIMENTO DE ENLACE DE COMUNICAÇÃO COM A INTERNET	WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	07.783.609/0001-23	13/12/2011	31/10/2014	3.390,00	Mensal
	99812011	FORNECIMENTO DE ENLACE DE COMUNICAÇÃO COM A INTERNET	WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	07.783.609/0001-23	13/12/2011	31/10/2014	3.390,00	Mensal
0125/2011	557362011	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE IMPRESSÃO EM OFFSET	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA.	83.614.651/0001-07	15/12/2011	31/10/2015	90.000,00	Estimado anual
	557362011	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE IMPRESSÃO EM OFFSET	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA.	83.614.651/0001-07	15/12/2011	31/10/2015	90.000,00	Estimado anual
0106/2011	846132011	FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES DE SOFTWARES, COM SUPORTE TÉCNICO	VIRTUAL OFFICE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.	01.312.265/0001-98	16/12/2011	30/04/2014	26.538,00	À vista
0107/2011	846132011	FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE, COM SUPORTE TÉCNICO	LM2 CONSULTING INFORMÁTICA LTDA.	05.554.620/0001-96	16/12/2011	16/01/2015	15.890,00	Anual
0113/2011	446842011	SUPORTE TÉCNICO PARA 02 (DOIS) SWITCHES SAN, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS	SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.	76.366.285/0001-40	01/01/2012	30/09/2013	650,00	Mensal
0005/2012	446852011	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA PARA ACESSO À INTERNET	VIRTUAL OFFICE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.	01.312.265/0001-98	18/01/2012	10/04/2013	132.900,00	À vista
0001/2012	1133222011	SERVIÇOS DE COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS INFECTANTES, ESPECIAIS E PERFUROCORTANTES	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.	50.668.722/0019-16	20/01/2012	20/01/2013	3.551,60	Estimado anual
0004/2012	649102011	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ELEVADORES DO PRÉDIO SEDE DO TRESC	CONSESC E NACIONAL ELEVADORES LTDA.	04.191.047/0001-30	23/01/2012	28/02/2014	680,00	Estimado mensal
	649102011	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ELEVADORES DO PRÉDIO SEDE DO TRESC	CONSESC E NACIONAL ELEVADORES LTDA.	04.191.047/0001-30	23/01/2012	28/02/2014	680,00	Estimado mensal
0012/2012	1012862011	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA REFORMA DOS IMÓVEIS QUE ABRIGARÃO AS SEDES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (67ª ZE) E CUNHA PORÁ (63ª ZE)	PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA.	06.303.138/0001-46	06/02/2012	28/01/2013	10.349,00	Mensal
0018/2012	44172012	SOLUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS SEM FIO	EMPRESA CATARINENSE DE TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.519.692/0001-90	08/02/2012	28/02/2013	3.892,00	Estimado anual
0017/2012	11492012	INSTALAÇÃO DE 5 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", MODELO PISO-TELO	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	09/02/2012	21/04/2013	6.250,00	À vista
0016/2012	1168192011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA (50ª ZE)	ALCIR ALCEU SAWARIS	025.202.539-32	10/02/2012	10/02/2017	1.200,00	Mensal
0019/2012	38672012	MANUTENÇÃO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E AUTOMAÇÃO PARA BIBLIOTECAS ALEPH 500	EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	07.475.870/0001-66	13/02/2012	30/09/2014	495,00	Mensal
0020/2012	1012382011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO CARLOS (70ª ZE)	NL CONSTRUÇÕES LTDA.	81.601.171/0001-78	14/02/2012	21/01/2013	239.400,20	À vista
	1012382011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO CARLOS (70ª ZE)	NL CONSTRUÇÕES LTDA.	81.601.171/0001-78	14/02/2012	21/01/2013	239.400,20	À vista



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0021/2012	1012392011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ O CARTÓRIO ELEITORAL DE CUNHA PORÁ (83º ZE)	NL CONSTRUÇÕES LTDA.	81.601.171/0001-78	14/02/2012	28/01/2013	254.478,20	À vista
	1012392011	EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ O CARTÓRIO ELEITORAL DE CUNHA PORÁ (83º ZE)	NL CONSTRUÇÕES LTDA.	81.601.171/0001-78	14/02/2012	28/01/2013	254.478,20	À vista
0023/2012	4829/2012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE IBIRAMA (14º ZE)	ADEMIR FRANZ / LIZETE WEISE FRANZ	721.681.029-53 / 974.380.229-00	02/03/2012	02/03/2017	2.000,00	Mensal
0025/2012	5932/2012	MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NAS ÁREAS DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ELÉTRICA, ELETRÔNICA, TELEFÔNICA E SERVIÇOS GERAIS, BEM COMO MANUTENÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	CBES - CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.	03.314.516/0001-07	08/03/2012	31/08/2014	51.185,03	Mensal
5932/2012		MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NAS ÁREAS DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ELÉTRICA, ELETRÔNICA, TELEFÔNICA E SERVIÇOS GERAIS, BEM COMO MANUTENÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	CBES - CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.	03.314.516/0001-07	08/03/2012	31/08/2014	51.185,03	Mensal
5932/2012		MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NAS ÁREAS DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ELÉTRICA, ELETRÔNICA, TELEFÔNICA E SERVIÇOS GERAIS, BEM COMO MANUTENÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	CBES - CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.	03.314.516/0001-07	08/03/2012	31/08/2014	51.185,03	Mensal
0024/2012	5872/2012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA (61º ZE)	VANIR ROSA DE MORAES DOLBERTH	848.103.199-20	14/03/2012	14/03/2017	1.500,00	Mensal
0028/2012	106272012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE (48º ZE)	INCORPORADORA SÃO MIGUEL LTDA.	09.133.413/0001-19	10/04/2012	10/04/2017	1.800,00	Mensal
0031/2012	1012862011	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ A SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO CARLOS (70º ZE)	THALENTOS ENGENHARIA LTDA.	04.822.667/0001-20	03/05/2012	21/01/2013	5.949,00	Mensal
0032/2012	4985/2012	SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO TREC	GENTE SEGURADORA S/A	90.180.605/0001-02	05/05/2012	05/05/2013	14.500,00	À vista
0034/2012	235032012	SERVIÇOS DE RESERVA E EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	ARANCIBIA TURISMO LTDA.	89.624.373/0001-47	21/05/2012	31/10/2014	120.000,00	Estimado anual
0039/2012	274262012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUSSANGA (84º ZE)	IDALINO BONOTTO	432.490.789-72	24/05/2012	24/05/2017	1.515,00	Mensal
0038/2012	185832012	FORNECIMENTO DE 2 (DOIS) LINKS DE ACESSO À INTERNET	WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	07.783.609/0001-23	28/05/2012	31/10/2014	6.910,00	Mensal
0041/2012	168752012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO BENTO DO SUL (30º ZE)	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.	05.336.394/0001-77	12/06/2012	12/09/2014	1.500,00	Mensal
0047/2012	4284/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE POLTRONAS ESPECIAIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 072/2012	J ZILUOTTO COMERCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO PARA ESCRITÓRIO LTDA.	10.815.403/0001-42	18/06/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0048/2012	4284/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E LONGARINAS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 073/2012	FLORIMAQ COMERCIAL LTDA. ME	75.379.008/0001-00	18/06/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0046/2012	317472012	SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.968.874/0001-27	20/06/2012	31/10/2014	2.010,00	Mensal
0043/2012	1150682011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE DESIGN GRÁFICO E DE TRATAMENTO DE ÁUDIO E VÍDEO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	27/06/2012	31/08/2014	16.900,00	Mensal
	1150682011	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE DESIGN GRÁFICO E DE TRATAMENTO DE ÁUDIO E VÍDEO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	27/06/2012	31/08/2014	16.900,00	Mensal
0049/2012	7521/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO MÓVEIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 074/2012	CELIA TERESINHA GRACIOLI ME	08.870.555/0001-04	10/07/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0051/2012	7521/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO MÓVEIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 075/2012	UNIVERSO DOS MÓVEIS LTDA.	05.600.619/0001-50	10/07/2012	31/05/2013	0,00	À vista



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
					Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0052/2012	7521/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 076/2012	MARZENARIA TALAMINI LTDA. ME	11.134.569/0001-66	10/07/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0053/2012	7521/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 077/2012	SANTOFANTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	09.281.712/0001-09	10/07/2012	01/05/2013	0,00	À vista
0054/2012	7521/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 078/2012	ÁPICE INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME	12.012.851/0001-33	10/07/2012	05/05/2013	0,00	À vista
0055/2012	7521/2012	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO MÓVEIS DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 079/2012	KROLL INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	90.072.620/0001-29	10/07/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0062/2012	503842012	LOCAÇÃO DE GARAGEM COBERTA PARA O VEÍCULO UTILIZADO PELOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES (21ª, 93ª E 104ª ZEs)	L. A. ZAGO EMPREENDIMIENTOS LTDA.	72.185.549/0001-09	11/07/2012	11/07/2017	230,00	Mensal
0044/2012	185802012	MANUTENÇÃO DE 4 (QUATRO) LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE VOLARE	BP S/A	03.900.579/0001-37	12/07/2012	30/09/2014	7.646,80	À vista
0056/2012	320652012	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO ELEVADOR DO PRÉDIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JOINVILLE	TWI ELEVADORES COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. ME	01.736.543/0001-34	12/07/2012	30/09/2014	270,00	Estimado mensal
0066/2012	327232012	MONITORAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS IMPRESSA E ELETRÔNICA SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL EM ÂMBITO REGIONAL E NACIONAL	SERGIO MACHADO REIS EPP	00.441.200/0001-80	13/07/2012	21/01/2013	4.940,00	Mensal
0064/2012	367922012	SEGURO PARA OS PRÉDIOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DA SEDE, DO ANEXO, DOS CARTÓRIOS DA CAPITAL E DE SÃO JOSÉ E DE SEUS CONTEÚDOS, BEM COMO DO ARQUIVO CENTRAL DO TRES.	ACE SEGURADORA S/A	03.502.099/0001-18	17/07/2012	22/07/2013	14.800,00	À vista
0065/2012	367922012	SEGURO PARA OS MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DE CONSUMO IMEDIATO ARMAZENADOS NO ALMOXARIFADO DO TRES.	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	61.074.175/0001-38	17/07/2012	22/07/2013	1.100,00	À vista
0071/2012	498982012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS (68ª ZE)	DANILO COLLATO	019.499.939-49	24/07/2012	24/07/2017	1.350,00	Mensal
0072/2012	773782012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ (43ª ZE)	JOSÉ JOÃO DALLA SANTA	132.095.900-87	01/08/2012	01/08/2015	2.360,00	Mensal
0074/2012	425122012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE BRAÇO DO NORTE (44ª ZE)	SCHIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA. ME	05.251.553/0001-30	06/08/2012	06/08/2017	1.840,00	Mensal
0033/2012	185792012	MANUTENÇÃO DO SOFTWARE PRIMAVERA, COM SUPORTE TÉCNICO	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	59.456.277/0001-76	17/08/2012	30/09/2014	10.754,66	À vista
0082/2012	300612012	SERVIÇOS DE COBERTURA FOTOGRÁFICA DE EVENTOS DO TRES	ALCIDES JOSE JUNKES & CIA. LTDA. ME	11.851.308/0001-67	23/08/2012	31/10/2014	915,20	Estimado mensal
0086/2012	999992012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE BIGUAÇU (2ª ZE)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/09/2012	31/01/2013	1.200,00	Mensal
	394232012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE BIGUAÇU [licitação repetida - Pregão 88/2012]	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/09/2012	31/01/2013	1.200,00	Mensal
0090/2012	327252012	MANUTENÇÃO DE JARDINS E PLANTAS PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JOINVILLE E GASPAR	AIRTON DE ANDRADE DE LIMA ME	11.752.251/0001-49	26/09/2012	27/01/2013	930,00	Estimado mensal
0091/2012	327252012	MANUTENÇÃO DE JARDINS E PLANTAS PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CRICIÚMA	FEDERAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. ME	13.691.967/0001-09	26/09/2012	31/10/2014	2.410,00	Estimado mensal
0095/2012	1044842012	VIGILÂNCIA PRESENCIAL, NÃO ARMADA, PARA A SEDE, O ANEXO, OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL E O DEPOSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. ME	10.364.152/0001-27	04/10/2012	15/12/2013	61.639,84	Mensal
	1044842012	VIGILÂNCIA PRESENCIAL, NÃO ARMADA, PARA A SEDE, O ANEXO, OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL E O DEPOSITO DE URNAS ELETRÔNICAS	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. ME	10.364.152/0001-27	04/10/2012	15/12/2013	61.639,84	Mensal
0097/2012	1060002012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: URUSSANGA, MARAVILHA, CAÇADOR, PONTE SERRADA, ARARANGUÁ E IMBITUBA	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	04/10/2012	31/01/2013	7.654,71	Mensal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0096/2012	398682012	SERVIÇOS DE PLOTAGEM E FOTOCOPIAS DE PROJETOS PARA A SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DO TRES	AJPIOT INFORMÁTICA LTDA. ME	09.529.872/0001-16	15/10/2012	31/10/2013	160,65	Estimado mensal R\$ 170,44
0100/2012	412632012	SUPORTE TÉCNICO, COM EVENTUAL FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, PARA 1 (UMA) UNIDADE DE BACKUP DA MARCA HP, MODELO ULTRIUM 1760 TAPE DRIVE	SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.	76.366.285/0001-40	15/10/2012	30/09/2013	96,82	Mensal R\$ 170,44
0099/2012	327252012	MANUTENÇÃO DE JARDINS E PLANTAS PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ	FEDERAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. ME	13.691.967/0001-09	16/10/2012	31/10/2014	1.615,00	Estimado mensal R\$ 1.711,08
0101/2012	938882012	FORNECIMENTO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE SCREEN ARCHITECT	MICROBUSINESS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA	08.528.076/0001-04	16/10/2012	30/09/2013	2.390,00	À vista R\$ 1.711,08
0102/2012	1065992012	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO INSTALADAS NA SALA DE SESSÕES E NOS CARTÓRIOS DA CAPITAL	DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. ME	11.955.729/0001-38	24/10/2012	30/09/2014	1.529,00	Estimado mensal R\$ 799,04
	1065992012	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO INSTALADAS NA SALA DE SESSÕES E NOS CARTÓRIOS DA CAPITAL	DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA. ME	11.955.729/0001-38	24/10/2012	30/09/2014	1.529,00	Estimado mensal R\$ 847,06
0104/2012	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 1, 2 E 5	VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.	79.894.168/0001-48	25/10/2012	31/07/2014	5.925,00	Mensal R\$ 6.145,00
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 1, 2 E 5	VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.	79.894.168/0001-48	25/10/2012	31/07/2014	5.925,00	Mensal R\$ 6.365,00
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 1, 2 E 5	VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.	79.894.168/0001-48	25/10/2012	31/07/2014	5.925,00	Mensal R\$ 6.429,58
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 1, 2 E 5	VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.	79.894.168/0001-48	25/10/2012	31/07/2014	5.925,00	Mensal R\$ 7.317,78
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 1, 2 E 5	VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.	79.894.168/0001-48	25/10/2012	31/07/2014	5.925,00	Mensal R\$ 6.874,58
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 1, 2 E 5	VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.	79.894.168/0001-48	25/10/2012	31/07/2014	5.925,00	Mensal R\$ 7.477,45
0105/2012	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 3 E 4	LUPA SEGURANÇA LTDA.	14.546.164/0001-23	25/10/2012	31/07/2014	4.911,00	Mensal R\$ 5.227,61
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÕES 3 E 4	LUPA SEGURANÇA LTDA.	14.546.164/0001-23	25/10/2012	31/07/2014	4.911,00	Mensal R\$ 5.419,18
0106/2012	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÃO 6	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA.	95.832.986/0001-72	25/10/2012	31/07/2014	4.274,00	Mensal R\$ 4.844,00
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÃO 6	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA.	95.832.986/0001-72	25/10/2012	31/07/2014	4.274,00	Mensal R\$ 5.129,00
	381982012	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA- REGIÃO 6	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA.	95.832.986/0001-72	25/10/2012	31/07/2014	4.274,00	Mensal R\$ 5.459,66
0103/2012	128552012	FORNECIMENTO DE BALCÕES COM PIA	SANDRA MARA SAMPAIO ME	11.255.897/0001-10	26/10/2012	29/01/2013	23.569,92	À vista R\$ 28.939,83
0107/2012	546352012	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ATERRO, NIVELAMENTO E CALCAMENTO E DA RESPECTIVA INFRAESTRUTURA PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS (1ª ZE)	PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	06.224.123/0001-92	26/10/2012	01/02/2013	196.642,00	À vista R\$ 28.939,83
0108/2012	373042012	GARANTIA PARA NO-BREAKS, DECORRENTE DA ARP N. 111/2012	NHS SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA.	81.048.837/0001-02	29/10/2012	31/05/2013	0,00	À vista R\$ 3.300,00
0109/2012	373042012	GARANTIA PARA NO-BREAKS, DECORRENTE DA ARP N. 112/2012	PATRICIA DE AZEVEDO ME	09.206.221/0001-95	29/10/2012	31/05/2013	0,00	À vista R\$ 3.300,00
0110/2012	1361842012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS (12ª, 13ª, 100ª E 101ª ZEs)	CALIFORNIA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.	00.845.427/0001-90	30/10/2012	30/10/2017	27.500,00	Mensal R\$ 28.939,83
0112/2012	1437832012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A 25ª ZONA ELEITORAL - PORTO UNIÃO	FAVERSON ALBERTO SLONGO	816.729.269-04	31/10/2012	30/10/2014	2.624,25	Mensal R\$ 3.300,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA		CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
						Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0111/2012	1062812012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE APARANGUÁ (1º ZE)	COSEVAL - CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA.		76.362.524/0001-94	07/11/2012	07/11/2017	1.800,00	Mensal
0115/2012	1421762012	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE (4º ZE)	ERNESTO JOÃO RECK		476.930.459-53	07/11/2012	07/11/2017	1.100,00	Mensal
0114/2012	1370572012	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 02 (DOIS) VIDROS LAMINADOS REFLEXIVOS PARA A SEDE DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ/SC.	ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME		14.990.312/0001-02	13/11/2012	23/05/2013	3.625,00	À vista
0116/2012	1030612012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO VI (OESTE DE SC)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	14/11/2012	31/08/2013	16.746,93	Mensal
1030612012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO VI (OESTE DE SC)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	14/11/2012	31/08/2013	16.746,93	Mensal
1030612012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO VI (OESTE DE SC)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	14/11/2012	31/08/2013	16.746,93	Mensal
0117/2012	1204132012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS	SANDRA MARA SAMPAIO ME		11.255.897/0001-10	19/11/2012	02/04/2013	12.151,27	À vista
0120/2012	972632012	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO E MICROFILMAGEM ELETÔNICA EM APROXIMADAMENTE 200.000 (DUZENTAS MIL) PÁGINAS DE DOCUMENTOS EXISTENTES NO ARQUIVO CENTRAL DO TREC	ACERVO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.		72.317.266/0001-73	20/11/2012	03/02/2014	70.287,00	Em etapas
0123/2012	1186612012	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR DO TIPO SPLIT PARA A 4ª ZE - BRAÇO DO NORTE.	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP		00.478.911/0001-29	23/11/2012	04/03/2013	7.000,00	À vista
0118/2012	1285562012	MANUTENÇÃO DE JARDINS E PLANTAS PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE RIO DO SUL (26º E 102º ZEs)	C. J. RAMOS		10.539.303/0001-30	26/11/2012	31/10/2014	465,00	Estimado mensal
0119/2012	1338252012	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO (4º ZE)	AFONSO RIBEIRO CASTELLER		051.423.419-96	26/11/2012	26/11/2017	1.300,00	Mensal
0124/2012	1014052012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO V (PLANALTO SERRANO DE SC)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	26/11/2012	31/08/2013	17.340,00	Mensal
0121/2012	1290322012	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA (51º ZE)	TREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS INDUSTRIAIS LTDA.		08.714.765/0001-03	28/11/2012	18/02/2013	21.440,00	À vista
0127/2012	1210122012	GARANTIA PARA MICROCOMPUTADORES, DECORRENTE DA ARP N. 118/2012	POSITIVO INFORMÁTICA S/A		81.243.735/0001-48	28/11/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0130/2012	1009492012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: REGIÃO IV (NORTE DE SC)	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. ME		10.339.552/0001-82	29/11/2012	31/07/2013	10.478,00	Mensal
0125/2012	500112012	FORNECIMENTO DE 21 SWITCHES DE REDE	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. EPP		09.159.503/0001-99	03/12/2012	11/04/2013	111.700,00	À vista
0126/2012	500112012	FORNECIMENTO DE 3 SWITCHES DE REDE	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA. ME		15.466.930/0001-02	03/12/2012	23/04/2013	5.399,99	À vista
0132/2012	1471252012	GARANTIA PARA DIVISÓRIAS E PORTAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 119/2012	MILANI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.		04.947.092/0001-72	04/12/2012	31/05/2013	0,00	À vista
0133/2012	992132012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO III (VALE DO ITAJAÍ E NORDESTE DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	04/12/2012	31/10/2013	17.201,00	Mensal
992132012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO III (VALE DO ITAJAÍ E NORDESTE DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA		07.006.622/0001-76	04/12/2012	31/10/2013	17.201,00	Mensal
0129/2012	1465492012	COMUNICAÇÃO DE DADOS EM FIBRA ÓPTICA PARA INTERLIGAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO TREC E O PRÉDIO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS	WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.		07.783.609/0001-23	06/12/2012	31/10/2014	790,00	Mensal
0128/2012	1421752012	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL DE PINHALZINHO (66º ZE)	PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA.		06.303.139/0001-46	10/12/2012	19/02/2014	22.399,90	Estimado total



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0131/2012	1290492012	GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM STREAMING COM PRODUÇÃO DO MATERIAL GRAVADO DE EVENTOS REALIZADOS PELO TRESP	APPLICARE CURSOS EIRELI EPP	12.910.163/0001-90	12/12/2012	30/11/2013	6.447,76	Estimado mensal
0137/2012	1807622012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR, TIPO "SPLIT", PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS	MARZOLA ENGENHARIA LTDA. ME	10.930.925/0001-95	13/12/2012	20/08/2013	7.248,99	À vista
0138/2012	989982012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO I (GRANDE FLORIANÓPOLIS)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	14/12/2012	31/07/2014	70.694,95	Mensal
989982012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO I (GRANDE FLORIANÓPOLIS)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	14/12/2012	31/07/2014	70.694,95	Mensal
989982012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO I (GRANDE FLORIANÓPOLIS)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	14/12/2012	31/07/2014	70.694,95	Mensal
989982012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO I (GRANDE FLORIANÓPOLIS)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	14/12/2012	31/07/2014	70.694,95	Mensal
989982012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO I (GRANDE FLORIANÓPOLIS)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	14/12/2012	31/07/2014	70.694,95	Mensal
989982012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - REGIÃO I (GRANDE FLORIANÓPOLIS)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	14/12/2012	31/07/2014	70.694,95	Mensal
0134/2012	1443062012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA A SEDE DO TRESP	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	17/12/2012	12/05/2014	379.430,00	À vista
1443062012		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA A SEDE DO TRESP	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	17/12/2012	12/05/2014	379.430,00	À vista
1443062012		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA A SEDE DO TRESP	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	17/12/2012	12/05/2014	379.430,00	À vista
1443062012		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA A SEDE DO TRESP	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	17/12/2012	12/05/2014	379.430,00	À vista
1443062012		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA A SEDE DO TRESP	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	17/12/2012	12/05/2014	379.430,00	À vista
1443062012		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA A SEDE DO TRESP	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	17/12/2012	12/05/2014	379.430,00	À vista
0135/2012	1723852012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS	MARZOLA ENGENHARIA LTDA. ME	10.930.925/0001-95	18/12/2012	05/02/2013	36.900,00	À vista
0122/2012	1186612012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE TUBARÃO E DE SANTA CECÍLIA	ELIZABETH RIBEIRO INÁCIO DA SILVA ME	04.083.872/0001-11	19/12/2012	28/01/2013	30.158,33	À vista
0136/2012	1723852012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT", PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE TURVO	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP	00.478.911/0001-29	19/12/2012	28/01/2013	10.696,00	À vista
0001/2013	989992012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: REGIÃO II (SUL DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/01/2013	31/07/2014	10.010,00	Mensal
989992012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: REGIÃO II (SUL DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/01/2013	31/07/2014	10.010,00	Mensal
989992012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: REGIÃO II (SUL DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/01/2013	31/07/2014	10.010,00	Mensal
989992012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: REGIÃO II (SUL DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/01/2013	31/07/2014	10.010,00	Mensal
989992012		SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: REGIÃO II (SUL DE SC)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	11/01/2013	31/07/2014	10.010,00	Mensal
0003/2013	1908812012	SERVIÇOS DE COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS INFECTANTES, ESPECIAIS E PERFUOCORTANTES	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.	50.668.722/0019-16	15/01/2013	31/10/2013	2.538,00	Estimado anual



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0002/2013	1383882012	CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGARÁ A NOVA SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL DE PINHALZINHO (66º ZE)	CONSTRUCAD CONSTRUTORA LTDA.	11.315.396/0001-82	16/01/2013	19/02/2014	389.116,20	Á vista R\$ 389.049,83 03/09/2013
	1383882012	CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGARÁ A NOVA SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL DE PINHALZINHO (66º ZE)	CONSTRUCAD CONSTRUTORA LTDA.	11.315.396/0001-82	16/01/2013	19/02/2014	389.116,20	Á vista R\$ 389.044,81 18/02/2014
0005/2013	1981602012	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 2 (DOIS) ELEVADORES NOVOS PARA O PRÉDIO SEDE DO TRESC, INCLUINDO A RETIRADA DOS ATUAIS ELEVADORES	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	90.347.840/0009-75	17/01/2013		694.425,00	Em etapas
0004/2013	2000862012	FORNECIMENTO DE CRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO	LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	03.592.583/0001-85	28/01/2013	31/12/2013	1.520,00	Estimado total
0006/2013	1981022012	FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE CARIMBOS, ALMOFADA PARA CARIMBO AUTOENTINTADO E TROCA DE RESINA	OFICINA SCHLEMPER LTDA. ME	75.878.249/0001-01	06/02/2013	31/12/2013	15.000,00	Estimado total
0007/2013	127652013	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PRESENCIAL, NÃO ARMADA, PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALHOÇA	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. ME	10.364.152/0001-27	11/02/2013	20/02/2013	2.170,39	Á vista R\$ 4.883,39 15/02/2013
0008/2013	10612013	TRANSPORTE DE URNAS E MATERIAIS ELEITORAIS PARA AS NOVAS ELEIÇÕES DE BALNEÁRIO RINÇÃO, CAMPO ERÊ, CRICIÚMA E TANGARÁ	REUNIDAS TURISMO S/A	04.176.082/0001-80	21/02/2013	31/12/2013	37.450,00	Á vista
0009/2013	57072013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO TRANSFORMADOR WEG (SEDE DO TRESC) E DO TRANSFORMADOR UNITRAFO (PRÉDIO ANEXO)	BELMAN TRANSFORMADORES E EQUIPAMENTOS ELETRICOS	09.005.622/0001-87	05/03/2013	24/04/2013	3.800,00	Á vista
0010/2013	85442013	LAVACÃO DAS TOALHAS DE MESA E DE ROSTO, COLETES, CAPAS PARA ENCOSTO DE CADEIRA, BEM COMO LAVACÃO A SECO DE TOGAS PERTENCENTES AO TRESC OPERACIONAL	LAVANDERIA JR LTDA. ME	14.663.271/0001-31	08/03/2013	31/08/2014	306,00	Estimado mensal
0011/2013	2027782012	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL, PELO SISTEMA DE CUSTO	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	77.858.611/0001-08	15/03/2013	15/03/2018	1.800.000,00	Estimado anual
0013/2013	207742013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL TELEFÔNICA, MARCA DÍGITRO, MODELO NGC EVOLUTION E	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.	83.472.803/0001-76	23/03/2013	30/09/2014	4.172,72	Mensal
0012/2013	89452013	FORNECIMENTO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO NA MODALIDADE CARTÃO ELETRÔNICO, NO VALOR DE R\$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)	SENFNET LTDA.	03.877.288.0001-75	03/04/2013	08/04/2013	60.000,01	Á vista
0014/2013	125882013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA (58º ZE)	GERMANO DESSBESELL	093.819.459-34	04/04/2013	04/04/2014	1.675,00	Mensal
0015/2013	136482013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (67º ZE)	GENARO LUIS MULLER	417.393.379-72	11/04/2013	11/04/2015	2.000,00	Mensal
0023/2013	91962013	SUBSCRIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO, LICENÇAS DE USO E SUPORTE TÉCNICO PARA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA PARA ACESSO À INTERNET	VIRTUAL OFFICE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA.	01.312.265/0001-98	12/04/2013	30/09/2014	1.662,50	Mensal
0016/2013	24292013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PARA A CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	09.220.115/0001-66	18/04/2013	29/05/2013	6.790,00	Á vista
0017/2013	24292013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PARA A COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	SANDRA MARA SAMPAIO ME	11.255.897/0001-10	18/04/2013	10/06/2013	1.384,99	Á vista
0018/2013	18202013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - SOMBRIO/SC	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP	00.478.911/0001-29	18/04/2013	10/06/2013	2.600,00	Á vista
0019/2013	18202013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - IBRAMA	MARZOLA ENGENHARIA LTDA. ME	10.930.925/0001-95	18/04/2013	12/06/2013	10.350,00	Á vista
0020/2013	18202013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - BLUMENAU/SC	NIPOAR CLIMATIZAÇÕES LTDA.	11.631.714/0001-14	18/04/2013	10/06/2013	24.500,00	Á vista
0021/2013	18202013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - SÃO CARLOS, SÃO MIGUEL DO OESTE E CUNHA PORÁ	ATENA COMERCIO DE MÓVEIS LTDA. ME	12.510.074/0001-57	18/04/2013	24/07/2013	24.505,00	Á vista
0022/2013	18202013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO "SPLIT" - PALHOÇA, INARUÍ, GUARAMIRIM, DIONÍSIO CERQUEIRA E ANCHIETA	BSH REFRIGERAÇÃO LTDA. EPP	86.744.539/0001-70	18/04/2013	10/06/2013	28.571,99	Á vista



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação
					Início	Término	Valor
0024/2013	8424/2013	SEGURO PARA URNAS ELETRÔNICAS, MÓDULOS DE IMPRESSÃO EXTERNOS, CARTÕES DE MEMÓRIA E MEMÓRIAS DE RESULTADO	TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A	60.831.344/0001-74	18/04/2013	25/04/2014	68.000,00
0027/2013	122982013	MONITORAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS IMPRESSA E ELETRÔNICA SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL EM ÂMBITO REGIONAL E NACIONAL	STUDIO CLIPAGEM LTDA. ME	08.074.472/0001-09	30/04/2013	31/10/2014	3.450,00
0026/2013	164342013	SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DO TRES	GENTE SEGURADORA S/A	90.180.605/0001-02	02/05/2013	05/05/2014	7.000,00
0025/2013	166992013	FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL	ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA.	03.489.027/0001-88	08/05/2013	31/12/2013	2.485,00
0029/2013	283552013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DO CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOÃO BATISTA (53º ZE)	ARY BOOZ	029.685.789-68	09/05/2013	09/05/2014	520,00
0030/2013	311812013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE ORLEANS (23º ZE)	IZOLETE BRATTI LOI	733.243.109-20	13/05/2013	13/05/2018	2.000,00
0034/2013	8011/2013	GARANTIA PARA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS BIOMÉTRICOS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 038/2013	HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA.	01.245.055/0001-24	22/05/2013	22/05/2014	0,00
0035/2013	390482013	LOCAÇÃO DE 1 (UMA) CORTADORA DE DISCO.	CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS EIRELI EPP - CBES	03.314.516/0001-07	24/05/2013		7.537,14
0036/2013	1890622012	FORNECIMENTO E ENTREGA DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS	LIVRARIA LIVROS & LIVROS LTDA.	01.570.002/0004-21	28/05/2013	31/12/2013	15.000,00
0037/2013	1890622012	FORNECIMENTO E ENTREGA DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS	EMPÓRIO VÉRTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.	07.151.477/0001-17	28/05/2013	31/12/2013	65.000,00
0028/2013	106182013	GARANTIA PARA CERTIFICADOS DIGITAIS e-CPF A3, PADRÃO ICP-BRASIL, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 031/2013	SOLUTI - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA.	09.461.647/0001-95	31/05/2013	31/05/2014	0,00
0032/2013	183302013	GARANTIA PARA DIVISÓRIAS E PORTAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2013	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	09.220.115/0001-66	31/05/2013	31/05/2014	0,00
0038/2013	118712013	SERVIÇOS DE PAISAGISMO PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS (11º ZE)	VOCARE CENTRUM TELEATENDIMENTO EIRELI ME	18.057.601/0001-04	03/06/2013	20/08/2013	18.556,80
0031/2013	385242013	CURSO ONLINE DE LIBRAS BÁSICO E INTERMEDIÁRIO - LICENCIAMENTO ANUAL	PORTAL EDUCAÇÃO LTDA.	04.670.765/0001-90	07/06/2013	22/10/2013	20.700,00
0043/2013	106162013	GARANTIA PARA IMPRESSORAS TÉRMICAS E LEITORAS DE CÓDIGO DE BARRAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 043/2013	COMPEX TECNOLOGIA LTDA.	03.391.625/0001-10	07/06/2013	31/05/2014	0,00
0039/2013	327352013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMITOS (41º ZE)	CHRISTIANE HOFER E GILBERTO HOFER	020.596.929-11 / 939.142.459-72	10/06/2013	10/06/2014	1.400,00
0033/2013	402612013	CURSO "PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - MÓDULO VI - SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO E A RELAÇÃO COM O ESTRESSE NO TRES".	FLARC SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA.	04.178.858/0001-00	12/06/2013	27/11/2013	84.000,00
0042/2013	158822013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO ELEVADOR DO IMÓVEL QUE ABRIGA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL	ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA.	02.797.782/0001-67	14/06/2013	30/09/2014	1.040,00
0044/2013	106162013	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE PATCH PANELS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 059/2013	NEOMAP TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA. EPP	04.481.371/0001-93	20/06/2013	31/05/2014	0,00
0045/013	106162013	GARANTIA PARA AQUISIÇÃO DE MINIRACKS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 060/2013	AZ METAL LTDA. ME	13.578.459/0001-19	20/06/2013	31/05/2014	0,00
0041/2013	224612013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO	PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES EPP	86.241.693/0001-67	24/06/2013	20/08/2013	10.520,00
0046/2013	104862013	GARANTIA PARA POLITRONAS ESPECIAIS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 065/2013	J ZILIOOTTO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO PARA ESCRITÓRIO LTDA.	10.815.403/0001-42	25/06/2013	31/05/2014	0,00



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
					Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0047/2013	104862013	GARANTIA PARA CADEIRAS DE DIGITADOR, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 066/2013	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.	50.870.575/0001-33	25/06/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0048/2013	104862013	GARANTIA PARA CADEIRAS FIXAS E LONGARINAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 067/2013	FLORINMAQ COMERCIAL LTDA. ME	75.379.008/0001-00	25/06/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0049/2013	116182013	GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 072/2013	DESIGN MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. EPP	85.136.588/0001-68	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0050/2013	116182013	GARANTIA PARA MESAS, GAVETEIROS E BALCÕES, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 073/2013	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	09.220.115/0001-66	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0051/2013	116182013	GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 074/2013	DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP	07.698.920/0001-74	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0052/2013	116182013	GARANTIA PARA MESAS E ARMÁRIOS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 075/2013	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP	81.076.234/0001-14	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0053/2013	116182013	GARANTIA PARA MESAS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 076/2013	JCR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA. ME	85.291.698/0001-02	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0054/2013	116182013	GARANTIA PARA ARMÁRIOS E MÓDULOS DE ATENDIMENTO, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 077/2013	ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	14.990.312/0001-02	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0055/2013	116182013	GARANTIA PARA ARMÁRIOS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 078/2013	FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME	16.967.775/0001-70	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0056/2013	116182013	GARANTIA PARA MÓDULOS DE ATENDIMENTO, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 079/2013	SANDRA MARA SAMPAIO ME	11.255.897/0001-10	01/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0040/2013	116182013	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BLUMENAU, FLORIANÓPOLIS E JOINVILLE	OLIVIO & PIETROBELI LTDA. ME	05.912.569/0001-47	02/07/2013	15/12/2013	5.005,00	Mensal
0059/2013	321072013	GARANTIA PARA PEN DRIVES, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 091/2013	MICROBUSINESS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA	08.528.076/0001-04	05/07/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0058/2013	355082013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO ELEITORAL DE URUBICI (69º ZE)	ERIONEI MANOEL MATHIAS	489.103.109-53	08/07/2013	08/07/2014	1.500,00	Mensal
0057/2013	417562013	AUTOMATIZAÇÃO DE 1 (UM) PORTÃO DA GARAGEM DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL E SUBSTITUIÇÃO DOS MOTORES DE 2 (DOIS) PORTÕES DAS GARAGENS DO EDIFÍCIO SEDE DO TRESC	P A C SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME	07.281.301/0001-80	11/07/2013	14/08/2013	4.493,00	À vista
0061/2013	457102013	SEGURO PREDIAL PARA A SEDE DO TRESC, ANEXO, CARTÓRIOS DE SÃO JOSÉ E ARQUIVO CENTRAL, ANTIGO PRÉDIO DOS CARTÓRIOS DA CAPITAL, CARTÓRIOS DA CAPITAL E ALMOXARIFADO	AIG SEGUROS BRASIL S/A	33.040.981/0001-50	22/07/2013	22/07/2014	7.528,00	À vista
0060/2013	406852013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 4ª REGIÃO (NORTE).	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	31/07/2013	31/07/2014	11.888,00	Mensal
0062/2013	507052013	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXTINTORES E MANGUEIRAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO	EXTINGUE FOGO COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - ME	85.391.720/0001-88	12/08/2013	03/09/2013	3.746,40	À vista
0063/2013	566872013	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS NAS ÁREAS DE EDIFICAÇÕES E DE ELETROTÉCNICA	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	13/08/2013	31/08/2014	22.168,72	Mensal
0066/2013	405842013	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS NAS ÁREAS DE EDIFICAÇÕES E DE ELETROTÉCNICA	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	00.482.840/0001-38	13/08/2013	31/08/2014	22.168,72	Mensal
0066/2013	405842013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 5ª REGIÃO (PLANALTO SERRANO)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	15/08/2013	31/07/2014	17.339,00	Mensal
0066/2013	405842013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 5ª REGIÃO (PLANALTO SERRANO)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	15/08/2013	31/07/2014	17.339,00	Mensal
0066/2013	405842013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 5ª REGIÃO (PLANALTO SERRANO)	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	15/08/2013	31/07/2014	17.339,00	Mensal



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
					Início	Término	Valor	A partir de
0064/2013	614182013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL (27ª ZE)	KG-MOTOS LTDA.	79.512.208/0001-40	16/08/2013	16/08/2014	2.500,00	Mensal
0065/2013	308342013	ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE ENTERPRISE ARCHITECT CORPORATE EDITION	URCAL CONSULTORIA LTDA.	00.729.009/0001-38	19/08/2013	30/09/2014	6.500,00	À vista
0067/2013	608872013	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, PARA O CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM.	ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME	12.369.288/0001-55	20/08/2013	07/10/2013	9.152,00	À vista
0068/2013	405832013	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 6ª REGIÃO (OESTE DE SC)	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	09.284.904/0001-80	20/08/2013	31/07/2014	27.495,50	Mensal
0069/2013	357872013	GARANTIA PARA ROTEADORES WIRELESS, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 115/2013	MMV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA.	10.513.136/0001-59	27/08/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0070/2013	722842013	LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO VAN FURGÃO, TIPO CAMIONETA.	KNANDO ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	78.872.462/0001-96	29/08/2013	03/10/2013	6.900,00	À vista
0071/2013	628662013	SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS LAJES E VIGAS DO PISO E TETO DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE DO TREC	CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS EIRELI EPP - CBES	03.314.516/0001-07	03/09/2013		25.800,00	À vista
0072/2013	578732013	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE OPERADOR DE MÁQUINA REPROGRÁFICA COLORIDA E MONOCROMÁTICA, DIGITALIZADORA, DUPLICADORA, PLASTIFICADORA, TERMOCENDADORA, PERFURADORA, GRAMPEADEIRA, GUILHOTINA E DEMAIS EQUIPAMENTOS	CANADENSE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	03.814.774/0001-44	10/09/2013	31/08/2014	4.790,00	Mensal
0073/2013	418312013	GARANTIA PARA SWITCHES, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.124/2013	COMPLAB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME.	86.789.674/0001-32	10/09/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0076/2013	546132013	SERVIÇOS DE COPEIRAGEM E GARÇOM PARA A SEDE, ANEXO E CARTÓRIOS DA CAPITAL	SERV-PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	07.006.622/0001-76	23/09/2013	31/08/2014	20.216,98	Mensal
0075/2013	521182013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE ZIMBRA NETWORK EDITION, COM SUPORTE TÉCNICO POR 12 MESES	INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	01.427.728/0001-67	24/09/2013	14/11/2014	183.260,00	À vista
0074/2013	569882013	AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA ESPECIAL PARA DESENHOS EM GRANDES DIMENSÕES (PLOTER)	CISCOM INFORMÁTICA EIRELI	15.821.329/0001-90	25/09/2013	27/11/2013	20.595,00	À vista
0079/2013	560022013	AQUISIÇÃO DE BALCÕES COM PIA (CARTÓRIOS ELEITORAIS E DEPÓSITO DE MÓVEIS)	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	09.220.115/0001-66	01/10/2013	20/11/2013	22.391,74	À vista
0080/2013	560022013	AQUISIÇÃO DE BALCÕES COM PIA (CARTÓRIOS ELEITORAIS)	SANDRA MARA SAMPAIO ME	11.255.897/0001-10	01/10/2013	20/11/2013	2.050,90	À vista
0081/2013	709992013	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS LAJES E VIGAS DO PISO E TETO DA CASA DE MÁQUINAS DO EDIFÍCIO SEDE DO TREC	PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA.	06.303.138/0001-46	04/10/2013		20.454,00	Estimado total
0077/2013	598412013	REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 2013, PARA O PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO TREC	CONSULTEC CONSULTORIA EM PROJETOS EDUCACIONAIS E CONCURSOS LTDA.	40.594.145/0001-82	07/10/2013		486.000,00	Estimado total
0082/2013	673972013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS E OUTRAS CIDADES.	DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. EPP	12.780.989/0001-38	17/10/2013		8.635,00	À vista
0084/2013	673992013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NA REGIÃO NORTE, NORDESTE E VALE DO ITAJAÍ.	DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. EPP	12.780.989/0001-38	24/10/2013		6.068,00	À vista
0085/2013	674002013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO PLANALTO SERRANO E MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA.	DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. EPP	12.780.989/0001-38	24/10/2013		6.100,00	À vista
0087/2013	774672013	PERÍCIA TÉCNICA NA FACHADA NORTE DO EDIFÍCIO ANEXO I DO TREC	SOUZA PAPALEO MOLDAGEM DE CONCRETO LTDA. EPP	85.160.661/0001-37	24/10/2013	24/01/2014	12.000,00	À vista
0083/2013	673982013	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS NA REGIÃO SUL DE SC.	BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. ME	02.469.364/0001-40	25/10/2013		8.152,03	À vista



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	CNPJ/CPF	VIGÊNCIA		Reajuste/Repactuação	
					Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0088/2013	640322013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: 3ª REGIÃO (VALE DO ITAJAI E NORDESTE DE SC)	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	09.284.904/0001-60	25/10/2013	31/07/2014	26.377,67	Mensal
0089/2013	617692013	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRESP	CLICK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA. EPP	09.526.473/0001-00	31/10/2013	31/08/2014	42.715,04	Estimado mensal
0086/2013	686572013	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE ASCENSORISTA PARA A SEDE DO TRESP	LINCE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. ME	10.565.981/0001-78	04/11/2013	31/03/2014	2.788,98	Mensal
0093/2013	642352013	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS INFECTANTES, ESPECIAIS E PERFUROCORTANTES, ALÉM DE SOBRAS DE MEDICAMENTOS COM PRAZO DE VALIDADE ULTRAPASSADO	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.	50.688.722/0019-16	06/11/2013	31/10/2014	228,73	Mensal
0094/2013	715392013	GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM STREAMING, COM PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DE EVENTOS REALIZADOS PELO TRESP	LCA VÍDEO PRODUTORA LTDA. ME	10.783.282/0001-02	11/11/2013	31/10/2014	8.040,00	Estimado mensal
0091/2013	618442013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT: SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ORLEANS E URUBICI.	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP	00.478.911/0001-29	18/11/2013	27/01/2014	20.960,00	À vista
0092/2013	618442013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT: PALMITOS	LS CLIMATIZAÇÕES LTDA.	10.197.752/0003-00	18/11/2013	20/03/2014	8.602,74	À vista
0101/2013	808202013	GARANTIA PARA PISO VINÍLICO, ARREIMATE DE RODAPÉ E SUPORTE CURVO, E RODAPÉ EM EVA, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.144/2013	PISOS & FORMAS LTDA. ME	16.436.430/0001-90	21/11/2013	31/05/2014	0,00	À vista
0096/2013	776432013	OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE EMPRESAS CREDENCIADAS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO TRESP	EMBRATEC-EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS HOM LTDA	03.506.307/0001-57	22/11/2013	31/10/2014	10.188,93	Estimado mensal
0095/2013	511702013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESQUADRIAS DO PRÉDIO SEDE DO TRESP	EMSERV - EMPRESA DE SERVIÇOS E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.	10.535.063/0001-04	25/11/2013	13/03/2014	17.000,00	À vista
0097/2013	829292013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM GESSO ACARTONADO PARA O ANEXO II DO TRESP	DANIEL COUTINHO AGUIAR EPP	14.634.377/0001-07	25/11/2013	26/02/2014	21.835,00	À vista
0098/2013	829292013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO EM PLACA E RODA-FORRO DE GESSO PARA O ANEXO II DO TRESP	ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	09.220.115/0001-66	25/11/2013	07/04/2014	13.590,00	À vista
0103/2013	829292013	FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DE PINTURA EPOXI PARA O ANEXO II DO TRESP	COPE ENGENHARIA LTDA. EPP	12.159.192/0001-82	27/11/2013	10/04/2014	7.688,00	À vista
0104/2013	833042013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PARA O PRÉDIO ANEXO II DO TRESP	SANDRA MARA SAMPAIO ME	11.255.897/0001-10	28/11/2013	20/01/2014	37.308,00	À vista
0099/2013	892472013	AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE REDE	ASAP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP	11.055.445/0001-95	29/11/2013	22/01/2014	9.204,00	À vista
0102/2013	820752013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ARMAZENAMENTO E MANUTENÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS, DEPOSITO DE MÓVEIS E BACKUP DO CPD DO TRESP.	MX5 GESTÃO E PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.	12.089.483/0001-21	29/11/2013	29/11/2018	40.000,00	Mensal
0106/2013	897002013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR, TIPO VRF - PARA O CPD DO TRESP.	TEMPERCLIMA - COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO LTDA. ME	03.602.174/0001-12	02/12/2013	25/02/2014	59.100,00	À vista
0109/2013	829262013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISOS E RODAPÉS DE GRANITO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE LIXAÇÃO, REJUNTAMENTO, POLIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO DO PISO DE GRANITO DO ANEXO II DO TRESP	SIDWEST CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO LTDA. ME	08.747.417/0001-24	05/12/2013	05/02/2014	25.989,00	À vista
0105/2013	928272013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 20ª ZONA ELEITORAL - LAGUNA/SC.	SÔNIA BERNADETTE DE SOUZA AMANTE	257.476.499-49	06/12/2013	06/12/2016	3.000,00	Mensal
0108/2013	897472013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CARTÓRIO DA 71ª ZONA ELEITORAL - ABELARDO LUZ/SC.	LEOCIR LUIZ LAMBERT	439.736.479-68	06/12/2013	06/12/2018	1.750,00	Mensal
0110/2013	524962013	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA PRESENCIAL PARA OS PRÉDIOS SEDE E ANEXOS DO TRESP. DEPOSITO DE UES, CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL E DE SÃO JOSÉ	SERVIG SEGURANÇA PRIVADA LTDA. EPP	11.650.232/0001-01	06/12/2013	31/08/2014	84.584,00	Mensal



CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO - 2013

quinta-feira, 13 de março de 2014

Nº	PROT.	OBJETO	EMPRESA	VIGÊNCIA			Reajuste/Repactuação	
				CNPJ/CPF	Início	Término	VALOR CONTRATADO	Valor
0107/2013	735992013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS.	ADELVO BASQUERA ME	76.554.179/0001-90	07/12/2013	27/01/2014	6.349,90	À vista
0114/2013	1042532013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISOS E RODAPÉS CERÂMICOS PARA O ANEXO II DO TRES C	ALEXSANDRO RICARDO DA SILVA ME	17.152.250/0001-40	10/12/2013	17/02/2014	19.900,00	À vista
0115/2013	897522013	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR OS CARTÓRIOS DA 33ª E 99ª ZONAS ELEITORAIS - PHL ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA.		00.832.602/0001-05	16/12/2013	16/12/2018	3.960,00	Mensal
0120/2013	782002013	SERVIÇOS DE JARDINAGEM COM FORNECIMENTO DE SACOS DE LIXO, ADUBOS, INSETICIDAS E FUNGICIDAS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAGENS	AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. ME	09.284.904/0001-60	19/12/2013	31/08/2014	1.778,10	Mensal
0112/2013	807982013	SERVIÇOS DE LIMPEZA SEMESTRAL DAS CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS EM DIVERSOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SC	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	79.283.065/0001-41	26/12/2013		3.250,00	À vista
0116/2013	760882013	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	BRW SUPORTE E LOGÍSTICA PARA SAÚDE LTDA	01.447.737/0001-10	27/12/2013	11/02/2014	788,96	À vista
0117/2013	760882013	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	BS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME	04.709.243/0001-54	27/12/2013	12/02/2014	1.490,00	À vista
0118/2013	760882013	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	ROSSATO & BERTHOLD LTDA. ME	06.977.683/0001-18	27/12/2013	11/02/2014	344,00	À vista
0119/2013	760882013	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	83.802.215/0001-53	27/12/2013	10/02/2014	25.380,00	À vista
0121/2013	829302013	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, PARA O ANEXO II DO TRES C	REFRIFOZ REFRIGERAÇÃO LTDA. ME	80.206.907/0001-40	27/12/2013		46.856,00	À vista